



RODRIGO VIEIRA PINNOW

**MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E SILENCIAMENTOS NAS REDES DE COLABORAÇÃO
EUA-BRASIL: explicitando marcos e conexões por meio das
humanidades digitais**

Canoas, 2025

RODRIGO VIEIRA PINNOW

**MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E SILENCIAMENTOS NAS REDES DE COLABORAÇÃO
EUA-BRASIL: explicitando marcos e conexões por meio das
humanidades digitais**

Tese submetida à banca examinadora
para a obtenção do título de Doutor em
Memória Social e Bens Culturais, pela
Universidade La Salle.

Orientação: Profa. Dra. Rute Henrique da Silva Ferreira

Canoas, 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P656m Pinnow, Rodrigo Vieira.

Memórias, histórias e silenciamentos nas redes de colaboração EUA-Brasil [manuscrito] : explicitando marcos e conexões por meios das humanidades digitais / Rodrigo Vieira Pinnow. – 2025.
242 f. : il.

Tese (doutorado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2025.

“Orientação: Prof^a. Dra. Rute Henrique da Silva Ferreira”.

1. Memória social. 2. Redes de colaboração Brasil-EUA. 3. Centros binacionais. 4. Escolas internacionais. 5. Humanidades digitais. I. Ferreira, Rute Henrique da Silva. II. Título.

CDU: 316.7

Bibliotecária responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

RODRIGO VIEIRA PINNOW

**MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E SILENCIAMENTOS NAS REDES DE COLABORAÇÃO
EUA-BRASIL: EXPLICITANDO MARCOS E CONEXÕES POR MEIO DAS
HUMANIDADES DIGITAIS**

Tese **aprovada com louvor** para
obtenção do título de doutor, pelo
Programa de Pós-Graduação em
Memória Social e Bens Culturais, da
Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr Faculdades Integradas de Taquara

Prof. Dr. Fernando César Sossai Universidade da Região de Joinville

Prof^a. Dr^a. Lúcia Regina Lucas da Rosa Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof^a. Dr^a. Ingridi Vargas Bortolaso Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof^a. Dr^a. Rute Henrique da Silva Ferreira
Orientadora e Presidente da Banca - Universidade La Salle, Canoas/RS

Área de concentração: Memória Social e Bens Culturais
Curso: Doutorado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 12 de agosto de 2025

Aos que fazem da memória um farol entre ruínas.

Aos que forjam brasilidades subterrâneas, entre silêncios, arquivos e ausências.

Aos mestres e aprendizes que me ensinaram que pensar é também um ato libertário — feito de cuidado, ferida e vigília.

À minha família, por sustentar o invisível, mesmo quando o tempo dispersa.

E àqueles que, como Sísifo e Nietzsche, sustentam a queda e a transformam em forma, ritmo e afirmação.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não foi apenas construído entre livros, arquivos e bases de dados. Ele foi tecido nas cicatrizes e nos silêncios do mundo do trabalho, nos riffs dissonantes do heavy metal e nas pequenas epifanias das salas de aula, onde o saber se reinventa a cada encontro.

Agradeço à minha família, formada por mulheres firmes, trabalhadoras, que me ensinaram que o trabalho e a educação são os instrumentos mais potentes para a reinvenção do destino. À minha mãe, que me transmitiu em silêncio a lição da resistência, e à memória viva da Dona Marfiza, minha avó, que me acompanha como vigília afetiva.

Meus caminhos não se abriram por privilégio, mas por insistência. Desde cedo, fui atravessado pela luta cotidiana do subúrbio, pelas madrugadas pesadas dos ônibus lotados e pelos turnos exaustivos. O ingresso no mundo da docência — do público ao privado, das esferas menos abastadas às mais abastadas — foi também uma travessia entre mundos, que moldou minha escuta e meu olhar para as múltiplas camadas da memória social.

Minha formação subterrânea veio do underground, dos tempos áureos da Osvaldo Aranha, onde a contracultura e o metal me ensinaram a pensar o mundo em dissonância. A filosofia que me move — e que chamo de filosofia cotidiana — não vem das abstrações da torre de marfim, mas da práxis: é forjada entre o arquivo e a rua, entre o ruído das máquinas e o silêncio das bibliotecas.

Sou grato às oportunidades educacionais que cruzaram minha trajetória e que mudaram minha vida: o Programa Brasil 500 anos, PROUNI, a bolsa da CAPES, os auxílios da Unilasalle e tantos outros caminhos que só se abriram porque alguém, antes de mim, decidiu lutar pela democratização do conhecimento. A todos e todas que acreditam na educação como direito, deixo meu reconhecimento mais profundo.

Às instituições em que lecionei e leciono, especialmente à Pan American School de Porto Alegre e ao Programa de Estudos Brasileiros, meu agradecimento por acolherem as inquietações que me constituem como pesquisador e educador. A experiência cotidiana na escola internacional, e a vivência de quase duas décadas como professor de Humanidades foram decisivas para a construção deste trabalho.

Um agradecimento reverente ao Prof. Arthur de Lima Ávila, meu orientador no mestrado, que me ensinou que os usos do passado sempre disputam o presente —

e que toda narrativa carrega uma política da memória. Suas palavras e sua presença continuam a ecoar como bússola ética e crítica.

À Profa. Dra. Patrícia Kayser Vargas, que me acolheu com generosidade como orientando, e cuja firmeza, sensibilidade e compromisso me acompanharam antes, durante e depois da qualificação, minha profunda gratidão. Sua escuta atenta e seu olhar sensível sobre as humanidades digitais deixaram marcas definitivas na minha trajetória.

À minha orientadora atual de doutorado, Profa. Dra. Rute Henrique da Silva Ferreira, agradeço pela coragem em assumir este projeto na reta final, com método, sensibilidade e serenidade. Sua condução rigorosa e, ao mesmo tempo, respeitosa foi decisiva para que este trabalho pudesse ser finalizado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, meu reconhecimento pela excelência de seu corpo docente, pela liberdade intelectual oferecida e pelo acolhimento generoso nos momentos mais desafiadores.

Aos professores e professoras da banca final de defesa, agradeço pelo aceite, pela leitura cuidadosa e pelas contribuições que certamente ampliarão os horizontes desta pesquisa.

Por fim, a todos que estenderam a mão nos momentos de exaustão — colegas, amigos, companheiros de pesquisa, ex-alunos, músicos, bibliotecários e arquivistas — deixo meu agradecimento silencioso, porém, verdadeiro.

O passado não é um lugar fixo. Ele pulsa, resiste e se reinscreve a cada gesto de memória. Esta tese é, antes de tudo, um gesto: de memória, de resistência e de reinvenção.

Fiquei sentado no teatro colando páginas de um livro, quando Alexandre, filho de Filipe, subiu e ficou bem ao meu lado, bloqueando a luz do sol. [...] Cumprimentei-o de volta e falei com propriedade: — Tu és verdadeiramente invencível, meu garoto, já és capaz das mesmas coisas que os deuses. Vê, eles dizem da lua, que ela dispõe o sol por ficar em seus caminhos, e tu fizeste a mesma coisa ao vir aqui e ficar perto de mim (Prometheus, 2019, p. 34).

E sabeis... o que é pra mim o mundo?... Este mundo: uma monstruosidade de força, sem princípio, sem fim, uma firme, brônzea grandeza de força... uma economia sem despesas e perdas, mas também sem acréscimos, ou rendimento, ... mas antes como força ao mesmo tempo um e múltiplo,... eternamente mudando, eternamente recorrente... partindo do mais simples ao mais múltiplo, do quieto, mais rígido, mais frio, ao mais ardente, mais selvagem, mais contraditório consigo mesmo, e depois outra vez... esse meu mundo dionisíaco do eternamente-criar-a-si-próprio, do eternamente-destruir-a-si-próprio, sem alvo, sem vontade... Esse mundo é a vontade de potência — e nada além disso! E também vós próprios sois essa vontade de potência — e nada além disso! (Nietzsche, 1978, p. 397).

Toda a alegria silenciosa de Sísifo está aí. Seu destino lhe pertence. Seu rochedo é sua questão. Da mesma forma o homem absurdo, quando contempla o seu tormento, faz calar todos os ídolos. [...] O homem absurdo diz sim e seu esforço não acaba mais. [...] Nesse instante sutil em que o homem se volta sobre sua vida, Sísifo, vindo de novo para seu rochedo, contempla essa sequência de atos sem nexos que se torna seu destino, criado por ele, unificado sob o olhar de sua memória e em breve selado por sua morte. Assim, convencido da origem toda humana de tudo o que é humano, cego que quer ver e que sabe que a noite não tem fim, ele está sempre caminhando. O rochedo continua a rolar (Camus, 1942, p. 161).

RESUMO

A presente tese investiga a formação histórica das redes de colaboração cultural e educacional entre Brasil e Estados Unidos ao longo do século XX, a partir da análise crítica dos acervos institucionais vinculados a centros binacionais, escolas internacionais e programas de intercâmbio. Ao problematizar os discursos de cooperação e as narrativas de benevolência diplomática, a pesquisa tensiona os arquivos não como depósitos estáticos de memória, mas como campos discursivos em permanente disputa simbólica. Nesse contexto, são examinadas as tramas de apagamento, silenciamento e legitimação que atravessaram a constituição dessas redes, com especial atenção às estratégias de difusão cultural norte-americana no contexto da Guerra Fria. A investigação se estrutura em torno do conceito de curadoria do apagamento, forjado como categoria analítica para compreender os mecanismos seletivos que condicionaram o que foi registrado, omitido ou obliterado nos discursos institucionais. A noção de arquivo vivo é empregada para indicar a natureza dinâmica e tensionada dos registros documentais, nos quais o silêncio constitui uma operação discursiva. Metodologicamente, a pesquisa articula leitura crítica, análise relacional e visualização de dados por meio de ferramentas das humanidades digitais. As fontes primárias incluem relatórios, livros comemorativos, correspondências diplomáticas e planilhas sistematizadas no banco de dados Memória Social BRA–EUA. Os resultados revelam padrões de apagamento institucional, a centralidade dos centros binacionais como dispositivos de soft power e a constituição de elites simbólicas por meio da circulação de saberes e currículos internacionais. A tese propõe, assim, uma gramática de leitura crítica para os arquivos da diplomacia cultural, ao reinscrever os espectros da memória nos interstícios da brasilidade forjada sob mediações hemisféricas. Ao conjugar rigor historiográfico, escuta crítica e experimentação metodológica, a pesquisa contribui para o aprofundamento do campo das humanidades digitais e da memória social, ao evidenciar as camadas de silêncio que sustentam as narrativas de cooperação internacional.

Palavras-chave: redes de colaboração Brasil–EUA; centros binacionais; escolas internacionais; memória social; humanidades digitais.

ABSTRACT

This thesis investigates the historical formation of cultural and educational collaboration networks between Brazil and the United States throughout the twentieth century, based on a critical analysis of institutional archives linked to binational centers, international schools, and exchange programs. By problematizing narratives of cooperation and diplomatic benevolence, the research challenges the understanding of archives as static repositories of memory, framing them instead as discursive fields marked by permanent symbolic dispute. Within this framework, the study examines the entanglements of erasure, silencing, and legitimation that shaped these networks, with particular attention to U.S. strategies of cultural diffusion during the Cold War. The investigation is structured around the concept of curatorship of erasure, forged as an analytical category to comprehend the selective mechanisms that determined what was recorded, omitted, or obliterated in institutional discourses. The notion of a living archive is employed to highlight the dynamic and contested nature of documentary records, in which silence constitutes a discursive operation rather than a mere absence. Methodologically, the research articulates critical reading, relational analysis, and data visualization through digital humanities tools. Primary sources include institutional reports, commemorative publications, diplomatic correspondence, and spreadsheets systematized in the Social Memory BRA–EUA database. The findings reveal recurrent patterns of institutional erasure, the centrality of binational centers as instruments of soft power, and the formation of symbolic elites through the circulation of knowledge and international curricula. This thesis thus proposes a grammar of critical reading for the archives of cultural diplomacy, reinscribing the specters of memory in the interstices of a Brazilian identity forged through hemispheric mediations. By combining historiographical rigor, critical listening, and methodological experimentation, the research contributes to advancing the fields of digital humanities and social memory by unveiling the layers of silence underpinning international cooperation narratives.

Keywords: Brazil–US collaboration networks; binational centers; international schools; social memory; digital humanities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sociograma – Três camadas da rede de colaboração cultural Brasil–EUA.....	22
Figura 2 – Diagrama de Venn com sobreposição das três camadas metodológicas	37
Figura 3 – Fluxograma da triangulação metodológica: articulação entre análise documental, relacional e discursiva.....	39
Figura 4 – Linha do tempo com datas de fundação dos centros binacionais e escolas internacionais	43
Figura 5 – Panorama das Produções Acadêmicas sobre Redes Brasil–EUA (2000–2025).....	53
Figura 6 – Nuvem de palavras com os vocábulos mais recorrentes nos livros comemorativos dos centros binacionais (IBEU, ACBEU, ICBNA).....	65
Figura 7 – Distribuição global dos American Spaces (American Centers, Corners e Binational Centers).....	72
Figura 8 – Mapa comparativo de frequência de termos nos livros comemorativos do IBEU, ICBNA e ACBEU	73
Figura 9 – Nuvem de palavras com termos silenciados nos livros comemorativos do IBEU, ICBNA e ACBEU	74
Figura 10 – Diagrama de Venn: Gramática Institucional e Curadoria do Apagamento.....	78
Figura 11 – Mapa da localização das primeiras instituições (1934–1963)	81
Figura 12 – Mapa conceitual da tese: apagamentos, redes e memória institucional	87
Figura 13 – Sociograma institucional do ICBNA.....	94
Figura 14 – Organograma institucional do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano – ICBNA	97
Figura 15 – Nuvem de palavras dos relatórios comemorativos do ICBNA – Foco nos léxicos de legitimação cultural	98
Figura 16 – Sociograma relacional dos centros binacionais e redes diplomático-culturais.....	100
Figura 17 – Gráfico de capital simbólico dos fundadores do ICBNA.....	103

Figura 18 – Linha do tempo dos programas, centros e ciclos de legitimação simbólica	111
Figura 19 – Sociograma de circulação simbólica — certificações, bolsas e redes de orientação educacional.....	116
Figura 20 – Visualização relacional dos centros binacionais, setores diplomáticos e dispositivos de consagração simbólica (1930–2000)	120
Figura 21 – Lista de doações corporativas realizadas para manutenção da Graded School no início do século XX	136
Figura 22 – Diagrama de Venn: Camadas das Redes de Colaboração EUA–Brasil	137
Figura 23 – Nuvem de Palavras das Declarações de Missão das Escolas Internacionais Brasileiras (1920–1966)	150
Figura 24 – Mapa da Distribuição Geográfica das Escolas Internacionais (1920–1966)	153
Figura 25 – Nuvem de palavras extraídas dos sites das escolas internacionais mapeadas	159
Figura 26 – Visualização crítica das conexões institucionais BRA–EUA	160
Figura 27 – Análise lexical com Voyant Tools: termos mais frequentes nos sites institucionais.....	162
Figura 28 – Organização e cruzamento de dados em Google Sheets.....	163
Figura 29 – Mapa interativo da distribuição das escolas internacionais no Brasil (Datawrapper)	164
Figura 30 – Painel do Canva com mapas conceituais, sociogramas e nuvens de palavras.....	165
Figura 31 – Biblioteca Zotero com organização temática das fontes utilizadas na pesquisa.....	166
Figura 32 – Plataforma SciSpace e leitura crítica com SciSpace Copilot	167
Figura 33 – Consulta cruzada de artigos com Semantic Scholar	168
Figura 34– Rede de citações e conexões teóricas construída com Litmaps.....	168
Figura 35 – Rede de genealogias acadêmicas com ResearchRabbit.....	170
Figura 36 – Interface da plataforma Elicit para triagem de artigos.....	171
Figura 37 – Tela da plataforma Perplexity com síntese de artigos sobre elites simbólicas	172

Figura 38 – Interface do ChatGPT e modelos de linguagem disponíveis em 2025	173
Figura 39 – Mapa dos centros binacionais no Brasil	175
Figura 40 – Fluxograma da arquitetura metodológica e digital da pesquisa	181
Figura 41 – Sociograma das conexões entre centros binacionais e agências norte-americanas.....	187
Figura 42 – Mapa conceitual do Arquivo Vivo e suas camadas de análise crítica	187
Figura 43 – Mapa dos laboratórios de Humanidades Digitais no Brasil (2024)..	196
Figura 44 – Diagrama manifesto: articulação entre arquivo, memória e brasilidade crítica	199
Figura 45 – Mapa Conceitual Expandido: Arquivo Vivo, Identidade e Poder	204
Figura 46 – Recorrência de Temas Comemorativos por centro binacional (IBEU, ACBEU e ICBNA).....	209
Figura 47 – Mapa dos Silêncios Institucionais nos Acervos Binacionais	210
Figura 48 – Organograma institucional do ICBNA: setores, vínculos e funções (1938–1970).....	213
Figura 49 – Sociograma institucional do ICBNA e conexões simbólicas (1938–1975).....	214
Figura 50 – Sociograma de vínculos diplomáticos e de certificação internacional das escolas mapeadas.....	216
Figura 51 – Mapa das escolas internacionais e sua distribuição geográfica em capitais e centros urbanos estratégicos.....	217

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Contribuições teóricas para a análise da memória social das redes de colaboração Brasil–Estados Unidos	29
Quadro 2 — Centros binacionais e práticas de memória institucional	43
Quadro 3 – Marcos históricos da formação das redes de colaboração Brasil–EUA (1933–1970).....	57
Quadro 4 – Operações Simbólicas da Memória Institucional nos Centros Binacionais	79
Quadro 5 – Comparativo cronológico e geopolítico dos centros binacionais	83
Quadro 6 – Relação entre presença diplomática e fundação dos centros binacionais nas capitais brasileiras (1910–1950)	89
Quadro 7 – Comparativo dos centros binacionais (IBEU, ICBNA, ACBEU).....	92
Quadro 8 – Comparativo das fontes documentais acessadas nos centros binacionais ICBNA, IBEU e ACBEU	100
Quadro 9 – Comparação dos exames e certificações vinculados aos centros binacionais (TOEFL, SAT, GRE, Fulbright, EducationUSA)	113
Quadro 10 – Escolas internacionais com influência norte-americana fundadas no Brasil (1920–1966)	122
Quadro 11 – Agências de acreditação norte-americanas relevantes para escolas internacionais	126
Quadro 12 – Escolas internacionais fundadas no Brasil até 1950	131
Quadro 13 – Escolas internacionais e legislação educacional brasileira (1920–1966)	134
Quadro 14 – Certificações e Acreditações das Escolas Internacionais Brasileiras	143
Quadro 15 – Comparativo entre Centros Binacionais e Escolas Internacionais	145
Quadro 16 – Fundadores, Discursos Institucionais e Associações Internacionais das Escolas Internacionais Brasileiras	148
Quadro 17 – Vocabulário institucional de escolas internacionais e correspondências com os documentos brasileiros de referência (BNCC, PNE e LDB)	154
Quadro 18 – Painel de presença e ausência institucional nas narrativas documentais	185
Quadro 19 – Síntese das ferramentas e epistemologias aplicadas à tese	193

Quadro 20 – Cronologia das Humanidades Digitais no Brasil (2005–2025)	194
Quadro 21 – Linha do Tempo Crítica: Apagamentos e Consagrações (1933–2022)	205
Quadro 22 – Analítico Comparativo — Arquivo, Curadoria, Rede, Memória, Identidade	206
Quadro 23 – Comparativo entre escolas internacionais e dimensões simbólicas	218
Quadro 24 – Metodologias críticas aplicadas às humanidades digitais na tese	220
Quadro 25 – Camadas de silenciamento identificadas nos documentos digitais analisados	221
Quadro 26 – Propostas de expansão arquivística na América do Sul: eixos, ferramentas e finalidades	224

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produções acadêmicas sobre temas relacionados às redes de colaboração com foco nos centros binacionais Brasil–EUA (2000-2025)	52
Tabela 2 – Produções acadêmicas sobre temas relacionados às redes escolas internacionais Brasil–EUA (2020–2025)	128
Tabela 3 – Matriz de Frequência e Intensidade dos Termos-chave nas Missões Institucionais das Escolas Internacionais	156
Tabela 4 – Comparativo das Lacunas Documentais entre IBEU, ACBEU e ICBNA	208

LISTA DE SIGLAS

AAAI	Association for the Advancement of Artificial Intelligence
AASB	American Association of Schools of Brazil
AASSA	Association of American Schools of South America
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACBEU	Associação Cultural Brasil-Estados Unidos
AMISA	Association of American Schools in the Americas
AP	Advanced Placement
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
EABH	Escola Americana de Belo Horizonte
EAC	Escola Americana de Campinas
EARJ	Escola Americana do Rio de Janeiro
GRE	Graduate Record Examination
IB	International Baccalaureate
IBEU	Instituto Brasil-Estados Unidos
ICBNA	Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano
IIE	Institute of International Education
ISC	International School of Curitiba
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEASC	New England Association of Schools and Colleges
OIAA	Office of the Coordinator of Inter-American Affairs
PAS	Pan American School
PASB	Pan American School of Bahia
SAT	Scholastic Assessment Test
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNB	Universidade de Brasília
USA	United States of America
USAID	United States Agency for International Development
USIA	United States Information Agency
USIS	United States Information Service

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS — MEMÓRIA, MÉTODO E HIPÓTESES	20
1.1	Objetivos	27
1.1.1	Objetivo geral	27
1.1.1	Objetivos específicos	27
1.2	Memória Social	28
1.3	Diplomacia Cultural	32
1.4	Humanidades Digitais	34
1.5	Metodologia detalhada	38
1.6	Curadoria autoral, construção discursiva e gramáticas de leitura crítica	45
1.7	Contribuições da pesquisa e horizonte interpretativo	51
2	ARQUIVOS E AUSÊNCIAS: A CURADORIA DO APAGAMENTO E A POLÍTICA DA MEMÓRIA	55
2.1	A ausência como estratégia narrativa: entre silêncios e apagamentos simbólicos	60
2.2	O arquivo vivo como campo de disputa	63
2.3	Gramáticas de legitimação e zonas de exclusão	66
3	VISUALIZAÇÕES, BASES DOCUMENTAIS E CRUZAMENTOS EMPÍRICOS	70
3.1	A cartografia dos silêncios: eventos ausentes e apagamentos seletivos	74
3.2	Gramática institucional e léxico da legitimação	77
3.3	Cartografia institucional: centros binacionais e escolas internacionais como acervos não sistematizados	80
3.4	Padrão histórico de fundação dos centros binacionais	83
3.5	Epílogo crítico: tensões arquivísticas, redes invisíveis e leituras emergentes	85
4	CENTROS BINACIONAIS E DIPLOMACIA CULTURAL: O ICBNA COMO MODELO E REDE	88
4.1	Institucionalização da rede de centros binacionais	90
4.2	Estrutura funcional e legitimação simbólica: o caso do ICBNA	95
4.3	Visualizações, silenciamentos e apagamentos	97

4.4	Redes culturais, elites regionais e padrões de reprodução simbólica	99
4.5	Análise relacional das redes binacionais e a projeção simbólica dos centros culturais	101
4.6	O papel dos centros binacionais como curadores de uma brasilidade consentida.....	104
4.7	Programas de bolsas, setor de consultas educacionais e formação das elites simbólicas	107
4.8	Certificações, internacionalização e os mecanismos de americanização da brasilidade	112
4.9	Encerramento do Capítulo III: síntese crítica e transição analítica.....	117
5	ESCOLAS INTERNACIONAIS, PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO E A CONSTRUÇÃO DE ELITES SIMBÓLICAS.....	121
5.1	Certificações internacionais e padronização curricular	127
5.2	Escolas internacionais e a formação de redes educacionais exógenas no Brasil (1930–1980)	133
5.3	Currículos internacionais e certificações: a arquitetura simbólica das redes de colaboração norte-americanas	140
5.4	Arquiteturas fundadoras, associações transnacionais e redes de prestígio: uma leitura crítica via Humanidades Digitais	146
5.5	Cartografias simbólicas e zonas de apagamento: padrões discursivos e memórias seletivas nas escolas internacionais.....	151
5.6	Topografias do silêncio: entre a retórica institucional e as ausências arquivadas nas Escolas Internacionais	156
6	HUMANIDADES DIGITAIS COMO HORIZONTE EPISTEMOLÓGICO....	158
6.1	Procedimentos metodológicos, bases de dados e critérios analíticos	161
6.2	Visualizações críticas e disputas de memória	176
6.3	Ferramentas digitais e leitura distante como estratégia interpretativa	179
6.4	Arquivo vivo, apagamentos e resistência documental	184
6.5	Arquivos ativados, narrativas em disputa: epistemologias digitais e curadoria crítica da memória	190

6.6	Humanidades digitais e brasilidade crítica: um manifesto por arquivos vivos	194
6.7	Arquivar para não esquecer: insurgência metodológica, memória disputada e encerramento de um percurso	199
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS — RESISTÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E O LEGADO DAS REDES DE COLABORAÇÃO	202
	REFERÊNCIAS	227
	ANEXO A – Proposta para sócio de Erico Verissimo em 1938.....	234
	ANEXO B – Ata de fundação do ICBNA 1938	235
	ANEXO C – Telegrama enviado pelo embaixador Jefferson Caffery para o primeiro presidente do ICBNA, Renato Barboza.....	236
	ANEXO D – Paixão Cortes no ICBNA - década de 1940	237
	ANEXO E – Ata de lançamento da pedra fundamental do edifício sede do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano	238
	ANEXO F – Decreto de Utilidade Pública Estadual, 1951	239
	ANEXO G – Visita dos Astronautas Americanos em Porto Alegre em 1972	240
	ANEXO H – Primeiras publicações do IBEU – RJ.....	241
	ANEXO I – Memória da ACBEU da Bahia – 1991	242

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS — MEMÓRIA, MÉTODO E HIPÓTESES

Este trabalho insere-se na Linha de Pesquisa 2 do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle — Memória e Linguagens Culturais. Essa linha acolhe investigações interdisciplinares voltadas à produção de conhecimentos sobre memória, cultura e suas articulações com diversas formas de narrativa — escritas, orais, visuais e performativas —, bem como com fluxos culturais, mobilidades e dinâmicas em contextos de globalização e ambientes digitais. A proposta aqui desenvolvida articula tais eixos ao mapear as redes de colaboração cultural e educacional entre Brasil e Estados Unidos, com base em fontes memoriais, documentos diplomáticos e plataformas digitais, que se tornam instrumentos críticos de análise das práticas de apagamento e das políticas de memória institucional.

A presente tese dá continuidade a um percurso investigativo iniciado com a dissertação de mestrado (Pinnow, 2014) e posteriormente ampliado com a publicação em livro (Pinnow, 2023). Embora esses trabalhos tenham contribuído para uma análise crítica das dinâmicas culturais e das estruturas de legitimação presentes no Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA) e em seu contexto de inserção, ressalte-se que ainda não articulavam de maneira sistemática a combinação entre análise documental, relacional e discursiva. Tampouco exploravam, com a complexidade necessária, os recursos das Humanidades Digitais como instrumentos de leitura crítica das redes.

Sendo assim, ao retomar e ampliar esse percurso, a presente pesquisa distingue-se dos estudos anteriores ao integrar um conjunto mais diversificado de acervos, incluindo centros binacionais, escolas internacionais e programas de cooperação, bem como ao propor metodologias comparativas, desenvolver visualizações relacionais e consolidar categorias analíticas próprias — como arquivo vivo e curadoria do apagamento — que reforçam o caráter inédito e inovador do trabalho no campo da memória social e das relações culturais Brasil-EUA.

Ao longo desta pesquisa, ampliou-se o escopo empírico e refinaram-se os procedimentos de análise, estabelecendo relações entre diferentes tipos de acervo, trajetórias institucionais e padrões de silenciamento. Esta tese, portanto, dá continuidade ao percurso investigativo anterior, mas propõe um deslocamento metodológico que permite enfrentar outras camadas do problema — articulando

leitura crítica, experimentação visual e atenção às disputas narrativas presentes nas redes de colaboração cultural entre Brasil e Estados Unidos.

Neste viés, a análise das redes de colaboração entre Brasil e Estados Unidos exige não apenas o levantamento documental ou a descrição institucional, mas uma leitura que seja capaz de explicitar padrões de vínculo, hierarquias simbólicas e zonas de silenciamento. As instituições que compõem esse universo não atuam isoladamente: formam tramas que conectam programas, escolas, agências e centros binacionais em diferentes níveis de atuação. Representar visualmente essas articulações não significa simplificá-las, mas propor um instrumento de leitura que evidencie suas relações e camadas. Nesse sentido, a visualização apresentada a seguir busca explicitar a diversidade de atores envolvidos e as formas como essas conexões estruturaram a presença cultural norte-americana no Brasil ao longo do século XX.

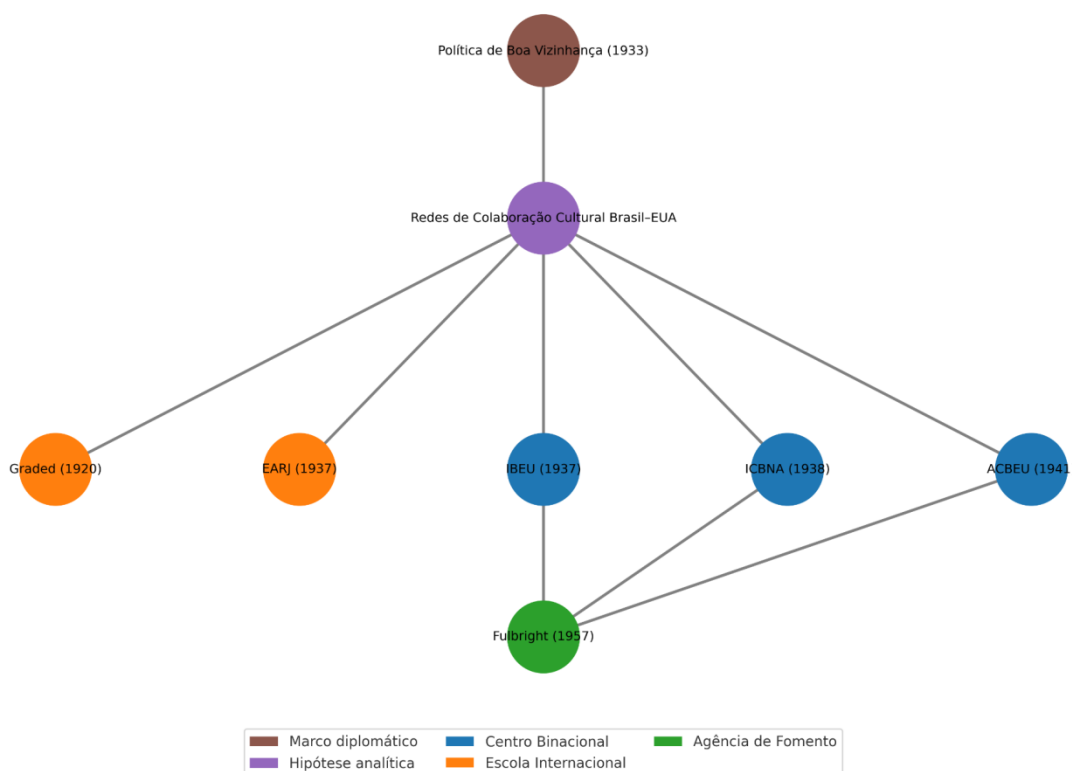
A consolidação das redes de colaboração entre Brasil e Estados Unidos não se deu de forma aleatória ou isolada, mas articulada a estratégias diplomáticas e a políticas culturais formuladas a partir da década de 1930. Nesse sentido, torna-se necessário compreender o surgimento das instituições fundadoras não apenas como eventos históricos pontuais, mas como parte de um arranjo mais amplo, sustentado por projetos de poder simbólico, trocas educacionais e disputas de memória. A tese adota como recurso metodológico e visual o uso de sociogramas — representações gráficas das relações entre atores, instituições ou eventos, fundamentadas nos princípios da análise de redes sociais.

O conceito foi originalmente sistematizado por Jacob L. Moreno (1951)¹, que os definiu como instrumentos capazes de tornar visíveis as estruturas relacionais, evidenciando fluxos de prestígio, influência e exclusão em grupos sociais. No presente trabalho, os sociogramas são empregados como ferramenta crítica para mapear as conexões entre centros binacionais, escolas internacionais e programas de intercâmbio vinculados à diplomacia cultural dos Estados Unidos no Brasil. Essas representações não têm função ilustrativa, mas, configuram-se como formas gráficas de argumentação, revelando zonas de apagamento, centralidades simbólicas e padrões de legitimação.

¹ MORENO, Jacob L. **Who Shall Survive?** Foundations of Sociometry, Group Psychotherapy and Sociodrama. Beacon House: New York, 1951.

As redes foram construídas a partir do banco de dados Memória Social BRA–EUA, elaborado inicialmente na dissertação de mestrado do autor (Pinnow, 2014) com foco no Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA) e posteriormente ampliado na presente pesquisa para abranger um conjunto mais amplo de instituições, fontes memoriais e registros diplomáticos.

Figura 1 – Sociograma – Três camadas da rede de colaboração cultural Brasil–EUA:



Nota: Dados históricos e institucionais da pesquisa (2021–2025).

(1) Marco diplomático – Política de Boa Vizinhança (1933);

(2) Hipótese analítica – redes simbólicas de colaboração cultural;

(3) Instituições fundadoras – Graded, EARJ, IBEU, ICBNA, ACBEU, Fulbright (como articulador posterior).

Fonte: Autoria própria (2025).

O sociograma apresentado representa uma síntese visual da hipótese central desta pesquisa, estruturada em três camadas analíticas e cronológicas. Na parte superior, inscreve-se o marco diplomático da Política de Boa Vizinhança, formulada em 1933, que delineou uma nova estratégia de aproximação entre os Estados Unidos e os países da América Latina, com ênfase na cultura, na educação e na construção de vínculos simbólicos (González, 2005; Saunders, 1999). Essa inflexão da política externa estadunidense resultou em uma série de programas e iniciativas

voltadas à disseminação de valores e ao fortalecimento das conexões interinstitucionais, criando as bases para o que seria definido, mais tarde, como diplomacia cultural.

A segunda camada do sociograma representa a hipótese analítica da tese: a existência de redes de colaboração cultural e simbólica entre Brasil e Estados Unidos, estruturadas em torno de fluxos educacionais, programas de intercâmbio, projetos de formação de elites e práticas de legitimação institucional (Pinnow, 2023). Essa rede não é apenas empírica, mas epistemológica — um campo de disputa pela memória, pelos sentidos e pela circulação de repertórios.

Na base do gráfico, situam-se as instituições fundadoras dessas redes no Brasil: a Graded – The American School of São Paulo (1920), a Escola Americana do Rio de Janeiro – EARJ (1937), e os centros binacionais IBEU (1937), ICBNA (1938) e ACBEU (1941). Embora com naturezas distintas, essas instituições compartilham o alinhamento com a diplomacia educacional norte-americana e atuam como dispositivos de mediação cultural. A Comissão Fulbright, criada em 1946 nos Estados Unidos e iniciada no Brasil na década de 1950, surge como conector posterior e articulador da internacionalização acadêmica no período pós-guerra (Fulbright, 2023), vinculando-se a várias dessas instituições como promotora de programas, bolsas e intercâmbios.

De fato, visualizar essas conexões permite reforçar a tese de que as redes de colaboração Brasil–EUA não emergem de forma isolada, mas atuam como desdobramentos históricos de estratégias diplomáticas e disputas culturais. A imagem sintetiza, portanto, o ponto de partida investigativo desta pesquisa, reunindo os dados empíricos, os marcos políticos e a hipótese teórico-metodológica que orienta a análise.

Conforme propõe Drucker (2014), visualizações como essa não devem ser interpretadas como representações objetivas da realidade, mas como atos interpretativos situados, que encenam relações de poder, silenciamentos e hierarquias institucionais. Nesse sentido, a análise relacional aqui apresentada reforça o argumento central da investigação desenvolvida: os arquivos e as redes não são neutros, mas configuram-se como dispositivos dinâmicos de memória, alinhamento político e reprodução simbólica.

Compreender a história das redes de colaboração entre Brasil e Estados Unidos exige mais do que a reconstituição linear de fatos ou a narrativa simplificada

de aproximações diplomáticas. É necessário adentrar nos interstícios da memória institucional, explorar as zonas de silêncio e identificar os dispositivos que moldaram — e moldam — o que se recorda e o que se esquece. Este percurso investigativo se insere nesse campo de disputa simbólica, partindo da premissa de que o arquivo não é um repositório neutro, mas um território em disputa, constantemente reorganizado por práticas de curadoria do apagamento, conceito central desenvolvido ao longo deste trabalho.

Neste âmbito, entende-se por curadoria do apagamento uma chave analítica para compreender como os arquivos institucionais e discursivos das redes de colaboração Brasil–EUA foram moldados por práticas seletivas de memória. Não se trata apenas de omissão ou lacuna, mas de um processo ativo de gestão simbólica, no qual o que se cala é tão estruturante quanto o que se registra.

Trata-se de uma investigação que integra o que se denomina de arquivo vivo — não um conjunto estanque de documentos, mas um campo dinâmico de memórias em tensão, cujas ausências dizem tanto quanto presenças. Ao articular práticas de leitura crítica, análise relacional e recursos das Humanidades Digitais, propõe-se um percurso metodológico que não apenas explora os registros disponíveis, mas busca evidenciar os processos pelos quais determinadas memórias foram construídas e outras, relegadas.

A problemática que guia esta produção doutoral nasce de um percurso intelectual e profissional já consolidado. A dissertação de mestrado², defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, debruçou-se sobre o Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA)³, em Porto Alegre, e suas conexões com a diplomacia cultural dos Estados Unidos no contexto da política de Boa Vizinhança. O livro resultante daquela pesquisa — As

² PINNOW, Rodrigo Vieira. **As inferências culturais da política externa estadunidense sobre a América Latina no século XX: o caso do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA-RS)**. 2014. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgh/files/2016/09/2014-rodrigo-pinnow.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2025.

³ O acesso ao acervo documental do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA), em Porto Alegre, foi viabilizado em virtude do vínculo empregatício do autor com a instituição, no contexto do projeto de organização e pesquisa desenvolvido para a comemoração dos 70 anos do Instituto. Durante esse processo, foi possível identificar, organizar e digitalizar um conjunto expressivo de documentos institucionais, fotografias, periódicos, catálogos de obras de arte e demais registros históricos. O acervo, até então disperso e sem inventário sistematizado, revelou elementos essenciais para a análise das redes de colaboração cultural e para a compreensão do papel do ICBNA como espaço de memória social. Ao longo da pesquisa, foram digitalizados aproximadamente 600 itens, o que permitiu conexões valiosas entre a memória social de Porto Alegre e a configuração das redes de colaboração norte-americanas no Brasil.

inferências culturais da política externa estadunidense sobre a América Latina no século XX: o caso do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano⁴, publicado em 2023 pela Editora Dialética — evidenciou que o caso do ICBNA não era um fenômeno isolado. Pelo contrário: integrava uma rede mais ampla, complexa e historicamente subexplorada de práticas de colaboração cultural e educacional.

Ao longo do processo de pesquisa e redação desta produção doutoral, consolidou-se um percurso formativo e profissional intimamente conectado ao objeto investigado. A conclusão da graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (2025) e da especialização em Moderna Educação pela PUCRS (2024) — ambas realizadas no decurso desta pesquisa — dialoga diretamente com a atuação contínua como professor de Estudos Sociais Brasileiros na Pan American School de Porto Alegre desde 2015. Inserido em um currículo que articula a BNCC ao International Baccalaureate (MYP), o trabalho docente em uma escola internacional expôs, cotidianamente, as tensões entre narrativas nacionais, repertórios culturais globais e processos de formação simbólica.

Essa experiência, somada à trajetória anterior no Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA), em que o pesquisador atuou por quase uma década, não apenas o aproximou dos acervos e repertórios analisados, como também reforçou a percepção de que as redes de colaboração Brasil–EUA devem ser compreendidas como estruturas vivas, pautadas por disputas narrativas, usos da memória e regimes de visibilidade cultural. Com efeito, essa imersão direta e continuada forneceu o lastro empírico e epistemológico necessário para a formulação da hipótese central da tese.

A presente investigação dá continuidade a um percurso já consolidado em trabalhos anteriores — em especial, à dissertação de mestrado (Pinnow, 2014) e à publicação em livro (Pinnow, 2023) —, mas avança ao expandir o escopo empírico e metodológico. Se os estudos iniciais privilegiaram o caso do ICBNA e suas conexões no âmbito da Política de Boa Vizinhança, esta pesquisa de doutorado amplia a análise para um conjunto mais vasto de instituições, abarcando centros binacionais, escolas internacionais e programas de cooperação cultural e

⁴ PINNOW, Rodrigo Vieira. **As inferências culturais da política externa estadunidense sobre a América Latina no século XX: o caso do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano**. São Paulo: Editora Dialética, 2023. Disponível em: <https://loja.editoradialetica.com/humanidades/as-inferencias-culturais-da-politica-externa-estadunidense-sobre-a-América-Latina-no-seculo-xx-o-caso-do-instituto-cultural-brasileiro-norte-americano-icbnars>. Acesso em: 07 jun. 2025.

educacional. A ampliação do escopo investigativo para esta pesquisa de doutorado se estruturou em torno de um objetivo claro: mapear e problematizar as redes de colaboração cultural e educacional entre Brasil e Estados Unidos, explicitando como essas redes foram modeladas por processos de seleção, legitimação e esquecimento. A tese dialoga, assim, com uma literatura consolidada sobre *soft power* e diplomacia cultural, mas propõe uma contribuição original ao articular essas discussões com o campo da memória social e com práticas metodológicas oriundas das Humanidades Digitais.

Desde o início, a tese assume uma perspectiva crítica em relação à naturalização das redes de colaboração como espaços neutros ou exclusivamente benéficos. Reconhecendo que essas redes tiveram papel fundamental na circulação de saberes e na ampliação de horizontes culturais, esta pesquisa busca, contudo, evidenciar os mecanismos pelos quais elas também participaram de processos de conformação simbólica, seleção de elites e construção de narrativas hegemônicas.

Assim, o trabalho se estrutura em torno de alguns eixos conceituais fundamentais:

- Curadoria do apagamento — como os processos de seleção documental e narrativa moldaram a memória das relações culturais Brasil–EUA.
- Arquivo vivo — abordagem que entende o arquivo como campo dinâmico e em disputa, e não como repositório estático.
- Humanidades Digitais — não como adereço metodológico, mas como ferramenta crítica para análise relacional, visualização de redes e problematização dos discursos.
- *Soft Power* e diplomacia cultural — como práticas estruturantes dessas redes, compreendidas a partir da literatura especializada, mas ressignificadas aqui com base na análise empírica dos acervos.
- Contribuição para uma historiografia crítica das relações culturais Brasil–EUA — ao articular memória social, diplomacia cultural e Humanidades Digitais, a pesquisa propõe uma abordagem metodológica inovadora e replicável em outros campos de estudo.

1.1 Objetivos

Os objetivos que orientam esta investigação são detalhados a seguir:

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a formação, expansão e silenciamentos das redes de colaboração cultural e educacional entre os Estados Unidos e o Brasil, com ênfase nos centros binacionais, escolas internacionais e programas educacionais e culturais.

1.1.1 Objetivos específicos

- identificar os processos de curadoria do apagamento nos acervos institucionais e diplomáticos;
- mapear as redes de colaboração cultural por meio de ferramentas das Humanidades Digitais;
- analisar a formação de elites simbólicas vinculadas à diplomacia cultural;
- propor uma abordagem metodológica que integre análise crítica de arquivos, dados relacionais e representações visuais como instrumentos de investigação historiográfica.

Como parte da abordagem metodológica adotada nesta tese, recursos visuais complementares — mapas mentais, sociogramas, linhas do tempo, fluxogramas e representações gráficas — foram gerados com o intuito de tornar visíveis padrões, conexões e dinâmicas identificadas ao longo da análise. Essas visualizações, produzidas pelo próprio autor com base nos dados primários e secundários mobilizados na pesquisa, não devem ser compreendidas como ilustrações acessórias, mas como instrumentos críticos de leitura, interpretação e apresentação das redes de colaboração e dos processos de curadoria da memória analisados. Essa estratégia dialoga com os aportes contemporâneos das Humanidades Digitais aplicadas à historiografia e à análise cultural.

Com base nesses fundamentos, a introdução que se segue busca consolidar o arcabouço teórico e metodológico da pesquisa, apresentando os referenciais que sustentam a análise e delineando a contribuição que esta proposta analítica

construída se pretende oferecer para os campos da memória social, da diplomacia cultural e das Humanidades Digitais aplicadas à historiografia.

Ao longo do percurso que resultou neste trabalho, a consolidação de uma abordagem crítica sobre as redes de colaboração cultural entre Brasil e Estados Unidos foi reforçada por produções recentes que dialogam diretamente com as questões aqui desenvolvidas, inserindo a pesquisa em um campo de estudos em crescente consolidação e circulação internacional. Entre elas, destaca-se o artigo “Espectros da difusão cultural norte-americana no Brasil”, publicado na Revista Acervo (2024), o capítulo “Acervos digitais frente ao enquadramento de memória” (2024), e as comunicações apresentadas no XX ENECULT (2024) e no IV Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina (USP, 2024). Essas contribuições evidenciam a relevância e a atualidade da investigação proposta, bem como sua inserção nos debates contemporâneos sobre memória social, diplomacia cultural e Humanidades Digitais.

As seções a seguir apresentam os fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam a tese, organizada em seis blocos articulados. Parte-se das contribuições da memória social (1.1), passando pela análise da diplomacia cultural (1.2) e das ferramentas interpretativas das Humanidades Digitais (1.3). Em seguida, detalha-se a metodologia da pesquisa (1.4), explicitam-se os princípios da curadoria autoral e da construção discursiva (1.5) e, por fim, são delineadas as contribuições da investigação e seu horizonte interpretativo (1.6). Essa estrutura fornece o arcabouço conceitual necessário para compreender a articulação entre os arquivos das redes Brasil–EUA e os processos de silenciamento, consagração e disputa simbólica examinados ao longo deste estudo.

1.2 Memória Social

A construção da memória institucional das redes de colaboração Brasil–Estados Unidos é um campo de disputa simbólica em que diferentes atores e instituições moldam ativamente as narrativas do passado. Longe de constituírem um simples repositório neutro de registros, os acervos dos centros binacionais e das escolas internacionais operam como arquivos vivos, sujeitos a práticas contínuas de seleção, silenciamento e legitimação. Este trabalho parte da premissa de que a

memória dessas redes é indissociável das estratégias de poder que atravessaram — e ainda atravessam — seus processos de constituição e reprodução.

As práticas de curadoria do apagamento identificadas nos acervos analisados refletem decisões explícitas e implícitas sobre o que deve ser lembrado e o que deve ser relegado ao esquecimento. Nesse contexto, a abordagem proposta por Elizabeth Jelin (2002) oferece uma chave interpretativa essencial: os usos públicos da memória institucional são sempre permeados por disputas de poder, resultando em versões autorizadas da história que servem a interesses sociais específicos. Nos centros binacionais e nas escolas internacionais, essas políticas da memória atuam na construção de identidades e na legitimação de vínculos culturais e simbólicos com os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que silenciam conflitos, resistências e ambiguidades.

A seletividade dessas memórias é estruturada por quadros sociais que determinam os critérios de preservação e transmissão do passado. Como discute Maurice Halbwachs (2006), é no interior desses quadros que as memórias coletivas se constroem e se atualizam, refletindo as necessidades e valores dos grupos sociais dominantes. No caso das redes de colaboração Brasil–Estados Unidos, esses quadros foram fortemente moldados por elites locais e por diretrizes simbólicas alinhadas à diplomacia cultural estadunidense. A análise dos acervos evidencia como essa configuração social orientou a ênfase em temas como modernização, parceria e intercâmbio, enquanto aspectos relacionados a assimetrias políticas e disputas internas foram progressivamente marginalizados.

Quadro 1 – Contribuições teóricas para a análise da memória social das redes de colaboração Brasil–Estados Unidos (continua)

Autor(a) / Obra	Contribuição central para a análise
Elizabeth Jelin (2002)	Memória como campo de disputa; usos públicos da memória; políticas da memória institucional.
Maurice Halbwachs (2006)	Quadros sociais como estrutura da memória coletiva; memória moldada por interesses do presente.
Paul Ricœur (2007)	Esquecimento comandado; tensão entre lembrança, apagamento e reconstrução narrativa do passado.
Pierre Nora (2008)	Lugares de memória como dispositivos simbólicos de institucionalização da história e da identidade.
Michael Pollak (1989)	Silenciamentos e exclusões como práticas ativas de gestão da memória coletiva.

Quadro 1 – Contribuições teóricas para a análise da memória social das redes de colaboração Brasil–Estados Unidos (conclusão)

Autor(a) / Obra	Contribuição central para a análise
Aleida Assmann (2010)	Distinção entre cânone e arquivo; memória cultural e processos seletivos de legitimação.
Astrid Erll (2008)	Memórias transculturais; ressignificação de narrativas em contextos locais e circulação global.

Fonte: Autoria própria (2025).

Os mecanismos de gestão seletiva da memória trabalham em múltiplos níveis. No plano da organização dos acervos, observa-se uma hierarquização de conteúdos que privilegia registros de eventos comemorativos, iniciativas de cooperação e depoimentos de figuras alinhadas ao discurso institucional. No discurso público, a produção de livros comemorativos, relatórios e materiais de divulgação reforça uma narrativa harmônica das relações culturais Brasil–Estados Unidos. Ricœur (2007), ao conceituar o esquecimento comandado, ilumina esses processos, nos quais o silêncio não é ausência fortuita, mas resultado de práticas deliberadas de gestão simbólica.

As estratégias discursivas que permeiam essas memórias reforçam uma visão idealizada das redes de colaboração. Os marcos comemorativos, as narrativas institucionais e os eventos simbólicos reiteram continuamente a imagem de uma parceria exemplar, dissociada das tensões e contradições históricas que também marcaram essas experiências. A análise desses processos revela como os centros binacionais e as escolas internacionais não apenas preservam memórias, mas produzem ativamente representações do que deve ser lembrado e celebrado.

Certos espaços, rituais e práticas discursivas funcionam como lugares de memória, em que se cristalizam visões específicas do passado. A partir dessa perspectiva, Nora (2008) auxilia a compreender como os próprios centros, seus eventos e suas publicações agem como âncoras simbólicas que reforçam determinados discursos. A institucionalização desses lugares de memória contribui para a naturalização de uma história consensual das redes de colaboração, ocultando outras possibilidades narrativas.

A função reguladora da memória institucional torna-se ainda mais evidente quando se examinam as ausências e os silêncios que permeiam os acervos. Pollak (1989) alerta que aquilo que é silenciado em uma memória coletiva revela tanto quanto aquilo que é lembrado. O mapeamento das lacunas documentais e das

vozes marginalizadas nos acervos dos centros binacionais e das escolas internacionais permite evidenciar os limites das narrativas oficiais e os processos de exclusão simbólica que as sustentam.

Essa dinâmica é reforçada pela distinção entre cânone e arquivo proposta por Assmann (2010). Enquanto o cânone institui um conjunto de memórias legitimadas e amplamente difundidas, o arquivo abriga registros mais heterogêneos, nem sempre mobilizados nos discursos institucionais. A análise crítica dos acervos revela como as práticas de curadoria atuaram para consolidar um cânone que privilegia as dimensões culturais e educativas das redes de colaboração, marginalizando registros relacionados a conflitos políticos, resistências locais e impactos controversos das políticas de *soft power*.

Por fim, a dimensão transnacional dessas memórias merece atenção. Erll (2008) enfatiza que as memórias não são estáticas nem circunscritas a fronteiras nacionais; circulam, são apropriadas e ressignificadas em contextos locais. No caso das redes de colaboração Brasil-Estados Unidos, os fluxos culturais transnacionais desempenharam papel central na construção das memórias institucionais. A análise desses processos revela como os discursos e práticas culturais estadunidenses foram integrados, reinterpretados e naturalizados no contexto brasileiro, contribuindo para a consolidação de uma memória institucional alinhada aos interesses das elites locais e às estratégias da diplomacia cultural norte-americana.

Ao integrar essas diferentes dimensões — quadros sociais, curadoria do apagamento, arquivo vivo, práticas discursivas e circulação transnacional de memórias — a abordagem adotada neste trabalho propõe uma análise crítica e aprofundada dos processos pelos quais as redes de colaboração Brasil-Estados Unidos construíram, reproduziram e legitimaram suas memórias institucionais, evidenciando as dinâmicas de poder e os silenciamentos que permeiam suas narrativas. Ainda neste viés, a compreensão crítica desses processos reforça o conceito de arquivo vivo que sustenta esta tese. Os acervos das instituições analisadas não são depósitos passivos de registros, mas espaços em constante negociação de sentidos, sujeitos a práticas recorrentes de atualização, exclusão e reinterpretação. O arquivo vivo é, portanto, mais do que uma metáfora: é um campo ativo de poder, cujas formas de preservação e apagamento da memória funcionam como instrumentos estratégicos de produção de identidade, pertencimento e legitimidade institucional.

1.3 Diplomacia Cultural

As redes de colaboração Brasil-Estados Unidos, no contexto desta pesquisa, são compreendidas como estruturas dinâmicas e historicamente situadas, compostas por múltiplos atores, instituições e fluxos simbólicos que interagem em diferentes escalas e temporalidades. Longe de configurarem sistemas neutros ou espontâneos, essas redes são atravessadas por dinâmicas de poder, legitimação e disputa.

Como observa Castells (2006), uma rede constitui uma “estrutura aberta que evolui ao incorporar ou excluir nós, em função dos objetivos e programas que orientam sua atuação” (p. 7). Nesse processo, a constituição e a reprodução das redes de colaboração Brasil–EUA envolveram tanto estruturas formais — como centros binacionais, escolas internacionais e programas de intercâmbio — quanto circuitos informais de influência e sociabilidade, nos quais o capital simbólico desempenhou papel decisivo. O conceito de poder simbólico, formulado por Bourdieu (2010), contribui para evidenciar como tais redes atuam como espaços de consagração e circulação de prestígio, identidade e reconhecimento, refletindo as relações de força no campo cultural e educacional. A análise dessas redes, portanto, requer uma abordagem que articule os planos documental, relacional e discursivo, reconhecendo seu caráter construído e orientado por interesses específicos.

As redes de colaboração cultural e educacional entre Brasil e Estados Unidos consolidaram-se em meio a articulações complexas entre interesses geopolíticos norte-americanos e elites locais dispostas a mediar esses fluxos simbólicos. No contexto brasileiro, os centros binacionais e as escolas internacionais configuraram-se como espaços estratégicos para a difusão de repertórios culturais associados ao modelo estadunidense. Entretanto, a constituição dessas redes não foi um processo unidimensional. As elites locais desempenharam um papel ativo na legitimação institucional dessas iniciativas, moldando seus quadros sociais e definindo as narrativas que permeiam ainda hoje sua memória institucional.

Como demonstra Halbwachs (2006), as memórias coletivas são sempre ancoradas em quadros sociais que determinam as formas de preservação e transmissão do passado. No caso das redes de colaboração, a análise desses quadros revela a presença de atores posicionados em esferas de poder e prestígio, cuja atuação foi decisiva na construção simbólica dessas instituições.

No Rio de Janeiro, o Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU) contou com nomes como Oswaldo Aranha, Assis Chateaubriand, Gilberto Freyre, Afrânio Peixoto e Austregésilo de Athayde, articulando interesses políticos, diplomáticos e culturais no cenário nacional. Em Porto Alegre, o Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA) teve entre seus quadros Erico Verissimo, Dante de Laytano, Say Marques e Moysés Vellinho, intelectuais cujas trajetórias conferiram legitimidade e prestígio ao projeto institucional.

Na Bahia, a Associação Cultural Brasil-Estados Unidos (ACBEU) reuniu personalidades como Arquimedes Pereira Guimarães, Anísio Massorra, Jorge Calmon e Geraldo Dannemann, cujas inserções em campos como a educação, o jornalismo e a política reforçaram a capacidade da instituição de se projetar como espaço de interlocução cultural.

Essa arquitetura simbólica permitiu que os centros binacionais funcionassem como espaços de consagração e reprodução de elites simbólicas. Como aponta Bourdieu (2010, p. 14), “o poder simbólico atua na imposição de classificações legítimas do mundo social, naturalizando visões e práticas que servem à reprodução de estruturas de dominação”. No caso dessas instituições, o capital simbólico mobilizado pelos fundadores e dirigentes não apenas legitimou suas atividades culturais, mas também consolidou um imaginário no qual a aproximação com os Estados Unidos aparecia como um vetor natural de modernização e prestígio.

Essas instituições não apenas ensinaram a língua inglesa: promoveram valores, repertórios e práticas culturais alinhadas ao modelo norte-americano de sociabilidade, empreendedorismo e liberdade individual. O currículo, os eventos comemorativos, os programas de intercâmbio e os selos de reconhecimento funcionam como vetores de naturalização dessa hegemonia simbólica. Nos documentos analisados, a recorrência de termos como “cooperação cultural”, “amizade binacional” e “valores compartilhados” denota uma construção discursiva orientada à harmonização das diferenças e à obliteração dos conflitos.

A diplomacia cultural não se realizou, portanto, como mera exportação de cultura. Ela foi elaborada em conjunto pelas elites locais, que utilizaram os recursos oferecidos por essas redes para fortalecer suas próprias posições. Essa coprodução simbólica explica a longevidade e a capilaridade dos centros binacionais e das escolas internacionais no Brasil. Esses espaços atuaram como campos de

legitimação simbólica, possibilitando que agentes locais ampliassem seu capital cultural e sua inserção em circuitos transnacionais de prestígio.

Ao abordar a trajetória desses centros, torna-se necessário considerar não apenas seus marcos fundacionais, mas também os silêncios e apagamentos que estruturam suas narrativas institucionais. Os livros comemorativos e os materiais de divulgação institucional priorizam narrativas harmônicas e consensuais, enquanto aspectos conflituosos ou controversos permanecem ausentes ou marginalizados. Essa prática de curadoria seletiva reforça a noção de arquivo vivo, no qual a gestão da memória é indissociável das estratégias de reprodução simbólica e de poder.

A análise cruzada da base de dados relacional construída a partir de fontes documentais e memoriais das redes de colaboração Brasil-Estados Unidos, sistematizada ao longo desta pesquisa, dos dados biográficos de dirigentes e ex-alunos e dos acervos comemorativos permite mapear não apenas as conexões institucionais, mas também os fluxos simbólicos que sustentaram a formação de elites transnacionais. Tais elites, educadas em contextos marcados pela interlocução com os Estados Unidos, passaram a ocupar posições de destaque em esferas como a diplomacia, a educação superior, o terceiro setor e os meios de comunicação. A investigação dessas trajetórias e de seus vínculos com as redes de colaboração será aprofundada no Capítulo 2, que examina os centros binacionais como estruturas simbólicas de longo alcance, organizadas a partir de uma lógica relacional e seletiva.

1.4 Humanidades Digitais

Ao adotar o conceito de curadoria do apagamento como chave interpretativa para a análise das redes de colaboração Brasil-EUA, esta pesquisa não poderia prescindir das ferramentas e aportes das Humanidades Digitais. Não se trata de um uso instrumental ou decorativo desses recursos, mas da sua integração metodológica à investigação historiográfica, em sintonia com um campo que tem evidenciado o potencial crítico das práticas digitais aplicadas à memória, aos arquivos e às narrativas históricas.

A proposta de trabalhar com um arquivo vivo, conceito que percorre esta pesquisa, implica reconhecer o caráter dinâmico e relacional dos acervos em análise. Nesse sentido, ferramentas como análise relacional, visualização de redes e

leitura distante (*distant reading*)⁵ foram incorporadas como aliadas interpretativas para explorar os fluxos, padrões e silenciamentos que atravessam os documentos e discursos institucionais.

A adoção de estratégias digitais no âmbito desta pesquisa não se deu como mera instrumentalização técnica, mas como um gesto crítico e curatorial que opera em três camadas: a análise relacional das redes, a visualização interpretativa dos vínculos simbólicos e a leitura distanciada dos acervos textuais. Esses procedimentos permitiram analisar a materialidade documental dos arquivos institucionais e destacar padrões de apagamento, silenciamento e legitimação presentes nos discursos oficiais das redes de colaboração Brasil–EUA.

A chamada leitura distanciada, proposta em parte pelas humanidades digitais contemporâneas, foi mobilizada aqui como uma alternativa metodológica que não exclui a interpretação profunda, mas a reconstrói a partir da observação de padrões e ausências (Moretti, 2013). Ao utilizar ferramentas como o Voyant Tools, foi possível detectar recorrências lexicais, frequência de conceitos-chave e campos semânticos omitidos nos documentos das instituições. Esse tipo de leitura, ao invés de apagar a subjetividade do pesquisador, a desloca para o plano da curadoria crítica, permitindo reconhecer como a forma também é política.

No lugar de visualizar dados como espelhos da realidade, esta pesquisa adota o pressuposto de que toda visualização é uma construção situada, marcada por escolhas epistemológicas e disputas narrativas. Essa perspectiva se articula com a defesa da visualização como um ato interpretativo, conforme argumenta Drucker (2014), para quem os gráficos e quadros não representam realidades objetivas, mas encenam interpretações — com todas as marcas de escolha, corte e silenciamento que esse processo implica.

Também se considera aqui a análise quantitativa literária proposta por Jockers (2014) que, embora sua proposta dialogue com modelos estatísticos e correlações textuais automatizadas, seu enfoque difere da perspectiva crítica e situada adotada neste trabalho. A coleta e a organização de padrões em larga escala foram empregadas como ferramentas críticas — não como fim em si

⁵ O conceito de *distant reading*, formulado por Franco Moretti, propõe uma abordagem interpretativa em que o distanciamento em relação ao objeto — geralmente grandes volumes de textos — permite identificar padrões, recorrências e estruturas narrativas invisíveis à leitura tradicional. Na presente tese, essa estratégia é aplicada à análise de documentos institucionais e discursos oficiais, buscando evidenciar elementos silenciados ou categorias repetidas ao longo do tempo. Cf. MORETTI, Franco. ***Distant Reading***. London: Verso, 2013.

mesmas. Os mapas de rede, os gráficos de presença e ausência e os fluxogramas metodológicos funcionam, portanto, como dispositivos heurísticos de leitura e crítica. O uso das humanidades digitais não substitui a análise histórica ou discursiva — ele a amplia, tensiona e obriga o pesquisador a encarar suas escolhas teóricas e éticas com mais nitidez. Não há aqui um fetichismo da técnica, mas uma apropriação situada e epistemologicamente coerente com o objeto desta investigação.

A triangulação entre fontes primárias, dados relacionais e análise discursiva constituiu o cerne da abordagem metodológica adotada. Os sociogramas elaborados a partir da base de dados relacional construída nesta pesquisa permitiram visualizar as redes de colaboração e influência entre instituições, atores e programas, evidenciando os vínculos que sustentaram a circulação de saberes e práticas culturais. Os mapas georreferenciados revelaram a expansão territorial dessas redes ao longo das décadas, enquanto as análises lexicais revisitaram os vocabulários recorrentes e as categorias de discurso privilegiadas nos acervos.

Destarte, mais do que reforçar a dimensão visual da tese, essas práticas das Humanidades Digitais contribuíram para aprofundar a análise crítica dos processos de memória e silenciamento. Ao tornar visíveis os padrões de conexão e desconexão, as hierarquias simbólicas e as ausências documentais, as visualizações produzidas nesta pesquisa reforçam a compreensão do arquivo como um espaço em disputa — um arquivo vivo, permanentemente moldado por práticas de curadoria do apagamento.

Essa integração entre teoria, método e prática digital constitui uma das contribuições centrais desta investigação, evidenciando o potencial das Humanidades Digitais como aliadas de uma historiografia crítica e inovadora. Ao longo dos capítulos seguintes, as visualizações geradas serão acionadas não como adereços ilustrativos, mas como instrumentos de leitura e problematização dos processos históricos analisados.

Ao conectar teoria, experiência situada e recursos digitais, o presente trabalho reafirma que as Humanidades Digitais não funcionam como adereço metodológico, mas como ferramenta crítica para pensar os arquivos como campos de disputa. A visualidade aqui construída é parte integrante da argumentação, conferindo densidade interpretativa às análises. Ela oferece não apenas uma nova forma de apresentar os dados, mas de compreendê-los. Nesse gesto, reforça-se o compromisso com uma historiografia atenta às ausências, capaz de investigar os

silêncios e propor novas leituras das redes de colaboração cultural entre Brasil e Estados Unidos.

A articulação entre análise documental, relacional e discursiva, detalhada no bloco seguinte, não deve ser compreendida como uma sequência linear ou compartimentada. Cada uma dessas abordagens incide sobre o objeto de forma complementar, recusando fronteiras rígidas e se entrelaçando por justaposição interpretativa. Em vez de etapas sucessivas, trata-se de camadas analíticas que se sobrepõem, formando uma malha de leitura crítica construída ao longo do percurso investigativo.

A visualização a seguir, construída a partir de um diagrama de Venn, sintetiza essa intersecção metodológica, evidenciando os pontos de contato e os atravessamentos entre os três eixos que sustentam a proposta analítica desta produção doutoral. Além de representar a coexistência de métodos, essa forma visual busca explicitar o movimento de sobreposição entre campos — documento, rede e discurso — que orientou a construção das hipóteses e das estratégias interpretativas adotadas.

Figura 2 – Diagrama de Venn com sobreposição das três camadas metodológicas



Fonte: Autoria própria, com base na estrutura metodológica desenvolvida na tese (2025).

1.5 Metodologia detalhada

A metodologia desenvolvida neste estudo resulta de uma inflexão crítica no percurso do pesquisador, especialmente a partir dos limites identificados na dissertação de mestrado e no livro publicado em 2023 (Pinnow, 2014; 2023). Ambos os trabalhos contribuíram para consolidar uma análise simbólica das redes culturais Brasil–EUA, mas ainda não estruturaram de forma sistemática uma triangulação metodológica capaz de articular diferentes camadas de leitura e múltiplas formas de inscrição documental. Com base nessa constatação, a pesquisa propõe uma arquitetura metodológica composta por três dimensões analíticas articuladas: análise documental, análise relacional e análise discursiva. Cada uma dessas camadas funciona de forma integrada sobre os acervos institucionais, problematizando as lógicas de legitimação, apagamento e silenciamento que configuram os arquivos como construções simbólicas e campos de disputa. A análise documental é conduzida por procedimentos intertextuais e heurísticos, embasada na compreensão de que os arquivos não funcionam como repositórios neutros, mas como dispositivos seletivos de poder e visibilidade.

A presença constante do termo “rede” ao longo da investigação aqui desenvolvida exige sua explicitação como categoria analítica. Aqui, redes não são apenas conjuntos de conexões técnicas entre instituições, mas configurações simbólicas e discursivas atravessadas por assimetrias, disputas e gramáticas de legitimidade.

A compreensão adotada aproxima-se das reflexões de Castells (2000), para quem as redes são formas privilegiadas de organização do poder e da comunicação na era informacional, e dialoga com o entendimento de Ricoeur (2007), que enxerga a memória como um campo estruturado por operações seletivas. Assim, ao articular, centros binacionais, escolas internacionais, programas de intercâmbio e agências de fomento, a tese compreende essas redes como dispositivos narrativos que produzem sentidos sobre identidade, pertencimento e legitimidade cultural. O objetivo, portanto, não é apenas mapear conexões, mas interpretar os fluxos de memória e silenciamento que atravessam essas tramas institucionais.

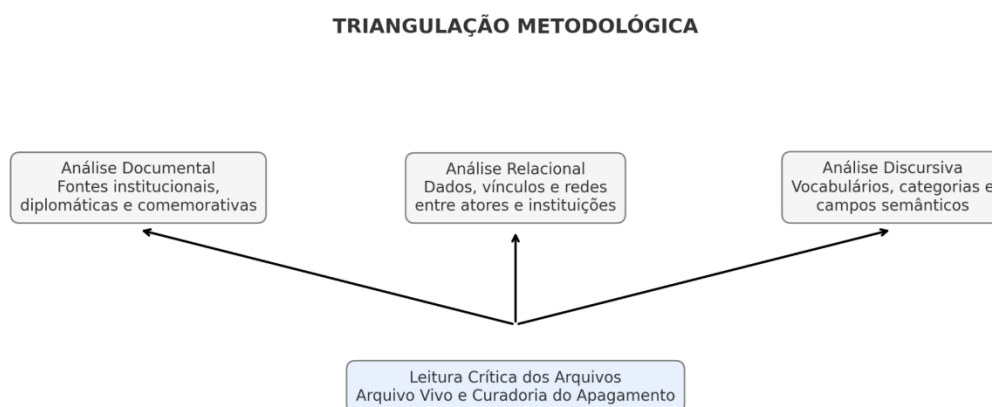
Ao considerar que a memória se estrutura por funções de exclusão e visibilidade (Ricoeur, 2007), e que as redes configuram os fluxos de poder e informação (Castells, 2000), a pesquisa propõe uma leitura em que os vínculos

institucionais são também dispositivos narrativos. Neles, o que circula ou é silenciado não depende apenas do arquivo, mas da forma como ele é estruturado em rede.

A análise relacional, sustentada pelo banco de dados construído no âmbito do projeto Memória Social BRA–EUA (2023-2025), permite mapear conexões institucionais, fluxos simbólicos e zonas de exclusão nas redes de colaboração analisadas. Estruturado a partir de fontes primárias, memoriais institucionais, documentos diplomáticos e planilhas sistematizadas ao longo da pesquisa, esse banco de dados constitui uma base empírica crítica para a elaboração de sociogramas e representações visuais interpretativas. Já a análise discursiva articula procedimentos de leitura distante e observação semântica para evidenciar padrões lexicais, categorias de legitimação e silenciamentos nos textos institucionais produzidos ao longo do século XX.

O ponto de partida é o reconhecimento de que os arquivos não funcionam como repositórios passivos, mas como territórios de disputa, regidos por lógicas seletivas que atribuem visibilidade a determinados eventos, atores e repertórios, ao mesmo tempo em que silenciam ou ocultam outros. Como argumenta Ricoeur (2007), o esquecimento comandado não é ausência de registro, mas um modo ativo de estruturar o campo da memória. Diante disso, a análise documental é aqui tensionada por procedimentos intertextuais e heurísticos que interrogam as camadas visíveis e invisíveis dos acervos. O fluxograma a seguir sintetiza essa triangulação metodológica e sua função como matriz crítica da leitura historiográfica proposta deste estudo.

Figura 3 – Fluxograma da triangulação metodológica: articulação entre análise documental, relacional e discursiva



Fonte: Autoria própria (2025).

A Figura 3 apresenta o fluxograma da triangulação metodológica proposta na pesquisa, estruturada em três eixos analíticos complementares: a análise documental, a análise relacional e a análise discursiva. Esta arquitetura metodológica foi concebida para analisar os arquivos institucionais como campos ativos de disputa e silenciamento, reconhecendo que a memória não é um dado, mas uma construção (Halbwachs, 2006; Ricoeur, 2007).

A análise documental concentrou-se na seleção crítica dos acervos primários incluindo fontes institucionais, diplomáticas e materiais de memória comemorativa, enquanto a análise relacional, apoiada nas ferramentas das Humanidades Digitais, permitiu a construção de sociogramas e mapas de conexão entre atores e instituições (Moretti, 2013). Por fim, a análise discursiva incorporou estratégias de leitura distante e intertextualidade, visando identificar vocabulários recorrentes, padrões lexicais e campos semânticos omitidos nos registros oficiais (Drucker, 2014). O fluxograma sintetiza essa articulação, indicando como cada camada metodológica atua de forma integrada no processo de leitura crítica dos arquivos, problematizando tanto o que está presente quanto o que foi estrategicamente silenciado.

O ponto de partida reside no entendimento de que os arquivos institucionais não se configuram como repositórios neutros de vestígios, mas como campos ativos de disputa simbólica, marcados por dinâmicas de construção, exclusão e silenciamento. Conforme propõe Paul Ricoeur (2007, p. 489), “o esquecimento comandado funciona como um controlador da própria arquitetura da memória, orientando o que será visível, ocultado ou transformado em ausência legítima”.

Tal lógica seletiva, ao estruturar as possibilidades de narrar o passado, exige uma abordagem que vá além da coleta de documentos, demandando uma escuta atenta às zonas de sombra e aos regimes de visibilidade instituídos por essas instituições. Nesse sentido, este trabalho adota uma metodologia fundamentada na articulação entre práticas historiográficas e ferramentas das Humanidades Digitais, funcionando com uma leitura intertextual que tensiona os arquivos enquanto construções discursivas, estruturadas por escolhas políticas, éticas e epistemológicas. Trata-se de uma abordagem que reconhece a curadoria do apagamento como parte constitutiva da materialidade documental, que busca desestabilizar as narrativas oficiais por meio da sobreposição entre análise relacional, discursiva e documental.

A base empírica da pesquisa inclui os documentos institucionais dos centros binacionais — IBEU, ICBNA e ACBEU — além de livros comemorativos, fontes diplomáticas norte-americanas, relatórios consulares, fotografias, materiais promocionais, registros de intercâmbio e documentos oriundos dos arquivos da United States Information Agency e do Bureau of Educational and Cultural Affairs. Esses acervos foram analisados em confronto com o conjunto de dados sistematizados no projeto Memória Social BRA–EUA (2023–2025), cuja organização permitiu mapear vínculos institucionais, trajetórias de atores, cronologias de fundação e redes de intercâmbio cultural, viabilizando a construção dos sociogramas, fluxogramas e diagramas apresentados ao longo da pesquisa.

A atuação direta do autor no processo de digitalização, organização e análise do acervo do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA), especialmente no contexto de celebração dos seus 70 anos, foi determinante para o desenvolvimento da proposta metodológica adotada. Tal experiência propiciou a formulação do conceito de arquivo vivo, compreendido como um espaço em constante negociação simbólica, em que as disputas por visibilidade, legitimidade e silenciamento não apenas permanecem em curso, como desafiam a noção de documento fixo e a falsa neutralidade da preservação institucional. Como argumentado no livro *Espectros da colaboração cultural: arquivos, silêncios e disputas de memória entre Brasil e Estados Unidos* (Pinnow, 2023), a articulação entre prática profissional e trajetória investigativa constitui um eixo estruturante da curadoria autoral e do refinamento epistemológico da pesquisa.

A análise documental concentrou-se na identificação de dispositivos institucionais de legitimação, estratégias recorrentes de silenciamento e gramáticas narrativas que sustentam as versões oficiais das redes de colaboração. A análise relacional, por sua vez, foi desenvolvida com o auxílio do software Gephi⁶, a partir da base de dados relacional organizada pelo autor, consolidando informações sobre a criação, expansão e interconexões entre instituições e programas.

⁶ O Gephi é uma plataforma de software livre voltada à visualização e análise de redes complexas. Permite a construção de sociogramas interativos, com base em dados relacionais, e a aplicação de algoritmos de centralidade, modularidade e agrupamento. Foi utilizado nesta pesquisa como ferramenta de leitura crítica das redes institucionais entre Brasil e Estados Unidos. Cf. BASTIAN, Mathieu; HEYMANN, Sebastien; JACOMY, Mathieu. **Gephi**: an open source software for exploring and manipulating networks. In: International AAAI Conference on Weblogs and Social Media, 2009.

Essa etapa resultou em sociogramas e visualizações que revelam padrões de vinculação entre atores, centros e projetos, evidenciando zonas de concentração e áreas de exclusão na tessitura da diplomacia cultural. Já a análise discursiva foi estruturada com o suporte de ferramentas de leitura distanciada, como o Voyant Tools, que possibilitaram a observação de campos semânticos, vocabulários recorrentes e categorias discursivas omitidas nos acervos. Essa abordagem dialoga com a proposta de Moretti (2013), segundo a qual a observação de padrões, repetições e lacunas semânticas amplia as possibilidades de interpretação crítica dos textos e das estruturas de poder que os organizam.

A relação entre o pesquisador e o objeto não foi compreendida como externa ou objetiva. Ao contrário, as práticas docentes do autor na Pan American School de Porto Alegre e sua atuação junto ao acervo do ICBNA configuraram-se como experiências fundamentais na construção das escolhas teóricas e metodológicas que orientam a abordagem adotada neste trabalho. Como destaca Drucker (2014), toda visualização é uma construção situada — um ato de interpretação que implica escolhas epistemológicas e éticas. Assim, os mapas, gráficos e fluxogramas apresentados não devem ser lidos como representações neutras da realidade empírica, mas como dispositivos de leitura crítica, concebidos para confrontar as narrativas consolidadas e evidenciar os apagamentos que estruturam os arquivos analisados. Essa postura metodológica — situada, crítica e autorreflexiva — reafirma o compromisso com uma historiografia atenta às dinâmicas de silenciamento, às estratégias de consagração e aos usos políticos da memória no campo das relações culturais. Longe de adotar uma neutralidade descritiva, a abordagem aqui proposta busca tensionar os limites do que foi registrado, ausente ou deliberadamente apagado dos acervos que documentam as redes de colaboração entre Brasil e Estados Unidos.

O quadro 2, apresentado a seguir, sintetiza dados fundamentais sobre os centros binacionais mapeados nesta pesquisa, incluindo datas de fundação, formas de vínculo com a diplomacia cultural estadunidense e práticas específicas de construção de memória institucional. Para além de uma simples compilação de informações, trata-se de um recurso analítico que prepara a transição para os capítulos seguintes, nos quais tais elementos serão aprofundados em perspectiva comparada, relacional e situada no contexto mais amplo da Guerra Fria cultural e da formação seletiva de elites intelectuais regionais.

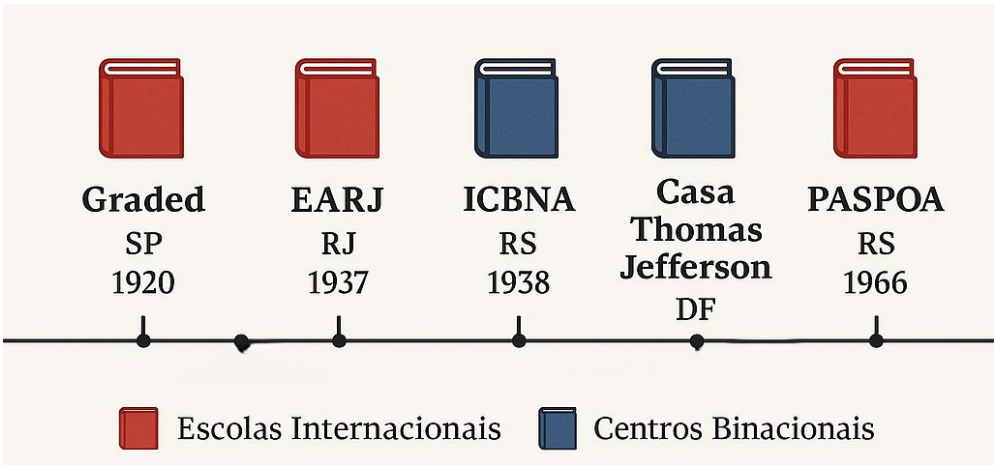
Quadro 2 — Centros binacionais e práticas de memória institucional

Centro binacional / Localização	Fundação	Vínculo com Embaixada/Consulado dos EUA	Práticas de Memória Institucional
Instituto Brasil–Estados Unidos (IBEU) Rio de Janeiro–RJ	1937	Sim – Relação contínua com a Embaixada dos EUA	Livro comemorativo, exposições históricas, produção editorial institucional, acervo de imagens e materiais pedagógicos.
Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA) Porto Alegre–RS	1938	Sim – Vínculos com diplomatas e Câmara de Comércio Brasil–EUA	Digitalização de acervo físico, atas fundacionais, arquivos fotográficos, entrevistas com ex-diretores, projetos de curadoria da memória (Pinnow, 2023).
Associação Cultural Brasil–Estados Unidos (ACBEU) Salvador–BA	1941	Parceria contínua com o Consulado dos EUA e com a rede Education USA	Publicações históricas, eventos institucionais, relatórios de memória, documentos de intercâmbio e práticas arquivísticas desde 1985.

Fonte: Autoria própria (2025).

A visualização cronológica da fundação dos centros binacionais analisados permite evidenciar a progressiva consolidação das redes de colaboração cultural e educacional entre Brasil e Estados Unidos ao longo do século XX. A linha do tempo adiante complementa o quadro anterior ao destacar, de forma sequencial, os momentos de institucionalização dessas iniciativas em três capitais estratégicas — Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador — revelando os ritmos distintos de inserção local e o alinhamento temporal com os ciclos da política externa norte-americana e da diplomacia cultural hemisférica.

Figura 4 – Linha do tempo com datas de fundação dos centros binacionais e escolas internacionais



Fonte: Autoria própria (2025).

A Figura 4 apresenta uma linha do tempo com as datas de fundação de sete instituições centrais para a compreensão das redes de colaboração cultural e educacional entre Brasil e Estados Unidos ao longo do século XX. Inicia-se com a criação da Graded (1920) e da EARJ (1937), duas das primeiras escolas internacionais estabelecidas no país, seguidas pela fundação dos centros binacionais IBEU (1937), ICBNA (1938), ACBEU (1941) e Casa Thomas Jefferson (1963), culminando com a Pan American School of Porto Alegre (PASPOA), em 1966.

Essa visualização não se limita à ordenação cronológica de eventos: ela evidencia a consolidação progressiva dessas redes em múltiplas regiões do território nacional, revelando padrões estratégicos de inserção da diplomacia cultural estadunidense em capitais simbólicas brasileiras. Ao inscrever essas datas no campo da análise visual, reforça-se a dimensão processual da construção da memória institucional, conectando os momentos fundacionais às disputas narrativas que atravessam os acervos e as práticas de celebração e silenciamento ainda vigentes.

A consolidação e manutenção dos acervos institucionais nos centros binacionais apresentados no quadro 2 evidencia que a memória dessas redes não está dissociada das dinâmicas de poder e das estratégias de legitimação cultural. Esses arquivos não apenas documentam o passado institucional, mas revelam práticas discursivas que agem seletivamente sobre o que deve ser lembrado, celebrado ou silenciado (Assmann, 2010; Pollak, 1989).

A curadoria desses materiais reflete tanto a ação das elites locais na constituição simbólica das instituições quanto a influência de diretrizes diplomáticas oriundas da política cultural dos Estados Unidos no século XX. A escolha por preservar determinadas imagens, narrativas e registros — em detrimento de outras experiências — reitera o papel ativo dos arquivos na construção de uma memória institucional alinhada a valores específicos como liberdade, liderança, empreendedorismo e excelência acadêmica. Ao adotar o conceito de arquivo vivo, esta análise doutoral reconhece que esses acervos não são repositórios passivos, mas campos em disputa permanente, como demonstrado por Ricoeur (2007), ao discutir a dialética entre memória, história e esquecimento. A análise crítica desses materiais, em diálogo com os princípios das Humanidades Digitais, busca

justamente evidenciar as gramáticas de legitimação e os processos de apagamento operantes nas redes de colaboração Brasil–EUA.

1.6 Curadoria autoral, construção discursiva e gramáticas de leitura crítica

Esta seção nasce da consciência de que toda escrita é também uma escolha. A tessitura desta tese, portanto, se ancora em um percurso de escuta, vivência e prática institucional que não se omite. O lugar do pesquisador não é deslocado para os bastidores, mas reconhecido como elemento estruturante da investigação. Tal postura não busca legitimação autobiográfica, tampouco recai em um relato memorialista: trata-se de explicitar o vínculo entre experiência situada e crítica epistemológica, em consonância com o entendimento de que os usos do passado são indissociáveis das disputas contemporâneas por reconhecimento e pertencimento (Jelin, 2002).

Efetivamente, a atuação profissional no Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA) e na Pan American School de Porto Alegre não apenas aproximou o autor dos repertórios simbólicos e arquivos institucionais que sustentam as redes de colaboração Brasil–EUA, como também evidenciou os limites interpretativos impostos por leituras fragmentadas. O acesso ao acervo físico e à memória viva dos atores institucionais produziu um questionamento necessário: como lidar com o que permanece oculto mesmo diante da disponibilidade documental? Essa tensão ecoa a constatação de que toda memória institucional contém zonas de sombra e estruturas de exclusão (Pollak, 1989).

Nesse cenário, a curadoria autoral emerge como uma estratégia de leitura crítica que interroga os limites da narrativa histórica e propõe uma arquitetura discursiva capaz de lidar com o dissenso, o apagamento e o silenciamento. A proposta de leitura construída ao longo desta pesquisa reconhece que nenhuma fonte é neutra, nenhum documento é inócuo, e nenhuma visualização é transparente. Como já discutido por Le Goff (1990), o arquivo é um instrumento de poder e seleção, e não um repositório neutro de vestígios.

A consolidação da trajetória investigativa no campo da memória institucional articulou-se a partir de dois contextos analíticos complementares, ambos fundamentais para a conformação da perspectiva crítica desenvolvida nesta tese. O primeiro remonta ao ano de 2008, quando se iniciou a participação em um projeto de

organização e digitalização do acervo documental do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA), no contexto das comemorações de seus 70 anos.

A inexistência de uma equipe técnica especializada e a escassez de recursos operacionais conferiram ao processo um caráter artesanal, exigindo a sistematização manual de fontes primárias dispersas — atas fundacionais, registros administrativos, periódicos históricos e acervos iconográficos. Essa experiência possibilitou o resgate de registros negligenciados e a construção de uma curadoria arquivística orientada à denúncia das ausências e à elaboração de hipóteses interpretativas, contribuindo diretamente para a formulação do conceito de arquivo vivo, desenvolvido no interior desta pesquisa.

A partir de 2015, a atuação docente na Pan American School de Porto Alegre (PASPOA) — escola internacional fundada em 1966, com certificações como *IB*, *AP Capstone* e *AERO*⁷ — proporcionou uma imersão cotidiana nos repertórios culturais, nas gramáticas institucionais e nos discursos pedagógicos que atravessam os ecossistemas escolares transnacionais. A vivência direta com currículos bilíngues, arquivos educacionais, conferências internacionais e materiais didáticos ancorados no imaginário liberal ocidental ampliou a capacidade de leitura crítica sobre os mecanismos de consagração, padronização e legitimidade presentes nas redes de colaboração cultural Brasil–Estados Unidos. Essa experiência, incorporada metodologicamente ao longo da tese, permitiu tensionar a noção de escola internacional como espaço de produção simbólica e de reprodução de elites, tal como será aprofundado no Capítulo IV.

No processo de reflexão sobre as produções anteriores que integram o percurso de pesquisa do autor — a dissertação de mestrado (Pinnow, 2014) e o livro

⁷ Os programas IB. (International Baccalaureate), AP Capstone (Advanced Placement Capstone Program) e AERO (American Education Reaches Out) são certificações internacionais vinculadas a currículos de alta performance acadêmica e de perfil globalista, amplamente adotados por escolas internacionais. O IB, desenvolvido a partir da década de 1960, é gerido pela International Baccalaureate Organization e promove uma educação internacional padronizada e voltada à formação crítica e intercultural. O AP Capstone, criado pelo College Board, enfatiza pesquisa, argumentação e produção acadêmica avançada, e é reconhecido como mecanismo de acesso a universidades norte-americanas. O AERO, por sua vez, é uma iniciativa do U.S. State Department Office of Overseas Schools voltada à padronização curricular em escolas norte-americanas no exterior. A presença desses programas na PASPOA será discutida de forma aprofundada no Capítulo IV — Escolas internacionais, programas de intercâmbio e a construção de elites simbólicas. INTERNATIONAL BACCALAUREATE ORGANIZATION. **What is IB?**. Disponível em: <https://www.ibo.org>. Acesso em: jul. 2025.
COLLEGE BOARD. **AP Capstone Program**. Disponível em: <https://apcentral.collegeboard.org>. Acesso em: jul. 2025.
U.S. DEPARTMENT OF STATE. **AERO Standards. Office of Overseas Schools**. Disponível em: <https://www.projectaero.org>. Acesso em: jul. 2025.

publicado em 2023 (Pinnow, 2023) —, torna-se evidente que a presente pesquisa responde a limites analíticos e metodológicos identificados ao longo da trajetória investigativa. Embora ambos os trabalhos tenham contribuído para consolidar uma análise crítica das dinâmicas culturais e simbólicas do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA) e das redes de colaboração Brasil–Estados Unidos, ainda permaneceram lacunas significativas. Entre elas, a ausência de uma triangulação metodológica efetiva, a exploração incipiente das potencialidades das Humanidades Digitais e a necessidade de aprofundamento na análise relacional dos fluxos de memória e poder.

A presente investigação busca não apenas superar essas limitações, mas também afirmar uma postura crítica e autoral diante dos objetos estudados. A incorporação de múltiplos acervos — provenientes de centros binacionais, escolas internacionais e programas de intercâmbio — permitiu ampliar o escopo empírico e explorar as fronteiras das narrativas institucionais. Da mesma forma, a apropriação situada de ferramentas digitais e a integração entre análise documental, relacional e discursiva permitiram refinar a abordagem teórico-metodológica adotada. Trata-se de um gesto que articula experiência situada, teoria crítica e engajamento com os desafios contemporâneos da historiografia. Em vez de uma continuidade linear, esta tese representa uma inflexão interpretativa, marcada por um compromisso ético com a crítica dos silenciamentos e a complexificação das memórias culturais forjadas no interior das redes de colaboração Brasil–EUA.

A ausência de uma triangulação metodológica efetiva, a utilização incipiente das Humanidades Digitais e a necessidade de uma análise relacional mais aprofundada dos fluxos de memória e poder foram elementos que orientaram a concepção desta pesquisa. Ao integrar uma abordagem que combina análise documental, relacional e discursiva, articulada aos conceitos de curadoria do apagamento e de arquivo vivo, a investigação propõe não apenas um refinamento da perspectiva historiográfica adotada, mas também uma ampliação do campo de investigação, incluindo múltiplos centros binacionais, escolas internacionais e redes de intercâmbio. Trata-se, assim, de um esforço deliberado para construir uma análise crítica mais robusta e abrangente das formas pelas quais as redes de colaboração Brasil–Estados Unidos moldaram — e continuam a moldar — as práticas de memória, identidade e reprodução simbólica no campo cultural.

Essa trajetória, pautada por uma postura reflexiva em relação ao campo de pesquisa, reforçou a compreensão de que os processos de memória e esquecimento analisados não são abstrações distantes, mas práticas concretas, inscritas em contextos institucionais vivos. O conceito de arquivo vivo, desenvolvido ao longo desta pesquisa, reflete justamente essa concepção: os acervos e as narrativas institucionais são constantemente atualizados, negociados e, muitas vezes, silenciados em função de interesses e estratégias específicas. A estrutura do trabalho reflete esse percurso investigativo e analítico, articulando teoria, metodologia e análise empírica em quatro capítulos, seguidos pelas considerações finais:

- *Capítulo I — Considerações Iniciais: Memória, método e hipóteses* apresenta os objetivos, hipóteses e referenciais da pesquisa, propondo os conceitos de arquivo vivo e curadoria do apagamento como chaves analíticas para compreender as redes de colaboração Brasil–EUA. Também fundamenta a abordagem metodológica baseada em triangulação crítica entre fontes primárias, dados e teoria.
- *Capítulo II — Arquivos e ausências: a curadoria do apagamento e a política da memória* discute os processos de seleção e exclusão nos arquivos pesquisados, introduzindo o conceito de curadoria do apagamento como chave analítica para compreender as dinâmicas de construção da memória institucional das redes de colaboração.
- *Capítulo III — Centros binacionais e diplomacia cultural: o ICBNA como modelo e rede* analisa a formação e expansão dos centros binacionais, com foco no caso do ICBNA e em sua inserção em redes hemisféricas e globais de diplomacia cultural.
- *Capítulo IV — Escolas internacionais, programas de intercâmbio e a construção de elites simbólicas* explora o papel das escolas internacionais e dos programas de intercâmbio na conformação de elites simbólicas, analisando os mecanismos de circulação cultural e de legitimação atuantes nesses espaços.
- *Capítulo 5 — Humanidades Digitais e os arquivos vivos: práticas metodológicas para uma historiografia crítica*, detalha a abordagem metodológica adotada,

discutindo o uso crítico das ferramentas das Humanidades Digitais na análise das redes de colaboração e das práticas de memória.

- *Capítulo VI Considerações Finais — Resistências arquivísticas e o legado das redes de colaboração*, retomam as contribuições da pesquisa, discutem seus limites e apontam caminhos para investigações futuras.

Cada capítulo da tese é finalizado com uma síntese interpretativa que retoma os principais argumentos desenvolvidos, destacando a contribuição específica de cada bloco para a problematização geral da pesquisa. Essa estratégia visa oferecer pontos de ancoragem conceitual ao leitor, reforçando a coesão narrativa e a progressão crítica da investigação desenvolvida. As sínteses não funcionam como meros resumos, mas como instâncias de recapitulação e projeção, estabelecendo vínculos entre o capítulo encerrado e os eixos analíticos dos capítulos seguintes.

De forma complementar ao corpo da tese, os apêndices apresentam materiais que documentam e expandem o processo investigativo desenvolvido ao longo da pesquisa. O APÊNDICE A – Memorial produzido para a qualificação da tese constitui um registro autorreflexivo sobre o percurso acadêmico, profissional e intelectual que fundamenta esta investigação.

Nele, são articuladas experiências docentes, práticas curatoriais, interlocuções institucionais e escolhas metodológicas que deram origem à problemática da pesquisa e à consolidação de seu referencial teórico. O memorial também delinea os marcos iniciais da construção do banco de dados Memória Social BRA–EUA e as primeiras aplicações das ferramentas das Humanidades Digitais ao estudo das redes de colaboração entre Brasil e Estados Unidos. Ao articular vivência, acervo e crítica, o texto sustenta as bases epistemológicas da tese e reafirma seu compromisso com uma metodologia situada, crítica e comprometida com a escuta arquivística.

O APÊNDICE B – Visualizações críticas da tese apresenta os principais produtos gráficos derivados da aplicação das ferramentas das Humanidades Digitais ao corpus documental analisado. São incluídos sociogramas institucionais, fluxogramas interpretativos, mapas de relações diplomático-culturais e quadros comparativos elaborados com base nos dados do projeto Memória Social BRA–EUA, bem como nas fontes primárias dos centros binacionais e escolas internacionais investigadas. Estas representações visuais não cumprem apenas uma

função ilustrativa, mas integram a arquitetura interpretativa da tese, ao revelar os padrões ocultos, os vínculos silenciados e os circuitos simbólicos que compõem a memória das redes de colaboração norte-americanas no Brasil e no continente.

O APÊNDICE C – Projeções latino-americanas e insurgências digitais apresenta caminhos para investigações futuras com base em hipóteses comparativas, visualizações analíticas e proposições metodológicas voltadas à crítica das infraestruturas culturais hemisféricas. Reunindo dados atualizados sobre a distribuição dos centros binacionais na América Latina, sociogramas ampliados, linhas do tempo temáticas e mapas interpretativos, o apêndice articula os conceitos de arquivo vivo, curadoria do apagamento e insurgência digital a uma agenda decolonial e pan-latino-americana. Também incorpora referências às políticas de Memória, Verdade e Justiça e às plataformas digitais de resistência arquivística no continente, delineando uma perspectiva de pesquisa expandida ancorada em visualidades críticas, redes de colaboração e justiça epistêmica.

Ao integrar teoria, método e experiência situada, esta pesquisa busca contribuir para uma compreensão crítica e inovadora das relações culturais entre Brasil e Estados Unidos. A proposta de articular conceitos como curadoria do apagamento, arquivo vivo e análise relacional a partir das Humanidades Digitais visa não apenas enriquecer a historiografia sobre o tema, mas também oferecer uma metodologia replicável para outros campos de estudo em que a memória e suas disputas estejam em questão.

Mais do que uma investigação sobre o passado, este trabalho procura oxigenar as práticas contemporâneas de gestão da memória e seus impactos na constituição das narrativas culturais e institucionais que moldam nossas sociedades. Ao tornar visíveis os processos de silenciamento e seleção que permeiam os arquivos das redes de colaboração Brasil–EUA, a tese pretende contribuir para um debate mais amplo sobre os usos políticos da memória e os desafios de uma historiografia crítica no século XXI.

Ao afirmar a curadoria autoral como estratégia crítica de leitura, a abordagem adotada neste trabalho não busca a centralidade do pesquisador como sujeito absoluto da narrativa, mas reconhece que toda investigação é atravessada por escolhas interpretativas e posicionamentos ético-metodológicos. O trabalho com arquivos fragmentados, instituições em disputa e repertórios em permanente

negociação exige, além da neutralidade, uma escuta comprometida com as camadas de sentido que se articulam nas margens dos documentos.

O conceito de arquivo vivo, nesse sentido, não opera como metáfora, mas como um dispositivo analítico capaz de apreender a instabilidade e a vitalidade das memórias em circulação. Ao conjugar análise documental, relacional e discursiva, esta investigação propõe uma arquitetura de leitura atenta às camadas de apagamento e às estratégias de legitimação simbólica, reafirmando a relevância de uma historiografia crítica capaz de expandir os limites dos arquivos e de reconstituir, com densidade e responsabilidade, as tramas que conectam cultura, poder e memória.

1.7 Contribuições da pesquisa e horizonte interpretativo

Transcendendo a condição de mero arranjo metodológico ou proposta de análise empírica, esta pesquisa se constrói como um gesto crítico diante das lacunas persistentes da historiografia sobre a presença cultural norte-americana no Brasil. Ao articular fontes primárias diversas, dados relacionais e leitura discursiva das instituições, propõe-se aqui uma abordagem que reconheça os arquivos como campos de disputa e as redes como gramáticas de poder e visibilidade. O conceito de rede, embora largamente presente na linguagem acadêmica contemporânea, permanece subexplorado na historiografia brasileira como categoria de análise crítica. Neste trabalho, as redes de colaboração cultural e educacional entre Brasil e Estados Unidos são tratadas não como simples conexões entre instituições, mas como estruturas narrativas que modelam, silenciam e legitimam formas de pertencimento e identidade no campo simbólico.

A opção por integrar as Humanidades Digitais ao corpo metodológico da tese não responde a uma demanda técnica ou estética, mas a uma necessidade interpretativa. As visualizações produzidas — sociogramas, fluxogramas, linhas do tempo e diagramas — interpretam os dados e ampliam as possibilidades analíticas e críticas da pesquisa. Elas funcionam como dispositivos críticos que expõem os silêncios, deslocam a autoridade do registro oficial e convidam à leitura intertextual das fontes. A noção de arquivo vivo sustenta essa perspectiva: cada acervo analisado é compreendido como um espaço em constante negociação entre lembrança e esquecimento, visibilidade e apagamento.

Trata-se, assim, de uma investigação que não se limita à descrição de trajetórias institucionais, mas que busca compreender as redes de colaboração como dispositivos de produção de memória, poder simbólico e formação de elites intelectuais. Ao reconhecer os limites dos estudos anteriores — inclusive os do próprio autor — e propor uma nova forma de leitura crítica dos acervos, o corpus interpretativo em questão afirma sua contribuição ao campo das Humanidades, repondo questões silenciadas, propondo categorias inéditas e ampliando o escopo interpretativo sobre as relações culturais entre Brasil e Estados Unidos. Os capítulos que seguem aprofundam esses movimentos, adentrando as zonas de sombra dos arquivos e propondo novas entradas para a compreensão historiográfica das redes de colaboração no século XX.

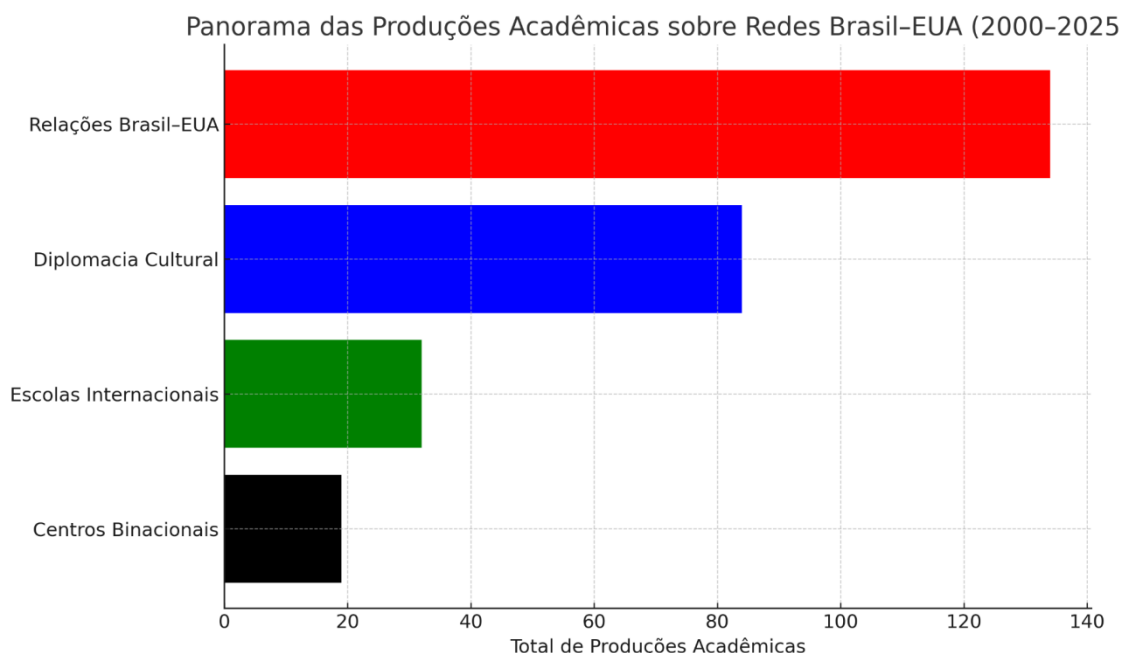
O panorama das produções acadêmicas relacionadas às redes de colaboração cultural e educacional entre Brasil e Estados Unidos, entre 2000 e 2025, evidencia uma concentração temática em torno das relações diplomáticas e da diplomacia cultural, enquanto temas como centros binacionais e escolas internacionais permanecem relativamente subexplorados. A Tabela 1 e a Figura 5, a seguir, sintetizam esse cenário a partir de levantamento empírico realizado em repositórios acadêmicos nacionais e internacionais, indicando a relevância e a originalidade da proposta desta tese.

Tabela 1 – Produções acadêmicas sobre temas relacionados às redes de colaboração com foco nos centros binacionais Brasil–EUA (2000-2025)

Tema pesquisado	Tipo de produção predominante	Total de produções (2000–2025)
Centros Binacionais	Teses e dissertações	19
Escolas Internacionais	Teses, dissertações e artigos	32
Diplomacia Cultural	Artigos científicos	84
Relações Brasil–EUA	Teses, dissertações e artigos	134

Fonte: Autoria própria (2025), com base em dados coletados nos repositórios da CAPES, Scielo, Google Scholar e bases institucionais (2023–2025).

Figura 5 – Panorama das Produções Acadêmicas sobre Redes Brasil–EUA (2000–2025)



Fonte: Autoria própria (2025), com base no levantamento sistemático das produções acadêmicas registradas em CAPES, Google Scholar e Scielo (2023–2025).

O levantamento realizado nos repositórios da CAPES, SciELO e Google Scholar evidencia a baixa densidade de produções acadêmicas dedicadas, de forma sistemática, aos centros binacionais, às escolas internacionais e às redes de colaboração cultural entre Brasil e Estados Unidos. Ainda que existam contribuições pontuais, a maioria dos trabalhos concentra-se em abordagens fragmentadas, seja pela ênfase linguística, institucional ou educacional, sem articular as dimensões de memória, política externa e circulação simbólica que estruturam essas redes.

Ao integrar análise documental, relacional e discursiva, e propor uma metodologia apoiada nas Humanidades Digitais, esta pesquisa busca preencher essa lacuna historiográfica. Mais do que ampliar o repertório empírico sobre o tema, propõe um deslocamento conceitual: compreender os arquivos dessas redes como construções disputadas, marcadas por apagamentos, silenciamentos e estratégias de legitimação cultural.

Os dados sistematizados e visualizados acima reforçam a premissa de que o campo de estudos sobre as redes de colaboração entre Brasil e Estados Unidos carece de abordagens interdisciplinares que articulem memória, instituições e circulação simbólica. Ao propor uma análise que conjuga fontes primárias, humanidades digitais e leitura crítica dos acervos, esta produção doutoral não

apenas preenche lacunas historiográficas, mas inaugura uma trilha investigativa que considera os centros binacionais, as escolas internacionais e os programas de intercâmbio como vetores de uma pedagogia diplomática transnacional. Nos capítulos seguintes, essa proposta será desenvolvida com base em dados empíricos, sociogramas e reflexões metodológicas que reafirmam o compromisso com uma historiografia crítica, situada e inovadora.

2 ARQUIVOS E AUSÊNCIAS: A CURADORIA DO APAGAMENTO E A POLÍTICA DA MEMÓRIA

A construção das redes de colaboração entre Brasil e Estados Unidos ao longo do século XX não se deu de forma espontânea ou exclusivamente técnica. Antes de se configurarem como estruturas institucionais, essas redes foram modeladas por estratégias de aproximação cultural, diplomacia simbólica e negociações geopolíticas articuladas em diferentes escalas.

A atuação norte-americana no campo educacional e cultural constituiu, desde os anos 1930, um projeto de longo prazo que visava disputar a hegemonia simbólica na América Latina, especialmente frente à influência europeia que predominava nas elites intelectuais brasileiras.

O marco inaugural desse processo remonta-se à Política de Boa Vizinhança, instituída por Franklin D. Roosevelt em 1933. Mais do que um reposicionamento da política externa, tratou-se da implementação de um vasto programa de ações diplomáticas e culturais conduzidas por Nelson Rockefeller, por meio do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OIAA)⁸.

Como analisado nos relatórios diplomáticos do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OIAA), disponíveis nos arquivos da US National Archives (Record Group 229), e nas interpretações historiográficas de Nicholas J. Cull, em sua obra *The Cold War and the United States Information Agency: American Propaganda and Public Diplomacy, 1945–1989* (2008), e de Frank Ninkovich, autor de *U.S. Information Policy and Cultural Diplomacy* (1996), essa política consolidou um modelo de intervenção cultural indireta com forte apelo simbólico e institucional.

Relatórios técnicos do próprio OIAA e boletins distribuídos durante os anos 1940, arquivados pelo U.S. Department of State, reforçam o papel do órgão na promoção ativa da cultura norte-americana por meio de bibliotecas móveis, filmes educativos, convênios com instituições locais e a criação de centros culturais voltados ao ensino de inglês e à formação de elites regionais alinhadas aos valores liberais norte-americanos. Segundo documentos oficiais do Departamento de Estado dos Estados Unidos, essa política visava reforçar a aproximação hemisférica por

⁸ DEPARTMENT OF STATE. **U.S. Diplomacy and the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs. ECA – Bureau of Educational and Cultural Affairs.** Disponível em: <https://eca.state.gov/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

meio da cultura, da educação e do intercâmbio simbólico. Como analisa Saunders (2000), a estratégia consistia em “saturar o continente com os valores norte-americanos por meio da produção cultural e da cooptação intelectual” (Saunders, 2000, p. 47). No Brasil, essa estratégia rapidamente encontrou terreno fértil. A presença de missões culturais, intercâmbios artísticos e cooperações técnico-educacionais se ampliou. Em 1938, o Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA) foi fundado em Porto Alegre. No ano anterior, já havia sido criado o Instituto Brasil–Estados Unidos (IBEU), no Rio de Janeiro.

Em 1941, a fundação da ACBEU em Salvador fortaleceu esse movimento. Esses centros se apresentavam como entidades autônomas, mas mantinham vínculos operacionais com a Embaixada dos EUA e, a partir de 1953, com a recém-criada United States Information Agency (USIA), órgão central da diplomacia cultural estadunidense durante a Guerra Fria (Usia, 1961; Saunders, 2000).

A rede de colaboração foi ampliada com a criação da Comissão Fulbright⁹ em 1957 e com o programa Partners of the Americas em 1964, em parceria com a USAID. Segundo o site oficial da Fulbright Brasil, a cooperação com o Brasil está entre as mais antigas e consolidadas do mundo, com centenas de bolsistas e projetos financiados desde então. O programa Partners of the Americas, conforme registrado em documentos da própria organização¹⁰, foi estruturado para apoiar iniciativas culturais, técnicas e educacionais entre estados americanos e regiões brasileiras, ampliando a capilaridade das redes de colaboração.

Essas ações se multiplicaram por meio de convênios, bolsas, festivais culturais, programas de rádio e clubes de leitura promovidos por centros binacionais, escolas internacionais e associações civis ligadas à Embaixada. Nesse sentido, a atuação da AMCHAM (American Chamber of Commerce) também se destaca. Fundada em 1919, a AMCHAM expandiu sua função comercial para incluir agendas de diplomacia corporativa e promoção de valores culturais estadunidenses, como reconhece seu portal oficial¹¹.

⁹ COMISSÃO FULBRIGHT BRASIL. **Fulbright Brasil: intercâmbios educacionais e acadêmicos**. Disponível em: <https://fulbright.org.br/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

¹⁰ PARTNERS OF THE AMERICAS. **História e estrutura do programa**. Disponível em: <https://www.partners.net/pt/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

¹¹ AMCHAM BRASIL. **O que é a Amcham e como é sua atuação**. Disponível em: <https://www.amcham.com.br/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Sobretudo, essa rede não se organizou apenas em termos logísticos. Trata-se de uma estrutura simbólica, composta por nós (instituições), vínculos (acordos, programas, eventos) e zonas de exclusão. O conceito de rede, conforme desenvolvido por Castells (1999), implica um sistema de conexões dinâmicas que articula fluxos, recursos e poder. No contexto desta tese, a rede é compreendida como infraestrutura de circulação simbólica e legitimação cultural, organizada a partir de vínculos diplomáticos, institucionais e pedagógicos. Como observa Erll (2008), as memórias transnacionais operam por meio de redes de significação, nas quais determinados sentidos são reforçados enquanto outros são silenciados.

O quadro a seguir resume os principais marcos históricos das redes de colaboração cultural entre Brasil e Estados Unidos no século XX. Os dados foram organizados com base em fontes diplomáticas primárias (OIAA, USIA, U.S. Department of State), acervos institucionais (IBEU, ICBNA, ACBEU) e referências secundárias verificadas.

Quadro 3 – Marcos históricos da formação das redes de colaboração Brasil–EUA (1933–1970) (continua)

Ano	Marco Histórico	Fonte e Acesso
1933	Lançamento da Política de Boa Vizinhança e criação do OIAA	Saunders, 2000 ¹²
1937	Fundação do IBEU – Instituto Brasil–Estados Unidos no Rio de Janeiro	Livro comemorativo IBEU; banco de dados coletado (2023–2024)
1938	Fundação do ICBNA – Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano em Porto Alegre	Atas internas ICBNA; Dissertação de Mestrado (Pinnow, 2014)
1941	Fundação da ACBEU – Associação Cultural Brasil–Estados Unidos em Salvador	Livro da ACBEU; banco de dados coletado (2023–2024)
1953	Criação da USIA – United States Information Agency	Usia ¹³
1957	Criação da Comissão Fulbright no Brasil	Fulbright Brasil ¹⁴

¹² SAUNDERS, Frances Stonor. Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura. São Paulo: Record, 2000.

¹³ DEPARTMENT OF STATE. U.S. Diplomacy and the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs. ECA – Bureau of Educational and Cultural Affairs. Disponível em: <https://eca.state.gov/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

¹⁴ COMISSÃO FULBRIGHT BRASIL. Fulbright Brasil. Disponível em: <https://fulbright.org.br/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Quadro 3 – Marcos históricos da formação das redes de colaboração Brasil–EUA (1933–1970) (conclusão)

Ano	Marco Histórico	Fonte e Acesso
1964	Início do programa Partners of the Americas com apoio da USAID	Partners of the Americas ¹⁵
1970	Consolidação da USIA como principal agência de diplomacia cultural dos EUA	SAUNDERS, 2000; documentos USIA

Fonte: Autoria própria (2025).

A leitura sequencial dos marcos destacados no quadro acima permite identificar os pilares institucionais que sustentaram a presença norte-americana no Brasil ao longo do século XX. A Política de Boa Vizinhança (1933) estabelece o ponto de partida para a construção de um projeto diplomático-cultural que se traduz, em solo brasileiro, na fundação progressiva dos centros binacionais: IBEU (1937), ICBNA (1938) e ACBEU (1941).

Esses eventos não apenas representam a consolidação da estratégia estadunidense de “*soft power*” (Nye, 2004), mas também a tentativa de forjar institucionalmente um *ethos* de colaboração hemisférica (Cull, 2008). O surgimento da USIA em 1953 e a criação da Comissão Fulbright (1957) inserem o Brasil em redes mais amplas de intercâmbio intelectual e diplomático, reforçando os dispositivos de influência cultural (Ninkovich, 1996). O lançamento do programa Partners of the Americas em 1964, em pleno contexto de Guerra Fria e de rearranjos políticos internos no Brasil, intensifica ainda mais essa lógica de cooperação assimétrica. Por fim, a consolidação da USIA nos anos 1970 como principal articuladora da diplomacia cultural norte-americana demonstra a permanência e expansão de tais redes (ECA, 2024).

Ainda que os centros binacionais e as escolas internacionais tenham se multiplicado no período posterior à Política de Boa Vizinhança, não é possível afirmar, com base nos acervos disponíveis, a existência de um plano unificado e documentado que correlacione diretamente sua fundação àquele programa.

As evidências apontam para uma sobreposição de interesses e uma convergência discursiva entre as iniciativas de aproximação cultural dos EUA e a formação dessas instituições (Cull, 2008; Pinnow, 2023), mas a ausência de

¹⁵ PARTNERS OF THE AMERICAS. **História e estrutura do programa**. Disponível em: <https://www.partners.net/pt/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

registros explícitos nos arquivos analisados sugere que parte desse vínculo foi estabelecida de maneira indireta, fragmentada ou estrategicamente não registrada.

Essa lacuna documental, longe de enfraquecer a hipótese da colaboração estrutural, aponta para uma estratégia de institucionalização discreta, calcada mais em parcerias locais e influência simbólica do que em diretrizes oficiais abertamente publicizadas (Saunders, 2000; Fulbright Brasil, 2024).

Nesse processo, as elites regionais e urbanas desempenharam um papel determinante. Foram essas elites — políticas, econômicas, educacionais — que ofereceram as condições materiais e simbólicas para a implantação e manutenção de centros culturais alinhados com os interesses estadunidenses.

Como indicam Erll (2008) e Nora (1993), a memória coletiva é sustentada por dispositivos de legitimação que dependem da atuação de grupos capazes de moldar os sentidos do passado em favor de seus projetos futuros. A ausência de conflito aparente nos registros pode ser interpretada como um pacto tácito de legitimação mútua: os centros ofertavam acesso à cultura norte-americana e ao capital simbólico associado ao idioma inglês, enquanto as elites locais se beneficiavam do prestígio, da rede de contatos e das possibilidades de mobilidade social e educacional que esses espaços proporcionavam (Halbwachs, 2006; Pollak, 1989).

Segundo Schwarcz e Starling (2015), as elites brasileiras historicamente se posicionaram como mediadoras entre modelos estrangeiros e políticas internas, exercendo um papel ativo na filtragem cultural e na definição dos valores considerados legítimos. Tal relação será aprofundada nos capítulos II e III, com base em dados empíricos e trajetórias específicas.

Não há, por exemplo, qualquer menção explícita ao Estado Novo (1937–1945), à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, à criação da Universidade de Brasília sob forte influência de modelos norte-americanos¹⁶, ou ao papel de intelectuais perseguidos durante os anos de chumbo. A seleção desses

¹⁶ A criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1962, foi idealizada por Darcy Ribeiro como parte de um projeto nacional de desenvolvimento intelectual autônomo e crítico. A proposta da UnB articulava formação de quadros técnicos, inovação curricular e integração latino-americana, posicionando-se como uma resposta à dependência epistemológica das universidades brasileiras em relação aos modelos europeus e norte-americanos. A instituição foi concebida como “instrumento de transformação social”, conforme defendido por Darcy Ribeiro em sua obra *Universidade para quê?* (1971), em que enfatiza o papel estratégico da universidade pública como promotora da soberania cultural (RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971, p. 32). Ver também: RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

marcos históricos já indica uma operação seletiva da memória institucional, que privilegia momentos de expansão diplomática e evita conflitos, disputas e fraturas.

Ainda mais significativa é a ausência de menções à legislação brasileira que oficializou o ensino de inglês como língua estrangeira obrigatória nas décadas posteriores¹⁷, apesar do protagonismo dos centros binacionais nesse processo. A invisibilização desses marcos revela não apenas apagamentos temáticos, mas também um projeto mais amplo de construção simbólica seletiva, como será aprofundado no bloco a seguir.

2.1 A ausência como estratégia narrativa: entre silêncios e apagamentos simbólicos

A leitura dos documentos produzidos pelos centros binacionais, em especial, os livros comemorativos, os relatórios diplomáticos e os programas educacionais, revela que a memória institucional é moldada não apenas pelo que se registra, mas, sobretudo, pelo que se escolhe silenciar. Esses silêncios estruturais não são acidentais: são o resultado de uma curadoria ativa da memória, na qual determinados eventos, atores, conflitos e rupturas são sistematicamente excluídos do repertório documental oficial.

Como aponta Ricoeur (2007, p. 500), “o esquecimento não é apenas um lapsus do tempo ou da mente, mas uma operação ativa da memória, muitas vezes guiada por finalidades políticas e afetivas”. Nesse sentido, a ausência é performática — ela constrói uma narrativa e define o campo do que pode ou não ser lembrado.

Ao examinar os materiais institucionais dos centros binacionais, nota-se a quase total omissão de períodos críticos da história brasileira, como a ditadura civil-militar (1964–1985), a censura, os conflitos estudantis e os movimentos sociais. Mas os silêncios não começam em 1964. O Estado Novo (1937–1945), com sua política de centralização do poder e instrumentalização da cultura, tampouco é mencionado nos documentos comemorativos, apesar de sua importância para a consolidação de um Estado autoritário e nacionalista (Schmidtke; Fonseca, 2025)¹⁸.

¹⁷ Ver, por exemplo, a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que reformulou o ensino de 1º e 2º graus no Brasil e instituiu o ensino de uma língua estrangeira obrigatória, consolidando o inglês como principal opção curricular nas escolas públicas e privadas.

¹⁸ SCHMIDTKE, C. R.; FONSECA, P. C. D. Estado Novo de Vargas: Um caso de populismo econômico? **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 45, n. 2, p. e253605, 2025.

Ainda que a fundação dos primeiros centros binacionais tenha ocorrido durante esse período, não há qualquer referência à relação entre esses projetos e o governo Vargas. Do mesmo modo, a presença norte-americana no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, com a instalação de bases no Nordeste e a aproximação estratégica entre os dois países, é completamente ausente nos relatos institucionais. Referências consolidadas da historiografia brasileira, como Fausto (2013) e Schwarcz e Starling (2015), evidenciam a complexidade desses períodos e sua centralidade na formação do Estado moderno brasileiro.

Tampouco há registros sobre o papel de intelectuais dissidentes, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, cujas trajetórias marcaram a educação brasileira com forte inspiração internacionalista. A criação da Universidade de Brasília (UNB), em 1962, sob forte influência de modelos estadunidenses de ensino superior, é igualmente omitida — mesmo quando o centro binacional de Brasília atuou em diálogo direto com políticas educacionais locais¹⁹.

A Aliança para o Progresso, programa de cooperação lançado por John F. Kennedy em 1961 para conter a influência comunista na América Latina por meio do investimento em educação, saúde e habitação também não é mencionada, embora sua repercussão no Brasil tenha gerado projetos de intercâmbio e modernização institucional apoiados pelos centros, especialmente por meio dos acordos MEC-USAID que provocaram intensas controvérsias nos anos 1960²⁰.

Essa lógica de “representação harmônica” funciona como uma estratégia de apagamento: conflitos são substituídos por celebrações, críticas são suprimidas por silêncios e rupturas são diluídas em narrativas de continuidade institucional. Os registros privilegiam imagens de festividades, homenagens, visitas de autoridades diplomáticas e fotos de turmas de formandos sorridentes, em detrimento de temas considerados sensíveis ou disruptivos.

¹⁹ A influência norte-americana no projeto da UNB foi reconhecida por Darcy Ribeiro em diversos escritos, e analisada por autores como FREITAG, B. **Universidade Brasileira: Reforma ou Inovação?** São Paulo: CEDI, 1975.

²⁰ ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Ver também: BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Dispõe sobre a organização e funcionamento do ensino superior. Diário Oficial da União, Brasília, 29 nov. 1968.

Na realidade, esse padrão aparece de forma evidente nos arquivos digitalizados e sistematizados no banco de dados desenvolvido ao longo da tese.²¹ Ao cruzar os documentos das três instituições centrais (ICBNA, IBEU e ACBEU), observa-se uma regularidade na omissão de temas politicamente sensíveis. Mesmo quando há menção a anos emblemáticos, como 1968, 1974 ou 1985, as referências são deslocadas para temas comemorativos, como o aumento no número de alunos, a modernização das instalações ou as reformas curriculares.

A ausência também se manifesta por meio da linguagem institucional: palavras como “conflito”, “censura”, “repressão” ou “autocensura” não aparecem em nenhum dos relatórios analisados. Em seu lugar, há um léxico de estabilidade: “tradição”, “colaboração contínua”, “parceria sólida”, “excelência acadêmica”. O silêncio, assim, deixa de ser um vazio e passa a ser uma forma ativa de produção simbólica.

Diante deste cenário, inspirada por essa constatação, esta tese propõe o conceito de curadoria do apagamento, que será aprofundado no bloco seguinte. Tal conceito parte do pressuposto de que os arquivos não são neutros nem passivos: são editados, controlados e apresentados como vitrines da memória institucional. O apagamento não é uma falha ou omissão involuntária — é um gesto político, que visa organizar a memória a partir de estratégias seletivas de visibilidade.

Essa perspectiva se conecta à noção de “zonas de sombra” desenvolvida por Pollak (1989), para quem as memórias ameaçadoras ou incômodas tendem a ser relegadas a espaços marginais, fora da narrativa oficial. No caso dos centros binacionais, essas zonas de sombra não apenas existem: elas estruturam a narrativa central, funcionando como contramemórias que só podem ser acessadas por meio de rastros, lacunas e ausências recorrentes.

Assim, a ausência deixa de ser um indício de negligência e passa a ser um vetor estruturante das estratégias narrativas das instituições. É a partir dessa leitura crítica dos silêncios que se torna possível compreender como as redes de colaboração cultural entre Brasil e Estados Unidos não apenas construíram pontes diplomáticas, mas também operaram como espaços de silenciamento ativo e curadoria da memória.

²¹ Dados sistematizados no banco digital Memória Social BRA–EUA, disponível nos arquivos do projeto e composto por atas, relatórios e livros comemorativos dos centros binacionais IBEU, ICBNA e ACBEU.

2.2 O arquivo vivo como campo de disputa

A noção de “arquivo vivo”, formulada neste trabalho como categoria crítica, não se refere apenas à existência física de documentos preservados, mas à sua dinâmica como espaço de disputa simbólica, social e política. Diferente do arquivo morto, que se limita à função de repositório estático, o arquivo vivo é aquele que produz sentidos, reforça narrativas e organiza o imaginário institucional. Nos centros binacionais estudados — IBEU, ICBNA e ACBEU —, o arquivo vivo assume a forma de exposições comemorativas, publicações institucionais, acervos parciais digitalizados e registros fotográficos que atuam como ferramentas de gestão da memória.

Essa disputa se manifesta tanto nos conteúdos preservados quanto nos silêncios sistemáticos observados ao longo da análise. Como destaca Goff (1990), o arquivo é sempre uma construção de poder: “a memória é uma construção social, mas também uma construção do poder”. Nesse sentido, o arquivo não é um espelho do passado, mas um artefato moldado por interesses, seleções e esquecimentos calculados. Nos casos dos centros binacionais, os documentos acessíveis foram preservados, editados e distribuídos com clara intencionalidade de afirmar uma imagem institucional de continuidade, parceria e neutralidade ideológica, mesmo durante os momentos mais intensos da Guerra Fria e da repressão política no Brasil.

As edições comemorativas dos centros, como os livros de memória do IBEU (2014), do ICBNA (2008) e da ACBEU (2005), são representativas dessa lógica. Nessas publicações, datas comemorativas, visitas diplomáticas e eventos culturais são amplamente documentados, enquanto referências a conflitos, rupturas ou críticas internas são ausentes. Esses materiais atuam como vitrines da memória, apresentando apenas o que reforça a narrativa oficial da instituição — uma memória cuidadosamente editada. Esse padrão também aparece no banco de dados desenvolvido ao longo da tese, que indica a repetição de palavras como “colaboração”, “tradição” e “excelência” em detrimento de qualquer vocabulário associado à crítica, à ruptura ou à oposição.

Em documentos internos localizados nos arquivos da USIA (U.S. Information Agency) e no acervo digital liberado pela CIA — especialmente nos relatórios da Office of Policy Coordination e da Division of Cultural Relations —, observa-se que muitos programas de intercâmbio e eventos culturais promovidos nos países latino-

americanos foram cuidadosamente planejados com vistas à promoção de ideologias anticomunistas e pró-mercado. Ainda que tais diretrizes não sejam explicitadas nos arquivos dos centros binacionais, o cruzamento entre os documentos da CIA e os eventos registrados pelos centros permite identificar zonas de confluência entre a diplomacia pública estadunidense e as práticas de formação cultural no Brasil.

Esse cruzamento metodológico — entre fontes primárias norte-americanas e acervos locais — permite afirmar que os centros binacionais não foram apenas espaços neutros de ensino de inglês, mas sim, instâncias ativas de mediação ideológica e cultural, em que se desenrolaram disputas pelo controle simbólico da memória e da linguagem. Ademais, a ausência de referências a financiamentos, bolsas ou vínculos institucionais com agências como a USIA, a USAID, a CIA ou a própria Fulbright nos materiais internos dos centros indica uma política deliberada de ocultamento das origens e dos objetivos mais amplos desses projetos. Dentre as agências que atuaram no fomento a essas redes²², é possível destacar a própria *USIA* (criada em 1953), a *USAID* (1961), a Fulbright Commission, a Rockefeller Foundation, a Ford Foundation e, de modo estratégico, o Institute of International Education (IIE). Essas instituições participaram do financiamento direto ou indireto de eventos, bolsas de estudo, intercâmbios, aquisição de materiais e infraestrutura dos centros. Em vários casos, o suporte era feito por meio de convênios com embaixadas ou com organizações da sociedade civil locais, como observado nas atas do ICBNA e no banco de dados do projeto BRA–EUA.

²² A USIA (United States Information Agency) foi criada em 1953 como órgão responsável pela diplomacia pública dos EUA, sendo absorvida pelo Departamento de Estado em 1999. A USAID (United States Agency for International Development), criada em 1961, operou no âmbito hemisférico da Guerra Fria. O Institute of International Education (IIE), fundado em 1919, destacou-se como articulador de bolsas e programas de intercâmbio educacional. A Fulbright Commission no Brasil foi oficialmente estabelecida em 1957. Já as fundações Rockefeller e Ford atuaram no Brasil desde as décadas de 1930 e 1950, respectivamente, fomentando redes educacionais e a formação de elites intelectuais latino-americanas. UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. **History of USIA**. Disponível em: <https://www.state.gov/usia>. Acesso em: 07 jul. 2025.
 USAID. **About USAID – History**. Disponível em: <https://www.usaid.gov/who-we-are>. Acesso em: 07 jul. 2025.
 INSTITUTE OF INTERNATIONAL EDUCATION. **About IIE**. Disponível em: <https://www.iie.org>. Acesso em: 07 jul. 2025.
 FULBRIGHT BRASIL. **Histórico da Comissão Fulbright**. Disponível em: <https://fulbright.org.br>. Acesso em: 07 jul. 2025.
 CANCELLI, Elizabeth. **A atuação das fundações norte-americanas nas ciências sociais brasileiras**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
 GARRISON, Dee. Bracing for Globalism: U.S. NGOs and the Rockefeller-Ford Foundations. **The Journal of American History**, v. 85, n. 4, p. 1329–1335, 1999.

Como argumenta Saunders (2000), a CIA e o Departamento de Estado muitas vezes funcionaram sob estruturas intermediárias e camadas de disfarce institucional, utilizando agências culturais, fundações e programas de intercâmbio como canais de influência indireta. A própria noção de neutralidade cultural servia como escudo discursivo para práticas intensamente ideológicas.

Portanto, o conceito de “arquivo vivo” aqui desenvolvido parte da constatação de que a memória institucional não é apenas aquilo que foi preservado, mas sobretudo aquilo que foi estrategicamente editado, ocultado ou destacado. Os centros binacionais, ao mesmo tempo, em que ofertavam ensino de inglês e atividades culturais, funcionavam como dispositivos de tradução simbólica de uma diplomacia cultural assimétrica. Nesse contexto, o arquivo deve ser compreendido como uma arena discursiva em que presença e ausência, verdade e disfarce, visibilidade e apagamento são articulados de forma intencional, revelando disputas por hegemonia narrativa e controle da memória pública.

Figura 6 – Nuvem de palavras com os vocábulos mais recorrentes nos livros comemorativos dos centros binacionais (IBEU, ACBEU, ICBNA)



Fonte: Autoria própria (2025).

A imagem sintetiza graficamente as expressões mais recorrentes identificadas nos livros comemorativos dos centros binacionais, revelando um vocabulário marcado por valores como “tradição”, “excelência”, “parceria”, “respeito” e “colaboração”. A nuvem de palavras evidencia a construção discursiva desses

espaços enquanto territórios de neutralidade cultural, apagando referências a conflitos, tensões políticas ou disputas simbólicas. Esse léxico institucional reforça a ideia de memória editada, com forte apelo à continuidade e à legitimação das relações culturais com os Estados Unidos.

2.3 Gramáticas de legitimação e zonas de exclusão

A produção discursiva institucional não se limita àquilo que é dito, mas se estrutura também a partir do que é sistematicamente silenciado. Nos centros binacionais, essa gramática de legitimação constrói um universo simbólico pautado por expressões recorrentes como “parceria sólida”, “tradição”, “excelência acadêmica” e “cooperação internacional”, termos que se repetem com alta frequência nos livros comemorativos e nos registros internos das instituições. Inspirado por Pollak (1989), cuja análise das zonas de sombra evidencia os mecanismos de exclusão em processos de memória coletiva, é possível compreender a memória institucional como resultado de disputas seletivas entre lembrança e esquecimento, e não apenas como um acúmulo neutro de registros.

Essa leitura é corroborada por autores como Halbwachs (2006), para quem a memória coletiva é sempre reconstruída em função de quadros sociais específicos; por Nora (1993), que destaca a existência dos “lugares de memória” como dispositivos criados para fixar e organizar o passado; e por Heymann (2011), cuja análise das estratégias de consagração arquivística das elites revela como os arquivos atuam na legitimação de trajetórias políticas e institucionais.

Além disso, estudos contemporâneos como o de Cavalcante, Sales e Guerra (2024)²³ reforçam que a memória institucional, especialmente no contexto de arquivos escolares e educacionais, funciona como uma prática social e política voltada à gestão de narrativas, visibilidades e omissões estratégicas. Essa linguagem institucionalizada não apenas comunica valores, mas estabelece fronteiras simbólicas entre o que pode ser lembrado e o que deve ser esquecido.

²³ CAVALCANTE, L. E.; SALES, O. M. M.; GUERRA, M. A. M. A. Interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento. **Em Questão**, v. 30, p. e-137828, 2024.

As zonas de exclusão são constituídas por ausências discursivas que se tornam perceptíveis justamente por sua regularidade. Conflitos políticos, episódios de censura, alinhamentos ideológicos e tensionamentos diplomáticos raramente aparecem nos documentos analisados. Quando mencionados, são diluídos em eufemismos ou deslocados para contextos genéricos e atemporais. Essa estratégia retórica reforça o que Pollak (1989) chamou de “zonas de sombra” — espaços do não dito, que estruturam a narrativa oficial tanto quanto os elementos explícitos.

A análise dos livros comemorativos — IBEU (2014), ICBNA (2008) e ACBEU (2005) — quando cruzada com os dados coletados no banco de dados desenvolvido ao longo da tese, confirma a existência de padrões repetitivos e fórmulas discursivas cuidadosamente reproduzidas ao longo das décadas. Por exemplo, celebrações de aniversários institucionais, visitas de embaixadores e reformas arquitetônicas são amplamente documentadas, enquanto a relação dos centros com contextos sociopolíticos críticos, como o golpe de 1964 ou o AI-5, é completamente omitida.

Esse apagamento seletivo não se dá apenas por meio da exclusão temática, mas também pela estetização da memória. Fotografias cuidadosamente selecionadas, frases inspiradoras em destaque, retratos de fundadores e registros de formaturas compõem um imaginário visual que reforça a ideia de estabilidade, continuidade e legitimidade. Trata-se de uma estética da celebração, na qual a memória institucional é apresentada como uma linha reta de sucessos e conquistas, em total dissonância com os contextos de instabilidade política e social do país.

A gramática de legitimação também pode ser observada na forma como os documentos são organizados e arquivados. Termos como “relatório anual”, “boletim de atividades”, “comunicação institucional” e “histórico da missão” conferem um verniz de objetividade e transparência, mas mascaram a seletividade dos conteúdos apresentados. A estrutura documental é, portanto, uma tecnologia de poder, nos termos de Foucault (1979), que regula o acesso à memória e define os contornos do que pode ser dito. Ao analisar essas estratégias discursivas e estruturais, evidencia-se que os centros binacionais funcionam como espaços de enunciação altamente regulados, em que a linguagem, as imagens e os documentos são organizados para sustentar uma narrativa hegemônica. Impende salientar que as zonas de exclusão — aquilo que é sistematicamente apagado, omitido ou estetizado — revelam tanto quanto os registros explícitos.

Assim, compreender as gramáticas de legitimação é fundamental para decifrar os mecanismos de poder que moldam a memória institucional e, por extensão, a própria história das redes de colaboração cultural entre Brasil e Estados Unidos.

Autores como Hartog (2006), Artières (2005) e Abreu (1996) oferecem caminhos importantes para essa reflexão. Hartog, ao tratar do “tempo do patrimônio”, evidencia como a institucionalização da memória responde menos ao passado em si e mais à demanda do presente por estabilidade e legitimidade. Já Artières reflete sobre o “desejo de arquivo” e a sacralização dos acervos, apontando como a valorização documental muitas vezes está associada à tentativa de conferir permanência a determinados discursos. Nesse sentido, os arquivos funcionam como espaços de consagração seletiva, em que nem tudo que é produzido é preservado, e nem tudo que é preservado é acessado ou tornado público.

No contexto brasileiro, Regina Abreu (1996) analisa os mecanismos de consagração simbólica e patrimonialização de figuras e instituições, indicando que o que é lembrado oficialmente resulta de disputas simbólicas e interesses políticos de longo prazo. A memória institucional, portanto, não é apenas construída: ela é preparada, representada, filtrada e autorizada. Esses elementos são fundamentais para a compreensão dos apagamentos e da narrativa homogênea que predomina nos acervos dos centros binacionais. É nesse campo de tensões que se insere o próximo bloco, que buscará evidenciar os cruzamentos entre práticas arquivísticas, visualizações e os dados empíricos reunidos ao longo da pesquisa.

Cabe destacar que os acervos dos centros binacionais permaneceram, por décadas, restritos a uma lógica de circulação interna e institucional, raramente acessados por pesquisadores ou utilizados como fontes de reflexão crítica sobre as relações culturais entre Brasil e Estados Unidos. Foi somente a partir da pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado (Pinnow, 2014) — posteriormente ampliada nesta tese — que esses materiais passaram a ser sistematicamente digitalizados, descritos, comparados e interpretados em chave historiográfica e documental. Essa visibilidade conferida aos acervos não apenas revela silenciamentos e ausências estratégicas, como também contribui para a construção de uma memória pública mais densa, crítica e plural.

Como propõem Nora (1993) e Heymann (2011), dar visibilidade aos arquivos não significa apenas disponibilizar documentos, mas expor as escolhas, mediações e disputas que os constituem. A relevância dos centros binacionais enquanto objetos de análise reside justamente em sua condição ambígua: ao mesmo tempo, agentes da diplomacia cultural e produtores de memória institucional. Tornar seus acervos acessíveis é, portanto, uma forma de romper com o ciclo de legitimações tácitas e de promover novas possibilidades de leitura e apropriação histórica.

3 VISUALIZAÇÕES, BASES DOCUMENTAIS E CRUZAMENTOS EMPÍRICOS

A presente seção busca aprofundar a análise empírica dos acervos dos centros binacionais por meio de uma abordagem orientada pelas Humanidades Digitais. A investigação envolveu a aplicação de técnicas de mineração de texto e *distant reading*²⁴, aliadas a um conjunto de procedimentos de curadoria crítica, visando revelar padrões discursivos, omissões sistemáticas e recorrências simbólicas presentes nos livros comemorativos, registros internos e publicações institucionais dos centros IBEU, ICBNA e ACBEU.

A partir dos livros comemorativos das três instituições, foi conduzida uma varredura textual com base na construção de um corpus digitalizado, permitindo a observação dos termos mais recorrentes entre os anos 1940 e 2000. Termos como “tradição”, “parceria”, “excelência”, “cooperação” e “amizade” aparecem com frequência notável, configurando uma gramática institucional que privilegia a continuidade, a neutralidade e a diplomacia. Tais termos refletem diretamente os valores declarados pelas instituições: o IBEU, por exemplo, se define como um centro voltado ao “fortalecimento dos laços de amizade entre o Brasil e os Estados Unidos” (IBEU, 2014, p. 9); o ICBNA expressa, ao longo de seu livro comemorativo, o compromisso com a formação acadêmica de excelência e com a promoção do diálogo intercultural (ICBNA, 2008); e a ACBEU afirma sua missão de “promover a educação de qualidade e o entendimento entre os povos” (ACBEU, 2005, p. 6).

Além da visualização semântica, foi realizada uma análise documental comparativa entre os conteúdos dos acervos e os marcos históricos das relações Brasil–Estados Unidos. Embora esse exercício analítico já tenha sido explorado em seções anteriores, ele reaparece aqui como eixo estruturante das visualizações empíricas, consolidando os dados e oferecendo novas camadas de interpretação.

Com efeito, a ausência de registros explícitos sobre episódios-chave da história nacional — como o Estado Novo, o golpe de 1964, o AI-5 ou a transição democrática — reafirma a hipótese de uma política institucional de curadoria seletiva da memória, marcada por apagamentos simbólicos, simplificações narrativas e estratégias de neutralização de conflitos.

²⁴ MORETTI, Franco. *Distant reading*. London: Verso, 2013. Explica a metodologia de leitura à distância, usada para identificar padrões em grandes volumes de texto.

Nesse contexto, a organização cronológica e temática dos marcos analisados passa a desempenhar um papel heurístico relevante, funcionando como referência para os cruzamentos documentais, silêncios e sobreposições discursivas que perpassam os acervos analisados.

No cruzamento entre os acervos e os dados organizados ao longo da tese, foi possível construir sociogramas representando os quadros sociais (Halbwachs, 2006) que atuaram na formação e expansão dessas redes. Tais sociogramas evidenciam a articulação entre elites locais, diplomatas, representantes do governo dos EUA e agentes culturais, revelando uma rede de cooperação simbólica e institucional sustentada por vínculos de prestígio, financiamento e circulação internacional.

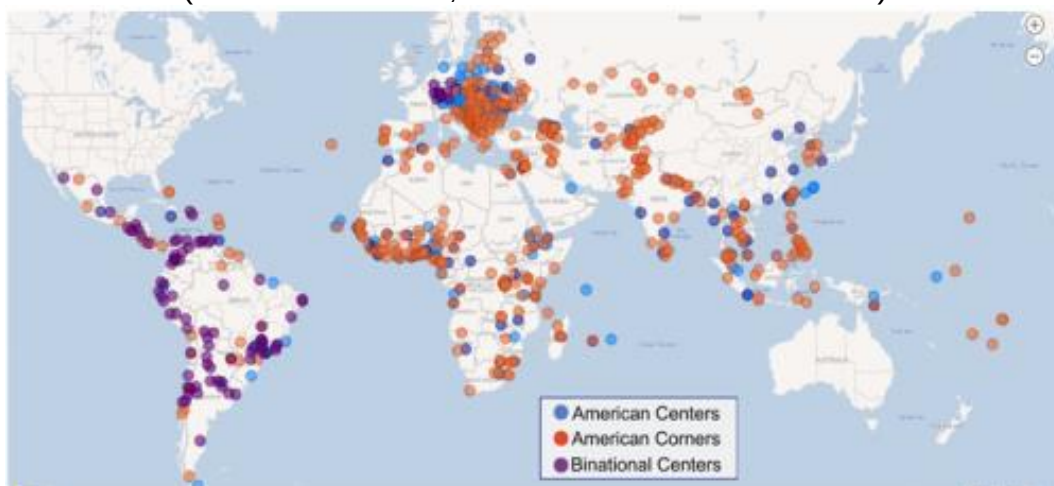
Outro recurso metodológico foi o mapeamento espacial dos centros binacionais em operação no Brasil e sua relação com o mapa global dos American Spaces, disponível nas plataformas oficiais do U.S. Department of State²⁵ e da Coligação BNC²⁶.

As cartografias interativas consultadas e os dados agregados revelam a distribuição territorial das instituições, concentradas em capitais e regiões economicamente estratégicas, reforçando a ideia de que tais centros funcionam como vetores de difusão simbólica e de reprodução de valores culturais associados à política externa norte-americana.

²⁵ O programa American Spaces, vinculado ao Bureau of Educational and Cultural Affairs do Departamento de Estado dos EUA, abrange três modelos: American Centers (administração direta), American Corners (em parceria com instituições locais) e Binational Centers (com presença majoritária na América Latina). Desde sua reformulação em 2013, a ênfase está na diplomacia pública, ensino da língua inglesa, acesso à informação confiável e valorização de narrativas institucionais alinhadas à política externa norte-americana. Fonte: U.S. Department of State. **American Spaces**. Disponível em: <https://americanspaces.state.gov>. Acesso em: jul. 2025. UNITED STATES. **Department of State**. Office of American Spaces. Washington, D.C., 2025. Disponível em: <https://eca.state.gov/programs-and-initiatives/initiatives/office-american-spaces>. Acesso em: 26 jun. 2025.

²⁶ COLIGAÇÃO BNC. **Onde estamos**. Brasília, 2025. Disponível em: <http://coligacaobnc.com.br/coligados/onde-estamos/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

Figura 7 – Distribuição global dos American Spaces (American Centers, Corners e Binational Centers)



Fonte: Autoria própria (2025).

Essa visualização territorial, articulada à análise discursiva e à curadoria empírica dos documentos, permite sustentar a hipótese central deste capítulo: os centros binacionais funcionam como zonas de enunciação seletiva da memória, estruturadas a partir de silêncios sistemáticos, estéticas comemorativas e circuitos de consagração simbólica. Como forma de aprofundar essa análise, foi desenvolvido um mapa comparativo de frequência de termos recorrentes nos livros comemorativos do IBEU²⁷, ICBNA²⁸ e ACBEU²⁹. A visualização a seguir permite observar as similaridades lexicais entre os centros, revelando uma gramática institucional padronizada que, embora adaptada a contextos regionais, reproduz estruturas de legitimação alinhadas com os valores da diplomacia cultural estadunidense.

A visualização a seguir permite observar as similaridades lexicais entre os centros, revelando uma gramática institucional padronizada que, embora adaptada a contextos regionais, reproduz estruturas de legitimação alinhadas com os valores da diplomacia cultural estadunidense. Esse vocabulário homogêneo, reiterado em documentos comemorativos e descrições institucionais, articula termos como “excelência”, “intercâmbio”, “tradição” e “amizade”, agindo como estratégias discursivas que reforçam a neutralidade e a suposta universalidade dos projetos implementados. Ainda que cada centro possua especificidades históricas e vínculos locais, a uniformidade lexical expõe uma política simbólica de consenso, que silencia

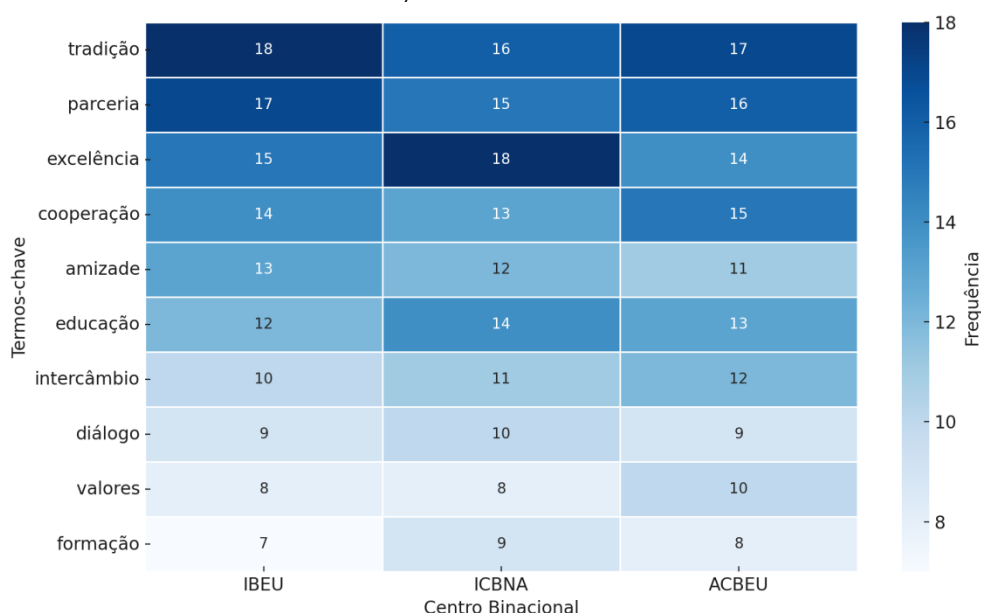
²⁷ IBEU. **IBEU 70 anos**: livro comemorativo. Rio de Janeiro: IBEU, 2014.

²⁸ ICBNA. **Livro comemorativo aos 70 anos do Cultural**. Porto Alegre: ICBNA, 2008.

²⁹ ACBEU. **ACBEU 60 anos: 1941–2001**. Salvador: ACBEU, 2005.

conflitos e naturaliza hierarquias culturais, legitimando a permanência das redes norte-americanas no Brasil sob a forma de parcerias educacionais neutras e desejáveis.

Figura 8 – Mapa comparativo de frequência de termos nos livros comemorativos do IBEU, ICBNA e ACBEU



Fonte: Autoria própria (2025), adaptado de IBEU, 2014; ICBNA, 2008; ACBEU, 2005.

A análise do mapa evidencia que palavras como “tradição”, “excelência”, “parceria” e “cooperação” aparecem com alta frequência em todos os centros, reiterando o compromisso institucional com uma narrativa positiva e diplomática da história dessas instituições. Ao mesmo tempo, a relativa ausência de termos ligados a rupturas históricas, conflitos sociais ou disputas políticas reforça a hipótese de uma curadoria do apagamento ativa, que não opera apenas por omissão, mas por meio de repetições simbólicas e escolhas lexicais orientadas à legitimação.

Essa gramática comum será retomada no Capítulo V, quando serão analisadas as implicações metodológicas do uso das Humanidades Digitais para a problematização crítica dos arquivos institucionais. Os centros binacionais funcionam como zonas de enunciação seletiva da memória, estruturadas a partir de silêncios sistemáticos, estéticas comemorativas e circuitos de consagração simbólica. A sistematização dos dados revela, ainda, padrões de atuação institucional que se repetem ao longo das décadas, especialmente no que se refere à celebração de datas, à presença diplomática norte-americana e à ausência de temas considerados sensíveis. A materialidade dos acervos analisados e a estrutura

simbólica de seus registros indicam que os centros binacionais atuam não apenas como instrumentos de ensino de inglês e promoção cultural, mas também como agentes de uma política de memória institucionalizada, seletiva e orientada por interesses diplomáticos. Os resultados aqui apresentados, por meio de representações visuais e análise documental, não apenas sustentam a hipótese da curadoria do apagamento como também introduzem um campo fértil para questionamentos metodológicos mais amplos.

Como será aprofundado no Capítulo V, a adoção de recursos computacionais combinados a estratégias interdisciplinares amplia o horizonte analítico dos arquivos institucionais, permitindo tensionar abordagens tradicionais de leitura documental e sugerir alternativas críticas de representação historiográfica. A articulação entre dados empíricos, visualizações e documentos permite compreender os centros binacionais não apenas como espaços de ensino e intercâmbio, mas como núcleos estruturantes de uma memória produzida e gerida a partir de critérios seletivos, em consonância com as diretrizes da diplomacia cultural dos Estados Unidos.

A adoção dessas estratégias, aliada a abordagens interdisciplinares, amplia as possibilidades de leitura dos arquivos institucionais, permitindo tensionar o modelo tradicional de análise documental e propor novas formas de historiografia crítica. O presente bloco, ao articular visualizações, acervos e dados empíricos, reafirma o papel estratégico dos centros binacionais como dispositivos ativos de produção e regulação da memória no campo das relações culturais internacionais.

3.1 A cartografia dos silêncios: eventos ausentes e apagamentos seletivos

Figura 9 – Nuvem de palavras com termos silenciados nos livros comemorativos do IBEU, ICBNA e ACBEU



Fonte: Banco de dados documental da tese (1940–2000), com base nos acervos digitalizados dos centros binacionais (2025).

A nuvem de palavras acima foi elaborada a partir dos termos sistematicamente ausentes nos livros comemorativos dos centros binacionais. Expressões como “AI-5”, “Estado Novo”, “repressão”, “movimentos sociais”, “UNB”, “favela”, “negros” e “povos originários” figuram com frequência nula ou residual.

A valer, a exclusão sistemática dessas categorias evidencia uma gramática de silenciamento, na qual temas politicamente sensíveis são evitados em prol da manutenção de uma memória diplomática homogênea. A visualização funciona, portanto, como um marcador visual da curadoria do apagamento, permitindo que a ausência seja tratada como dado empírico e dimensão crítica da análise.

Uma das contribuições centrais desta pesquisa está na sistematização dos silêncios compartilhados pelos centros binacionais em seus registros institucionais. Embora se apresentem como espaços de intercâmbio e diálogo cultural, os livros comemorativos do IBEU, ICBNA e ACBEU evitam menções diretas a episódios históricos sensíveis, como o Estado Novo (1937–1945), o golpe civil-militar de 1964, o AI-5, a repressão política, a censura, a tortura de intelectuais, a criação da Universidade de Brasília ou os impactos da reforma educacional patrocinada pelos acordos MEC-USAID. Para tornar visível esse padrão de apagamento, foi elaborado um levantamento sistemático dos eventos ausentes mais recorrentes, que compila uma amostragem de eventos-chave do século XX e verifica sua presença ou ausência nos acervos analisados.

No entanto, para além da omissão de marcos históricos específicos, evidencia-se um fenômeno ainda mais estrutural: o apagamento sistemático da brasilidade. Termos, expressões, personagens e valores associados à cultura brasileira — suas contradições, resistências, línguas, saberes populares, arte, movimentos sociais e intelectuais críticos — estão praticamente ausentes da gramática institucional dos centros. Essa ausência não é acidental, mas parte de um processo mais amplo de americanização simbólica, que orienta a construção discursiva dos centros binacionais como vetores de alinhamento diplomático e cultural com os Estados Unidos.

Tal fenômeno é abordado por autores como Tota (2000) e Moura (1984), que demonstram como o programa da Política de Boa Vizinhança forjou uma imagem de Brasil harmonizado com os interesses culturais dos EUA, muitas vezes em detrimento das representações locais. Além disso, como discutido por autores como Tota (2000) e Albuquerque Jr. (2001), essa reconfiguração discursiva implica

também a invisibilidade de expressões culturais brasileiras não alinhadas aos padrões hegemônicos de representação institucional. A análise de materiais promocionais e editoriais confirma que a brasilidade é frequentemente substituída por vocábulos neutros e internacionalizados, em uma tentativa de projetar os centros como vitrines universais da cultura norte-americana. Essa tendência reforça o diagnóstico de uma gramática de cooperação assimétrica, que será debatida ao longo dos capítulos seguintes.

Como demonstram Tota (2000) e Moura (1984), a Política de Boa Vizinhança não apenas difundiu imagens positivas dos EUA no Brasil, mas atuou como força modeladora do imaginário nacional, substituindo referências locais por um vocabulário afetivo, pedagógico e institucional alinhado à lógica do *American Way of Life*. Nos centros binacionais, essa gramática se consolida por meio de repetição simbólica, em que a brasilidade se torna ruído, e a cultura norte-americana ocupa o centro da narrativa institucional. A operação discursiva não consiste apenas em silenciar eventos incômodos, mas em substituir sujeitos e valores por vocábulos neutros, globais e celebrativos — um processo que será aprofundado nos capítulos seguintes.

Ao invisibilizar a diversidade cultural brasileira e neutralizar suas tensões internas, os centros reproduzem uma estratégia de legitimação simbólica fundada na homogeneização discursiva. Essa prática, aqui conceituada como “curadoria do apagamento”, será expandida na análise do Capítulo II, a partir do caso do ICBNA, e aprofundada no Capítulo III, ao discutir a construção de elites simbólicas nas escolas internacionais. No Capítulo IV, as Humanidades Digitais serão utilizadas como instrumentos de reinterpretação crítica desses arquivos institucionais, tensionando tanto os silêncios documentais quanto os padrões de legitimação simbólica. Essa reflexão atravessará também as Considerações Finais, consolidando-se como eixo estruturante da tese.

Como apresentado na qualificação da tese, essa invisibilização dos traços da identidade nacional está longe de ser neutra: ela representa um projeto discursivo articulado à lógica de hegemonia cultural promovida por agências como a USIA e os programas de intercâmbio educacional. O apagamento da brasilidade manifesta-se, assim, na substituição sistemática de expressões culturais locais por símbolos universalizados da cultura estadunidense, uma prática que será ilustrada adiante por meio de representações comparativas, trechos dos acervos institucionais e

visualizações construídas a partir do banco de dados da pesquisa. Essa cartografia do apagamento oferece evidências concretas de como a identidade brasileira é silenciada em prol de uma memória diplomática e institucional seletiva.

3.2 Gramática institucional e léxico da legitimação

A análise lexical dos livros comemorativos revela uma estrutura discursiva marcada por padrões repetitivos que indicam o que Pierre Bourdieu (2003) chamaria de *habitus* institucional: um modo sistemático de organização das narrativas, que reflete e reproduz as hierarquias simbólicas dominantes no campo das relações culturais internacionais. Termos como “excelência”, “tradição”, “amizade”, “cooperação” e “diálogo” configuram um léxico da legitimação que sustenta a autoridade simbólica dos centros binacionais como espaços neutros, diplomáticos e educacionais, quando, na verdade, estão imersos em lógicas de disputa, exclusão e consagração.

Como analisa Luciana Quillet Heymann (2011), os arquivos e instituições de memória funcionam como instâncias simbólicas de consagração, organizando sentidos e estabelecendo limites entre o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido. Essa perspectiva permite compreender o imaginário institucional dos centros binacionais como resultado de escolhas discursivas orientadas por um *ethos* diplomático-cultural: uma trama de significados que busca representar os centros binacionais como vetores de valores universais, esvaziando-os de seus vínculos com os conflitos históricos e culturais do Brasil, resultando na produção de uma gramática institucional que atua como operador simbólico da americanização ao alinhar discursos locais a uma matriz global de poder.

Essa articulação simbólica encontra-se embasada não apenas nas práticas discursivas, mas também na própria organização material dos acervos, nas seleções fotográficas e na escolha de datas comemoradas. Como demonstrado por Artières (2005), os arquivos não apenas guardam documentos, mas performam sentidos e moldam percepções, funcionando como espaços de consagração e silenciamento. Nesse sentido, os livros comemorativos atuam como dispositivos de reconhecimento institucional, ao mesmo tempo em que excluem ou minimizam narrativas dissonantes, como a brasilidade plural, os conflitos políticos ou as vozes subalternizadas.

A gramática institucional, portanto, não é apenas uma escolha de estilo, mas um instrumento de regulação simbólica. A repetição sistemática de certos termos — e o apagamento de vocábulos dissidentes — constitui um vocabulário seletivo que regula o campo de enunciação possível. Nesse horizonte, expressões como “tradição”, “excelência”, “parceria” e “neutralidade” são reiteradas como garantias simbólicas de autoridade, deslocando para as margens qualquer narrativa de conflito, crítica ou pertencimento popular.

A visualização a seguir representa essa arquitetura lexical, articulando os eixos centrais da legitimação institucional às estratégias discursivas acionadas para sustentar o *ethos* dos centros binacionais. O diagrama evidencia como a linguagem consagrada nos materiais institucionais cumpre a função de escudo simbólico, protegendo essas organizações de críticas históricas e reforçando seu papel como mediadoras legítimas da aproximação cultural com os Estados Unidos.

Figura 10 – Diagrama de Venn: Gramática Institucional e Curadoria do Apagamento



Fonte: Autoria própria (2025), adaptado dos livros comemorativos do IBEU (2014), ICBNA (2008) e ACBEU (2005).

Como forma de aprofundar a análise lexical e estrutural dos discursos institucionais, elaborou-se um quadro classificatório que sintetiza as operações simbólicas de legitimação e silenciamento nos livros comemorativos dos centros binacionais. A matriz apresentada a seguir cruza três dimensões: a presença efetiva

de determinados vocábulos e conceitos, sua ausência intencional ou estrutural e seu silenciamento simbólico — isto é, quando um termo é mencionado, mas esvaziado de densidade crítica ou desconectado de seu contexto histórico.

A leitura do quadro a seguir permite constatar que termos como excelência, cooperação e tradição são amplamente presentes e celebrados, compondo a gramática institucional já problematizada nesta seção. No extremo oposto, categorias como brasilidade, conflito, ausência e povos subalternizados não aparecem nos acervos, ou, quando aparecem, o fazem de forma esvaziada, sem contextualização crítica ou vínculo com as tensões sociais que marcaram o século XX brasileiro. Essa assimetria reforça o argumento de que tais instituições não apenas narram a memória institucional, mas também regulam aquilo que pode ser lembrado ou esquecido — num movimento que se alinha ao conceito de curadoria do apagamento.

Quadro 4 – Operações Simbólicas da Memória Institucional nos Centros Binacionais

Tabela - Operações Simbólicas da Memória Institucional nos Centros Binacionais

Excelência	Sim	Não	Não
Cooperação	Sim	Não	Não
Tradição	Sim	Não	Não
Neutralidade	Sim	Não	Sim
Reconhecimento	Sim	Não	Não
Brasilidade	Não	Sim	Sim
Conflito	Não	Sim	Sim
Ausência	Não	Sim	Sim
Alinhamento Diplomático	Sim	Não	Sim
Invisibilização	Sim	Não	Sim
	Presente nos acervos	Ausente/Omitido	Silenciado simbolicamente

Fonte: Autoria própria (2025), adaptado de dados institucionais, sites oficiais dos centros e escolas, e documentos históricos sistematizados durante a pesquisa.

O silenciamento simbólico, como indicado por Artières (2005), não se dá unicamente pela ausência, mas pelo controle dos sentidos atribuídos aos registros. Do mesmo modo, Pollak (1989) observa que a memória social se define tanto pelo que se diz quanto pelo que se evita dizer. A sistematização desses vocábulos reforça a noção de que os centros binacionais atuam como operadores simbólicos

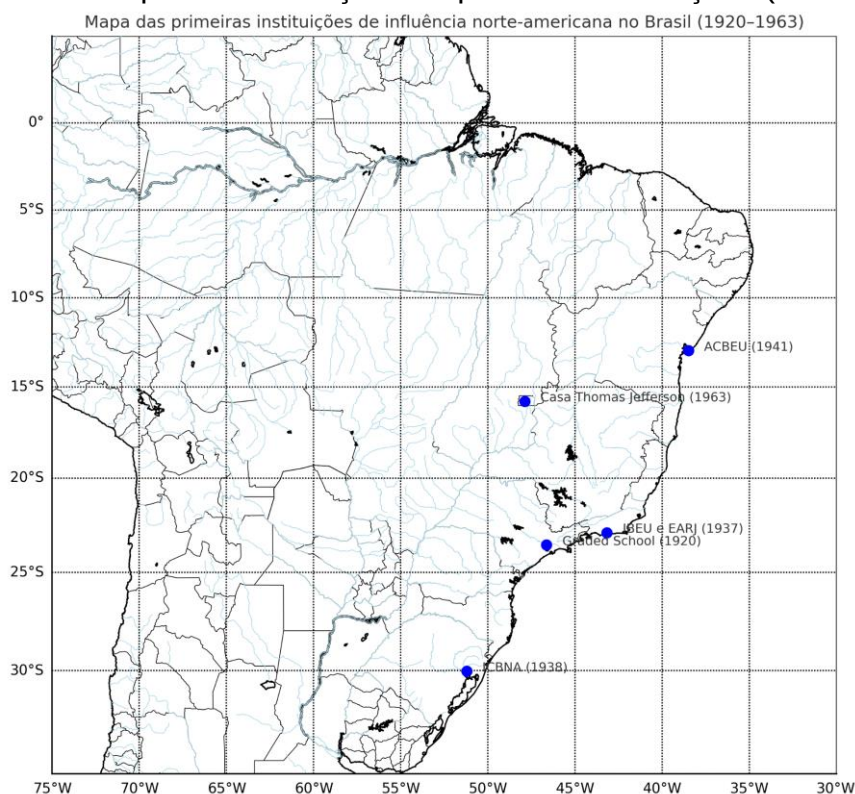
de uma memória gerida sob a lógica da diplomacia cultural estadunidense. Além disso, sua função de mediação entre elites locais e órgãos norte-americanos evidencia a configuração de um campo simbólico — no sentido *bourdieusiano* — cujas determinadas representações são legitimadas em detrimento de outras (Bourdieu, 2003).

Saliente-se que esse campo não é apenas de discursos, mas de forças: as categorias ausentes ou silenciadas — como brasilidade, conflito ou diversidade — não são acidentais, mas sim, o resultado de estratégias institucionais de apagamento. O quadro acima, portanto, consolida visualmente a tese de que os arquivos institucionais operam como sistemas de exclusão simbólica (Nora, 1993), reforçando uma gramática de neutralidade diplomática em detrimento de uma memória crítica e plural.

3.3 Cartografia institucional: centros binacionais e escolas internacionais como acervos não sistematizados

Para visualizar de forma mais clara a conformação dessa rede, elaborou-se um mapa com a localização das primeiras instituições — centros binacionais e escolas internacionais — fundadas entre 1920 e 1963, período em que o Rio de Janeiro ainda era a capital federal brasileira. A visualização cartográfica permite compreender a lógica de implantação estratégica desses espaços, concentrados majoritariamente nas capitais e principais centros urbanos brasileiros.

O mapa reforça o argumento de que a expansão dessas instituições se deu de maneira articulada, seguindo interesses diplomáticos dos EUA e privilegiando áreas com maior densidade populacional, estrutura educacional consolidada e presença de elites regionais. Essa espacialização reforça a tese de que não se trata de uma atuação difusa, mas de uma política deliberada de influência cultural e educacional.

Figura 11 – Mapa da localização das primeiras instituições (1934–1963)

Fonte: Autoria própria (2025), adaptado de dados institucionais, sites oficiais dos centros e escolas, e documentos históricos sistematizados durante a pesquisa.

Ao longo da pesquisa empírica desenvolvida para esta tese, foram identificados aproximadamente 47 centros binacionais e aproximadamente 39 escolas internacionais atuantes, com diferentes modelos curriculares e credenciamentos — como o International Baccalaureate (IB)³⁰, um programa de educação internacional criado na Suíça em 1968, que propõe currículos voltados para a formação crítica, multilíngue e globalizada dos estudantes. No contexto brasileiro, diversas escolas internacionais adotam o IB como sistema de ensino, o que reforça sua orientação voltada à formação de elites cosmopolitas. Essa característica será melhor analisada no Capítulo III, dedicado à discussão sobre escolas internacionais e a construção de elites simbólicas e outros sistemas educacionais estrangeiros, incluindo norte-americano, britânico, francês e alemão.

A primeira escola internacional no Brasil foi fundada em 1920, a Escola Graduada de São Paulo (Graded School), localizada em São Paulo, marco inicial da

³⁰ INTERNATIONAL BACCALAUREATE ORGANIZATION. **About the IB**. Disponível em: <https://www.ibo.org/about-the-ib/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

cartografia das escolas internacionais com influência norte-americana no Brasil³¹. Embora existam dezenas de instituições com afiliações diversas — britânicas, francesas, alemãs — este trabalho foca naquelas com orientação e influência direta dos Estados Unidos, tanto na formação curricular quanto nas conexões diplomáticas.

A distribuição dessas escolas acompanha, na maioria, os centros urbanos estratégicos, especialmente nas capitais, formando uma rede transnacional de circulação simbólica e legitimação cultural, marcando o início da formação de uma rede articulada de instituições voltadas à formação de elites transnacionais no Brasil, de acordo com dados atualizados disponíveis nos portais da Embaixada dos Estados Unidos³² e da AMISA³³ — muitos deles com décadas em funcionamento e atuação relevante com dinâmicas diplomáticas, programas de intercâmbio e ensino de idiomas.

Apesar de sua longevidade institucional e papel estruturante nas relações culturais entre Brasil e Estados Unidos, a vasta maioria desses centros permanece fora do escopo das pesquisas acadêmicas brasileiras, revelando uma lacuna documental, metodológica e política que reforça a necessidade de cartografar tais espaços como parte do campo da memória social.

Segundo levantamento disponível no portal da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, existem dezenas de centros binacionais oficialmente reconhecidos, muitos deles com atuação contínua desde os anos 1940 e 1950. A plataforma Internacional Office of American Spaces³⁴ complementa esse mapeamento, oferecendo dados sobre a atuação diplomática global dos chamados American Spaces — espaços culturais geridos em parceria com entidades locais, mas orientados por diretrizes diplomáticas dos EUA.

³¹ GRADED SCHOOL. **Nossa História**. Disponível em: <https://graded100.com/?lang=pt-br#year-1920s>. Acesso em: 28 jun. 2025.

³² EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS NO BRASIL. **Centros Binacionais**. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/education-culture-pt/espacos-americanos/centros-binacionais/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

³³ AMISA – ASSOCIATION OF AMERICAN SCHOOLS IN SOUTH AMERICA. **School Membership**. Disponível em: <https://www.amisa.us/school-membership>. Acesso em: 28 jun. 2025.

³⁴ OFFICE OF AMERICAN SPACES. **Programs and Initiatives**. Disponível em: <https://eca.state.gov/programs-and-initiatives/initiatives/office-american-spaces>. Acesso em: 28 jun. 2025.

De maneira semelhante, a associação AMISA (Association of American Schools in South America) apresenta em seu site oficial uma lista atualizada de escolas internacionais norte-americanas que operam na América do Sul. No Brasil, essa rede é composta por instituições de grande porte e prestígio, com acesso a recursos curriculares e diplomáticos amplamente influenciados pelo modelo norte-americano de ensino e formação. Essas instituições — centros e escolas — formam um ecossistema diplomático-educacional que desempenha papel estratégico na formação de elites simbólicas, na difusão de valores culturais e na construção de imaginários sociais. De fato, a ausência de seus acervos nos repositórios públicos, a escassez de pesquisas dedicadas e a inexistência de políticas de transparência informacional configuram um cenário que demanda atenção urgente das ciências sociais, da história e dos estudos da memória.

3.4 Padrão histórico de fundação dos centros binacionais

A fim de ampliar a análise histórica e inserir os centros binacionais em uma perspectiva comparativa e geopolítica mais aprofundada, elaborou-se o seguinte quadro que relaciona, de modo cruzado, os dados de fundação, o contexto político nacional, os marcos internacionais e os apoios diplomáticos envolvidos na criação das quatro instituições pioneiras no Brasil.

Quadro 5 – Comparativo cronológico e geopolítico dos centros binacionais (continua)

Centro	Cidade	Fundação	Contexto Nacional	Contexto Internacional	Apoio Diplomático
IBEU	Rio de Janeiro	1937	Estado Novo (1937–1945), centralização e política de modernização cultural	Política de Boa Vizinhança, período entreguerras, soft power cultural	Sim
ICBNA	Porto Alegre	1938	Estado Novo, educação como estratégia de política pública, elites intelectuais	Política de Boa Vizinhança, expansão do <i>soft power</i> , presença diplomática regional	Sim
ACBEU	Salvador	1941	Segunda Guerra, presença militar dos EUA no Nordeste, infraestrutura logística	Segunda Guerra Mundial, esforço aliado hemisférico, posicionamento estratégico	Sim

Quadro 5 – Comparativo cronológico e geopolítico dos centros binacionais (conclusão)

Centro	Cidade	Fundação	Contexto Nacional	Contexto Internacional	Apoio Diplomático
Casa Thomas Jefferson	Brasília	1963	Ditadura Civil-Militar (1964–1985), anticomunismo e nacional-desenvolvimentismo	Guerra Fria, nacional-desenvolvimentismo, American Way of Life, presença da USAID e USIA	Sim

Fonte: Autoria própria (2025), adaptado de acervos documentais, sites institucionais e materiais comemorativos dos centros binacionais (IBEU, 2014; ICBNA, 2008; ACBEU, 2005; Casa Thomas Jefferson, 2021).

A leitura cruzada dos dados permite visualizar que o surgimento dessas instituições não pode ser compreendido isoladamente, tampouco de maneira meramente linear ou cronológica. Os processos fundacionais foram, em cada caso, atravessados por contextos políticos específicos: o Estado Novo e sua ênfase na centralização e modernização cultural (IBEU e ICBNA); o esforço de guerra aliado e a importância estratégica da região Nordeste (ACBEU); e, por fim, a dinâmica de polarização ideológica da Guerra Fria, articulada à urbanização de Brasília e ao ideário desenvolvimentista do regime civil-militar (Casa Thomas Jefferson).

Do ponto de vista internacional, destaca-se a Política de Boa Vizinhança nos anos 1930–40 e a expansão do *soft power* durante e após a Segunda Guerra Mundial. A atuação de agências como a USIA e a USAID, posteriormente, consolidou a lógica de cooperação assimétrica entre Brasil e Estados Unidos, inserindo a educação e a cultura como instrumentos diplomáticos de longo alcance. Como argumenta Stonor Saunders (2000), tais iniciativas eram parte de uma sofisticada rede de engenharia simbólica voltada à legitimação dos interesses norte-americanos no Sul Global.

Ao correlacionar as condições locais com as estratégias globais de difusão cultural, o quadro evidencia a construção deliberada de uma rede diplomática-educacional operando sob diversas camadas de poder simbólico (Bourdieu, 2003). A permanência dessas instituições nas principais capitais regionais, bem como seu alinhamento contínuo aos valores da diplomacia cultural dos EUA, reforça a hipótese de que não se tratava apenas de centros de ensino, mas de zonas estratégicas de produção de sentido e controle da memória institucional.

O capítulo seguinte ampliará essa hipótese, explorando os acervos dos três centros mais antigos (IBEU, ICBNA e ACBEU) e demonstrando como seus arquivos

— suas ausências, seleções e silenciamentos — corroboram o argumento central da tese sobre a curadoria do apagamento como prática estruturante dessas redes de colaboração.

3.5 Epílogo crítico: tensões arquivísticas, redes invisíveis e leituras emergentes

O Capítulo II desenvolveu uma trajetória argumentativa que parte de uma crítica à seletividade dos acervos institucionais e culmina na problematização das ausências como elementos constitutivos da memória.

A tese sustenta que os arquivos, mais do que simples repositórios, são construções discursivas orientadas por lógicas de poder, operando como dispositivos de regulação simbólica (Ricoeur, 2007; Halbwachs, 2006). Tais dinâmicas contribuem para lacunas historiográficas significativas, marcadas pela ausência de pesquisas que tratem de forma sistemática os acervos dos centros binacionais e das escolas internacionais, frequentemente relegados às margens da produção acadêmica.

Conforme argumenta Pollak (1989), essas zonas de sombra representam estratégias de silenciamento que produzem hierarquias de legitimidade na memória coletiva. Esse processo, aqui nomeado como curadoria do apagamento, foi analisado por meio de documentos, visualizações, sociogramas, mapas e representações lexicais produzidas com apoio das metodologias das Humanidades Digitais (Pinnow, 2023).

Inicialmente, discute-se a construção seletiva da memória institucional, marcada pela ausência de referências explícitas a episódios históricos sensíveis, como a ditadura militar, a censura ou os conflitos sociais que atravessaram o Brasil ao longo do século XX. Esse silenciamento não é fruto do acaso, mas resultado de uma operação discursiva sustentada por uma gramática institucional que prioriza a continuidade, a excelência, a tradição e a parceria diplomática (Nora, 1993; Heymann, 2011). A visualização cronológica e o cruzamento empírico com os dados extraídos dos livros comemorativos evidenciaram as omissões e a centralidade do discurso diplomático nos acervos.

Na sequência da discussão, introduziu-se o conceito de gramática institucional e analisou-se, por meio de visualizações e diagramas, os principais

termos que estruturam o discurso comemorativo dos centros binacionais (Pinnow, 2014; Saunders, 2000). Esse léxico reiterativo reforça os vínculos com a diplomacia cultural estadunidense, ao mesmo tempo em que ofusca a brasilidade, a diversidade e os conflitos que também compõem a história dessas instituições. A ausência de datas comemorativas nacionais, de referências a intelectuais brasileiros perseguidos ou de menções a movimentos sociais evidencia uma operação simbólica que, conforme Ricoeur (2007), não se limita à lembrança, mas também à exclusão.

A problematização aprofundou a análise do léxico institucional, destacando a reprodução de sentidos e valores vinculados ao *American Way of Life* (Tota, 2000), à neutralização de identidades regionais e à legitimação das práticas educativas e culturais norte-americanas. As visualizações produzidas a partir dos livros comemorativos (IBEU, 2014; ICBNA, 2008; ACBEU, 2005) revelaram um padrão de repetição vocabular que reforça a hegemonia simbólica estadunidense, esvaziando o potencial plural dos acervos e ocultando conflitos históricos relevantes para a compreensão da memória nacional (Bourdieu, 2003).

A pesquisa desenvolveu uma análise geopolítica comparativa dos centros binacionais, articulando datas de fundação, contexto histórico e redes de apoio diplomático. O quadro produzido indicou que a criação dos centros não se deu de forma isolada, mas como parte de um projeto mais amplo de expansão diplomática e cultural dos Estados Unidos (Fausto, 2006; Saunders, 2000).

Nesse sentido, a articulação entre elites locais (Heymann, 2011), apoio diplomático norte-americano e conjunturas políticas específicas sustenta a hipótese de que esses centros funcionaram como nós estratégicos de uma rede transnacional de colaboração simbólica (Pinnow, 2023). A tese, ao tensionar essas relações, propõe uma leitura alternativa da historiografia tradicional, deslocando o foco do discurso institucional para os silêncios estruturantes e para os processos seletivos de legitimação (Artières, 2005).

A proposta que se segue nos próximos capítulos é de continuidade e aprofundamento das hipóteses aqui formuladas. O Capítulo II explorará os acervos dos centros binacionais IBEU, ICBNA e ACBEU, evidenciando como seus registros institucionais operam uma política da memória orientada por critérios diplomáticos, pedagógicos e simbólicos. O Capítulo III ampliará essa análise ao campo das escolas internacionais e dos programas de intercâmbio, examinando como elites simbólicas foram formadas e consagradas dentro dessa rede de circulação cultural.

O Capítulo V detalha metodologia adotada, com destaque para o uso ético das Humanidades Digitais como forma de tensionar o campo historiográfico e propor novas abordagens para a leitura dos arquivos institucionais (Moretti, 2005; Manovich, 2013). Como forma de fechar esse percurso, propõe-se a seguinte visualização conceitual que sintetiza os eixos centrais do capítulo:

Figura 12 – Mapa conceitual da tese: apagamentos, redes e memória institucional



Fonte: Autoria própria (2025), com base nos conceitos desenvolvidos no Capítulo II.

Esse mapa não apenas sintetiza os conceitos desenvolvidos, mas indica os caminhos pelos quais a tese se desdobrará nas seções seguintes, mantendo o compromisso com a análise crítica, a triangulação metodológica e a visibilidade dos apagamentos enquanto dispositivos ativos de regulação da memória. Esse gesto metodológico não se reduz a uma adesão técnica, mas constitui um posicionamento político-epistemológico: ao explorar o *distant reading*, a mineração lexical e as redes de coocorrência, esta tese inscreve-se nos princípios éticos e colaborativos do Manifesto das Humanidades Digitais (2011), que defende o uso público do conhecimento, a preservação da memória social e a abertura crítica dos acervos em rede. A metodologia aqui adotada, portanto, vai além da instrumentalização computacional: assume-se como estratégia arquivística insurgente diante dos silêncios históricos impostos pela diplomacia cultural seletiva.

4 CENTROS BINACIONAIS E DIPLOMACIA CULTURAL: O ICBNA COMO MODELO E REDE

A fundação do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA), em Porto Alegre, em 1938, deve ser interpretada à luz da presença crescente de diplomatas norte-americanos em regiões estratégicas do Brasil nas décadas anteriores. A atuação do governo Roosevelt por meio da Política de Boa Vizinhança³⁵ ampliou significativamente os canais diplomáticos, com a instalação de vice-consulados, consulados e o fortalecimento das embaixadas. O cruzamento entre os dados do banco de dados desenvolvido ao longo da pesquisa e os registros públicos do portal The Political Graveyard³⁶, dedicado à sistematização histórica de diplomatas e autoridades norte-americanas, demonstra a existência de uma correlação entre a concentração de agentes diplomáticos e a fundação dos primeiros centros binacionais.

Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o número de agentes diplomáticos entre 1910 e 1950 ultrapassa uma dezena de nomes, entre cônsules-gerais, adidos e vice-cônsules. No caso de Porto Alegre, foram identificados ao menos 11 representantes diplomáticos entre 1918 e 1949. Destacam-se nomes como Samuel T. Lee (1918–1923), Charles Roy Nasmith (1927–1929) e Guy W. Ray (1938–

³⁵ O documento inaugural da Good Neighbor Policy foi formalmente apresentado no discurso inaugural de Franklin D. Roosevelt, em 4 de março de 1933, quando ele proclamou: “In the field of world policy I would dedicate this nation to the policy of the good neighbor — the neighbor who resolutely respects himself and, because he does so, respects the rights of others”. Posteriormente, em dezembro de 1933, durante a Conferência Pan- Americana em Montevideu, o Secretário de Estado Cordell Hull afirmou que: “No state has the right to intervene in the internal or external affairs of another”, consolidando o princípio de não- intervenção no hemisfério ocidental. Esse documento, acessível por meio do Office of the Historian – U.S. Department of State, marcou um ponto de inflexão na política externa americana, redirecionando a diplomacia cultural e econômica para uma retórica de respeito mútuo e cooperação hemisférica. Referência: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Milestones: Good Neighbor Policy, 1933. Office of the Historian. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1921-1936/good-neighbor>. Acesso em: 07 jul. 2025.

³⁶ O site The Political Graveyard é uma base de dados independente que reúne informações sobre mais de 277.000 figuras públicas dos Estados Unidos, abrangendo membros do Congresso, diplomatas, prefeitos, governadores, juízes e líderes partidários, incluindo registros detalhados de nomeações consulares e embaixadores em diversos países. No contexto brasileiro, o portal apresenta listas de cônsules norte-americanos com datas de atuação, localidades e, em alguns casos, vínculos familiares e afiliações políticas. Embora não seja um banco oficial do governo dos EUA, é amplamente utilizado por pesquisadores como fonte auxiliar em estudos de diplomacia, genealogia política e redes institucionais. Fonte: THE POLITICAL GRAVEYARD. **United States diplomatic service in Brazil**. Disponível em: <https://politicalgraveyard.com/geo/ZZ/BZ-consuls.htm>. Acesso em: 07 jul. 2025.

1940)³⁷, este último mencionado na ata de fundação do ICBNA como vice-cônsul atuante na cidade. A ata registra:

Às 20hs do dia 14 de julho de 1938, reuniram-se na residência do Sr. Guy W. Ray Cônsul dos E.E.U.U. da América do Norte pessoas interessadas em concretizar a ideia de criação de um instituto cultural surgida numa palestra entre o Sr. Guy W. Ray e os bacharelados João Kessler Coelho de Souza, Dante Sfoggia e Paulo Augusto Simões Pires. Após uma rápida dissertação sobre a utilidade e alta significação de um instituto dessa natureza, no sentido de promover um intercâmbio cultural entre as duas nações amigas, o Dr. Renato Barbosa propôs que devesse ser eleita a primeira diretoria do instituto ao qual resolveu se dar o nome de I.C.B.N.A., iniciais que significam Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano. A 1ª diretoria do I.C.B.N.A ficou assim constituída: Presidente: Dr. Renato Barbosa, Vice-presidente: Escritor Erico Verissimo, 1º Secretário: Escritor Limeira Tejo, 2º Secretário: Bacharelado Paulo Augusto Simões Pires, 1º Tesoureiro: Bacharelado Dante Sfoggia, 2º Tesoureiro: Bacharelado Bruno Schuetz Arquivista: Bacharelado João Kessler Coelho de Souza (Pinnow, 2024)³⁸.

Essa presença diplomática consolidada antecede e acompanha a criação dos centros, o que sugere que estes funcionaram como plataformas institucionais locais voltadas à expansão da política cultural externa dos Estados Unidos. O quadro a seguir apresenta a relação entre número de diplomatas mapeados e o processo de fundação dos centros binacionais nas cidades em que foram estabelecidos.

Quadro 6 – Relação entre presença diplomática e fundação dos centros binacionais nas capitais brasileiras (1910–1950)

Cidade	N.º de Diplomatas (1910 – 1950)	Centro Binacional	Ano de Fundação
Rio de Janeiro	14	IBEU	1937
Porto Alegre	11	ICBNA	1938
Salvador	6	ACBEU	1941

Fonte: Banco de Dados BRA–EUA desenvolvido pelo auto; *PoliticalGraveyard.com*(2025).³⁹

³⁷ Informações sobre os diplomatas, Samuel T. Lee (1918–1923), Charles Roy Nasmith (1927–1929) e Guy W. Ray (1938–1940) foram extraídas do banco de dados da pesquisa BRA–EUA (2023–2025) e cruzadas com os registros do portal The Political Graveyard, que mapeia historicamente o corpo consular dos Estados Unidos em diversos países, incluindo o Brasil. Esses registros evidenciam a continuidade das designações consulares como instrumentos de aproximação cultural e política, inclusive antes da institucionalização formal da Política de Boa Vizinhança. Fonte: THE POLITICAL GRAVEYARD. **United States diplomatic service in Brazil**. Disponível em: <https://politicalgraveyard.com/geo/ZZ/BZ-consuls.htm>. Acesso em: 07 jul. 2025.

³⁸ Registro da ata de fundação presente na base no acervo documental do ICBNA acessado durante a pesquisa de qualificação e posteriormente incorporado ao livro.

³⁹ THE POLITICAL GRAVEYARD. **United States diplomatic service in Brazil**. Disponível em: <https://politicalgraveyard.com/geo/ZZ/BZ-consuls.html>. Acesso em: 29 jun. 2025. Essa leitura só se torna visível ao se considerar o arquivo não como repositório estático, mas como arquivo vivo,

A análise quantitativa e qualitativa desses dados permite compreender que os centros binacionais não surgiram como iniciativas espontâneas, mas foram desenhados em contextos em que já havia presença diplomática consolidada. O caso de Guy W. Ray, vice-cônsul atuante no momento da fundação do ICBNA, é emblemático, pois evidencia a mediação direta de agentes consulares na articulação institucional do centro. Esses dados reafirmam a tese de que os centros também operaram como prolongamentos simbólicos da ação diplomática, atuando no nível local com respaldo e supervisão consular.

Essa correlação é ainda mais significativa quando se observa que a criação do IBEU, em 1937, no Rio de Janeiro — sede da embaixada — e da ACBEU, em 1941, em Salvador — cidade com histórico de representação consular desde o século XIX — reforça a hipótese da distribuição estratégica desses espaços culturais.

A formação do ICBNA, portanto, deve ser lida em uma engrenagem hemisférica de diplomacia cultural, em que a lógica da rede não se restringe ao intercâmbio linguístico, mas se materializa por meio de conexões orgânicas entre diplomatas, elites locais e projetos geopolíticos de longo prazo.

Ao considerar a formação do ICBNA em diálogo com os processos hemisféricos de diplomacia cultural, evidencia-se que ele funcionou como modelo institucional de referência, articulando localmente as diretrizes de uma rede transnacional de difusão cultural.

4.1 Institucionalização da rede de centros binacionais

A consolidação do ICBNA como referência institucional não foi um caso isolado, mas parte de um processo mais amplo de replicação do modelo de centro binacional em diversas regiões do Brasil. O levantamento histórico-cronológico realizado a partir do banco de dados BRA–EUA permite mapear a sequência de fundação dos centros, revelando uma lógica de expansão que combinava interesses diplomáticos, presença consular e articulações com elites locais. Essa expansão, embora não centralizada, revela vínculos implícitos com as diretrizes do

Departamento de Estado norte-americano e, posteriormente, com a United States Information Agency (USIA).

A institucionalização da rede de centros binacionais ocorre de forma gradual, mas estratégica. Após a fundação do IBEU no Rio de Janeiro (1937), seguido pelo ICBNA em Porto Alegre (1938) e pela ACBEU em Salvador (1941), outros centros foram estabelecidos em cidades como Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e Manaus. O critério de instalação incluía frequentemente a existência de representação consular, infraestrutura urbana compatível e atores locais dispostos a ocupar cargos diretivos. O cruzamento desses dados com os registros das intervenções diplomáticas e culturais norte-americanas demonstra que tais centros foram constituídos em localidades de interesse estratégico para os Estados Unidos, tanto em termos geopolíticos quanto simbólicos.

A cronologia de fundação dos centros evidencia não apenas a expansão territorial da rede, mas também a transição de uma diplomacia de boa vizinhança para uma lógica de contenção ideológica no contexto da Guerra Fria, como apontam Tota (2000), Saunders (2009) e Moura (1980). Os centros se tornaram espaços de vigilância cultural, cujo ensino da língua inglesa era acompanhado pela difusão de valores considerados compatíveis com os princípios liberais do bloco ocidental. Além disso, a gestão interna dos centros, muitas vezes composta por intelectuais, professores universitários e membros da elite empresarial local, reforçava o caráter simbólico dessas instituições como lugares de distinção e capital cultural.

Essa presença diplomática consolidada antecede e acompanha a criação dos centros, o que sugere que estes funcionaram como plataformas institucionais locais voltadas à expansão da política cultural externa dos Estados Unidos. Além disso, a articulação entre o número de diplomatas destacados nas capitais brasileiras e a posterior fundação dos centros binacionais indica um movimento planejado de aproximação simbólica, no qual o campo consular funcionou como base preparatória para a legitimação das estruturas culturais permanentes.

O quadro a seguir apresenta a relação entre o número de diplomatas mapeados (entre 1910 e 1950) e o processo de fundação dos centros binacionais nas cidades onde foram implantados. A visualização torna evidente como o volume da presença diplomática estadunidense guarda proporção direta com a consolidação dos centros, revelando uma lógica de ocupação cultural progressiva e estrategicamente distribuída.

Quadro 7 – Comparativo dos centros binacionais (IBEU, ICBNA, ACBEU).

Centro Binacional	Cidade	Fundação	Atividades principais	Vínculo diplomático
IBEU	Rio de Janeiro	1937	Cursos de inglês, biblioteca, eventos culturais	Embaixada dos EUA
ICBNA	Porto Alegre	1938	Cursos, galeria de arte, eventos, intercâmbio	Consulado dos EUA
ACBEU	Salvador	1941	Ensino de inglês, intercâmbio, exposições culturais	Consulado dos EUA

Fonte: Autoria própria (2025), com base nos dados dos livros comemorativos e no banco de dados BRA–EUA.

O quadro comparativo apresentado acima, construído com base nos dados do banco BRA–EUA e nos livros comemorativos dos centros binacionais, reforça a hipótese de que a rede formada por essas instituições não emergiu de forma espontânea, mas resultou de articulações político-diplomáticas articuladas à presença consular e ao interesse estratégico dos Estados Unidos em determinadas capitais regionais.

Esse panorama é resultado da triangulação metodológica que articula: (1) fontes primárias, como documentos institucionais, atas fundacionais e publicações comemorativas; (2) referenciais teóricos consolidados, como Tota (2000), Saunders (2009), Moura (1980), Ricoeur (2007), Bourdieu (1996) e Nora (2008); e (3) abordagens das humanidades digitais, com destaque para análise comparativa, estruturação tabular de dados e leitura relacional aplicada ao banco BRA–EUA.

Essa lógica de institucionalização revela que os centros binacionais, longe de serem apenas escolas de línguas, constituíram-se como espaços de produção de memória e de difusão simbólica da hegemonia norte-americana no Brasil, consolidando-se como “*nós locais*” de uma rede transnacional que articula cultura, política externa e elites regionais.

A cultura organizacional do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA), conforme se consolidou a partir da sua fundação em 1938, revela um modelo institucional que se estruturava em distintos setores internos, cada qual voltado para funções específicas ligadas à difusão cultural, ao ensino do inglês e à promoção simbólica da cultura estadunidense.

A análise desse modelo, com base nos documentos internos do centro e nos registros da imprensa local, demonstra a replicação de um padrão funcional voltado

à institucionalização da presença cultural dos Estados Unidos no Brasil, particularmente no contexto das elites regionais sul-rio-grandenses da era Vargas.

O ICBNA estruturou-se com três áreas principais: o setor educacional, responsável pela oferta de cursos de inglês, formação de professores e atividades voltadas ao ensino de línguas como instrumento de projeção cultural; o setor cultural, que organizava eventos, ciclos de cinema, debates sobre política internacional, exposições e apresentações artísticas; e o setor administrativo, articulador das conexões com o consulado norte-americano, universidades locais e parceiros institucionais.

Essa divisão interna refletia os objetivos explícitos da diplomacia cultural estadunidense de forjar espaços de legitimação simbólica local, promovendo o que se convencionou chamar de American Way of Life. A galeria de arte do ICBNA, destacada em periódicos da época e mencionada nos documentos institucionais, funcionava como espaço de circulação de obras alinhadas a uma estética moderna de matriz americana. Embora exames como o TOEFL iBT⁴⁰ tenham sido introduzidos somente em 2006, o ICBNA já atuava desde as décadas de 1940 e 1950 na aplicação de testes de proficiência e entrevistas vinculadas a programas de intercâmbio e bolsas, como o programa Fulbright, conforme registrado nos relatórios culturais acessados no acervo físico durante a pesquisa.

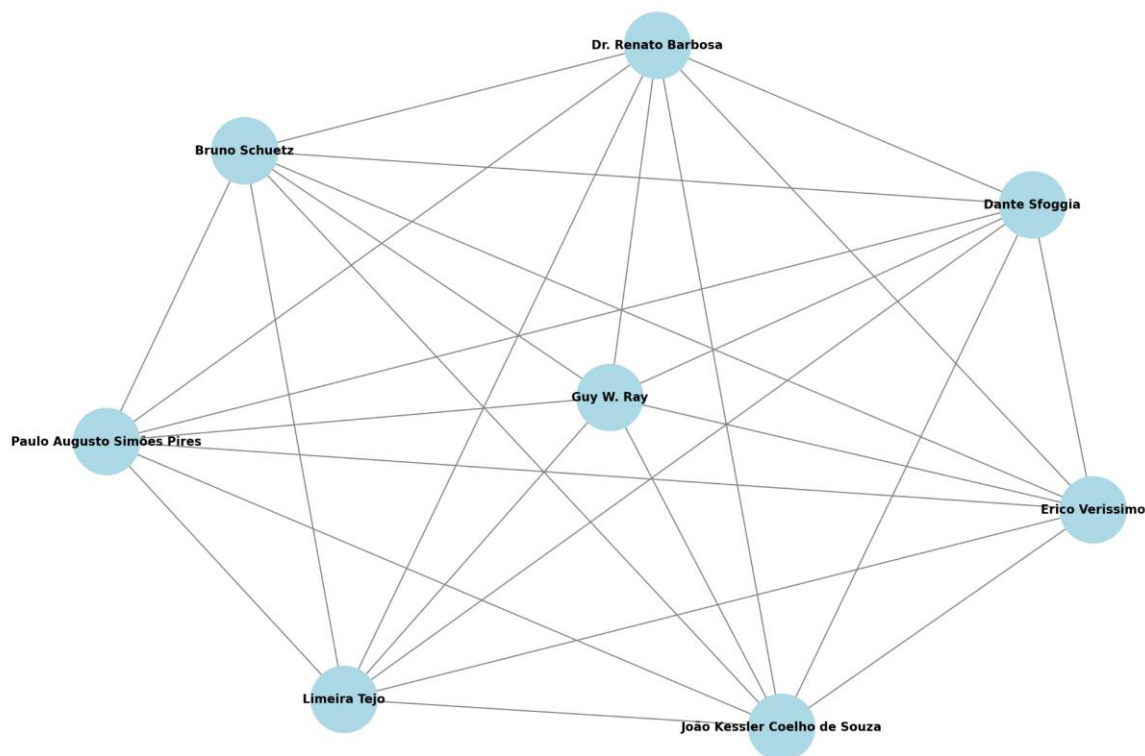
A ata de fundação de 14 de julho de 1938 registra a presença de bacharelados, diplomatas e intelectuais como Érico Verissimo e Limeira Tejo, em articulação direta com o vice-cônsul Guy W. Ray. Esse quadro dirigente evidencia a participação de segmentos das elites regionais comprometidos com a modernização cultural da cidade e com os projetos de internacionalização simbólica das instituições gaúchas. A análise dessa composição inicial, à luz da abordagem de Luciano Aronne de Abreu (2008), permite identificar a presença de quadros vinculados às estruturas políticas da interventoria e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, configurando um espaço de convergência entre diplomacia cultural e reprodução de elites dirigentes.

⁴⁰ O TOEFL iBT (Test of English as a Foreign Language – Internet-Based Test) é um exame padronizado de proficiência em inglês administrado pelo ETS – Educational Testing Service, com ampla aceitação internacional em processos de admissão universitária, programas de intercâmbio e certificações acadêmicas. No contexto dos centros binacionais e das escolas internacionais, o TOEFL funciona como indicador de excelência linguística e instrumento de legitimação institucional, especialmente em contextos vinculados à diplomacia cultural e à formação de elites transnacionais. Fonte: EDUCATIONAL TESTING SERVICE (ETS). About the TOEFL iBT Test. Disponível em: <https://www.ets.org/toefl/test-takers/ibt/about>. Acesso em: 07 jul. 2025.

A seguir, propõe-se a construção de um sociograma com os principais atores fundadores e seus vínculos institucionais. Essas visualizações, geradas a partir do banco de dados e dos documentos históricos, serão integradas à análise relacional conduzida ao longo deste capítulo.

Figura 13 – Sociograma institucional do ICBNA

Sociograma dos Fundadores do ICBNA - 1938



Fonte: Autoria própria, adaptado de Pinnow (2025).

As estratégias de inserção do ICBNA na cena cultural de Porto Alegre incluíram também parcerias com jornais, universidades e entidades culturais locais, além da mediação direta com a Embaixada dos Estados Unidos e o Departamento de Estado.

Essa atuação em rede, articulada com o discurso de intercâmbio cultural e o fortalecimento das relações bilaterais, fundamenta a leitura do ICBNA como um modelo institucional de difusão do chamado “*American Way of Life*”. Tal expressão, longe de se restringir ao consumo de produtos culturais, compreende uma forma de estruturação de valores, linguagens e imaginários sociais que moldaram práticas de distinção e pertencimento entre as elites urbanas do período. A análise a seguir explorará os materiais comemorativos, os registros de eventos e os acervos

disponíveis para examinar como essa estrutura institucional foi interpretada, celebrada e, em alguns casos, silenciada ao longo do tempo.

4.2 Estrutura funcional e legitimação simbólica: o caso do ICBNA

A estrutura organizacional do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA), conforme se consolidou a partir da sua fundação em 1938, revela um modelo institucional que se estruturava em distintos setores internos, cada qual voltado para funções específicas ligadas à difusão cultural, ao ensino do inglês e à promoção simbólica da cultura estadunidense. A análise desse modelo, com base nos documentos internos do centro e nos registros da imprensa local, demonstra a replicação de um padrão funcional voltado à institucionalização da presença cultural dos Estados Unidos no Brasil, particularmente no contexto das elites regionais sul-rio-grandenses da era Vargas.

O ICBNA organiza-se com três áreas principais: o setor educacional, responsável pela oferta de cursos de inglês, formação de professores e atividades voltadas ao ensino de línguas como instrumento de projeção cultural; o setor cultural, que promovia eventos, ciclos de cinema, debates sobre política internacional, exposições e apresentações artísticas; e o setor administrativo, articulador das conexões com o consulado norte-americano, universidades locais e parceiros institucionais.

Essa divisão interna refletia os objetivos explícitos da diplomacia cultural estadunidense de forjar espaços de legitimação simbólica local, promovendo o que se convencionou chamar de *American Way of Life*. A galeria de arte do ICBNA, destacada em periódicos da época e mencionada nos documentos institucionais, funcionava como espaço de circulação de obras alinhadas a uma estética moderna de matriz americana. Embora exames como o TOEFL iBT tenham sido introduzidos somente em 2006, o ICBNA já atuava desde as décadas de 1940 e 1950 na aplicação de testes de proficiência e entrevistas vinculadas a programas de intercâmbio e bolsas, como o programa Fulbright, conforme registrado nos relatórios culturais acessados no acervo físico durante a pesquisa.

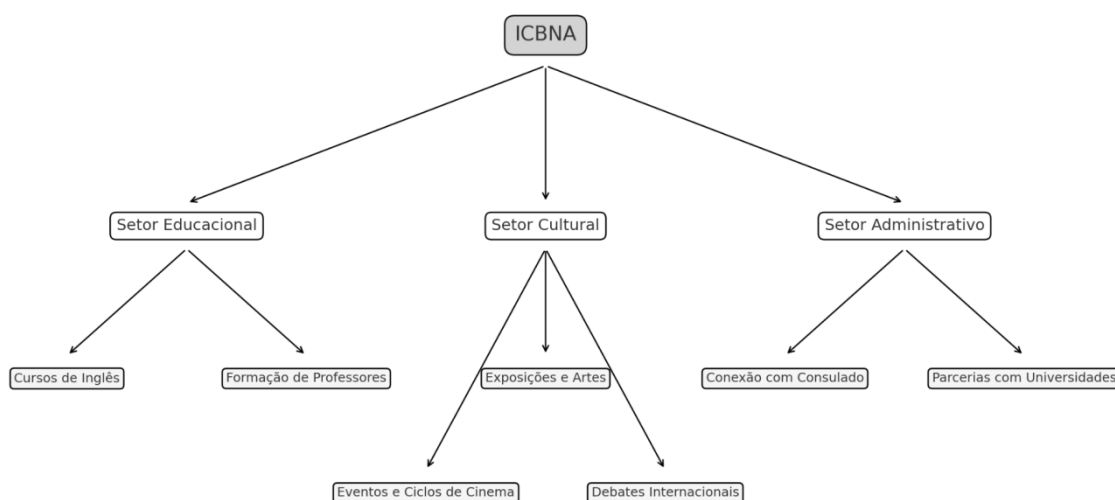
A ata de fundação de 14 de julho de 1938 registra a presença de bacharelados, diplomatas e intelectuais como Érico Verissimo e Limeira Tejo, em articulação direta com o vice-cônsul Guy W. Ray. Esse quadro dirigente evidencia a

participação de segmentos das elites regionais comprometidas com a modernização cultural da cidade e com os projetos de internacionalização simbólica das instituições gaúchas. A análise dessa composição inicial, à luz da abordagem de de Abreu (2008), permite identificar a presença de quadros vinculados às estruturas políticas da interventoria e à Universidade de Porto Alegre, configurando um espaço de convergência entre diplomacia cultural e reprodução de elites dirigentes.

A seguir, apresenta-se uma representação gráfica da estrutura organizacional do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA), com base nos setores descritos nos documentos institucionais e nas fontes históricas analisadas. O organograma destaca a segmentação interna do instituto em três áreas principais — educacional, cultural e administrativa — e suas respectivas funções, evidenciando como tais setores foram concebidos para viabilizar os objetivos da diplomacia cultural estadunidense no contexto local.

Figura 14 – Organograma institucional do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano – ICBNA

Organograma Institucional do ICBNA – Setores e Funções



Fonte: Autoria própria, adaptado de Pinnow (2025).

As estratégias de inserção do ICBNA na cena cultural de Porto Alegre incluíram também parcerias com jornais, universidades e entidades culturais locais, além da mediação direta com a Embaixada dos Estados Unidos e o Departamento de Estado. Essa atuação em rede, articulada com o discurso de intercâmbio cultural e o fortalecimento das relações bilaterais, fundamenta a leitura do ICBNA como um modelo institucional de difusão do chamado *American Way of Life*. Tal expressão,

longe de se restringir ao consumo de produtos culturais, compreende uma forma de estruturação de valores, linguagens e imaginários sociais que moldaram práticas de distinção e pertencimento entre as elites urbanas do período.

A análise a seguir retoma os materiais comemorativos, registros de eventos e documentos institucionais dos centros binacionais, com ênfase no ICBNA, a fim de compreender como essa estrutura foi reinterpretada, celebrada e, ao mesmo tempo, marcada por omissões significativas ao longo do tempo. Com base na triangulação entre fontes primárias, referenciais teóricos e ferramentas das humanidades digitais, busca-se revelar os padrões de memória seletiva, a invisibilização de determinados grupos sociais e os processos de apagamento presentes nas narrativas institucionais e comemorativas.

4.3 Visualizações, silenciamentos e apagamentos

A análise dos acervos institucionais dos centros binacionais, especialmente do ICBNA, revela padrões recorrentes de construção narrativa e comemoração histórica que favorecem determinadas memórias em detrimento de outras. A documentação comemorativa e os registros públicos disponíveis tendem a reforçar a imagem dos centros como espaços neutros de intercâmbio cultural, apagando os conflitos, tensões e disputas simbólicas que atravessaram sua trajetória.

A leitura crítica dessas fontes, orientada pela triangulação entre a teoria da memória (Ricoeur, 2007; Nora, 1993), os estudos de diplomacia cultural (Tota, 2000; Saunders, 2009; Moura, 1980) e as ferramentas das humanidades digitais, permite identificar zonas de silêncio documental e estratégias de seleção narrativa. O exame do material comemorativo dos 40 anos do ICBNA, por exemplo, revela a ausência de menções a práticas excludentes, disputas internas e relações hierárquicas entre os representantes consulares e os diretores locais. Da mesma forma, são raros os registros de participação feminina, de intelectuais negros ou de vozes dissidentes em espaços de decisão institucional. Por meio da técnica de *distant reading* e da análise de frequência textual, aplicadas aos documentos comemorativos, observou-se uma concentração léxica em torno de termos como “amizade”, “colaboração”, “entendimento” e “progresso”, ao passo que expressões relacionadas a conflito, assimetria ou ideologia são virtualmente ausentes. Essa assimetria no léxico reflete uma curadoria institucional voltada à legitimação simbólica, ocultando contradições e

apagando experiências dissonantes. Por conseguinte, a aplicação de ferramentas digitais como a nuvem de palavras, os mapas de conexões institucionais e os diagramas de ausência contribuirá, ao longo desta seção, para visualizar aquilo que não foi dito ou foi sistematicamente silenciado.

A saber, as fontes serão examinadas não apenas pelo que revelam, mas também pelo que ocultam — um princípio fundamental da crítica à memória institucional. O conceito de curadoria do apagamento, já apresentado na introdução, será aprofundado com base nesses dados, demonstrando como os centros binacionais funcionaram como dispositivos de ordenamento simbólico e exclusão seletiva.

Figura 15 – Nuvem de palavras dos relatórios comemorativos do ICBNA – Foco nos léxicos de legitimação cultural



Fonte: Autoria própria, adaptado de Pinnow (2025).

A visualização apresentada reforça a centralidade de um léxico baseado em valores consensuais e idealizados — como “amizade”, “colaboração” e “progresso” — que orientam a narrativa institucional do ICBNA. A ausência de termos associados a conflito, exclusão ou disputas simbólicas revela uma curadoria discursiva que privilegia o apagamento de dissensos e a construção de uma memória convergente com os objetivos da diplomacia cultural norte-americana. Tal prática não apenas molda a percepção histórica sobre os centros binacionais, como

também revela as assimetrias embutidas nos processos de legitimação simbólica que sustentaram essas instituições ao longo do século XX.

Na sequência, serão apresentadas visualizações comparativas entre os léxicos utilizados nos documentos do ICBNA, IBEU e ACBEU, com base no banco de dados textual construído durante a pesquisa. Essa análise permitirá traçar padrões discursivos e variações regionais, evidenciando o papel dos centros na construção de uma memória oficial convergente com os interesses da diplomacia cultural norte-americana.

4.4 Redes culturais, elites regionais e padrões de reprodução simbólica

A análise comparativa dos acervos documentais dos centros binacionais revela assimetrias significativas no volume, natureza e acesso às fontes primárias disponíveis. No caso do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA), a pesquisa contou com acesso a documentos originais como a ata de fundação de 1938, relatórios culturais, arquivos administrativos, registros iconográficos e recortes de imprensa local.

Esse conjunto documental, cruzado com entrevistas, observação direta e registros fotográficos, permitiu o desenvolvimento de uma base empírica consistente e a elaboração de representações visuais, como sociogramas e organogramas institucionais, que serão aprofundadas nesta seção.

Por outro lado, os materiais comemorativos do Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU), no Rio de Janeiro, embora ricos em termos de iconografia e narrativa institucional, apresentam um perfil predominantemente celebratório. O livro publicado em 1987 inclui fragmentos da ata de fundação de 1937, listas de diretores e imagens de eventos diplomáticos, mas carece de documentos administrativos mais densos ou dados sistematizados sobre sua estrutura funcional.

Já no caso da Associação Cultural Brasil-Estados Unidos (ACBEU), com sede em Salvador, a pesquisa se apoiou tanto no livro institucional comemorativo (2004) quanto em artigos e registros acadêmicos que resgataram a trajetória do centro. Os documentos disponíveis abrangem programas educacionais, parcerias com o consulado e registros parciais do setor de consultas educacionais, mas igualmente se concentram em uma memória seletiva.

Essa distinção no tipo e na profundidade dos acervos documentais orientou a escolha metodológica de priorizar o ICBNA como eixo central de análise, sem desconsiderar as articulações interinstitucionais e os padrões de replicação do modelo binacional em outras capitais. O quadro comparativo a seguir apresenta uma comparação das fontes acessadas para cada centro e discutirá como esses materiais condicionam os modos de representação da memória institucional e dos vínculos entre diplomacia cultural e reprodução de elites locais.

Quadro 8 – Comparativo das fontes documentais acessadas nos centros binacionais ICBNA, IBEU e ACBEU

Centro binacional	Fontes acessadas	Natureza dos documentos	Disponibilidade pública	Observações
ICBNA (RS)	Ata de fundação (1938), relatórios culturais, arquivos administrativos, acervo fotográfico e imprensa	Primária e institucional	Parcial (acervo físico consultado pelo autor)	Corpus principal da pesquisa, triangulado com entrevistas e análise de rede.
IBEU (RJ)	Livro comemorativo (1987), atas parciais, imagens institucionais, listagem de diretores	Institucional e comemorativa	Acesso público parcial (bibliotecas e centros de pesquisa)	Enfoque celebratório, ausência de dados administrativos sistematizados.
ACBEU (BA)	Livro institucional (2004), setor educacional, correspondências, registros de bolsas e programas	Institucional e educacional	Parcial (livros, relatórios, registros dispersos)	Memória seletiva e poucos dados sobre a estrutura funcional.

Fonte: Autoria própria, adaptado de Pinnow (2025).

A comparação entre os léxicos utilizados nos documentos do ICBNA, IBEU e ACBEU, com base no banco de dados textual construído durante a pesquisa, permitirá traçar padrões discursivos e variações regionais. Essa análise evidenciará o papel dos centros binacionais na construção de uma memória oficial convergente com os interesses da diplomacia cultural norte-americana.

A partir dessa comparação, observa-se que a composição dos quadros sociais fundadores de cada centro também revela padrões distintos de inserção das elites locais. No caso do ICBNA, a presença de nomes vinculados à UFRGS, à imprensa porto-alegrense e a diplomatas norte-americanos evidencia uma confluência entre o capital cultural universitário, o prestígio intelectual e a mediação

diplomática direta. Já o IBEU, com base no livro comemorativo de 1987, apresenta uma direção marcada pela presença de membros da elite política carioca e de intelectuais próximos às redes literárias e artísticas da então capital federal. No ACBEU, a fundação e a consolidação institucional mostram um alinhamento com setores empresariais e educacionais baianos, com ênfase nas ações do setor de consultas educacionais, como revelado no acervo comemorativo e em registros parciais de seus programas de intercâmbio.

4.5 Análise relacional das redes binacionais e a projeção simbólica dos centros culturais

As representações visuais que acompanham esta seção contribuem para explicitar os vínculos institucionais e simbólicos entre os centros binacionais, os consulados regionais e a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. O sociograma relacional apresenta conexões documentadas entre os centros ICBNA, IBEU e ACBEU, evidenciando a posição estratégica dessas instituições na malha diplomático-cultural durante o século XX.

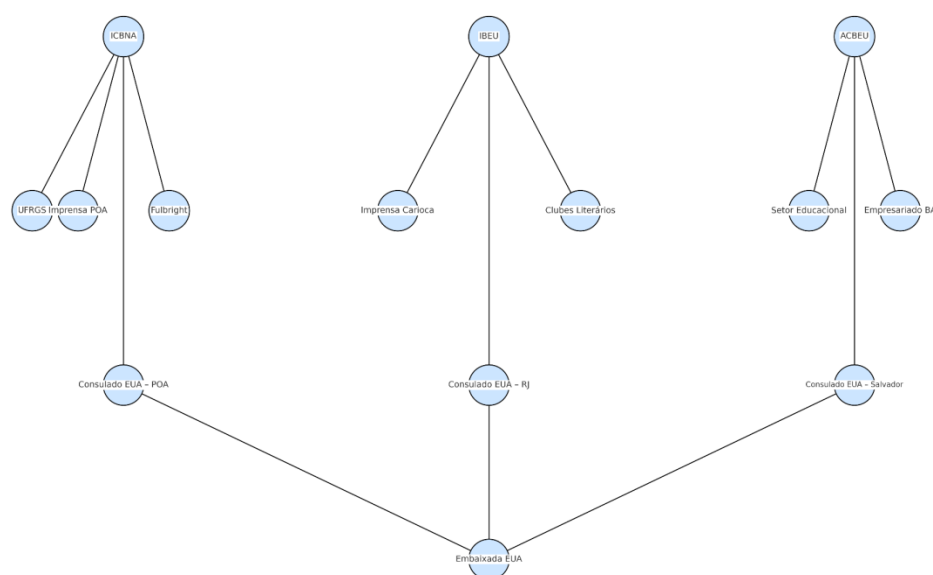
A estrutura em rede, sustentada por vínculos com setores da imprensa, programas de intercâmbio, agências de bolsas e empresariado local, reflete a atuação desses centros como dispositivos de mediação simbólica e diplomática. Essa abordagem articula a teoria da distinção de Pierre Bourdieu (1996), as contribuições sobre redes e fluxos culturais de Manuel Castells (2006), e os aportes metodológicos de Johanna Drucker (2014) e Matthew Jockers (2013) no campo das humanidades digitais. Com base nos dados extraídos do banco BRA-EUA, visualizações interativas revelam como os centros ICBNA, IBEU e ACBEU se articularam a instituições como consulados, universidades, clubes culturais e programas de intercâmbio. A construção dessas redes não apenas materializa a dimensão territorial da diplomacia cultural, como também evidencia os padrões de reprodução simbólica das elites intelectuais e diplomáticas envolvidas. Em Porto Alegre, por exemplo, o ICBNA mantém vínculos estreitos com a UFRGS, o consulado dos EUA e intelectuais locais, enquanto no Rio de Janeiro e em Salvador identificam-se trajetórias distintas, associadas às estruturas da antiga capital federal e às dinâmicas empresariais e educacionais da Bahia.

Complementando essa visualização, foi elaborado um gráfico de capital simbólico que classifica os fundadores do ICBNA segundo a tipologia *bourdieusiana*, considerando suas origens institucionais e formas de consagração social. O resultado revela uma composição que articula capitais educacionais em formação (representadas por bacharelandos), capital cultural consagrado (caso de Erico Verissimo) e capital diplomático (presente nas figuras do cônsul Guy W. Ray e do presidente Renato Barbosa). Essa distribuição permite compreender como diferentes formas de autoridade simbólica foram convocadas para legitimar a fundação do centro, projetando uma imagem de cooperação e sofisticação cultural alinhada aos objetivos da diplomacia norte-americana no período.

Essas visualizações, fundamentadas em fontes primárias verificadas e processadas a partir do banco de dados BRA–EUA (2023–2025), não apenas ilustram os vínculos em questão, mas operam como instrumentos analíticos das humanidades digitais, permitindo revelar camadas ocultas da memória institucional. Ao mapear quem esteve presente — e quem esteve ausente — nos circuitos de decisão e legitimação simbólica, retoma-se o conceito de curadoria do apagamento como eixo crítico da tese.

Figura 16 – Sociograma relacional dos centros binacionais e redes diplomático-culturais

Sociograma relacional: centros binacionais e redes diplomático-culturais (corrigido)

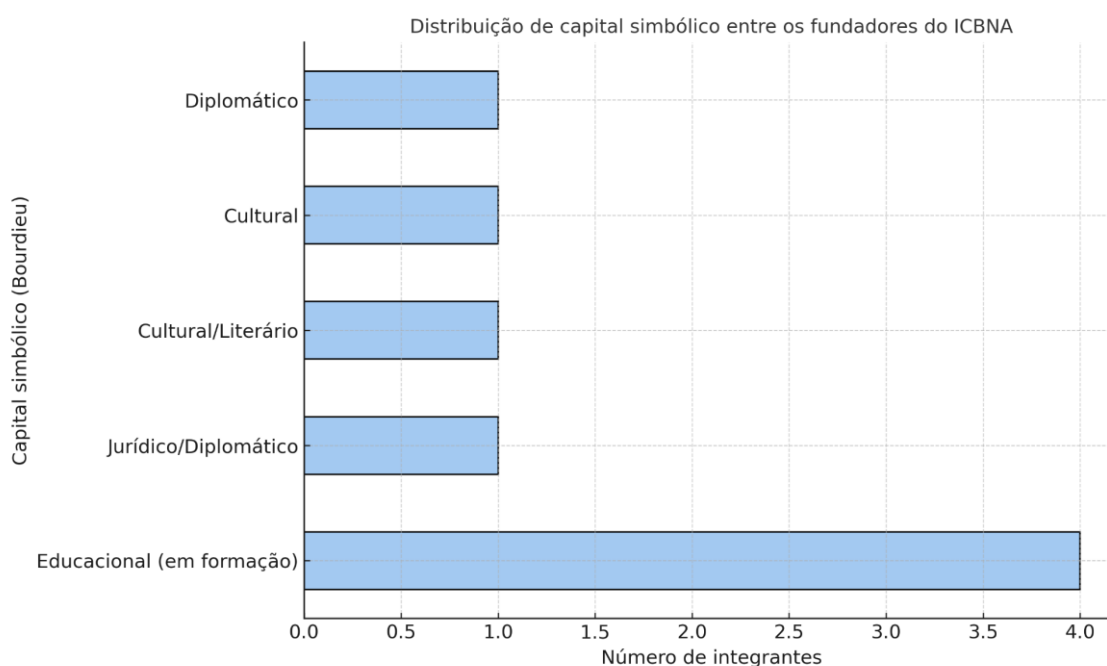


Fonte: Autoria própria, adaptado de Pinnow (2025).

O capítulo se encerra com a preparação para os desdobramentos educacionais dessas redes, os quais serão aprofundados no capítulo seguinte, com o mapeamento da rede de escolas internacionais no contexto educacional brasileiro e da América do Sul, e sua conexão com os dispositivos de legitimação simbólica articulados pelos centros binacionais e pelas agências de intercâmbio. Essa articulação entre memória institucional, diplomacia cultural e formação educacional revela um campo estruturado de influências cruzadas, cuja genealogia precisa ser reconstruída com base nas evidências documentais e nas redes socioculturais identificadas ao longo do século XX.

A Figura 16 apresenta o sociograma relacional dos centros binacionais e seus vínculos com instâncias diplomáticas, culturais e educacionais, evidenciando como cada centro se conecta, de maneira específica, a determinados agentes locais (como clubes literários, universidades, imprensa, setor educacional ou empresariado), mas sempre mantendo uma relação direta com consulados e com a Embaixada dos Estados Unidos. A rede resultante configura um ecossistema diplomático-cultural no qual os centros binacionais operam como mediadores simbólicos, legitimando agendas externas sob a aparência de neutralidade institucional.

Figura 17 – Gráfico de capital simbólico dos fundadores do ICBNA



Fonte: Autoria própria, adaptado de Pinnow, (2025).

A classificação dos fundadores do ICBNA segundo a tipologia de capital simbólico proposta por Pierre Bourdieu revela uma predominância de agentes ligados à formação universitária, ao campo literário e à diplomacia. Como demonstra o gráfico acima, o capital educacional em formação — representado pelos bacharelados envolvidos na fundação do centro — conviveu com figuras detentoras de capital cultural consagrado, como o escritor Erico Verissimo, e com representantes diplomáticos, como Guy W. Ray e Renato Barbosa. A conjugação desses perfis ilustra um projeto simbólico que articulava juventude acadêmica, consulado estadunidense e elites intelectuais locais na constituição de uma instituição cultural alinhada aos princípios da diplomacia hemisférica. Essa visualização reforça a tese de que os centros binacionais, desde sua origem, foram concebidos como espaços de filtragem simbólica, agregando capitais específicos que legitimavam suas práticas de mediação cultural.

Essa abordagem evidencia, ainda, os vazios e silenciamentos que atravessam a construção dessas redes, permitindo retomar o conceito de curadoria do apagamento como eixo crítico da tese. Ao mapear quem esteve presente — e quem esteve ausente — nos circuitos de decisão e legitimação simbólica, a tese segue apontando para os desdobramentos culturais e educacionais dessas redes, que serão trabalhados na sequência, ao longo do trabalho.

4.6 O papel dos centros binacionais como curadores de uma brasilidade consentida

A construção simbólica da brasilidade no interior dos centros binacionais revela-se um dos elementos centrais do processo de legitimação cultural empreendido por essas instituições ao longo do século XX. Mais do que espaços de ensino do inglês ou de celebração da cultura estadunidense, os centros como o ICBNA, o IBEU e o ACBEU operaram — nos marcos da diplomacia cultural — como curadores seletivos de valores, práticas e representações de identidade nacional.

Deste modo, ao se analisarem os registros comemorativos, programas culturais e atas de fundação disponíveis nos acervos mapeados, torna-se evidente que a “brasilidade” promovida nesses espaços era cuidadosamente filtrada. Valorizaram-se expressões compatíveis com a ideia de modernização, urbanidade, cosmopolitismo e alinhamento hemisférico, em consonância com os princípios da

Política de Boa Vizinhança. A ausência sistemática de expressões culturais populares, afro-brasileiras, indígenas ou de origem operária nos eventos, exposições e ciclos de cinema reforça o caráter excludente dessa curadoria simbólica.

Conforme demonstrado nos documentos reunidos como anexos e apêndices da tese, que incluem fontes primárias e amostragens documentais dos acervos dos centros binacionais (IBEU, ICBNA, ACBEU)⁴¹, em especial, nos relatórios do ICBNA e nos registros de seus eventos culturais entre as décadas de 1940 e 1970, os temas recorrentes abordavam tópicos como “democracia continental”, “cooperação hemisférica”, “progresso técnico” e “amizade entre os povos”, ocultando qualquer referência a conflitos sociais, desigualdades raciais ou formas alternativas de brasilidade. Essa constatação está em consonância com a ideia de “lugares de memória” formulada por Pierre Nora (1993), segundo a qual o que se recorda é, antes, aquilo que se deseja preservar — e não aquilo que efetivamente ocorreu.

A problematização dessa memória consentida encontra respaldo na perspectiva de Ricoeur (2007), que adverte sobre os riscos do esquecimento instituído, quando a narrativa histórica é moldada não apenas pela ausência de documentos, mas por decisões deliberadas de silenciar determinadas vozes. Assim, os centros binacionais funcionaram como dispositivos que, ao mesmo tempo que promoviam intercâmbio, impunham gramáticas simbólicas de pertencimento, apagando experiências que não se alinhavam aos padrões desejados pela política externa norte-americana e pelas elites locais.

Com a posterior criação de escolas internacionais e programas de bolsas vinculados a agências como a Fulbright, essas gramáticas foram sendo progressivamente enraizadas no campo educacional brasileiro, reforçando uma elite simbólica com capital linguístico, diplomático e cultural legitimado por instâncias externas. Tal movimento não apenas ampliou o alcance dessas representações seletivas, mas consolidou redes que vinculavam centros culturais, instituições escolares e programas de intercâmbio sob a mesma lógica de filtragem da memória e do pertencimento.

Neste sentido, retoma-se aqui o conceito de curadoria do apagamento, já desenvolvido na introdução e aprofundado nas seções anteriores, como uma chave

⁴¹ Os documentos referenciados encontram-se organizados em anexo e apêndices da tese, incluindo atas de fundação, relatórios institucionais, registros de eventos culturais e documentos oficiais coletados ao longo da pesquisa de campo entre 2023 e 2025.

de leitura crítica para a análise dos arquivos institucionais. A brasilidade que emerge dos acervos do ICBNA, por exemplo, é mediada por uma seleção de eventos, homenagens e vínculos que reforçam uma identidade urbana, branca, letrada e diplomática — como se a memória nacional pudesse ser reduzida aos círculos de afinidade entre Porto Alegre, Washington e os salões da elite cultural gaúcha.

Esse processo de legitimação simbólica também se insere em uma tradição histórica brasileira marcada por relações patrimonialistas e por uma elite burocrática que, conforme apontado por Faoro (2001), consolidou seu poder a partir da associação entre o Estado e círculos restritos de influência intelectual e política⁴².

A presença de figuras letradas, diplomatas e bacharéis nos centros binacionais reproduz essa lógica, evidenciando que o acesso aos circuitos de poder simbólico, conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu (1996), sempre esteve condicionado a formas específicas de capital institucional.

Complementarmente, o padrão de deferência às matrizes culturais estrangeiras, reiterado nos conteúdos programáticos e nos eventos diplomáticos promovidos pelos centros, pode ser interpretado à luz do que Nelson Rodrigues (1993) denominou de “complexo de vira-lata” — uma postura cultural de autodepreciação e exaltação do outro, que se manifesta na constante valorização do que vem de fora em detrimento das expressões populares locais. A junção desses elementos aprofunda o entendimento de que os centros binacionais não apenas selecionaram o que recordar, mas também moldaram subjetividades, inserindo os sujeitos brasileiros em uma gramática de pertencimento internacional mediada por distinções simbólicas e exclusões reiteradas.

Na sequência, o trabalho se dedicará à análise dos programas de bolsas, dos setores de orientação educacional e dos dispositivos institucionais que favoreceram a constituição de elites simbólicas no Brasil. O foco recairá sobre os circuitos de legitimação transnacional estabelecidos entre os centros binacionais, as agências norte-americanas e os processos de formação acadêmica internacional, revelando como esses mecanismos contribuíram para consolidar redes de prestígio intelectual e influência cultural entre Brasil e Estados Unidos.

⁴² FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001. p. 42–43.

4.7 Programas de bolsas, setor de consultas educacionais e formação das elites simbólicas

A análise do setor de consultas educacionais dos centros binacionais permite compreender como a legitimação simbólica se expandiu para o campo das oportunidades acadêmicas internacionais, especialmente por meio de bolsas de estudo, programas de intercâmbio e certificações.

Desde sua criação, esse setor atuou como uma ponte entre estudantes brasileiros e instituições norte-americanas, organizando processos seletivos, fornecendo orientações acadêmicas e aplicando testes como o TOEFL (Test of English as a Foreign Language), reconhecido mundialmente e promovido pelo ETS (Educational Testing Service), exigido para ingresso em cursos universitários e programas de intercâmbio nos Estados Unidos, aplicado oficialmente em diversos centros binacionais credenciados no Brasil como parte da rede EducationUSA⁴³; e o GRE (Graduate Record Examination)⁴⁴, exame padronizado também administrado pelo ETS, voltado à seleção de candidatos para programas de pós-graduação, incluindo mestrados e doutorados, principalmente em universidades norte-americanas.

No caso do ICBNA, conforme apontado nos relatórios e registros internos preservados no acervo da instituição, esse serviço era promovido em articulação com agências como a Comissão Fulbright⁴⁵, o Institute of International Education

⁴³ EDUCATION USA BRASIL. **Nossas unidades**. Disponível em: <https://educationusa.org.br/nossas-unidades/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

⁴⁴ O GRE – Graduate Record Examination é um exame padronizado de admissão utilizado por universidades dos Estados Unidos, Canadá e outros países para avaliação de candidatos a programas de pós-graduação. Administrado pelo ETS (Educational Testing Service), o teste mede habilidades analíticas, quantitativas e verbais, sendo frequentemente exigido como critério de seleção em processos acadêmicos de alto prestígio. No contexto das redes de colaboração Brasil–EUA, o GRE figura como instrumento de triagem simbólica, reforçando os mecanismos de legitimação intelectual das elites educacionais formadas por meio de bolsas e intercâmbios internacionais. Fonte:

EDUCATIONAL TESTING SERVICE (ETS). **About the GRE General Test**. Disponível em: <https://www.ets.org/gre>. Acesso em: 07 jul. 2025.

⁴⁵ A Comissão Fulbright Brasil foi criada oficialmente em 1957, como resultado de um acordo bilateral entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil, visando promover o intercâmbio educacional e cultural entre os dois países. A partir da década de 1960, a Fulbright passou a desempenhar papel estratégico na seleção e financiamento de estudantes, professores e pesquisadores brasileiros para programas de pós-graduação e pesquisa nos EUA, funcionando como instrumento diplomático de soft power. Seu papel na legitimação de trajetórias acadêmicas internacionais a posiciona como uma das principais instâncias de formação de elites simbólicas no campo educacional latino-americano. Fonte: FULBRIGHT BRASIL. **Histórico da Comissão Fulbright**. Disponível em: <https://fulbright.org.br>. Acesso em: 07 jul. 2025.

(IIE)⁴⁶, com atuação documentada tanto nos registros do ICBNA quanto nos livros comemorativos do IBEU e da ACBEU, conforme os documentos incluídos nos apêndices da tese, configurando um circuito transnacional de legitimação escolar e cultural.

Neste íterim, a importância do setor educacional dos centros binacionais na formação das elites simbólicas pode ser verificada tanto pela trajetória de seus dirigentes quanto pelo perfil dos estudantes contemplados. Essas estruturas, embora acessíveis a um público mais amplo em termos discursivos, mantiveram padrões seletivos em sua operação prática, vinculando excelência acadêmica a determinados marcadores de classe, idioma e capital cultural prévio.

Em muitos casos, os estudantes bem-sucedidos nesses processos tornaram-se, posteriormente, agentes de reprodução simbólica do modelo cultural norte-americano no Brasil, assumindo posições de destaque em universidades, empresas transnacionais e órgãos públicos, como também indicam estudos sobre o desenvolvimento da educação no Brasil, os quais apontam que a consolidação de instituições educacionais com viés internacional no pós-guerra refletiu não apenas uma política de modernização, mas também um alinhamento estratégico com valores e modelos estrangeiros.

Como também indicam estudos sobre o desenvolvimento da educação no Brasil (Gianezi; Allen, 2001), a consolidação de instituições educacionais com viés internacional no pós-guerra refletiu não apenas uma política de modernização, mas também um alinhamento estratégico com valores e modelos estrangeiros. Nesse sentido, infere-se que os centros binacionais, ao promoverem a internacionalização do ensino e a intermediação cultural, participaram ativamente do processo de reforma do sistema educacional e da expansão seletiva do acesso à educação superior nos Estados Unidos, concentrando oportunidades entre os setores sociais mais bem posicionados.

⁴⁶ O Institute of International Education (IIE) é uma organização independente fundada em 1919, com sede em Nova York, voltada à promoção de intercâmbios educacionais e programas de cooperação internacional. Ao longo do século XX, o IIE atuou como parceiro estratégico do Departamento de Estado dos EUA na gestão de bolsas de estudo, como o Programa Fulbright, além de apoiar a formação de elites acadêmicas em países do Sul Global. No contexto brasileiro, o IIE operou como mediador institucional entre centros binacionais, universidades e agências financiadoras, contribuindo para a consolidação das redes de legitimação educacional associadas à diplomacia cultural estadunidense. Fonte: INSTITUTE OF INTERNATIONAL EDUCATION (IIE). **About IIE.** Disponível em: <https://www.iie.org>. Acesso em: 07 jul. 2025.

No caso do ICBNA, há registros de parcerias com a Embaixada dos EUA para a promoção de seminários de orientação acadêmica, sessões informativas sobre bolsas Fulbright e oficinas de preparação para exames de proficiência. Esses eventos não apenas orientavam os candidatos, mas também reforçavam os valores da diplomacia cultural, como a ideia de meritocracia, excelência e internacionalização como sinônimos de progresso. A figura do “estudante ideal” moldada nesses espaços era frequentemente associada à fluência no inglês, à adaptação a contextos acadêmicos estrangeiros e à identificação com os princípios de liderança e cooperação interamericana.

A supracitada articulação entre centros binacionais, programas de bolsas e diplomacia cultural revela uma engrenagem simbólica voltada à formação de elites transnacionais com legitimação compartilhada. Um exemplo elucidativo é o caso de Erico Verissimo, que além de vice-presidente fundador do ICBNA, foi convidado para representar o Brasil em conferências nos Estados Unidos durante o período da Política de Boa Vizinhança, integrando missões diplomático-culturais.

Conforme documentos incluídos nos apêndices da tese e evidenciado em sua atuação entre 1943 e 1945, Verissimo ministrou palestras em universidades norte-americanas, participou de eventos promovidos pelo Departamento de Estado dos EUA e publicou crônicas sobre sua experiência nos Estados Unidos, como analisado em seu próprio material autobiográfico e no estudo de Richard Cândida Smith (2005), que examina sua atuação como embaixador cultural no contexto da política de boa vizinhança.

Sua trajetória exemplifica como a memória institucional dos centros binacionais se entrelaça com a circulação de intelectuais brasileiros legitimados simbolicamente em contextos internacionais, conformando uma rede de prestígio que ultrapassa os limites territoriais dos centros e consolida sua função como plataformas de distinção cultural.

Essa engrenagem não se restringia à consagração individual, mas atuava coletivamente na configuração de um campo educacional e cultural marcado por filtros simbólicos, nos quais o acesso a bolsas, programas e certificados representava mais do que oportunidades acadêmicas — era a validação de uma gramática específica de pertencimento.

Essa estrutura também se verifica nos demais centros binacionais. O livro comemorativo do IBEU (IBEU, 2007)⁴⁷, por exemplo, menciona a atuação continuada do seu setor educacional em parceria com o Institute of International Education (IIE), aplicando, testes como o TOEFL e promovendo sessões de orientação para bolsas Fulbright em articulação com o EducationUSA.

Da mesma forma, os registros da ACBEU (ACBEU, 2004)⁴⁸ evidenciam a existência de um setor de consultas educacionais desde os anos 1980, com destaque para os convênios com universidades norte-americanas e a organização de feiras acadêmicas em Salvador. Esses dados permitem verificar que a estrutura de filtragem simbólica e de consagração transnacional observada no ICBNA (Pinnow, 2014) não era uma exceção, mas parte de uma engrenagem comum às instituições binacionais distribuídas pelo Brasil, reforçando a tese de que tais centros funcionavam como dispositivos de distinção e controle simbólico da brasilidade exportável e das vozes legitimadas no circuito cultural hemisférico, marcado por filtros simbólicos, nos quais o acesso a bolsas, programas e certificados representava mais do que oportunidades acadêmicas — era a validação de uma gramática específica de pertencimento, que reforçava desigualdades e selecionava quais vozes seriam projetadas no cenário internacional com legitimação compartilhada.

Não se tratava apenas de enviar estudantes ao exterior, mas de inseri-los em uma lógica de pertencimento institucional que os vinculava aos valores e redes de poder do hemisfério. Como apontado ao longo deste capítulo, essa lógica funcionava por meio da filtragem, da curadoria seletiva e da produção de consensos simbólicos — elementos que serão aprofundados nas seções finais desta análise, como a formação das elites simbólicas, evidenciando como esses mecanismos operaram na estruturação transnacional dos circuitos de legitimação entre Brasil e Estados Unidos.

Em vista disso, a cronologia da legitimação simbólica nos centros binacionais, apresentada na linha do tempo a seguir, permite visualizar em perspectiva os principais marcos institucionais relacionados à formação, expansão e internacionalização dessas redes. Desde a criação dos centros IBEU (1937), ICBNA

⁴⁷ INSTITUTO BRASIL-ESTADOS UNIDOS (IBEU). **Instituto Brasil-Estados Unidos: 70 anos de intercâmbio cultural**. Rio de Janeiro: IBEU, 2007.

⁴⁸ ASSOCIAÇÃO CULTURAL BRASIL-ESTADOS UNIDOS (ACBEU). **Um olhar para a história do setor de consultas educacionais da ACBEU de 1985 a 2004**. Salvador: ACBEU, 2004.

(1938) e ACBEU (1941), passando pelas missões diplomático-culturais de Erico Verissimo e pela institucionalização da Fulbright e do setor de consultas educacionais, até a consolidação da rede EducationUSA e a aplicação de exames como o TOEFL iBT, observa-se a consolidação de uma gramática simbólica que articulou diplomacia, cultura e educação sob a égide da cooperação hemisférica.

Figura 18 – Linha do tempo dos programas, centros e ciclos de legitimação simbólica



49

Fonte: Autoria própria, adaptado de Pinnow (2025).

⁴⁹ Criado em 1964 no contexto da Aliança para o Progresso, o Programa Companheiros das Américas (Partners of the Americas) articula parcerias voluntárias entre estados norte-americanos e países latino-americanos. No Brasil, fomentou intercâmbios educacionais e culturais, com destaque para o capítulo Rio de Janeiro–Maryland, promovendo redes locais de colaboração em educação, meio ambiente e cidadania. PARTNERS OF THE AMERICAS. Nossas histórias. **Washington, DC:** Partners of the Americas, 2024. Disponível em: <https://www.partners.net/pt/our-stories/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

A triangulação metodológica proposta pela pesquisa, considerando os acervos, fontes diplomáticas, cronologia, campos teóricos da memória, história e humanidades digitais, evidencia o esforço de preencher lacunas documentais e tensionar narrativas consolidadas, reinscrevendo criticamente os ciclos de legitimação simbólica ao longo do século XX.

Mais do que um ponto de chegada, essa etapa representa o compromisso analítico e metodológico da tese com a desnaturalização das redes de poder cultural, oferecendo uma chave interpretativa sobre os dispositivos de filtragem, consagração e apagamento que moldaram a brasilidade exportável. O resultado dessa abordagem permite visualizar, mediante fontes reais e representações verificadas, como tais dispositivos foram condicionados na formação da memória institucional dos centros binacionais ao longo de quase nove décadas.

4.8 Certificações, internacionalização e os mecanismos de americanização da brasilidade

Os centros binacionais não apenas promoveram cursos de língua inglesa e eventos culturais, mas passaram a desempenhar um papel estratégico na produção e distribuição de certificados de proficiência, cartas de recomendação e vínculos com programas de bolsas de estudo, transformando-se em dispositivos de legitimação internacional. Esses mecanismos funcionaram como filtros simbólicos que reconfiguraram o pertencimento cultural, ampliando o acesso seletivo a circuitos de consagração acadêmica e diplomática.

A certificação linguística, com base em exames como TOEFL, SAT⁵⁰ e GRE⁵¹, tornou-se gradualmente um marcador de distinção social e de capital simbólico internacionalizado, legitimando trajetórias de estudantes e intelectuais ligados aos centros. Referências a esses processos são recorrentes nos acervos comemorativos dos centros binacionais, especialmente nas memórias institucionais do ICBNA, IBEU e ACBEU, que evidenciam a ênfase dada à preparação para tais exames e às parcerias com instituições educacionais norte-americanas.

⁵⁰ O Scholastic Assessment Test (SAT) é um exame padronizado amplamente utilizado para admissão em universidades dos Estados Unidos, avalia habilidades de leitura crítica, escrita e matemática.

⁵¹ O Graduate Record Examination (GRE) é um teste utilizado como parte do processo seletivo para programas de pós-graduação, especialmente nos Estados Unidos, que avalia raciocínio verbal, quantitativo e habilidades analíticas.

Como apontado por Pierre Bourdieu, o capital cultural é incorporado sob a forma de títulos, competências e validações institucionais que operam como instrumentos de diferenciação e consagração simbólica (Bourdieu, 2007). No caso dos centros binacionais, tais certificações não apenas atestavam habilidades linguísticas, mas conferiam aos indivíduos legitimidade para circular entre espaços acadêmicos transnacionais, funcionando como uma ponte entre elites locais e o imaginário globalizado de excelência educacional. Esse processo também permitiu que os próprios centros adquirissem capital institucional, fortalecendo sua autoridade frente a universidades, consulados e fundações internacionais.

Em verdade, a análise comparativa dos exames e certificações mais recorrentes nos centros binacionais permite explicitar os vínculos institucionais e diplomáticos que consolidaram uma gramática de pertencimento simbólico ao universo norte-americano. O quadro a seguir sintetiza os principais instrumentos de legitimação educacional e cultural, destacando os agentes responsáveis, o público-alvo e os momentos de inserção no Brasil.

Quadro 9 – Comparação dos exames e certificações vinculados aos centros binacionais (TOEFL, SAT, GRE, Fulbright, EducationUSA)

Exame / Programa	Instituição Responsável	Implementação no Brasil	Público-Alvo Principal
TOEFL	ETS (Educational Testing Service)	anos 1970	Estudantes que desejam ingressar em universidades estrangeiras
SAT	College Board	anos 1980	Estudantes do ensino médio com interesse em universidades dos EUA
GRE	ETS (Educational Testing Service)	anos 1990	Graduados que buscam acesso à pós-graduação no exterior
Fulbright	U.S. Department of State / IIE	1957	Acadêmicos e profissionais contemplados com bolsas de intercâmbio cultural
EducationUSA	U.S. Department of State	anos 2000	Estudantes interessados em orientação para estudos superiores nos Estados Unidos

Fonte: Autoria própria, adaptado de Pinnow (2025).

A sistematização desses exames e programas evidencia não apenas os vínculos diplomáticos e educacionais com instituições norte-americanas, mas também como os centros binacionais atuaram como mediadores de um capital

simbólico transnacional. O acesso a essas certificações era, por vezes, restrito a determinados grupos sociais com domínio prévio da língua e recursos para custear o processo. Assim, os centros reafirmavam seletivamente o papel de filtros sociais e culturais, e suas certificações funcionavam como dispositivos de distinção em uma lógica de escolarização elitista da brasilidade.

As bolsas Fulbright, os programas da United States Information Agency (USIA)⁵² e os vínculos com o Institute of International Education (IIE) consolidaram um ecossistema de escolarização simbólica da brasilidade, no qual as referências culturais norte-americanas foram naturalizadas como sinônimo de modernidade, prestígio e futuro.

A produção dessa brasilidade certificada não se restringia ao domínio linguístico: ela envolvia práticas de socialização, repertórios estéticos e uma adesão tácita ao modelo educacional dos EUA como horizonte desejável. Como destaca Richard Cândida Smith (Smith, 2001), o papel de intelectuais como Erico Verissimo nas missões culturais dos anos 1940 contribuiu para difundir um ethos norte-americano com respaldo institucional e prestígio local.

Esse processo também se manifestou na crescente presença de setores de orientação educacional nos centros binacionais, como documentado nos livros comemorativos da ACBEU, do IBEU e na trajetória do ICBNA. A criação dos setores de consultas educacionais nos anos 1950–1960, a aderência formal à rede EducationUSA e o uso regular de material diplomático produzido pelas embaixadas consolidaram a função pedagógica e diplomática dos centros na orientação para o exterior.

Ao mesmo tempo, tais instrumentos reafirmavam uma lógica de seleção social e simbólica: o acesso às certificações exigia domínio prévio da língua, conhecimento sobre processos seletivos internacionais e, não raro, apoio institucional formalizado por meio dos próprios centros.

⁵² A United States Information Agency (USIA) foi criada em 1953 como principal órgão da diplomacia pública dos Estados Unidos, responsável pela promoção de políticas culturais, intercâmbios educacionais, mídia internacional e programas de informação destinados ao exterior. Atuando de forma articulada com o Departamento de Estado e com agências como a USAID, a USIA exerceu papel central na disseminação de valores norte-americanos durante a Guerra Fria, sobretudo por meio da criação e apoio a centros binacionais, programas de bolsas, rádios, exposições e bibliotecas. A agência foi incorporada ao Departamento de Estado em 1999. Fonte: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. U.S. Department of State – USIA History. Disponível em: https://1997-2001.state.gov/about_state/history/usia.html. Acesso em: 07 jul. 2025.

A internacionalização da brasilidade, nesse contexto, não se deu por meio de uma multiplicidade de vozes, mas a partir de gramáticas simbólicas legitimadas institucionalmente, o que evidencia a função curatorial desses espaços na filtragem do que era considerado representativo, promissor e exportável. Como mostra o mapeamento realizado nesta pesquisa, há uma sobreposição clara entre os perfis certificados e os circuitos de formação de elites acadêmicas e culturais, sobretudo nas regiões Sudeste e sul do Brasil. Tais padrões revelam uma política informal de pertencimento simbólico, reiterada nos acervos e registros dos centros.

A leitura crítica dos acervos, aliada à cartografia das práticas institucionais dos centros binacionais, permite afirmar que a internacionalização da brasilidade, mediada por essas instituições, ocorreu sob a égide de dispositivos de filtragem simbólica e linguística. Ao transformar certificações em passaportes culturais e títulos em signos de pertencimento internacionalizado, os centros atuaram como curadores da brasilidade exportável.

Além das certificações, a atuação das bibliotecas dos centros binacionais deve ser destacada nesse contexto como espaços privilegiados de mediação cultural e formação simbólica. Conforme registrado nos acervos institucionais do ICBNA, IBEU e ACBEU, essas bibliotecas funcionavam não apenas como instrumentos de apoio pedagógico, mas como dispositivos de circulação seletiva de valores, obras e narrativas alinhadas aos interesses da diplomacia cultural norte-americana.

Ainda nos anos 1990, artigo publicado pela Folha de S. Paulo⁵³ destaca que mais de 70% do acervo de tais bibliotecas era composto por títulos norte-americanos, muito obtidos por doações de órgãos como o Department of State e a USIS, evidenciando o papel da biblioteca como um agente de americanização simbólica da brasilidade.

Complementando essa perspectiva, a pesquisa de Claudio Marcondes de Castro Filho (2003) demonstra que as bibliotecas dos centros binacionais desempenharam um papel fundamental na aprendizagem da língua inglesa, promovendo a leitura de literatura estadunidense, o acesso a periódicos

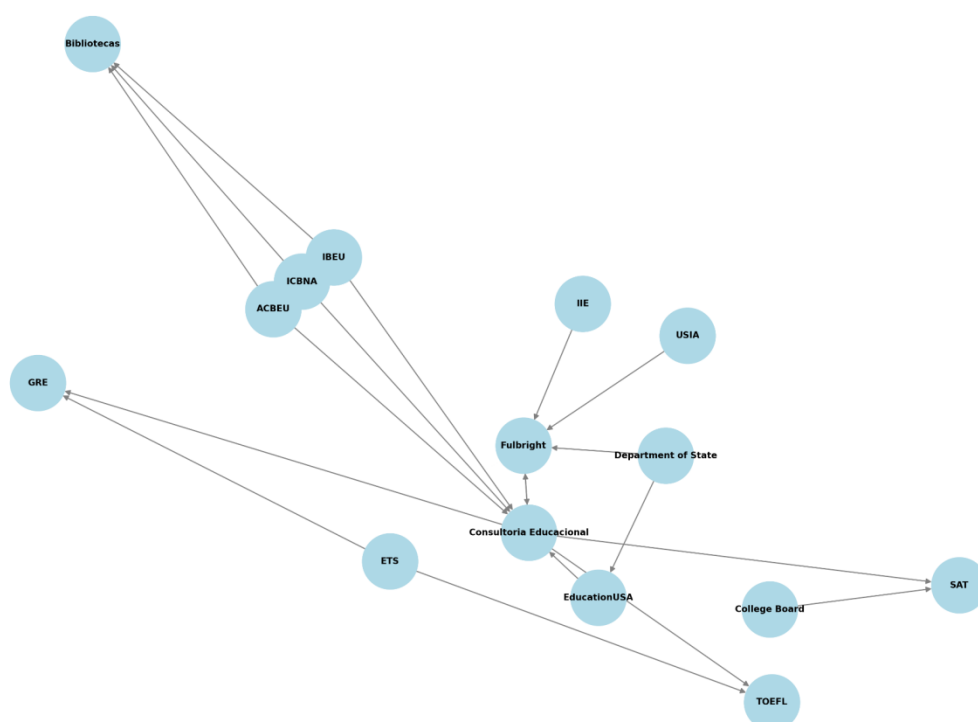
⁵³ FOLHA DE S. PAULO. Centros culturais americanos ganham força com ensino de inglês e bolsas. Cotidiano, São Paulo, 19 jul. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/19/cotidiano/27.html>. Acesso em: 29 jun. 2025.

internacionais e a incorporação de métodos de ensino baseados em material importado. A biblioteca, nesse contexto, não era apenas um repositório de livros, mas um espaço estruturado de orientação simbólica, cujo catálogo refletia um projeto político-pedagógico de internacionalização cultural articulado com os interesses dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Essa configuração reforça a hipótese de que as bibliotecas funcionavam como curadorias silenciosas da brasilidade exportável, filtrando conteúdos e repertórios legitimados pelas instituições patrocinadoras e pelo aparato diplomático-cultural norte-americano.

O sociograma a seguir sintetiza a complexa rede de conexões entre centros binacionais, instituições diplomáticas e programas de certificação e bolsas. Ao integrar bibliotecas, setores de consultoria e órgãos emissores de certificações como TOEFL e Fulbright, a visualização reforça o papel desses espaços como dispositivos de legitimação simbólica e mediação internacional. Essa representação, construída a partir das fontes documentais da pesquisa, articula a dimensão simbólica e estrutural da internacionalização da brasilidade, concluindo a análise das estratégias de filtragem e consagração examinadas neste capítulo.

Figura 19 – Sociograma de circulação simbólica — certificações, bolsas e redes de orientação educacional

Sociograma das redes de certificação e circulação simbólica nos centros binacionais



Fonte: Autoria própria, adaptado de Pinnow (2025).

No próximo capítulo, essa lógica será tensionada a partir da análise das escolas internacionais implantadas no Brasil — espaços que reproduziram, de forma ainda mais incisiva, os repertórios da americanização simbólica, consolidando redes de poder educacional e cultural de alcance hemisférico.

4.9 Encerramento do Capítulo III: síntese crítica e transição analítica

O Capítulo III aprofundou a análise da diplomacia cultural norte-americana por meio da institucionalização e atuação dos centros binacionais, tendo o Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA) como eixo interpretativo.

Inicialmente, apresentou-se a formação do ICBNA no contexto da expansão diplomática dos Estados Unidos, articulando dados do banco BRA-EUA, registros do portal The Political Graveyard e atas fundacionais. Essa base documental permitiu evidenciar a relação direta entre a presença consular e a constituição de elites culturais em Porto Alegre, em consonância com o projeto hemisférico da Política de Boa Vizinhança.

Em seguida, representou-se a institucionalização da rede de centros binacionais com base nos livros comemorativos do IBEU, ACBEU e ICBNA, integrando cronologias e representações visuais com o mapeamento dos vínculos diplomáticos e culturais que sustentaram essas estruturas. Também foram detalhados o processo de organização interna do ICBNA, revelando uma tripla divisão funcional — setores educacional, cultural e administrativo — sustentada por vínculos com consulados e universidades, e orientada à legitimação simbólica das agendas norte-americanas no sul do Brasil.

As lacunas documentais e os léxicos de legitimação presentes nos acervos institucionais foram examinados à luz do conceito de curadoria do apagamento, com o apoio de visualizações textuais que expuseram silêncios significativos nos discursos comemorativos.

A proposta de comparação entre os acervos do ICBNA, IBEU e ACBEU revelou assimetrias na preservação da memória e na construção das trajetórias institucionais, o que justifica a centralidade metodológica do ICBNA na pesquisa. Foram apresentadas conexões entre as redes simbólicas mais amplas, por meio de sociogramas e gráficos, demonstrando como os centros operaram como nós diplomáticos de consagração cultural, reproduzindo estruturas de capital simbólico e

educacional sob uma lógica transnacional. Subsequentemente, o capítulo também interpretou os centros binacionais como curadores de uma brasilidade consentida, evidenciando o apagamento de repertórios afro-brasileiros, indígenas e populares e a promoção de um imaginário modernizador, urbano e alinhado aos valores da diplomacia hemisférica.

Na sequência, o foco de análise foram os programas de bolsas, nos setores de consultas educacionais e na formação seletiva de elites simbólicas, vinculadas a certificações como TOEFL, GRE e Fulbright, bem como às redes internacionais de ensino superior articuladas pelo IIE. A análise mostrou como essas estruturas funcionaram como mecanismos de distinção simbólica e triagem acadêmica, orientando trajetórias de prestígio intelectual legitimadas por capital cultural previamente acumulado.

Por fim, a pesquisa evidenciou os dispositivos de certificação e as bibliotecas institucionais como vetores de americanização simbólica, consolidando os centros binacionais como espaços de filtragem discursiva e orientação pedagógica voltada à conformação de sujeitos alinhados aos valores culturais e epistemológicos dos Estados Unidos. O capítulo encerra com a visualização das conexões entre centros, diplomacia, certificações e consagração simbólica, preparando a análise que será desenvolvida no capítulo seguinte, dedicado às escolas internacionais e à formação de elites transnacionais no Brasil e na América do Sul.

A análise aqui desenvolvida confirma a hipótese de que os centros binacionais atuaram como engrenagens diplomáticas e culturais, estruturando práticas seletivas de circulação simbólica e educacional. Suas redes, sustentadas por capital diplomático, consular, editorial e institucional, moldaram as formas pelas quais a brasilidade foi legitimada para circulação internacional.

A complexidade das redes aqui apresentadas revela que os centros binacionais não funcionaram apenas como espaços de intercâmbio cultural, mas como agentes estruturantes na conformação de trajetórias simbólicas e educacionais legitimadas internacionalmente.

Essa engrenagem diplomático-pedagógica será aprofundada no próximo capítulo, que desloca o foco para o campo escolar, examinando as instituições internacionais de ensino no Brasil e sua vinculação direta com os dispositivos de consagração simbólica analisados neste capítulo. As escolas internacionais, nesse contexto, emergem como desdobramentos estratégicos do ecossistema de

legitimação cultural, operando como vetores pedagógicos da diplomacia hemisférica e da formação seletiva de elites transnacionais.

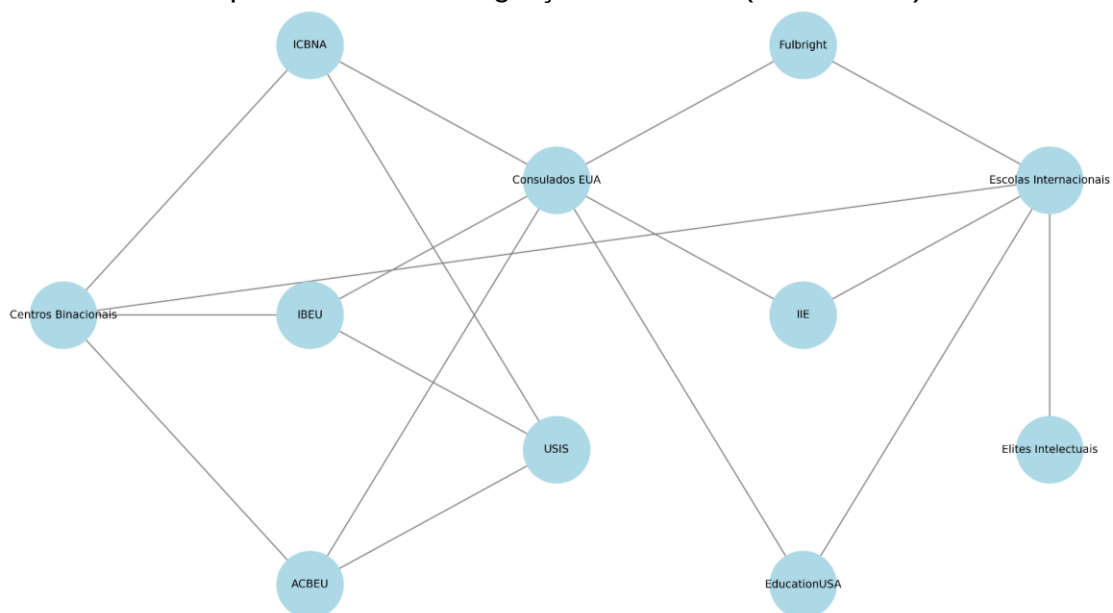
Ademais, a consolidação dos centros binacionais como vetores simbólicos de americanização da brasilidade, evidenciada ao longo deste capítulo, insere-se em uma engrenagem diplomático-cultural mais ampla, cujos desdobramentos educacionais ultrapassam os limites institucionais originais. Nesse contexto, as escolas internacionais emergem como extensões diretas dessas redes de consagração, reproduzindo práticas, valores e filtros simbólicos alinhados aos interesses da diplomacia cultural norte-americana.

O mapeamento dessas instituições no Brasil e na América do Sul, a ser desenvolvido no capítulo seguinte, permitirá compreender como a educação internacional passou a integrar os dispositivos de distinção e pertencimento, reafirmando uma lógica seletiva de legitimação transnacional.

A Figura 22 sintetiza visualmente as inter-relações entre centros binacionais, consulados, programas de bolsas, exames de certificação e dispositivos pedagógicos que, ao longo do século XX, constituíram uma malha diplomático-cultural coesa e seletiva. Essa rede evidencia o entrelaçamento entre instâncias de legitimação simbólica e estratégias de orientação institucional, consolidando os centros como eixos de consagração educacional, linguística e cultural no Brasil. A visualização reafirma o papel dessas instituições na construção de repertórios simbólicos alinhados à diplomacia norte-americana, por meio de estruturas que operam tanto nos registros da memória quanto nos dispositivos formativos.

Essa representação marca o encerramento do Capítulo III e projeta a continuidade argumentativa da tese, agora voltada à análise das escolas internacionais como desdobramentos estruturais das redes examinadas. O capítulo seguinte se concentrará no mapeamento dessas instituições no Brasil e na América do Sul, destacando suas conexões com agências diplomáticas, programas de certificação e currículos transnacionais. Nesse novo eixo de investigação, a diplomacia cultural é ressignificada no interior do campo educacional, articulando consagração simbólica, internacionalização escolar e formação de elites transnacionais.

Figura 20 – Visualização relacional dos centros binacionais, setores diplomáticos e dispositivos de consagração simbólica (1930–2000)



Fonte: Autoria própria, adaptado de Pinnow (2025).

Essa visualização final do capítulo sintetiza e projeta, de forma relacional, os elementos-chave das seções anteriores, consolidando os vínculos entre centros binacionais, consulados, programas de certificação e dispositivos de consagração simbólica. Ao evidenciar os fluxos entre instâncias de legitimação e curadoria institucional — como os setores educacionais, bibliotecas e programas de bolsas — o sociograma reafirma a hipótese central desta tese: a constituição de uma brasilidade certificada, filtrada por gramáticas diplomáticas e orientada por repertórios simbólicos validados no campo internacional. A representação proposta, nesse sentido, não apenas encerra a análise dos centros binacionais, como também anuncia a próxima etapa investigativa, voltada às escolas internacionais e à consolidação pedagógica dos dispositivos examinados até aqui.

5 ESCOLAS INTERNACIONAIS, PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO E A CONSTRUÇÃO DE ELITES SIMBÓLICAS

Ao longo do século XX, o fortalecimento das redes de colaboração cultural entre Brasil e Estados Unidos consolidou um circuito educacional transnacional centrado em escolas internacionais. Essas instituições, fundadas por diplomatas, professores universitários, missionários e executivos vinculados a corporações norte-americanas, conforme registrado no livro comemorativo da Pan American School de Porto Alegre (2017, p. 26-27), expandiram-se em regiões estratégicas do território brasileiro, operando como espaços de socialização seletiva, formação bilíngue e consagração simbólica. Trata-se de um fenômeno que não pode ser dissociado da lógica do *soft power* norte-americano e das diretrizes de política externa cultural estabelecidas no pós-guerra (Saunders, 2008; Nye, 2004).

O surgimento das primeiras escolas internacionais com influência norte-americana no Brasil deve ser compreendido à luz do processo de reconfiguração geopolítica do pós-Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, do fortalecimento da diplomacia cultural como instrumento da política externa dos Estados Unidos.

Diferentemente dos centros binacionais, que foram instituídos com o apoio direto da embaixada e da United States Information Service (USIS), essas escolas surgiram a partir da articulação entre famílias estadunidenses residentes no Brasil, lideranças diplomáticas locais e, em alguns casos, com o apoio de missionários e de empresas multinacionais. Seu caráter fundacional revela a tentativa de consolidar instituições educacionais capazes de atender a demanda de estrangeiros e de elites brasileiras por uma formação alinhada ao currículo estadunidense, com ênfase na língua inglesa, na mobilidade internacional e na inserção universitária em universidades dos EUA.

O levantamento cronológico presente no banco de dados MEMÓRIA SOCIAL BRA–EUA — Escolas Internacionais indica que, entre 1920 e 1966, foram fundadas nove instituições com currículo internacional e vínculos diretos com redes diplomáticas, programas de intercâmbio e certificações dos Estados Unidos, com currículo internacional, posteriormente vinculadas ao International Baccalaureate (IB)⁵⁴. Entre os casos mais emblemáticos, destaca-se a Escola Graded de São

⁵⁴ O International Baccalaureate (IB) é uma organização educacional internacional fundada em 1968, com sede em Genebra, Suíça, dedicada à oferta de programas de educação internacional para

Paulo (Graded, 1920)⁵⁵, a Escola Americana do Rio de Janeiro (EARJ, 1937)⁵⁶ e a Pan American School de Porto Alegre (PASPOA, 1966)⁵⁷.

As datas de fundação e a localização dessas instituições revelam padrões relevantes: a concentração em capitais e cidades economicamente dinâmicas do Sudeste, Sul e Nordeste; a vinculação a grupos estrangeiros organizados em torno de câmaras de comércio e consulados; e a consolidação de um modelo de escola internacional antes mesmo da estruturação formal do International Baccalaureate (IB), cuja adoção, nas décadas seguintes, apenas reforçou a hegemonia curricular estabelecida desde os primórdios. O quadro a seguir sintetiza essas fundações e aponta para sua função inicial como estratégia de presença norte-americana no campo educacional, anterior à institucionalização da política hemisférica da Guerra Fria.

Quadro 10 – Escolas internacionais com influência norte-americana fundadas no Brasil (1920–1966) (continua)

Ano	Escola	Cidade	Estado
1920	Escola Graduada de São Paulo (Graded)	São Paulo	SP
1937	Escola Americana do Rio de Janeiro (EARJ)	Rio de Janeiro	RJ

crianças e jovens de 3 a 19 anos. Reconhecido por seu currículo rigoroso, multicultural e interdisciplinar, o IB é adotado por milhares de escolas ao redor do mundo, incluindo instituições brasileiras de perfil internacional. No contexto desta pesquisa, o IB é compreendido como um dispositivo pedagógico de legitimação simbólica, cuja adoção por escolas internacionais reforça os processos de distinção, consagração e alinhamento às gramáticas curriculares globais. Fonte: INTERNATIONAL BACCALAUREATE ORGANIZATION. **What is IB?** Disponível em: <https://www.ibo.org>. Acesso em: 07 jul. 2025.

⁵⁵ A Graded – The American School of São Paulo, fundada em 1920, é uma das mais antigas instituições de ensino internacional do Brasil. Credenciada pelo International Baccalaureate (IB) e pelo programa Advanced Placement (AP), atende majoritariamente filhos de diplomatas, executivos e elites transnacionais. Sua proposta pedagógica combina currículo norte-americano com enfoque multicultural, funcionando como vetor de formação de elites globais no contexto latino-americano. Fonte: GRADED. **History**. Disponível em: <https://www.graded.br/about/history>. Acesso em: 07 jul. 2025.

⁵⁶ A Escola Americana do Rio de Janeiro (EARJ) foi fundada em 1937 com o apoio da comunidade diplomática e empresarial norte-americana. Adota os currículos IB e AP, além de seguir os AERO Standards promovidos pelo U.S. Department of State. Sua atuação se insere em uma tradição de ensino bilíngue internacional com forte vinculação à diplomacia cultural e aos projetos de formação de lideranças com perfil cosmopolita. Fonte: EARJ. **Our History**. Disponível em: <https://www.earj.com.br>. Acesso em: 07 jul. 2025.

⁵⁷ A Pan American School of Porto Alegre (PAS POA), fundada em 1966, está vinculada à AMISA (Association of American Schools in South America) e credenciada pelo International Baccalaureate (IB). Atende principalmente estudantes de famílias multinacionais, diplomáticas e empresariais. Sua proposta pedagógica combina currículo internacional com práticas multiculturais e políticas de internacionalização educacional alinhadas à diplomacia hemisférica. Fonte: PAS POA. **About Us**. Disponível em: <https://www.paspoa.org>. Acesso em: 07 jul. 2025.

Quadro 10 – Escolas internacionais com influência norte-americana fundadas no Brasil (1920–1966) (conclusão)

Ano	Escola	Cidade	Estado
1956	Escola Americana de Belo Horizonte (EABH)	Belo Horizonte	MG
1956	Escola Americana de Campinas	Campinas	SP
1957	Escola Americana de Recife	Recife	PE
1959	International School de Curitiba	Curitiba	PR
1960	Pan American School da Bahia	Salvador	BA
1961	American School of Brasília	Brasília	DF
1966	Pan American School de Porto Alegre (PASPOA)	Porto Alegre	RS

Fonte: Autoria própria (2025), adaptado com base nos sites oficiais das instituições e banco de dados do projeto MEMÓRIA SOCIAL BRA–EUA (2023–2025) – Linha do tempo das escolas internacionais com influência norte-americana fundadas no Brasil (1920–1966).

A delimitação cronológica proposta com a fundação da Pan American School de Porto Alegre (1966) não é fortuita. Trata-se de um marco que sintetiza o processo de institucionalização das escolas internacionais com vínculo diplomático e simbólico com os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que coincide com a criação de agências norte-americanas voltadas à gestão educacional hemisférica, como o Bureau of Educational and Cultural Affairs (ECA), instituído pelo Departamento de Estado dos EUA no início da década de 1960⁵⁸.

A criação da Pan American School, conforme documentado no livro comemorativo da escola, resultou da articulação entre a Universidade de Wisconsin-Madison, lideranças diplomáticas e a comunidade americana em Porto Alegre, simbolizando o encerramento de um ciclo de fundações estratégicas impulsionadas pela Política de Boa Vizinhança e inaugurando o período mais estruturado da Guerra Fria cultural. A partir de 1966, observa-se uma intensificação dos programas de intercâmbio, das certificações multilaterais e da atuação de fundações privadas norte-americanas como a LASPAU e a Ford Foundation⁵⁹ — instituições centrais na promoção de programas de intercâmbio acadêmico, formação docente e incentivo à pesquisa no contexto latino-americano.

⁵⁸ UNITED STATES. Department of State. **Bureau of Educational and Cultural Affairs (ECA)**. [Washington, D.C.]: U.S. State Department, [s.d.]. Disponível em: <https://eca.state.gov/about-bureau>. Acesso em: 30 jun. 2025.

⁵⁹ THIESEN, J. S. **Escolas Internacionais e bilíngues como representação global de currículos internacionalizados na Educação Básica brasileira**. Educar Em Revista, 40, e94402, 2024. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.94402>

A LASPAU (Academic and Professional Programs for the Americas)⁶⁰, criada em 1964 com vínculo à Universidade de Harvard, atua até hoje em parceria com a Fulbright, ampliando o acesso de acadêmicos da América Latina a instituições de ensino superior dos EUA. Já a Ford Foundation⁶¹, especialmente a partir da década de 1960, consolidou uma rede de financiamento voltada à educação, às ciências sociais e aos direitos civis, influenciando tanto políticas públicas quanto currículos universitários na região, incluindo o Brasil — redesenhando a arquitetura da diplomacia educacional com base em mecanismos de *soft power* (Nye, 2004).

Ressalte-se que essas escolas não se constituíram apenas como ambientes escolares, mas como pontos estratégicos de uma rede internacional de prestígio, configurando espaços de produção de capital cultural e de legitimação de elites simbólicas (Bourdieu, 1998). Em termos estruturais e funcionais, é possível traçar um paralelo com os centros binacionais analisados no capítulo anterior, porém, numa fase histórica em que o *American Way of Life* já havia se incorporado no imaginário social das elites regionais das grandes capitais.

Nesse sentido, o conceito de imaginário social, conforme elaborado por Charles Taylor (2004) e também discutido por Baszcko (2006), permite compreender como representações, práticas e aspirações coletivas estruturaram a demanda por modelos educacionais estrangeiros como sinônimo de prestígio, cosmopolitismo e pertencimento a uma ordem simbólica globalizada.

Ambos os modelos integraram as engrenagens da diplomacia cultural norte-americana, mas enquanto os centros binacionais funcionavam sob orientação direta da USIS, com foco na difusão linguística e cultural por meio de bibliotecas, cursos e centros culturais, as escolas internacionais consolidaram-se como espaços de formação contínua de elites, com currículos voltados à inserção acadêmica global.

⁶⁰ A LASPAU – Academic and Professional Programs for the Americas é uma organização afiliada à Universidade de Harvard, fundada em 1964, com foco na promoção de oportunidades educacionais para países da América Latina e Caribe. Atuando em parceria com universidades, agências de fomento e governos, a LASPAU coordena programas de bolsas, intercâmbios e capacitação docente. No contexto das relações Brasil–Estados Unidos, funcionou como agente estratégico de mediação acadêmica e de expansão das redes de formação internacional no período da Guerra Fria. Fonte: LASPAU. **About Us**. Disponível em: <https://www.laspau.harvard.edu>. Acesso em: 07 jul. 2025.

⁶¹ A Ford Foundation, criada em 1936 nos Estados Unidos, tornou-se uma das principais instituições financiadoras de programas de desenvolvimento social, educação e democracia no Sul Global durante o século XX. No contexto brasileiro, a fundação apoiou projetos de pesquisa, formação universitária e institucionalização de centros acadêmicos e culturais, atuando como instrumento de *soft power* em articulação com interesses diplomáticos norte-americanos, especialmente no campo da educação superior e das ciências sociais. Fonte: FORD FOUNDATION. **Our History**. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org>. Acesso em: 07 jul. 2025.

Se os centros binacionais privilegiavam o acesso público e a horizontalidade institucional, as escolas internacionais, por sua vez, articulavam-se em lógicas de seleção e distinção, servindo como dispositivos de segregação social voltados a segmentos específicos das classes médias e altas urbanas. A predominância da língua inglesa, a presença de professores estrangeiros e a estrutura curricular voltada à formação globalizada reforçam a hipótese de que essas instituições contribuíram diretamente para a reprodução de um *habitus* transnacional, ancorado em valores, narrativas e epistemologias alinhadas aos interesses dos Estados Unidos (Setton, 2021). Essa perspectiva encontra respaldo na análise crítica de Thiesen (2024), que identifica as escolas internacionais e bilíngues de prestígio como expressões paradigmáticas de currículos internacionalizados, sustentados por uma racionalidade global alinhada a princípios de eficiência, cidadania global e competências interculturais.

No caso brasileiro, a institucionalização dessas propostas ocorre em um contexto de normativas fragmentadas, como o Parecer CNE/CEB nº 2/2020, e de adesão acrítica às agendas curriculares transnacionais. Conforme o autor, “a internacionalização é convertida em marca discursiva de excelência e inovação, operando como dispositivo simbólico de distinção social” (Thiesen, 2024, p. 4), perfilando espaços de produção de capital cultural e de legitimação de elites simbólicas (Bourdieu, 1998).

A predominância da língua inglesa, a presença de professores estrangeiros e a estrutura curricular voltada à formação globalizada reforçam a hipótese de que essas instituições contribuíram diretamente para a reprodução de um *habitus* transnacional, ancorado em valores, narrativas e epistemologias alinhadas aos interesses dos Estados Unidos (Setton, 2021).

O ecossistema educacional composto por essas escolas é sustentado por um conjunto de certificações e redes de apoio, como a Association of American Schools in the Americas (AMISA)⁶², a New England Association of Schools and Colleges

⁶² A Association of American Schools in the Americas (AMISA) é uma organização regional que reúne escolas internacionais norte-americanas localizadas na América Latina e no Caribe. Fundada originalmente como AASSA (Association of American Schools of South America), passou a se chamar AMISA em 2020. Atua como rede de suporte institucional, oferecendo formação continuada, certificação, desenvolvimento profissional e articulação curricular alinhada aos padrões educacionais dos Estados Unidos. Muitas das escolas mapeadas nesta tese são filiadas à AMISA, o que reforça a integração hemisférica e os vínculos diplomático-educacionais dessas instituições. Fonte: AMISA. **About Us**. Disponível em: <https://www.amisa.us>. Acesso em: 07 jul. 2025.

(NEASC)⁶³ e a própria International Baccalaureate Organization (IBO). Essas instituições não apenas regulam os padrões acadêmicos das escolas internacionais, como também operam como vetores de reconhecimento simbólico e validação externa. O quadro a seguir apresenta um panorama sintético dessas entidades, relacionando suas datas de fundação, sede, escopo de atuação e vínculo com os Estados Unidos.

Quadro 11 – Agências de acreditação norte-americanas relevantes para escolas internacionais

Agência / Associação	Fundação	Sede	Atuação / Vínculo com os EUA
NEASC-CIE	1885	Massachusetts, EUA	Acreditação internacional reconhecida pelo Departamento de Estado dos EUA
MSA-CESS	1887	Pensilvânia, EUA	Certificações para escolas K–12 americanas e estrangeiras
ACS-WASC	1895	Califórnia, EUA	Certificação de escolas no exterior com currículo norte-americano
SAIS	1953	Geórgia, EUA	Acreditação de escolas independentes com atuação hemisférica
Cognia ⁶⁴	1885	EUA	Rede global formada por fusões de agências históricas norte-americanas
CIS	1949	Genebra, Suíça	Certificação internacional com padrões globalmente reconhecidos
AIAASC	1992	EUA	Certificações vinculadas ao SEVP para escolas norte-americanas fora dos EUA

Fonte: Autoria própria, com base nos sites oficiais das instituições e banco de dados do projeto MEMÓRIA SOCIAL BRA–EUA (2025).

⁶³ A New England Association of Schools and Colleges (NEASC) é uma agência norte-americana de acreditação educacional fundada em 1885, responsável por avaliar e certificar escolas públicas e privadas, tanto nos Estados Unidos quanto internacionalmente. Seu selo de acreditação é reconhecido como um indicador de excelência acadêmica e conformidade com os padrões educacionais norte-americanos. No Brasil, várias escolas internacionais — incluindo PAS POA e EARJ — são acreditadas pela NEASC, o que reforça sua inserção no circuito global de legitimação educacional. Fonte: NEASC. **About NEASC**. Disponível em: <https://www.neasc.org>. Acesso em: 07 jul. 2025.

⁶⁴ A Cognia, por exemplo, remonta-se à fundação da North Central Association em 1885, tendo passado por fusões com a AdvancED, NCA, SACS CASI e NWAC até adotar a nomenclatura atual. Já a American International Accreditation Association for Schools & Colleges (AIAASC), fundada em 1992, oferece acreditação para escolas norte-americanas no exterior, com foco em programas alinhados ao Student and Exchange Visitor Program (SEVP) do governo dos EUA. Tais instituições ilustram o entrelaçamento entre diplomacia cultural, legitimação curricular e internacionalização da educação básica, de modo a evidenciar a arquitetura institucional que sustenta a rede educacional internacional analisada neste capítulo e suas conexões com os centros binacionais discutidos anteriormente. Esses organismos conferem creditações institucionais que operam como selos de consagração internacional, assegurando visibilidade e credibilidade junto a universidades estrangeiras e organismos multilaterais. Como exemplo, a PAS POA mantém dupla certificação com o Ministério da Educação do Brasil e com agências norte-americanas, adotando os programas PYP (Primary Years Programme) e MYP (Middle Years Programme), além de ofertar o AP Capstone Diploma — todos reconhecidos internacionalmente.

O alinhamento desses currículos com as diretrizes norte-americanas e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁶⁵ evidencia a crescente internacionalização da educação básica no Brasil e suscita reflexões sobre os impactos da padronização curricular, das abordagens multiculturalistas e da transposição de valores pedagógicos globais sobre realidades locais. Conforme problematiza Thiesen (2018), trata-se de uma dinâmica assimétrica, em que o Brasil ocupa uma posição periférica no sistema educacional global, alinhando-se a modelos externos sem impor contrapartidas culturais, pedagógicas e epistemológicas.

Portanto, a memória das escolas internacionais deve ser compreendida como parte de um campo simbólico em disputa, cuja narrativa da excelência e da inovação pedagógica convive com a homogeneização de práticas escolares e a formação de subjetividades conectadas ao imaginário liberal ocidental.

Em síntese, o processo histórico de fundação dessas instituições, suas conexões diplomáticas, seus currículos e seus regimes de certificação internacional formam um sistema complexo de validação e consagração, cujos efeitos se prolongam na constituição de redes de influência intelectual, social e política no Brasil contemporâneo.

5.1 Certificações internacionais e padronização curricular

A escassez de pesquisas sistemáticas sobre a formação histórica das escolas internacionais com influência norte-americana no Brasil indica uma lacuna relevante no campo da memória social e da história da educação. Tal ausência contrasta com a centralidade dessas instituições na produção de elites simbólicas e na circulação de modelos curriculares estrangeiros.

Embora alguns estudos contemporâneos analisem as escolas bilíngues sob a ótica das políticas educacionais ou da pedagogia intercultural, poucos trabalhos

⁶⁵ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo homologado pelo Ministério da Educação em 2017, que define os direitos de aprendizagem e desenvolvimento para a educação básica em todo o território nacional. Estruturada por competências gerais e áreas do conhecimento, a BNCC busca garantir a equidade educacional, promovendo a formação integral dos estudantes. No contexto desta tese, o documento representa o principal referencial da política educacional brasileira contemporânea, servindo como contraponto às matrizes curriculares globais adotadas pelas escolas internacionais. Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 07 jul. 2025.

abordam de forma crítica suas origens, vínculos diplomáticos e a estruturação de suas redes de legitimação.

Essa omissão reforça a importância desta tese. Cantuária (2021), ao investigar o campo da educação bilíngue internacional em São Paulo, também observa a escassez de estudos voltados à compreensão histórica e institucional dessas escolas. Segundo a autora, a maioria das pesquisas concentra-se em políticas linguísticas ou experiências pedagógicas pontuais, sem aprofundar as dinâmicas de validação simbólica e pertencimento social, articuladas por essas instituições no contexto da educação básica brasileira.

A tabela a seguir sintetiza a baixa presença das escolas internacionais nas produções acadêmicas sobre diplomacia cultural entre Brasil e Estados Unidos no período de 2000 a 2025, reforçando o argumento de que essas instituições têm sido invisibilizadas no campo da memória educacional. Conforme evidenciado na introdução da presente tese, das 32 produções identificadas entre 2000 e 2025 com foco em escolas internacionais, a maioria consistia em teses, dissertações e artigos dispersos, sem sistematização específica sobre a história institucional dessas escolas no Brasil. A pesquisa foi desenvolvida exclusivamente para esta tese com base em levantamento sistemático realizado nos repositórios da CAPES, Scielo, Google Scholar e bases institucionais entre 2023 e 2025.

Tabela 2 – Produções acadêmicas sobre temas relacionados às redes escolas internacionais Brasil–EUA (2020–2025)

Tema pesquisado	Tipo de produção predominante	Total de produções (2000–2025)
Escolas Internacionais	Teses, dissertações e artigos	32
Diplomacia Cultural	Artigos científicos	84
Relações Brasil–EUA	Teses, dissertações e artigos	134

Fonte: Autoria própria, com base em dados coletados nos repositórios da CAPES, Scielo, Google Scholar e bases institucionais (2023–2025) (2025)..

Os dados acima reforçam o esforço desta tese ao sistematizar de forma inédita um conjunto de elementos que, embora dispersos, evidenciam a centralidade das escolas internacionais no campo da diplomacia cultural. A escassez de abordagens históricas consolidadas sobre essas instituições não se restringe à ausência de pesquisa: trata-se de um processo ativo de curadoria do apagamento,

que atua tanto nos registros institucionais quanto na produção historiográfica, delimitando aquilo que se torna visível e digno de memória. Essa ausência não é neutra. Ela expressa escolhas metodológicas, epistemológicas e políticas que contribuem para a marginalização de experiências educacionais vinculadas a redes transnacionais, como se fossem elementos periféricos ou alheios à construção da educação brasileira.

Ao invisibilizar a gênese diplomática, os vínculos externos e os dispositivos simbólicos dessas instituições, a historiografia educacional contribui, ainda que involuntariamente, para reforçar a ficção de uma escola nacional homogênea. Ao articular esses dados com as redes de legitimação simbólica discutidas nos capítulos anteriores, esta tese propõe uma leitura crítica sobre os processos de padronização curricular e internacionalização da educação básica, convocando a historiografia a incorporar as tensões, ausências e disputas que estão presentes no campo educacional brasileiro.

Mais do que instituições educacionais, essas escolas passaram a configurar enclaves simbólicos de prestígio internacional, inseridos em uma rede de circulação de modelos culturais e curriculares que ofuscam os referenciais da educação nacional.

Neste contexto, sua configuração histórica evidencia a produção de capital cultural e a consagração de elites simbólicas (Bourdieu, 1998), atravessando fases nas quais o *American Way of Life* já se encontrava integrado ao imaginário social das elites urbanas brasileiras. Ao trazer os conceitos de imaginário social — desenvolvidos por Charles Taylor (2004), na relação entre representações coletivas e práticas sociais, e por Baszcko (2006), na crítica à seletividade da memória histórica —, esta análise permite compreender como essas escolas se tornaram expressão de uma adesão simbólica a formas específicas de distinção, cosmopolitismo e pertencimento a um campo transnacional de poder educativo.

Destarte, o mapeamento das escolas internacionais fundadas no Brasil ao longo do século XX revela a conexão direta entre interesses diplomáticos norte-americanos, estratégias educacionais transnacionais e processos de formação de elites simbólicas. O Quadro 10 sistematiza as principais instituições estabelecidas até a década de 1950, evidenciando suas origens institucionais, vínculos com o corpo consular dos Estados Unidos e adoção de estruturas curriculares baseadas nos modelos educacionais norte-americanos. Esse levantamento integra fontes

institucionais, documentos oficiais e dados consolidados no banco BRA–EUA, permitindo observar como tais escolas funcionaram como vetores de americanização pedagógica e mediação cultural ao longo do século XX.

Quadro 12 – Escolas internacionais fundadas no Brasil até 1950

Escola	Cidade	Fundação	Origem institucional	Estrutura curricular
Graded School	São Paulo	1920	Missionários protestantes e empresários	Currículo norte-americano / SAT / IB
EARJ	Rio de Janeiro	1937	Consulado dos EUA e lideranças diplomáticas	Currículo norte-americano / IB
Pan American School (PAS POA)	Porto Alegre	1966	Universidade de Wisconsin e comunidade americana	Currículo norte-americano / IB / AP

Fonte: Autoria própria, com base em sites institucionais, documentação sistematizada ao longo da pesquisa (2023–2025) e documentos oficiais (2025).

A análise do Quadro 12 evidencia que as escolas internacionais fundadas nas décadas de 1920 a 1960 operaram como núcleos de formação seletiva voltados às elites diplomáticas, empresariais e intelectuais. A Graded School, fundada em 1920, por missionários e empresários, já adota desde cedo o modelo curricular norte-americano, prática posteriormente reforçada com a incorporação do SAT⁶⁶ e do IB. A EARJ, por sua vez, emerge diretamente do corpo consular estadunidense no Rio de Janeiro, consolidando-se como espaço simbólico de consagração acadêmica e cultural. Já a Pan American School, criada em Porto Alegre em 1966 com o apoio da Universidade de Wisconsin, amplia o modelo ao integrar currículos internacionais como o AP⁶⁷ e o IB, articulando a lógica diplomático-pedagógica aos novos padrões de certificação global. Essas instituições não apenas replicam padrões curriculares,

⁶⁶ O SAT (Scholastic Assessment Test) é um exame padronizado utilizado nos processos seletivos de admissão para universidades norte-americanas. Administrado pela College Board, o teste avalia competências em leitura, escrita e matemática, sendo um dos principais instrumentos de certificação educacional no contexto internacional. No Brasil, sua aplicação por escolas internacionais como Graded e EARJ evidencia a adoção de repertórios avaliativos alinhados à lógica de consagração simbólica e ao ingresso em instituições de ensino superior nos Estados Unidos. Fonte: COLLEGE BOARD. **About the SAT**. Disponível em: <https://satsuite.collegeboard.org/sat>. Acesso em: 07 jul. 2025.

⁶⁷ O AP – Advanced Placement é um programa de cursos e exames de nível universitário oferecido a estudantes do ensino médio, administrado pela College Board. Criado para permitir que alunos obtenham créditos acadêmicos antecipados em universidades dos Estados Unidos e de outros países, o AP reforça o processo de legitimação escolar internacional por meio da padronização de conteúdos e da certificação de excelência acadêmica. No Brasil, escolas como a Pan American School de Porto Alegre e a Graded adotam o AP como parte de sua estrutura curricular transnacional. Fonte: COLLEGE BOARD. **About AP**. Disponível em: <https://ap.collegeboard.org>. Acesso em: 07 jul. 2025.

mas produzem e reproduzem uma gramática educacional orientada por valores norte-americanos, funcionando como extensões escolares dos projetos hemisféricos de influência cultural.

O processo de criação das escolas internacionais revela um padrão de enraizamento institucional diretamente vinculado a interesses geopolíticos e estratégicos dos Estados Unidos no Brasil. Diferente das redes públicas de ensino, essas escolas consolidaram circuitos seletivos de formação simbólica, atuando sob lógicas de validação externa, seletividade linguística e adesão a currículos estrangeiros. Esse processo não foi apenas tolerado, mas em certos momentos incentivado, a partir de lacunas legislativas, estratégias diplomáticas e articulações privadas por parte das elites dominantes nos grandes centros.

O *ethos* dessas instituições, como demonstrado nas pesquisas desenvolvidas por Cantuária (2021), que aprofunda a análise sobre o campo da educação bilíngue internacional, e nas contribuições teóricas de autores como Bourdieu (1996), Ricoeur (2007) e Drucker (2014) trabalhadas neste capítulo, está estruturado sobre projetos de distinção social, formação de elites e internalização de valores liberais e meritocráticos, projetando uma identidade escolar internacionalizada que corrói os paradigmas nacionais de educação e memória.

Historicamente, o contexto brasileiro do início do século XX foi marcado por intensas transformações urbanas, pela consolidação de uma elite industrial e pelo crescimento da presença diplomática e empresarial dos Estados Unidos no país.

Conforme analisam Magalhães (2003) e Brito (2006), esse período foi também atravessado por disputas em torno da nacionalização do ensino, pela tentativa de centralização das políticas educacionais e pela formação de uma cultura escolar vinculada aos projetos de modernização do Estado brasileiro.

Tais transformações coexistiram com a emergência de instituições privadas de perfil internacional, que escapavam das diretrizes centralizadoras e funcionavam sob lógicas próprias de validação simbólica e curricular. No caso de São Paulo, a fundação da Graded School em 1920 decorreu da iniciativa de um grupo de missionários protestantes norte-americanos vinculados à Presbyterian Church⁶⁸ e de

⁶⁸ A Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) foi fundada em 1862, a partir da missão iniciada pelo norte-americano Ashbel Green Simonton em 1859, no Rio de Janeiro. Desde então, consolidou-se como a principal denominação reformada no país, com forte atuação nas áreas educacional e editorial. Sua influência se estendeu à fundação de colégios confessionais voltados às elites urbanas, cujos princípios pedagógicos dialogam com os valores da ética protestante e com práticas formativas que

empresários ligados ao setor ferroviário e industrial. Conforme registrado em seu site oficial⁶⁹, a escola nasceu visando oferecer educação norte-americana para filhos de diplomatas, missionários e executivos estrangeiros radicados na capital paulista. A consolidação da Graded como instituição de prestígio acompanha o processo de internacionalização econômica da cidade, com forte presença de empresas dos setores energético, químico e automobilístico.

A fundação da Escola Americana do Rio de Janeiro (EARJ), em 1937, insere-se em uma conjuntura distinta, porém complementar. No auge da Política de Boa Vizinhança e do estreitamento das relações Brasil–EUA durante o governo Vargas, a EARJ surge como um espaço de reforço diplomático-cultural, promovido por lideranças norte-americanas com o apoio do consulado dos EUA.

Segundo Hilton (1975) e Tota (2005), o período é marcado pela reconfiguração das relações internacionais do Brasil, com crescente influência estadunidense no campo cultural e educacional, em contraposição ao modelo europeu tradicionalmente adotado pelas elites brasileiras. Conforme descrito em sua página institucional⁷⁰, seu propósito original era atender aos filhos de diplomatas, funcionários internacionais e elites locais interessadas em um modelo de educação liberal-progressista, alinhado aos valores democráticos norte-americanos.

Ambas as instituições funcionaram como centros pedagógicos privilegiados, nos quais a língua inglesa e os currículos estrangeiros passaram a funcionar como dispositivos de distinção social e pertencimento simbólico. Sua fundação e consolidação, em paralelo à legislação educacional centralizadora do período Vargas, revelam a tensão entre a busca por uma identidade nacional e a penetração de modelos pedagógicos estrangeiros voltados às elites urbanas.

Conforme analisa Brito (2006), o projeto educacional do primeiro governo Vargas (1930-1945) visava à formação do trabalhador nacional disciplinado e à unificação do sistema escolar, mas esbarrava em obstáculos concretos para controlar instituições privadas de perfil internacional e orientação elitista.

antecedem o modelo das escolas internacionais no Brasil. Fonte: IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. **História da IPB**. Disponível em: <https://ipb.org.br/sobre-a-ipb.php>. Acesso em: 07 jul. 2025.

⁶⁹ RD – AGraded School. **History**. Disponível em: <https://graded100.com/#year-1910s>. Acesso em: 01 jul. 2025.

⁷⁰ EARJ. **Our History**. Disponível em: <https://www.earj.com.br>. Acesso em: 07 jul. 2025.

Essas escolas, ao mesmo tempo em que se expandiram com apoio diplomático e prestígio cultural, escapavam à regulação estatal, configurando um espaço autônomo de legitimação simbólica e reprodução social.

Sendo assim, ao buscar compreender os mecanismos de implantação e consolidação dessas instituições ao longo do século XX, esta tese propõe uma articulação entre arquivos históricos, dados institucionais e narrativas silenciadas que evidenciam a tensão entre o projeto nacional e os processos de americanização da brasilidade, manifestos na consolidação de currículos estrangeiros como padrão de excelência, legitimados por dispositivos de certificação internacional e estratégias de curadoria do apagamento.

5.2 Escolas internacionais e a formação de redes educacionais exógenas no Brasil (1930–1980)

A emergência das escolas internacionais no Brasil entre as décadas de 1920 e 1960 se dá em meio a um processo denso de reorganização do sistema educacional brasileiro, marcado por disputas em torno da centralização normativa, da formação docente e da definição dos marcos pedagógicos nacionais. Iniciativas como a Reforma Francisco Campos (1931) e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)⁷¹ simbolizavam um esforço de institucionalização da educação pública e laica, mas conviviam com profundas contradições estruturais e disputas políticas.

Em meio a esse cenário, surgiram escolas internacionais vinculadas a redes de colaboração estrangeiras — em especial, estadunidenses — que escapavam aos marcos legais e operavam com relativa autonomia frente ao projeto nacional. Impulsionadas pelo prestígio diplomático-cultural dos Estados Unidos e pela inexistência de regulamentações específicas para instituições internacionais, essas escolas consolidaram-se como espaços de distinção simbólica e de exaltação de elites transnacionais, deslocando o debate educacional para além das fronteiras curriculares nacionais.

⁷¹ O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi um documento publicado em 1932, assinado por 26 intelectuais brasileiros, entre eles Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, que propunham uma escola pública, laica, gratuita e obrigatória, baseada nos princípios do movimento escolanovista. Sua publicação representou uma das primeiras tentativas sistematizadas de formular um projeto nacional de educação modernizadora e democrática. Disponível em: O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

A Reforma Francisco Campos (1931) representou um marco relevante na tentativa de racionalizar o sistema educacional brasileiro, definindo currículos, institucionalizando normas e introduzindo uma lógica de centralização estatal da educação. Como analisa Sueli Menezes Pereira no artigo “*As reformas educacionais na década de 1920 no Brasil e as políticas de formação de professores primários*” (2022), esse movimento se articulava a um projeto de modernização nacional que, embora ambicioso, encontrava dificuldades práticas para regulamentar ou interferir na expansão de instituições privadas de matriz internacional. Autores como Brito (2006) e Magalhães (2003) ressaltam que o controle sobre escolas estrangeiras era praticamente inexistente, abrindo brechas legais que permitiram a consagração simbólica dessas redes por fora dos marcos regulatórios nacionais.

A fundação da Graded em 1920, ainda anterior à estruturação normativa do Ministério da Educação, e da EARJ em 1937, em plena ascensão da diplomacia cultural estadunidense, são exemplos emblemáticos de como essas instituições foram se consolidando como espaços de prestígio, pertencimento e distinção simbólica à margem do projeto educacional brasileiro.

Como evidencia o quadro a seguir, escolas como a Graded School (1920) e a EARJ (1937) surgiram em momentos nos quais o Estado brasileiro ainda estruturava suas bases legais e administrativas para a educação básica. A ausência de dispositivos normativos para instituições internacionais, combinada ao prestígio diplomático-cultural dos Estados Unidos no contexto da Política de Boa Vizinhança, favoreceu a consolidação dessas escolas como núcleos de formação de elites urbanas e de difusão do *American Way of Life*.

Quadro 13 – Escolas internacionais e legislação educacional brasileira (1920–1966)
(continua)

Escola	Fundação	Legislação Brasileira Vigente
Graded (São Paulo)	1920	Reformas da década de 1920 (Francisco Campos)
EARJ (Rio de Janeiro)	1937	Constituição de 1934 e Decreto-Lei nº 378/1937
ICBNA (Porto Alegre)	1938	Constituição de 1934
Chapel School (São Paulo)	1947	Constituição de 1946
EAC (Campinas)	1956	Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942)

Quadro 13 – Escolas internacionais e legislação educacional brasileira (1920–1966)
(conclusão)

Escola	Fundação	Legislação Brasileira Vigente
EABH (Belo Horizonte)	1956	Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942)
EAR (Recife)	1957	Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942)
ISC (Curitiba)	1959	Reformas do Ensino Médio (1953–1959)
PASB (Salvador)	1960	Reformas do Ensino Médio (1953–1959)
EAB (Brasília)	1961	LDB nº 4.024/1961
PASPOA (Porto Alegre)	1966	LDB nº 4.024/1961

Fonte: Autoria própria, com base em dados institucionais e cronologia do MEC (2025).

A análise dos dados acima permite observar que a fundação das escolas internacionais no Brasil não se deu de forma aleatória, mas coincidiu com momentos-chave da reestruturação legal e institucional do sistema educacional brasileiro.

A fundação da Graded School em 1920, por exemplo, antecede qualquer marco regulatório formal do sistema educacional brasileiro, identificada por sua própria página institucional como a primeira escola internacional americana no país, fundada por missionários presbiterianos com apoio do corpo diplomático dos Estados Unidos no contexto da Primeira República⁷².

Conforme registro da American Chamber of Commerce de São Paulo sobre as doações corporativas realizadas para sua fundação, precede a própria criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), sendo um indicativo da presença precoce de interesses norte-americanos na conformação de uma elite escolarizada em moldes exógenos. Esse dado revela a fragilidade da regulação estatal naquele momento e antecipa o tipo de protagonismo simbólico que essas instituições desempenhariam.

⁷² GRADED SCHOOL. **History**. Disponível em: <https://graded100.com/#year-1910s>. Acesso em: 01 jul. 2025

Figura 21 – Lista de doações corporativas realizadas para manutenção da Graded School no início do século XX

AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE OF S. PAULO 25	
<i>American Chamber of Commerce of S. Paulo</i>	
List of Donations towards upkeep of the São Paulo Graded School	
Anonymous	2 000 000
Cia. Armour do Brazil	1 300 000
Continental Products Company	1 000 000
National City Bank of New York	1 000 000
Byington & Company	1 000 000
Soc. Industrial e de Automóveis «Bom Retiro»	1 000 000
São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd.	1 000 000
Singer Sewing Machine Company	1 000 000
Standard Oil Company of Brazil	1 000 000
Burroughs Adding Machine Comp.	1 000 000
Royal Bank of Canada	500 000
General Electric Company	500 000
L. Platt	500 000
Amount transferred from «Building Funds»	6 168 429
<i>Less</i> Amount subscribed to «Building Funds» by the School, Com- tee, July 12th, 1921	500 000
	5 668 429
	Totals 12 836 858

Fonte: American Chamber of Commerce of São Paulo (1920).

Nos anos seguintes, mesmo com a promulgação da Constituição de 1934 e a criação do Conselho Nacional de Educação em 1931, observa-se a fundação de novas escolas internacionais em capitais estratégicas, como a Escola Americana do Rio de Janeiro (1937) e a Escola Americana de Recife (1957), justamente no bojo de reformas nacionalistas impulsionadas pelo governo Vargas.

Esses eventos indicam que a legislação brasileira, ainda em consolidação, foi incapaz de conter o avanço de instituições que, embora privadas, articulavam-se a projetos diplomáticos e a estratégias de *soft power* cultural. A coexistência de tais escolas com marcos legais como a Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942)⁷³ ou a própria LDB (1961)⁷⁴ escancara a assimetria regulatória entre o ensino nacional e os dispositivos pedagógicos legitimados internacionalmente.

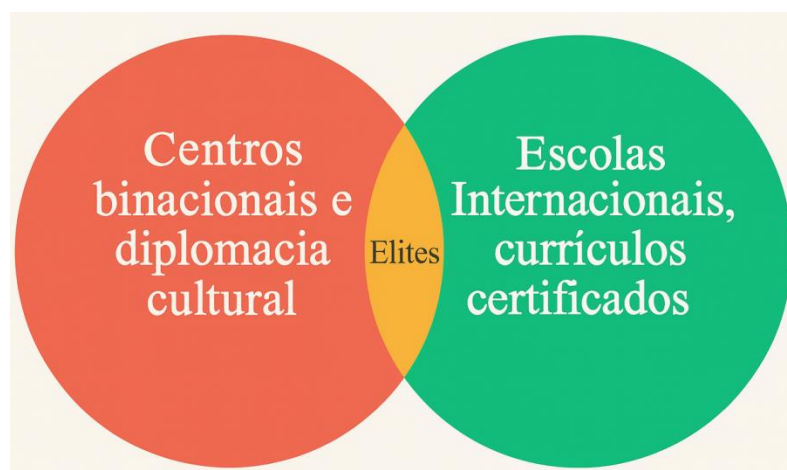
⁷³ A Lei Orgânica do Ensino Secundário, instituída pelo Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942, durante o governo de Getúlio Vargas, consolidou a estrutura do ensino médio brasileiro com base nos modelos europeus, especialmente o francês. Organizou o ensino em dois ciclos (ginasial e colegial), conferindo à formação humanista e clássica um papel central na reprodução das elites. A legislação teve forte impacto nas escolas confessionais e particulares da época, mas contrastava com os modelos pedagógicos das escolas internacionais emergentes no Brasil, que adotavam estruturas curriculares norte-americanas. Fonte: BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Secundário. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília–DF, 11 abr. 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414303-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 jul. 2025.

⁷⁴ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1961 (Lei n. 4.024/61), estabeleceu o primeiro marco legal estruturado para o sistema educacional

Esse panorama evidencia que as escolas internacionais se consolidaram como estruturas paralelas ao sistema educacional brasileiro, usufruindo da ambiguidade jurídica e da leniência institucional. Em vez de se integrarem aos esforços de nacionalização da educação, essas instituições formam uma rede alternativa, com difusão de valores estrangeiros e sustentada por elites locais que buscavam distinção social e acesso a circuitos internacionais de formação.

A análise da formação das escolas internacionais, portanto, contribui para reforçar a hipótese central da tese: a existência de redes de colaboração norte-americanas no campo cultural e educacional. Para representar visualmente essas camadas de influência, apresenta-se um diagrama de Venn que distingue duas etapas principais dessas redes: a primeira, cultural, voltada aos centros binacionais e às práticas de diplomacia cultural a partir da década de 1930; e a segunda, educacional, com ênfase nas escolas internacionais, certificações curriculares e validação institucional por meio de redes de prestígio. Em ambas, as elites locais e intelectuais aparecem como nodos ativos de circulação simbólica e política, ora como promotores, ora como beneficiários dos modelos exógenos.

Figura 22 – Diagrama de Venn: Camadas das Redes de Colaboração EUA–Brasil



Fonte: Autoria própria, com base nos dados da tese (2025).

brasileiro após a Constituição de 1946. Inspirada em princípios democráticos e na valorização do ensino público, a LDB de 1961 introduziu maior flexibilidade curricular e abriu caminho para o reconhecimento de diferentes modalidades de ensino, incluindo o técnico e o particular. A despeito disso, as escolas internacionais continuaram a operar à margem da estrutura normativa nacional, mantendo currículos próprios baseados em modelos externos e legitimados por agências internacionais. Fonte: BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília–DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-357918-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 07 jul. 2025.

A leitura do diagrama permite visibilizar que as escolas internacionais não surgem isoladamente, mas como continuidade de um processo já estabelecido de penetração cultural e diplomática, que tem nos centros binacionais seu marco inicial. À medida que essas escolas se consolidam, surgem mecanismos mais sofisticados de controle e exaltação simbólica, como os sistemas de certificação internacional, que agiram como instrumentos de pertencimento institucional e exclusão pedagógica. Tais certificações passam a funcionar como ferramentas de estratificação global, articulando redes de validação externa que tendem a sufocar as políticas educacionais nacionais e deslocar o eixo do currículo para fora do território brasileiro.

A formação de escolas internacionais ao longo do século XX ocorreu à margem das reformas estruturais da educação brasileira, refletindo a tensão entre o projeto de nacionalização do ensino e os interesses das redes de colaboração exógenas. A supracitada fundação da Graded (1920), ainda durante a Primeira República, precede a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), revelando a atuação precoce de redes diplomáticas norte-americanas no campo educacional.

A Reforma Francisco Campos (1931)⁷⁵, ao sistematizar o ensino secundário e criar normas para formação docente, procurou racionalizar a estrutura nacional de ensino. Contudo, conforme analisa Pereira (2022), tais reformas careciam de mecanismos para controle sobre escolas estrangeiras, o que possibilitou a consolidação de instituições com currículos próprios e forte respaldo diplomático.

A Constituição de 1934 e a criação do Conselho Nacional de Educação tentaram reforçar a centralização, mas a promulgação do Decreto-Lei n.º 378/1937 evidenciou o foco do governo Vargas na criação de uma identidade pedagógica nacional — esforço limitado pela presença de instituições internacionais em grandes

⁷⁵ A chamada Reforma Francisco Campos, instituída pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, marcou a centralização do sistema educacional brasileiro no início da Era Vargas. Elaborada por Francisco Campos, então Ministro da Educação e Saúde Pública, a reforma reorganizou o ensino secundário com forte inspiração nos modelos europeus, estabelecendo currículos rígidos e hierarquizados, com foco na formação das elites intelectuais. Essa reforma institucionalizou o controle estatal sobre os currículos e o reconhecimento de diplomas, criando um contraste com a lógica curricular mais flexível e internacionalizada adotada pelas escolas internacionais emergentes naquele período. Fonte: BRASIL. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931**. Reorganiza o ensino secundário no Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro—RJ, 22 abr. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-506887-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 jul. 2025.

centros urbanos, como a Graded em SP e a EARJ no RJ, que atuavam fora dos marcos regulatórios nacionais.

Ao longo do pós-guerra, escolas internacionais vinculadas a redes de colaboração norte-americanas expandiram sua presença no Brasil, instaurando currículos que escapavam à legislação nacional e consolidaram-se como espaços de consagração simbólica de elites regionais. Apesar do arcabouço jurídico estabelecido, tais instituições mantiveram-se alheias à fiscalização direta, protagonizando uma pedagogia alternativa sustentada por capitais culturais estrangeiros.

Note-se que a adesão a esses espaços não se dava apenas pela filiação institucional, mas por sua função estratégica de pertencimento a quadros sociais específicos — elites urbanas, diplomáticas e intelectuais — cujas trajetórias se articulavam aos mecanismos de distinção e consagração simbólica, tal como descrito por Bourdieu (1998) em sua teoria do poder simbólico. A estrutura dessas escolas, seus conselhos diretivos, seus projetos pedagógicos e suas redes de financiamento constituíam zonas de sombra (Pollak, 1989), nas quais a memória institucional era produzida seletivamente, promovendo a curadoria do apagamento nas narrativas locais e relacionadas à brasilidade.

Ao articular a memória dessas instituições com os marcos normativos da educação brasileira e com os referenciais da tese, evidencia-se a persistência da ampliação de uma rede educacional paralela, legitimada por processos de certificação externa e sustentada por estruturas de poder simbólico que se reproduzem por meio da escolarização seletiva.

Esses quadros sociais, nos termos de Halbwachs (1990), atuam como matriz de pertencimento e de interpretação do mundo, formando repertórios identitários alinhados a valores exógenos e contribuindo para a obliteração das referências educacionais brasileiras. A tese, ao recorrer às ferramentas das humanidades digitais, mapeia essas ausências, problematizando a aparente neutralidade institucional dessas escolas e revelando as camadas de silenciamento e exclusão que compõem seu “arquivo vivo” e inexplorado.

5.3 Currículos internacionais e certificações: a arquitetura simbólica das redes de colaboração norte-americanas

A consolidação das escolas internacionais no Brasil ao longo do século XX não pode ser compreendida apenas como resultado da criação de instituições em centros urbanos estratégicos, mas deve ser analisada como parte de um projeto mais amplo de estruturação simbólica, cultural e educacional das elites.

Trata-se da constituição de um campo privilegiado de formação e distinção, sustentado por um conjunto de dispositivos curriculares e diplomáticos que legitimaram, ao longo do tempo, o pertencimento a redes transnacionais de prestígio. Neste processo, os currículos internacionais e os sistemas de certificação surgem como instâncias fundamentais na construção de uma nova gramática escolar, desvinculada dos parâmetros nacionais e estruturada por valores, lógicas e interesses exógenos. Como demonstram Thiesen (2017) e Leask (2015), a internacionalização dos currículos é marcada por uma lógica de mercado e por um conjunto de discursos que naturalizam a superioridade epistemológica dos modelos anglófonos, transformando-os em referência universal. Tais dispositivos curriculares incorporam e reproduzem valores associados ao *American way of life*, estabelecendo trajetórias educacionais desejáveis que articulassem mobilidade internacional, distinção simbólica e exclusão.

Ao contrário de propostas voltadas ao diálogo intercultural, essas redes reafirmam posições hierárquicas no sistema educativo global, com forte aderência ao perfil socioeconômico das elites regionais. A escola internacional, nesse contexto, torna-se espaço de circulação de capital simbólico transnacional, operando como elo estratégico das redes de colaboração norte-americanas com foco na formação de elites cosmopolitas e na reafirmação de valores hegemônicos sob a lógica da diplomacia cultural.

Como indicam Aguiar (2009) e Alencar Barbosa (2022), a internacionalização curricular nas escolas de elite se articula entre os processos de discriminação e exclusão, sustentados por certificações que funcionam como símbolos de legitimidade e prestígio. Tal estrutura é reafirmada pela adesão a programas como IB, AP e Cognia, que reproduzem uma gramática escolar embasada na lógica do *American way of life*, conforme também evidenciado por Thiesen (2017) e Leask (2015).

A emergência e o posterior estabelecimento das escolas internacionais no Brasil, especificamente a partir das décadas de 1920 e 1930, não pode ser dissociada dos silenciamentos historiográficos que marcam a ausência de tais instituições nos principais balanços da história da educação nacional. Conforme problematizado por Pollak (1989), as zonas de sombra não são omissões neutras, mas expressam escolhas conscientes sobre o que deve ser lembrado ou esquecido.

A atuação de entidades como a American Chamber of Commerce (Amcham) na fundação de escolas como a Graded School (1920) e a EARJ (1937), embora documentada em fontes institucionais das escolas, permanece à margem das narrativas oficiais, revelando o processo de apagamento dos vetores geopolíticos que sustentaram a disseminação do modelo educacional norte-americano.

Essas instituições foram fundadas em momentos históricos de profunda transformação do sistema educacional brasileiro, muitas vezes precedendo legislações estruturantes como a criação do Ministério da Educação (1930)⁷⁶, o Decreto-Lei n.º 378 (1937)⁷⁷ e a Lei de Diretrizes e Bases (1961)⁷⁸. Por conseguinte,

⁷⁶ O Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado em 14 de novembro de 1930, por meio do Decreto nº 19.402, como parte das primeiras medidas do governo provisório de Getúlio Vargas. A medida marcou a institucionalização do Estado na condução das políticas educacionais e sanitárias, substituindo o antigo Ministério da Justiça e Negócios Interiores na gestão dessas áreas. A criação do ministério simboliza o início da centralização do sistema educacional brasileiro, condição que impactaria diretamente na estrutura do ensino secundário e universitário nas décadas seguintes. Fonte: BRASIL. **Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930**. Cria o Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro–RJ, 15 nov. 1930. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-506857-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 jul. 2025.

⁷⁷ O Decreto-Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, promulgado ainda no contexto da Era Vargas, regulamentou a organização do ensino superior no Brasil, estabelecendo normas para a constituição das universidades. Essa legislação reforçou o modelo centralizador do Estado Novo, vinculando diretamente os currículos, a supervisão e o reconhecimento dos cursos ao poder federal. O decreto representa um marco na institucionalização da universidade brasileira, subordinando sua estrutura às diretrizes do nacional-desenvolvimentismo e restringindo iniciativas autônomas de formação superior. Fonte: BRASIL. **Decreto-Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dispõe sobre a organização das universidades brasileiras. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro–RJ, 14 jan. 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-378-13-janeiro-1937-413257-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 jul. 2025.

⁷⁸ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 1961 (Lei nº 4.024), foi a primeira tentativa sistemática de organizar a educação brasileira em âmbito nacional. Seu texto definiu níveis e modalidades de ensino, autonomia relativa das instituições privadas e públicas, e ampliou a participação do setor privado na oferta educacional. Apesar de representar um avanço normativo, a LDB de 1961 manteve distanciamento em relação às práticas e currículos das escolas internacionais, que seguiram operando com forte vínculo às estruturas diplomáticas e certificadoras estrangeiras. Fonte: BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília–DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-357918-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 07 jul. 2025.

sua existência não representava apenas uma alternativa pedagógica, mas uma forma concreta de pressionar o projeto nacional de educação pública.

Suas estruturas de poder, composição de conselhos e vínculos diplomáticos demonstram que agiam como núcleos de validação simbólica, acessíveis apenas a quadros sociais específicos — elites urbanas, diplomáticas e intelectuais — cujo pertencimento se dava não apenas por critérios pedagógicos, mas por redes de influência, capital cultural e distinção simbólica.

A expansão dessas redes educacionais exógenas foi acompanhada por um processo de validação institucional via certificações internacionais, já mencionadas anteriormente. Programas como o International Baccalaureate (IB), o Advanced Placement (AP) e as creditações da Cognia passaram a funcionar como mecanismos de chancela curricular, deslocando o eixo formativo para fora dos marcos regulatórios brasileiros. Como analisa Thiesen (2017), as certificações assumem dupla função: formam e selecionam, ao mesmo tempo, em que atribuem valor simbólico às trajetórias escolares de seus estudantes. Ao certificarem escolas e programas, tais organismos constroem também a imagem de excelência associada a determinados modelos educacionais, legitimando-os como padrão desejado.

A atuação dessas certificadoras internacionais deve ser compreendida não apenas como reconhecimento de qualidade, mas como instrumento de mercado. Como analisa Leask (2015), a internacionalização dos currículos pode ser impulsionada por múltiplas motivações, incluindo pressões de mercado, políticas institucionais e interesses comerciais, o que revela a mercantilização do conhecimento e a transformação do currículo em objeto de consumo simbólico.

As escolas internacionais, ao aderirem a essas certificações, adquirem um selo de prestígio que passa a funcionar como passaporte acadêmico e símbolo de pertencimento elitizado. Essa lógica comercial revela a transformação da escola em espaço de consumo simbólico, em que a certificação não apenas valida, mas também diferencia, hierarquiza e exclui.

Por outro lado, a escassez de estudos sobre a *Amcham*⁷⁹, Centros Binacionais, Escolas Internacionais, instituições de acreditação internacional, currículos, programas denuncia um campo de pesquisa ainda pouco explorado. A naturalização da presença de uma rede com essa extensão e a ausência de uma problematização crítica sobre sua influência educacional reflete um processo de apagamento institucional em série, no qual as relações de poder são mascaradas por discursos de eficiência, excelência e internacionalização. Como afirma Pollak (1989), o esquecimento é sempre socialmente construído, e neste caso, serve para encobrir as articulações entre mercado, diplomacia e formação de elites.

Com efeito, a internacionalização das escolas mapeadas nesta pesquisa não se expressa apenas por seus currículos e vínculos diplomáticos, mas também pelas certificações e acreditações que legitimam seu pertencimento a redes educacionais globais. O Quadro 12 organiza os dados mais recentes sobre as certificações oficiais adotadas pelas principais escolas internacionais em atividade no Brasil, evidenciando a atuação de agências como o International Baccalaureate Organization (IBO), a Cognia, o College Board, o Council of International Schools (CIS), a NEASC e a AdvancED. Essas credenciais operam como dispositivos de consagração institucional, assegurando reconhecimento transnacional, padronização curricular e *status* simbólico perante o campo educacional global.

Quadro 14 – Certificações e Acreditações das Escolas Internacionais Brasileiras
(continua)

Escola Internacional	Cidade	Fundação	Certificações / Acreditações	Instituições Certificadoras
Graded School	São Paulo	1920	IB, Cognia, CIS	IBO, Cognia, Council of Int'l Schools
EARJ – Escola Americana do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1937	IB, Cognia, NEASC	IBO, Cognia, NEASC
EABH – Belo Horizonte	Belo Horizonte	1956	AP, Cognia	College Board, Cognia

⁷⁹ A Amcham Brasil – Câmara Americana de Comércio para o Brasil foi fundada em 1919, no contexto da intensificação das relações comerciais e diplomáticas entre Estados Unidos e Brasil. Inicialmente voltada ao setor empresarial, a Amcham expandiu suas atividades nas décadas seguintes, atuando como ponte entre empresas multinacionais, agências diplomáticas e políticas de internacionalização. Durante a Guerra Fria, suas ações dialogaram com a diplomacia econômica norte-americana e com a lógica da boa vizinhança, incluindo o apoio indireto a iniciativas educacionais, culturais e de formação de lideranças empresariais alinhadas a valores liberais e norte-americanos. Fonte: AMCHAM BRASIL. **História da Amcham**. Disponível em: <https://www.amcham.com.br/sobre/historia>. Acesso em: 07 jul. 2025.

Quadro 14 – Certificações e Acreditações das Escolas Internacionais Brasileiras (conclusão)

Escola Internacional	Cidade	Fundação	Certificações / Acreditações	Instituições Certificadoras
Chapel School	São Paulo	1957	IB, Cognia	IBO, Cognia
PASB – Pan American School of Bahia	Salvador	1960	IB, Cognia	IBO, Cognia
ISC – International School of Curitiba	Curitiba	1959	Cognia, AP	Cognia, College Board
EAC – Escola Americana de Campinas	Campinas	1956	IB, Cognia, AdvancED	IBO, Cognia, AdvancED
PAS POA – Pan American School POA	Porto Alegre	1966	IB, Cognia, NEASC	Cognia, NEASC

Fonte: Autoria própria, com base nos dados institucionais das escolas (2025). As certificações e creditações estão sujeitas as mudanças conforme processos internos de revalidação, renovação ou desligamento voluntário de filiação por parte das instituições, ou das certificadoras internacionais.

A análise do quadro acima revela que o predomínio de certificações como IB, AP e Cognia confirma a adesão das escolas a uma lógica de validação internacional baseada em parâmetros externos ao sistema educacional brasileiro. Esse processo reforça a formação de elites simbólicas que transitam por circuitos de prestígio educacional vinculados às redes norte-americanas e europeias de ensino.

As certificações funcionam, portanto, como marcas de pertencimento transnacional e funcionam também como instrumentos de exclusão simbólica, ao estabelecer barreiras linguísticas, econômicas e curriculares para acesso a esse modelo. A volatilidade das certificações, sujeitas à renovação periódica ou desligamento por parte das instituições, reforça ainda mais a fluidez e a seletividade do campo educacional internacional, em contraste com as normas da legislação educacional brasileira.

Tais certificações se consolidam como verdadeiros “passaportes acadêmicos” rumo ao ensino superior internacional, especialmente às universidades norte-americanas. Este fenômeno consolida uma nova lógica de circulação educacional, distinta daquela promovida pelos centros binacionais no século XX, os quais priorizavam programas de intercâmbio cultural e ensino de inglês como instrumento diplomático. Ao serem comparadas as ofertas formativas dessas duas redes — os centros binacionais e as escolas internacionais — evidencia-se um deslocamento da lógica da diplomacia cultural para a da legitimação educacional e mercadológica. Na próxima seção, será aprofundada a análise dessas certificações a partir de dados comparativos e representações visuais, problematizando como essas instâncias

atuam como eixos estruturantes das redes educacionais norte-americanas no Brasil e evidenciando suas implicações simbólicas, pedagógicas e sociais.

O quadro 13 apresenta um comparativo analítico entre os centros binacionais e as escolas internacionais, dois dispositivos centrais das redes de colaboração cultural e educacional entre Brasil e Estados Unidos ao longo do século XX. Embora compartilhem origens vinculadas à diplomacia hemisférica e à lógica da americanização simbólica, essas instituições assumem papéis distintos e complementares na formação de elites locais e na difusão de repertórios culturais transnacionais.

O quadro sintetiza diferenças estruturais e funcionais quanto à finalidade, modelo de gestão, instrumentos de prestígio, públicos-alvo e vínculos com o ensino superior, revelando o processo de sofisticação das estratégias de influência estadunidense no campo educacional brasileiro.

Quadro 15 – Comparativo entre Centros Binacionais e Escolas Internacionais

Aspecto	Centros Binacionais	Escolas Internacionais
Finalidade Principal	Diplomacia cultural e ensino de inglês	Educação básica com currículos internacionalizados
Período de Expansão	Décadas de 1930–1980	Décadas de 1920–atualidade
Instrumentos de Prestígio	Programas de intercâmbio, testes de proficiência, bibliotecas americanas	Certificações IB, AP, SAT, DP
Público-Alvo	Estudantes de classe média e elites regionais	Filhos de diplomatas, expatriados e elites locais
Vínculo com Ensino Superior	Parcerias com universidades via intercâmbio cultural	Preparação e currículo internacional para universidades estrangeiras
Eixos Culturais	Promoção do <i>American way of life</i> e <i>soft power</i>	Internalização simbólica de valores anglo-americanos
Certificações	Ausência de certificação formal internacional	Certificações formais e creditações internacionais
Relação com o Estado	Parcerias diplomáticas, apoio consular e decretos de utilidade pública municipal e estadual.	Autonomia curricular com validação internacional e atualmente nacional.
Modelo de Gestão	Associações binacionais (sem fins lucrativos)	Instituições privadas, sem fins lucrativos, com fins educacionais e conexões com universidades dos EUA.

Fonte: Autoria própria, com base nos dados institucionais das escolas (2025).

A leitura comparativa reforça a hipótese de que as redes de colaboração norte-americanas evoluíram de uma atuação centrada na diplomacia cultural — representada pelos centros binacionais — para uma configuração mais complexa,

ancorada em mecanismos de consagração educacional formal, como nas escolas internacionais. Se os centros binacionais operavam como espaços de mediação simbólica e difusão do *American way of life* por meio de programas de intercâmbio, testes de proficiência e bibliotecas, as escolas internacionais incorporam e expandem essa lógica por meio de certificações globalmente reconhecidas (IB, AP, SAT), autonomia curricular e alinhamento direto com universidades estrangeiras. Esse deslocamento evidencia um reposicionamento estratégico: da diplomacia cultural para a elitização mercadológica da educação, com efeitos profundos sobre a constituição de elites simbólicas e sobre os debates em torno da brasilidade, da soberania pedagógica e do pertencimento nacional.

A análise dos dados acima reforça a tese de que as redes de colaboração norte-americanas se sofisticaram ao longo do tempo, migrando de instrumentos de diplomacia cultural para estratégias de legitimação educacional com base mercadológica. Indubitavelmente, as escolas internacionais assumem, nesse contexto, um papel ampliado de formação de elites simbólicas e de produção de trajetórias escolares alinhadas a lógicas globais. O modelo de certificação e a autonomia curricular revelam-se como dispositivos centrais desse processo, ampliando as zonas de distinção social e silenciando o debate sobre brasilidade, pertencimento e educação nacional.

5.4 Arquiteturas fundadoras, associações transnacionais e redes de prestígio: uma leitura crítica via Humanidades Digitais

A compreensão do processo de formação das redes de escolas internacionais no Brasil exige mais do que a análise de sua cronologia institucional ou de suas conexões diplomáticas. Revela-se indispensável o mapeamento crítico e a problematização dessas instituições, à semelhança do que foi realizado com os centros binacionais, a fim de explicitar as camadas simbólicas, geográficas e políticas que sustentam sua consolidação.

A ausência quase absoluta de produções acadêmicas sobre o tema — conforme indicado por Cantuária (2022) e Thiesen (2024) — escancara o silenciamento historiográfico e revela a necessidade de explorar metodologias alternativas — como as análises lexicais, a escavação dos quadros fundadores e a

investigação documental em portais institucionais — para compor um panorama mais denso e crítico dessas redes de colaboração educacional.

Ao longo desta seção, serão analisados os dados coletados a partir do banco de dados desenvolvido ao longo da tese e fontes institucionais das escolas internacionais, evidenciando nomes de fundadores, datas de criação, vínculos com associações internacionais, além de trechos das declarações de missão e valores institucionais. Os discursos analisados foram submetidos a um processo de leitura distante (*distant reading*), com o apoio das ferramentas das humanidades digitais (Drucker, 2014), permitindo extrair padrões discursivos relacionados à consagração simbólica, à construção de autoridade pedagógica e à produção de sentido sobre-excelência, cidadania global e distinção internacional.

A análise das escolas fundadas entre 1920 e 1966 — período estratégico para o fortalecimento da diplomacia cultural e das redes de colaboração norte-americanas — demonstra a prevalência de um modelo de instituição de elite, frequentemente criado por expatriados ligados ao corpo diplomático, à iniciativa privada ou a missões protestantes. A Graded School (1920), por exemplo, foi estabelecida por empresários e diplomatas dos EUA em São Paulo, consolidando-se como polo de ensino bilíngue voltado para a elite paulistana.

A Graded School (1920), por exemplo, foi estabelecida por empresários e diplomatas dos EUA em São Paulo, consolidando-se como polo de ensino bilíngue voltado para a elite paulistana⁸⁰. A Escola Americana do Rio de Janeiro (EARJ)⁸¹, fundada em 1937, articula missionários presbiterianos e lideranças diplomáticas no auge da Política de Boa Vizinhança.

A Escola Americana de Campinas (1956)⁸² surge impulsionada por famílias da IBM e empresas multinacionais. A Escola Americana de Belo Horizonte (1956)⁸³ e a Pan American School de Recife (1957)⁸⁴ mantêm vínculos com o USIS e igrejas protestantes. A Escola Internacional de Curitiba (1959)⁸⁵ foi estruturada a partir de alianças entre diplomatas norte-americanos, famílias de expatriados e educadores internacionais, refletindo os interesses da comunidade consular instalada na região.

⁸⁰ GRADED. **Nossa história**. Disponível em: <https://graded100.com/#year-1920>. Acesso em: 1 jul. 2025.

⁸¹ EARJ. **History**. Disponível em: <https://www.earj.com.br/history/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

⁸² EAC. **Our History**. Disponível em: <https://eac.com.br/eachistory/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

⁸³ PASB. **Nossa História**. Disponível em: <https://eabh.com.br/historia/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

⁸⁴ EAR. **History**. Disponível em: <https://ear.com.br/pt-br/about-us/history/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

⁸⁵ EAC. **Our History**. Disponível em: <https://eac.com.br/eachistory/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

A Pan American School of Bahia (1960)⁸⁶, por sua vez, teve sua gênese vinculada ao corpo diplomático e à presença empresarial norte-americana em Salvador, enquanto a Escola Americana de Brasília (1961)⁸⁷ nasce no bojo da construção da nova capital, articulando a presença da embaixada dos Estados Unidos e quadros técnicos do corpo diplomático.

Já a Pan American School de Porto Alegre (1966)⁸⁸, cuja fundação contou com a participação de membros da comunidade diplomática e empresarial norte-americana, incluindo o professor John Thomas Murdock, ambos vinculados à UFRGS, destaca-se por sua inserção precoce no circuito de internacionalização e pelas conexões estabelecidas com o corpo diplomático.

Ainda, segundo o livro comemorativo da instituição, publicado em 2017, o Dr. Murdock, Ph.D. em Ciências do Solo pela Universidade de Wisconsin-Madison, foi o responsável por implantar a Área de Concentração de Solos na pós-graduação da Faculdade de Agronomia da UFRGS, sendo posteriormente homenageado com o título de Doutor Honoris Causa pela universidade local⁸⁹. Esses dados, obtidos nos sites institucionais das escolas e cotejados com o banco de dados da pesquisa, reiteram o papel das elites e das redes transnacionais na conformação do campo educacional privado internacional no Brasil. No quadro a seguir, sistematizam-se as principais informações obtidas por meio da leitura das fontes institucionais, documentos de fundação e missões escolares das instituições analisadas:

Quadro 16 – Fundadores, Discursos Institucionais e Associações Internacionais das Escolas Internacionais Brasileiras (continua)

Escola	Ano	Fundadores	Termos-Chave da Missão	Associações Internacionais
Graded (SP)	1920	Diplomatas e empresários norte-americanos	Excellence, Leadership, Global Citizens	IBO, Cognia, AMISA, AASB
EARJ (RJ)	1937	Missionários protestantes, consulado dos EUA	Lifelong Learners, Respect, Integrity	IBO, Cognia, AMISA, AASB
EAC (Campinas)	1956	Famílias da IBM, comunidade empresarial internacional	Critical Thinking, Responsibility, Innovation	IBO, Cognia, AMISA, AASB

⁸⁶ EAB. **History**. Disponível em: <https://www.eabdf.br/who-we-are/history>. Acesso em: 1 jul. 2025.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ PASPOA. **History**. Disponível em: <https://pt-br.panamerican.com.br/about/history>. Acesso em: 1 jul. 2025.

⁸⁹ PAN AMERICAN SCHOOL DE PORTO ALEGRE. **Livro Comemorativo 50 Anos**. Porto Alegre: PASPOA, 2017.

Quadro 16 – Fundadores, Discursos Institucionais e Associações Internacionais das Escolas Internacionais Brasileiras (conclusão)

Escola	Ano	Fundadores	Termos-Chave da Missão	Associações Internacionais
EABH (Belo Horizonte)	1956	USIS, comunidade protestante, expatriados	Excellence, Integrity, Respect, Global Citizenship	IBO, Cognia, AMISA, AASB
EAR (Recife)	1957	USIS, missionários, comunidade internacional	Compassion, Lifelong Learning, Global Mindedness	IBO, Cognia, AMISA, AASB
ISC (Curitiba)	1959	Diplomatas, famílias americanas, educadores internacionais	Innovation, Leadership, Global Perspective	IBO, Cognia, AMISA, AASB
PASB (Salvador)	1960	Diplomatas, empresários norte-americanos	Integrity, Global Citizenship, Responsibility	IBO, Cognia, AMISA, AASB
EAB (Brasília)	1961	Corpo diplomático, comunidade internacional	Excellence, Lifelong Learning, Diversity	IBO, Cognia, AMISA, AASB
PASPOA (Porto Alegre)	1966	Diplomatas, empresas multinacionais, famílias americanas	Lifelong Learning, Diversity, Citizenship	IBO, Cognia, AMISA, AASB

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados institucionais e análises digitais (2025).

O levantamento sistemático dos dados acima permite visualizar a formação de um campo educacional marcado pela presença de elites transnacionais e pela consolidação de redes de prestígio marcadas pela influência norte-americana. As escolas analisadas não surgiram como instituições isoladas ou desprovidas de vínculos ideológicos: foram arquitetadas por sujeitos vinculados à diplomacia, à elite empresarial estadunidense, a organismos protestantes e a estruturas de poder cultural internacional. Neste âmbito, a formação de quadros sociais altamente seletivos, já destacada por Halbwachs (2006), constitui a base simbólica sobre a qual essas instituições fundaram sua autoridade pedagógica. A análise histórica revela uma sobreposição entre os momentos de consolidação legislativa da educação brasileira e o enraizamento desses projetos educacionais, cuja lógica de funcionamento esteve voltada à reprodução de valores, símbolos e repertórios oriundos do *American Way of Life*, conforme discutido no Capítulo I.

Nesse sentido, a triangulação dos dados fornece subsídios empíricos e documentais que corroboram as hipóteses da tese: as redes de colaboração norte-americanas configuraram, ao longo do século XX, não apenas espaços de disseminação cultural, mas também instâncias de exaltação educacional,

sustentadas por capital simbólico (Bourdieu, 1998) e por estruturas associativas exógenas como Cognia, AMISA, AASB e IBO.

Além disso, a presença reiterada de termos como *global citizenship*, *excellence* e *leadership* nas declarações de missão institucional evidencia o compromisso dessas escolas com uma pedagogia da distinção, que legitima determinados repertórios culturais, enquanto silencia narrativas locais, nacionais ou contra-hegemônicas. Também, a ausência de referência à cultura brasileira nos discursos institucionais, já observada em Cantuária (2022), ilustra as zonas de sombra descritas por Pollak (1989), nas quais memórias oficiais e currículos institucionalizados ocultam conflitos, tensões e resistências. Os dados sistematizados, portanto, não são apenas um inventário descritivo, mas um instrumento analítico de leitura crítica dessas arquiteturas fundadoras.

Ao ampliar o escopo investigativo para além dos dados quantitativos e institucionais, faz-se necessário explorar os discursos produzidos por essas escolas em suas autoapresentações institucionais, particularmente nas seções de missão e valores. Por meio das ferramentas das humanidades digitais, a análise lexical das declarações oficiais permite acessar as camadas simbólicas que entrelaçam a constituição da identidade dessas instituições, evidenciando a gramática de pertencimento, prestígio e exclusividade que as sustenta. Nesse sentido, a nuvem de palavras que se segue atua como vetor metodológico de leitura crítica, conectando os discursos contemporâneos à tradição simbólica herdada da diplomacia cultural norte-americana e revelando, por contraste, os silêncios persistentes em torno da cultura nacional e das tensões educacionais locais.

Figura 23 – Nuvem de Palavras das Declarações de Missão das Escolas Internacionais Brasileiras (1920–1966)



Fonte: Autoria própria, com base nos textos institucionais das escolas e ferramentas de humanidades digitais (2025).

A construção da nuvem de palavras a partir das declarações de missão das escolas internacionais revelou um padrão lexical concentrado em termos como *excellence*, *leadership*, *lifelong learning* e *global citizenship*. Essa constelação semântica assume uma estratégia discursiva de legitimação simbólica, criando uma gramática própria de prestígio que reforça a inserção dessas instituições em redes internacionais. Conforme argumenta Johanna Drucker (2014), as humanidades digitais permitem visualizar, por meio de técnicas de *distant reading*, camadas ocultas dos textos institucionais, resgatando padrões retóricos que sustentam determinadas formas de poder simbólico. A análise da nuvem, nesse contexto, atua como forma de materializar os valores centrais dessas escolas e evidencia a dimensão performativa de seus discursos de missão, que são mais do que declarações institucionais — são dispositivos de identidade e pertencimento.

Do ponto de vista crítico, a homogeneidade dos termos revela um processo de apagamento das singularidades locais, reforçando o que se pode denominar de curadoria do apagamento — conceito desenvolvido na presente tese para indicar os mecanismos seletivos de memória institucional.

A predominância de vocabulário anglófono e a ausência de referências à diversidade cultural brasileira ou à legislação educacional nacional reafirmam a lógica de redes globais desconectadas dos contextos locais. Tal movimento se insere naquilo que Bourdieu (1998) identificaria como produção de *illusio institucional*: um jogo simbólico em que os atores acreditam na neutralidade dos valores universalistas proclamados, quando, na verdade, reproduzem *habitus* de classe, privilégios históricos e cosmopolitismos seletivos. A nuvem de palavras, portanto, não é apenas uma visualização gráfica, mas uma ferramenta epistemológica que permite acessar, interpretar e criticar os alicerces simbólicos da internacionalização educacional no Brasil.

5.5 Cartografias simbólicas e zonas de apagamento: padrões discursivos e memórias seletivas nas escolas internacionais

O fenômeno da expansão das escolas internacionais no Brasil não pode ser interpretado como resultado de um processo difuso ou espontâneo, mas como desdobramento de dinâmicas históricas complexas e articuladas em redes de colaboração diplomática e cultural (Castells, 1999). Essas redes foram formadas por

agentes diversos, entre intelectuais, diplomatas, educadores e representantes das elites locais, atuando em consonância com os interesses geopolíticos dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. As instituições educacionais analisadas consolidaram-se, sobretudo, em territórios estratégicos marcados por fluxos de prestígio e capital simbólico — espaços nos quais a penetração cultural estadunidense encontrou solo fértil para legitimar modelos exógenos de formação (Bourdieu, 1998).

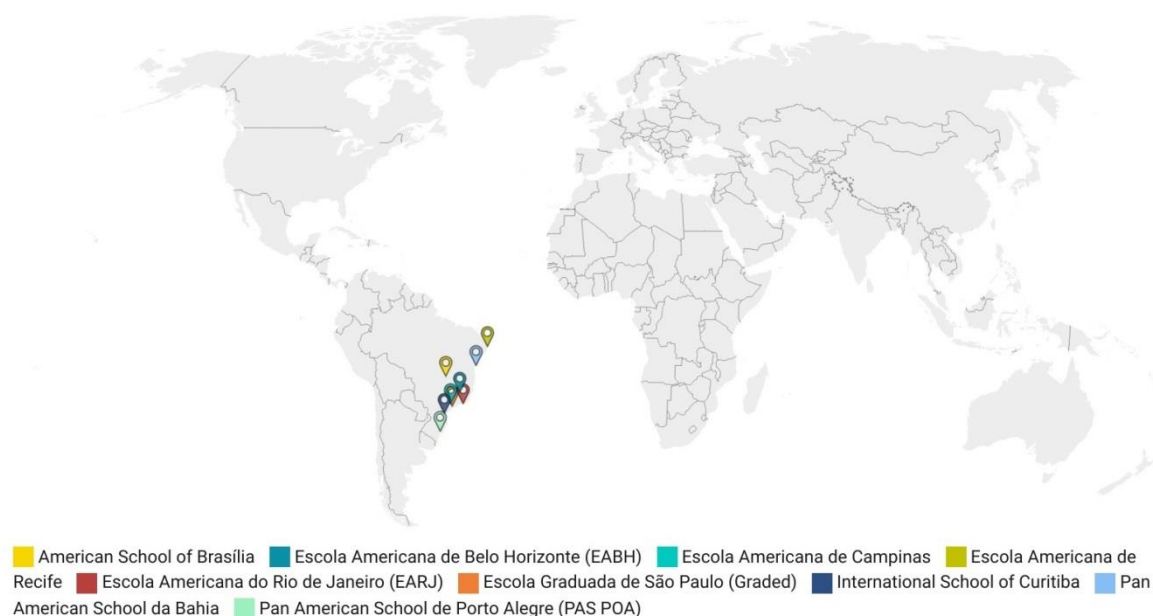
A cartografia dessas fundações revela mais do que uma coincidência geográfica: evidencia um projeto de presença cultural articulado, cuja lógica se apoia na construção seletiva da memória institucional e na exclusão de narrativas dissonantes. Tais exclusões constituem aquilo que Pollak (1989) denominou zonas de sombra — lacunas e silêncios construídos ativamente no processo de rememoração.

Ao recorrer às Humanidades Digitais como vetor metodológico, esta etapa do capítulo busca tensionar essas zonas de apagamento, valendo-se de ferramentas críticas de análise textual e visual. Para além de seu uso técnico, essas ferramentas operam como instrumentos de desconstrução das performances discursivas que sustentam os discursos hegemônicos (Drucker, 2014; Manovich, 2013).

Para tanto, foram utilizadas fontes institucionais das escolas analisadas, bem como dados compilados no banco da pesquisa da tese, documentos diplomáticos, legislações educacionais brasileiras e visualizações construídas com base em *distant reading*, mineração lexical e ferramentas de mapeamento. A triangulação metodológica – articulando campo teórico, fontes primárias e dados digitais – permite dimensionar as camadas de memória e silenciamento que estruturam a presença (ou apagamento) dessas instituições na historiografia educacional e cultural brasileira.

A visualização apresentada a seguir revela, por meio de um mapa temático, a distribuição geográfica das escolas internacionais fundadas entre 1920 e 1966, articulando espacialmente as camadas institucionais, simbólicas e legislativas que conformaram sua constituição. O mapeamento evidencia que a inserção dessas escolas ocorre prioritariamente em centros urbanos de forte valor estratégico e econômico, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador, o que reforça a hipótese de que tais instituições se consolidaram em territórios atravessados por dinâmicas de prestígio e internacionalização.

Figura 24 – Mapa da Distribuição Geográfica das Escolas Internacionais (1920–1966)



Criado com Datawrapper

Fonte: Autoria própria, com base em dados institucionais e memoriais escolares (2025).

As datas de fundação, confrontadas com a legislação educacional vigente à época, revelam zonas de tensão entre os projetos nacionais de educação e os modelos pedagógicos exógenos introduzidos. A Graded School (1920), por exemplo, surge durante as reformas liberais da década de 1920, sob a influência de Francisco Campos, ao passo que a EARJ (1937) se enquadra na Política de Boa Vizinhança e na promulgação do Decreto-Lei nº 378, que reorganizou o Ministério da Educação e fortaleceu os instrumentos estatais de regulação da educação nacional. A sobreposição dessas camadas revela uma rede de colaboração que pressiona os limites entre soberania educacional e diplomacia cultural, entre normas legais e exceções consagradas pela força simbólica das elites regionais e dos interesses norte-americanos.

Além disso, desenvolve-se uma análise de coocorrência lexical a partir das declarações de missão e valores das escolas, extraídas diretamente de suas páginas institucionais. A análise revelou a recorrência de termos como “*excellence*”, “*global citizenship*”, “*lifelong learning*” e “*leadership*”, configurando um vocabulário transnacional que se repete de forma quase padronizada entre as diferentes instituições.

Essa padronização evidencia não apenas uma filiação ideológica a um modelo de educação globalizado, mas também a ausência quase absoluta de referências à cultura brasileira, às legislações nacionais e às particularidades regionais. Como afirma Johanna Drucker (2014), os documentos institucionais não devem ser lidos como registros neutros, mas como performances textuais que produzem autoridade e legitimidade.

Sobretudo, a análise dos quadros fundadores das escolas internacionais revela um nível recorrente de apagamento institucional: a maioria das instituições não apresenta, em seus portais e documentos oficiais, informações sobre os nomes dos fundadores nem detalhes sobre os contextos históricos de fundação. Essa lacuna remete ao que Pollak (1989) denomina como zonas de sombra — espaços de silêncio e esquecimento na construção da memória coletiva. A ausência de registros sobre as condições materiais e simbólicas que originaram essas escolas, bem como a omissão de vínculos com o contexto brasileiro, contribui para um processo sistemático de des-historicização da memória institucional. Tal constatação reforça uma das hipóteses centrais desta tese: a existência de uma curadoria seletiva da memória, orientada por repertórios globalizados que eclipsam as raízes culturais, locais e políticas das instituições em questão.

Na sequência, apresenta-se um quadro comparativo com os principais termos utilizados nas missões institucionais, articulando-os com sinônimos e possíveis contrapartidas em documentos educacionais brasileiros. A análise mostra a preferência por vocabulário de alto prestígio simbólico, em inglês, com baixa ou nenhuma correspondência com os documentos da LDB, BNCC ou PNE. Essa dissonância lexical entre o discurso institucional das escolas e os marcos legais da educação brasileira explicita a tensão entre a internacionalização e a nacionalidade educacional.

Quadro 17 – Vocabulário institucional de escolas internacionais e correspondências com os documentos brasileiros de referência (BNCC, PNE e LDB) (continua)

Termo em inglês	Sinônimo ou Tradução	Equivalente nos Documentos Brasileiros (BNCC/PNE/LDB)
Excellence	Excelência	Qualidade na educação (PNE)
Global Citizenship	Cidadania Global	Cidadania e valores humanos (BNCC)
Lifelong Learning	Aprendizagem Contínua	Educação permanente (PNE)

Quadro 17 – Vocabulário institucional de escolas internacionais e correspondências com os documentos brasileiros de referência (BNCC, PNE e LDB) (conclusão)

Termo em inglês	Sinônimo ou Tradução	Equivalente nos Documentos Brasileiros (BNCC/PNE/LDB)
Leadership	Liderança	Formação integral (BNCC)
Innovation	Inovação	Tecnologia e inovação (PNE)
Responsibility	Responsabilidade	Formação ética e cidadã (BNCC)
Diversity	Diversidade	Educação para a diversidade (BNCC)
Global Perspective	Perspectiva Global	Interculturalidade (BNCC)

Fonte: Autoria própria, com base em documentos institucionais das escolas internacionais, Plano Nacional de Educação (PNE), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 2023–2025, (2025).

A discrepância entre os termos utilizados nas missões institucionais e os fundamentos da legislação brasileira evidencia uma estratégia discursiva orientada pela distinção simbólica. Termos como “*global leadership*” ou “*lifelong learning*” aparecem dissociados de qualquer ancoragem nas diretrizes do Plano Nacional de Educação ou da Base Nacional Comum Curricular.

Como destaca Bourdieu (1998), a reprodução simbólica das desigualdades sociais encontra nos discursos educativos um de seus principais veículos, uma vez que estes produzem e legitimam distinções entre o que se considera excelência e o que é relegado à margem da cultura escolar legítima. Assim, a ausência de uma intersecção entre os dois campos revela não apenas uma lacuna, mas uma escolha estratégica que reforça o pertencimento a redes transnacionais e o afastamento das demandas educacionais locais.

Por fim, propõe-se a matriz de frequência e intensidade lexical. Esse recurso permite observar não apenas a ocorrência dos termos, mas também sua ênfase discursiva nas seções institucionais. A metodologia adotada consistiu na coleta textual sistematizada das seções de missão e visão das escolas internacionais presentes na amostra da pesquisa. Utilizando ferramentas de análise lexical automatizada — como o Voyant Tools —, procedeu-se à contagem de frequência e à análise de coocorrência dos termos.

Em seguida, as palavras mais recorrentes foram categorizadas por intensidade semântica e posição estratégica nos textos institucionais, estabelecendo-se um índice composto de presença e centralidade discursiva. A análise revela, por exemplo, que expressões como “*inquiry-based learning*” ou

“*global citizens*” não apenas aparecem repetidamente, mas são colocadas em posição de centralidade nos textos analisados, funcionando como núcleos estruturantes dos discursos. Essa centralidade, como afirmam Fairclough (2001) e Van Dijk (2008), autores reconhecidos no campo da análise crítica do discurso, cujas obras foram consultadas para embasar a interpretação dos padrões linguísticos e das estratégias de construção de sentido presentes nas declarações institucionais, é um marcador de poder discursivo e de imposição de sentidos no campo educacional. A tabela a seguir sintetiza os resultados dessa abordagem.

Tabela 3 – Matriz de Frequência e Intensidade dos Termos-chave nas Missões Institucionais das Escolas Internacionais

Termo-chave	Frequência	Intensidade
<i>Global Citizenship</i>	8	4.5
<i>Lifelong Learning</i>	6	3.8
<i>Leadership</i>	7	4.2
<i>Excellence</i>	9	4.9
<i>Inquiry-Based Learning</i>	5	4.0
<i>Innovation</i>	4	3.5

Fonte: Autoria própria, com base em documentos institucionais e análise textual com apoio de Voyant Tools (2025).

5.6 Topografias do silêncio: entre a retórica institucional e as ausências arquivadas nas Escolas Internacionais

O Capítulo IV consolidou a análise das escolas internacionais como instâncias estratégicas de consagração simbólica e reprodução seletiva de elites transnacionais no Brasil. No início do capítulo, foram apresentadas a gênese histórica dessas instituições, evidenciando suas origens ligadas a missões diplomáticas, comunidades expatriadas e interesses empresariais. Esse levantamento foi sustentado pelo banco BRA–EUA e pelas fontes institucionais sistematizadas ao longo da pesquisa. Em seguida, problematizou-se o panorama cronológico e geográfico das escolas internacionais, destacando sua expansão seletiva em centros urbanos estratégicos e sua inserção em redes hemisféricas como AMISA, NEASC e IBO.

Foram discutidas a análise das certificações internacionais (IB, AP, SAT, Cognia), interpretando-as como dispositivos de consagração educacional com forte

poder simbólico no campo internacional. A articulação dessas certificações com a lógica da distinção permitiu compreender o funcionamento seletivo desses exames na formação de trajetórias de prestígio. A análise comparada entre centros binacionais e as escolas internacionais, demonstrou o deslocamento progressivo da diplomacia cultural para estruturas mais consolidadas de legitimação mercadológica e institucional, analisando os repertórios discursivos adotados pelas escolas, com destaque para a apropriação seletiva de termos como “excelência”, “cidadania global” e “inovação”, contrastando-os com os marcos legais da educação brasileira (BNCC, PNE, LDB).

A discussão sobre os silenciamentos documentais em torno da fundação dessas escolas e a ausência de dados sobre seus idealizadores, apresentou o processo de des-historicização da memória institucional e reforçando a hipótese da curadoria seletiva. Por fim, introduziu-se o conceito de cartografias simbólicas e zonas de apagamento, com base na análise dos padrões discursivos visíveis nos portais institucionais das escolas mapeadas. Ao revelar a recorrência de léxicos descontextualizados, narrativas homogeneizantes e referências globais desvinculadas da realidade educacional brasileira, essa seção consolidou o argumento de que as escolas internacionais constroem gramáticas de prestígio que operam tanto pela exaltação quanto pelo apagamento seletivo de pertencimentos históricos, culturais e geográficos.

Esse conjunto de análises encerra o capítulo e pavimenta o caminho para o Capítulo 4 — Humanidades Digitais e os arquivos vivos: práticas metodológicas para uma historiografia crítica, no qual serão discutidas com maior profundidade as implicações metodológicas da utilização das Humanidades Digitais na pesquisa histórica, bem como as possibilidades de reconstruir arquivos vivos a partir de materiais dispersos, silenciados ou incompletos. A potência crítica dessas ferramentas se revela justamente na capacidade de explorar os discursos instituídos, desnaturalizar as redes de prestígio e reinscrever as ausências como parte ativa do processo historiográfico.

6 HUMANIDADES DIGITAIS COMO HORIZONTE EPISTEMOLÓGICO

A emergência das Humanidades Digitais (HD) como campo epistêmico e metodológico, longe de representar um modismo acadêmico ou uma adaptação técnica às ferramentas digitais, marca uma inflexão crítica na forma como o conhecimento é produzido, visualizado e interpretado nas ciências humanas. No contexto desta tese, tal inflexão permitiu a construção de uma abordagem historiográfica centrada na leitura crítica das redes de colaboração norte-americanas no Brasil ao longo do século XX, entendendo tais redes não apenas como estruturas operacionais, mas como territórios simbólicos atravessados por apagamentos, disputas e seleções memoriais.

Conforme delineado no Manifesto das Humanidades Digitais (2011), a atuação crítica nas HD exige que se rompa com a dicotomia entre tecnologia e humanismo. Essa cisão artificial, historicamente imposta às ciências humanas, foi amplamente contestada por pesquisadores que viram na convergência entre métodos computacionais e sensibilidade humanística uma possibilidade de ampliação das práticas interpretativas.

A produção de sociogramas, análises lexicais, bancos de dados e visualizações interativas — como as utilizadas neste estudo — não substitui a hermenêutica crítica, mas a potencializa, exigindo novos vocabulários, gramáticas e gramáticas visuais. Essa virada interpretativa foi plenamente explorada por Johanna Drucker (2014), para quem toda visualização carrega uma carga semântica, estética e política. Segundo a autora, “a maioria das visualizações de informação são atos de interpretação mascarados de apresentação” (Drucker, 2014, p. 22).

Ou seja, o que se apresenta como dado objetivo — gráficos, mapas, nuvens de palavras — é, na verdade, resultado de decisões interpretativas prévias: seleção de corpus, critérios de codificação, hierarquização visual e escolha de formas representacionais. Aplicada ao presente estudo, essa compreensão possibilita ver os sociogramas construídos a partir do banco de dados BRA–EUA não como retratos fiéis de redes, mas como argumentações gráficas que denunciam padrões de poder, ausências estruturais e zonas de sombra documental.

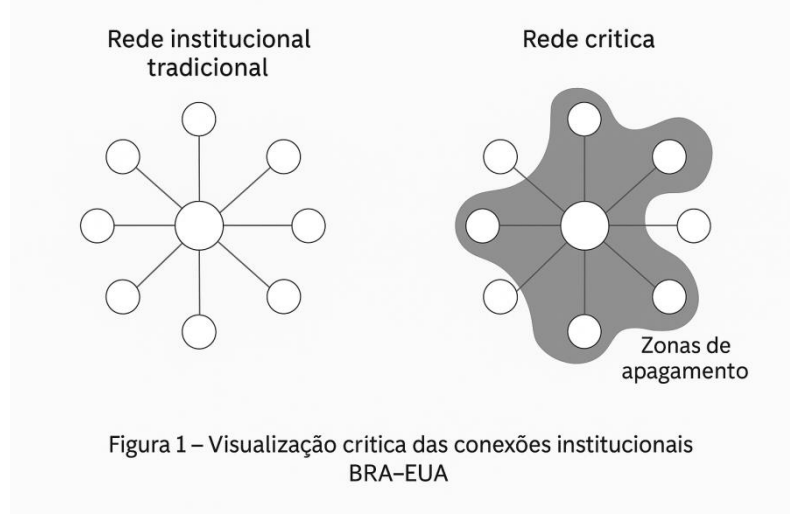
Ao mesmo tempo, a metodologia digital aplicada aqui se alinha à perspectiva de macroanálise e *distant reading* de Matthew Jockers (2013), ao propor um deslocamento do olhar do documento individual para o conjunto massivo de

presente e os pactos do esquecimento. A articulação com Ricœur (2007) é decisiva nesse ponto: para o filósofo, todo processo de rememoração é também um gesto de esquecimento instituído. Ou seja, não há memória sem seleção, e toda seleção é, por definição, um processo de apagamento. Esse apagamento, no contexto das redes de colaboração EUA-Brasil, se expressa na omissão sistemática de determinados atores, eventos e conflitos nos documentos institucionais.

Tal como afirma Michael Pollak (1989), as zonas de sombra da memória não são lacunas casuais, mas sim, espaços estruturais de exclusão, que refletem relações de poder e disputas de legitimação simbólica. Ao integrar ferramentas computacionais a essa leitura crítica, esta tese utiliza as HD não como adorno ilustrativo, mas como método de denúncia: o que as visualizações mostram é, ao mesmo tempo, o que revelam e o que ocultam.

Por fim, é preciso destacar que toda produção digital nesta tese foi acompanhada de uma postura crítica em relação aos recursos digitais utilizados, visto que o uso de algoritmos de frequência lexical, de visualização cartográfica e de mineração de dados não se dá de forma acrítica. Como alerta o dossiê Ética da Inteligência Artificial (Coitinho; Araujo, 2024), os sistemas automatizados podem reproduzir padrões de exclusão, enviesamento e silenciamento.

Figura 26 – Visualização crítica das conexões institucionais BRA–EUA



Fonte: Autoria própria, adaptado de Drucker (2014) e Jockers (2013), (2025). Comparação entre uma rede institucional tradicional (à esquerda), representando as conexões entre centros e escolas, e uma rede crítica (à direita), com zonas sombreadas indicando lacunas documentais e ausências simbólicas nos registros históricos.

Portanto, a curadoria humana continua sendo indispensável — uma curadoria consciente, ética e politicamente comprometida com a revelação das zonas de sombra e com a escuta ativa das vozes historicamente marginalizadas.

A partir desses referenciais teóricos e operacionais, o próximo bloco do capítulo detalhará os procedimentos metodológicos adotados na construção do banco BRA–EUA, na geração dos sociogramas e mapas, bem como os critérios críticos de análise aplicados às escolas internacionais, aos centros binacionais e aos seus documentos institucionais. Afinal, é nesse entrecruzamento entre dados, memória e visualidade que se firma a proposta de uma historiografia crítica, visual e digitalmente expandida.

6.1 Procedimentos metodológicos, bases de dados e critérios analíticos

A investigação das redes de colaboração norte-americanas no Brasil exigiu a construção de um modelo metodológico rigoroso, articulando diferentes camadas de informação e interpretação. O ponto de partida foi a organização e sistematização dos dados empíricos em três grandes eixos: (1) instituições de ensino e cultura (escolas internacionais e centros binacionais); (2) programas de intercâmbio e cooperação acadêmica; e (3) documentos institucionais e memoriais disponíveis em fontes digitais. Esses dados foram reunidos em planilhas (Google Sheets⁹¹) sob o título “MEMÓRIA SOCIAL BRA–EUA”, compondo um banco de dados vivo e em constante revisão, no qual cada entrada está associada a informações temporais, geográficas, simbólicas e documentais.

O critério de inclusão das instituições no banco seguiu três princípios orientadores: a relevância histórica no escopo da política de aproximação cultural entre Brasil e Estados Unidos; a presença institucional documentada em fontes acessíveis (como sites oficiais, livros comemorativos ou arquivos governamentais); e a vinculação explícita com programas financiados ou articulados por agências estadunidenses — a exemplo da Fulbright, da USIA e da USAID. Essas diretrizes permitiram estabelecer um corpus coeso e comparável, composto por instituições

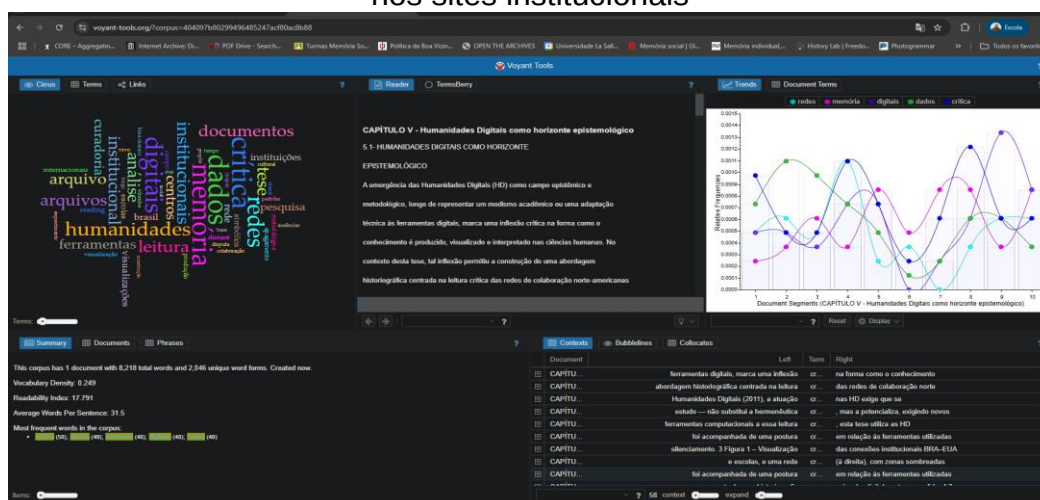
⁹¹ Ferramenta de planilhas on-line usada para organização, filtragem e cruzamento de dados. Referência: GOOGLE. Google Sheets. Disponível em: <https://sheets.google.com>. Acesso em: jul. 2025.

que, em diferentes contextos e escalas, integraram o ecossistema da diplomacia cultural hemisférica.

Cada entrada do banco foi codificada com variáveis como data de fundação, localização geográfica, tipo de certificação internacional, vínculo com representações diplomáticas e presença de discursos de americanização nos conteúdos públicos. Com base nessa estrutura de dados, procedeu-se à conversão das informações em visualizações interativas por meio de diferentes recursos das Humanidades Digitais, ampliando a capacidade analítica da pesquisa e viabilizando leituras comparativas e inferências visuais sobre os padrões simbólicos e geopolíticos que atravessam a formação dessas instituições.

Com a base de dados estruturada e codificada, foi possível aplicar metodologias específicas das Humanidades Digitais para ampliar a análise crítica das redes de colaboração mapeadas. A seguir, são apresentadas as principais ferramentas empregadas no processo de tratamento, visualização e interpretação dos dados. Cada uma delas desempenhou um papel estratégico na organização da informação, na construção das inferências visuais e na identificação de padrões lexicais e simbólicos ocultos, contribuindo para a elaboração de uma cartografia crítica das instituições analisadas.

Figura 27 – Análise lexical com Voyant Tools: termos mais frequentes nos sites institucionais



Fonte: Pinnow (2025).

O Voyant Tools foi empregado como recurso central na análise lexical e na técnica de *distant reading* aplicada aos sites oficiais das instituições mapeadas. A

ferramenta viabilizou a identificação de padrões de frequência, coocorrência e ausência de termos ao longo de diferentes décadas, permitindo rastrear a persistência de determinadas escolhas vocabulares e o apagamento de referências contextuais relevantes.

Observou-se, por exemplo, a recorrência de palavras como “missão”, “valores”, “cidadania global” e “excelência” — termos associados a uma gramática institucional neutra e internacionalizada —, enquanto expressões como “Guerra Fria”, “cooperação diplomática” ou mesmo “Estados Unidos” foram sistematicamente silenciadas nos conteúdos institucionais. Essa assimetria lexical reforça a hipótese de um apagamento simbólico das origens geopolíticas dessas redes, conforme argumentado por Jockers (2013) ao tratar da modelagem interpretativa em grandes *corpora*.

A plataforma Google Sheets foi adotada como recurso de apoio à organização e sistematização dos dados coletados ao longo da pesquisa. Sua utilização permitiu estruturar uma matriz comparativa abrangente, integrando variáveis como década de fundação, localização geográfica, tipo de certificação internacional e grau de vinculação diplomática. Essa base tabular constituiu a espinha dorsal das análises subsequentes, funcionando como ponto de partida para filtragens cruzadas e interpretações interseccionais sobre as redes de colaboração educacional entre Brasil e Estados Unidos.

Figura 28 – Organização e cruzamento de dados em Google Sheets

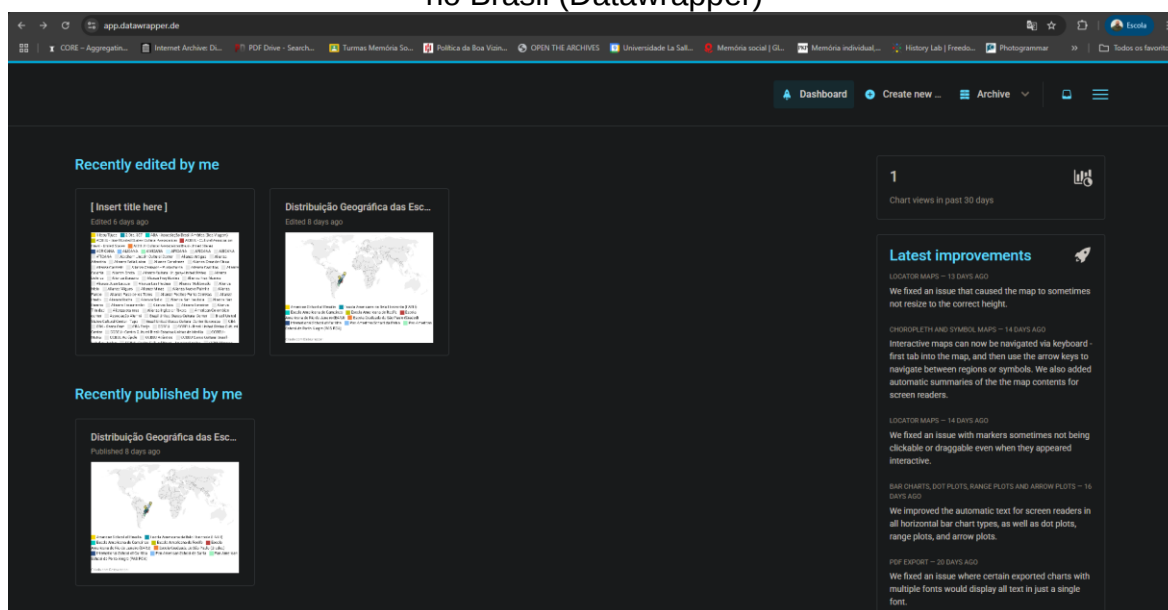
	A	B	C	D	E	F
1	EMBAIXADORES	AGENTES CONSULARES/CONSULES	AGENTES CONSULARES/CONSULES	AGENTES CONSULARES/CONSULES	AGENTES CONSULARES/CONSULES	AGENTES CONSULARES/CONSULES
2	BRASIL	SERGIPE (ARACAJU)	CORUMBÁ	PARAIBEL EM	PERNAMBUCO (RECIFE)	PORTO ALEGRE
3	Condé Ragout (Charge d'Affaires 1825-27)	Luz Schmidt (Consular Agent 1889-1906)	William Langdon Sands (Vice Consul 1943)	Robert T. Clayton (Consul 1884)	Samuel S. Voorhes (Consul 1815)	Anthony Sherman (Vice C
4	William Tudor (Charge d'Affaires 1827-30)	BAHIA/SALVADOR	Ceará (Fortaleza)	Richard E. Sears (Vice Consul 1884-97)	Joseph Ray (Consul 1816-20)	Samuel T. Lee (Consul 19
5	Ethan A. Brown (Charge d'Affaires 1830-34)	John B. Weaver (Consul 1884)	George Holderness (Consular Agent 1884)	James H. Ayers (Consul 1891-93)	James H. Bennett (Consul 1820-25)	Joseph E. Agan (Vice Cor
6	William Hunter (Charge d'Affaires 1834-41)	George H. Duder (Vice Consul 1884)	William H. Mardock (Consular Agent 1897)	George G. Mathews, Jr. (Consul 1893-97)	John Tucker Mansfield (Consul 1826-36)	William F. Hoffman (Vice C
7	William Hunter (Minister 1841-43)	David N. Burke (Consul 1888-91)	Antonio E. da Frota (Consular Agent 1897-1914)	Kavanaugh K. Kennedy (Consul 1898-1902)	Joseph Ray (Consul 1836-42)	John R. Bradley (Consul 1
8	George H. Proffit (Minister 1843-44)	R. P. McDaniel (Consul 1897)	Oscar H. Barnett (Consular Agent 1914-17)	Julius F. Tiedeman (Vice & Deputy Consul 1898-1905)	G. T. Snow (Consul 1842-45)	Fred E. Huhlen (Vice Con
9	Henry Alexander Wise (Minister 1844-47)	William Brice (Vice Consul 1897)	George L. McMaster (Consular Agent 1924)	Louis H. Aymé (Consul 1903-06)	George P. Manouvrier (Consul 1845-47)	E. Kitchel Farrand (Vice C
10	David Tod (Minister 1847-51)	Henry W. Furniss (Consul 1898-1905)	Curitiba (Curitiba)	William R. Cox (Deputy Consul 1906-14)	C. G. Salinas (Consul 1847-49)	Charles Roy Nasmith (Coe
11	Robert C. Schenck (Minister 1851-53)	Louis J. Mackay (Vice Consul 1898)	Ludwig Buck (Consular Agent 1918)	George H. Pickrell (Consul 1906-24)	Bailey M. Edney (Consul 1849-50)	Robert D. Coe (Vice Cons
12	William Trousdale (Minister 1853-57)	Adolph Hirsch (Vice Consul 1900-02)	Florianópolis	Julius Weinberger (Vice & Deputy Consul 1908-11)	James Wright Gordon (Consul 1850-53)	Reginald S. Castleman (C
13	Richard Kidder Meade (Minister 1857-61)	Joshua P. W. Rowe (Vice Consul 1904-06)	William Preston Rambo (Vice Consul 1943)	Edward C. Holden (Vice Consul 1912-27)	William Lilley (Consul 1853-56)	Alfred W. Magnitzky (Vice
14	J. Watson Webb (Minister 1861-69)	Albert R. Morawetz (Consul 1906-07)	George L. Phillips (Vice Consul 1943)	Ramon I. Janer (Vice Consul 1916-17)	Walter W. Stopp (Consul 1858-60)	Guy W. Ray (Vice Consul
15	Henry T. Blow (Minister 1869-70)	Omar E. Mueller (Vice & Deputy Consul 1909-11)	Fortaleza	James Henry Nunn (Vice Consul 1918)	Richard A. Edes (Consul 1860-62)	Francis C. Jordan (Vice C
16	James R. Partridge (Minister 1871-77)	Southard P. Warner (Consul 1909-11)	Reginald S. Kazanjian (Consul 1943)	John D. Long (Vice Consul 1921)	Thomas Adamson, Jr. (Consul 1862-69)	William E. Price (Vice Cor
17	Henry W. Hillard (Minister 1877-81)	Pierre Paul Demers (Consul 1909)	Richard A. Godfrey (Vice Consul 1949)	John D. Hickerson (Consul 1925)	Henry L. Atherton (Consul 1884)	George R. Hull (Consul
18	William H. Edwards (Charge d'Affaires 1877-78)	David R. Birch (Consul 1912-14)	Maceió	R. Frazier Potts (Vice Consul 1926)	Thomas N. Swift (Vice Consul 1884)	William Belton (Consul 19
19	Thomas A. Osborn (Minister 1881-85)	Edward P. W. Duder (Vice & Deputy Consul 1913-14)	Theodore Braasch (Consular Agent 1884)	Charles D. Westcott (Consul 1926)	David N. Burke (Consul 1883)	RIO GRANDE DO SUL
20	Thomas J. Jarvis (Minister 1885-88)	Robert Frazer, Jr. (Consul 1914-16)	Charles Goble (Consular Agent 1897-98)	Gerald A. Drew (Vice Consul 1928-30)	John M. Johnstone (Consul 1897)	Alfred H. Hanscom (Cons
21	Robert Adams, Jr. (Minister 1889-90)	Jules Charles Wyszard (Vice Consul 1916-17)	George Simpson (Consular Agent 1908-11)	George E. Seltzer (Consul 1932-38)	John Krause (Vice Consul 1897-98)	Deodaf Brastow (Consul 1
22	Edwin H. Conger (Minister 1890-93)	Edward Higgins (Consul 1916-19)	Manaus	Parker T. Hart (Vice Consul 1940-43)	Benjamin F. Clark (Consul 1898)	Beckford Mackey (Consul
23	Thomas L. Thompson (Minister 1893-97)	Albert G. Collin, Jr. (Vice Consul 1917-18)	F. G. Alden (Consular Agent 1894)	Jay Walker (Vice Consul 1940)	Edwin N. Guenzler (Consul 1900-01)	William August Preller (V
24	Edwin H. Conger (Minister 1897-98)	Thomas H. Bevan (Consul 1919-23)	John C. Redman (Consular Agent 1897-1902)	John H. Burns (Vice Consul 1943)	Enrique Bachilleres (Vice & Deputy Consul 1902-14)	Jorge Verker (Consul 19
25	Charles P. Bryan (Minister 1898-1902)	William I. Jackson (Vice Consul 1921)	George E. Hell (Consular Agent 1905)	Edward D. McLaughlin (Consul 1943)	William I. Sewell (Consul 1903-09)	Gustav C. Feddersen (Co
26	David E. Thompson (Minister 1902-05)	Homar Brett (Consul 1923-24)	John H. Hamilton (Consular Agent 1905-11)	Fred Godsey (Vice Consul 1943)	George A. Chamberlain (Consul 1906-09)	Samuel T. Lee (Consul 19
27	David E. Thompson (Ambassador 1905)	Gaston A. Caumeyer (Vice Consul 1924)	Frederic H. Sanford (Consular Agent 1912-14)	Willard R. Ray (Vice Consul 1943)	Louis James Rosenbergy (Consul 1909-10)	Ardery Hudgens (Consula
28	Lloyd C. Griscom (Ambassador 1906-07)	Howard Donovan (Consul 1926-29)	Edward B. Kirk (Consular Agent 1914-18)	Dudley E. Cyphers (Vice Consul 1943)	P. Merrill Griffith (Consul 1910-15)	Arthur L. Bowen (Consula
29	Irving B. Dudley (Ambassador 1907-11)	Allan Dawson (Vice Consul 1926-27)	James H. Roth (Vice Consul 1924)	Randolph Appleton Kiddle (Consul 1944-46)	James B. Stewart (Vice Consul 1915-17)	Joseph Ashbrook (Consul
30	Ernest V. Morgan (Ambassador 1912-33)	John R. Minter (Consul 1927)	George E. Seltzer (Vice Consul 1926-27)	George T. Colman (Consul 1949)	Arminius T. Haebert (Consul 1915-23)	

Fonte: Pinnow (2025).

A organização e o tratamento desses dados viabilizaram o reconhecimento de padrões estruturais relevantes, revelando a concentração geográfica das instituições em capitais do Sudeste e Sul, a predominância de certificações internacionais em escolas fundadas após os anos 1950 e a frequência de vínculos diplomáticos em contextos de reconfiguração geopolítica. Além disso, a estrutura permitiu a elaboração de categorias analíticas como “escolas de prestígio simbólico” e “centros de legitimação discursiva”, úteis para interpretar os modos como essas instituições operam no campo da distinção educacional e na reprodução de elites. A flexibilidade do aplicativo favoreceu ainda a construção de visualizações articuladas com as hipóteses da tese, ampliando a capacidade crítica das leituras realizadas.

A plataforma Datawrapper⁹² foi utilizada como recurso central para a produção de visualizações geográficas e temporais, permitindo representar graficamente os dados sistematizados no banco BRA–EUA. O recurso viabilizou a criação de mapas interativos, linhas do tempo e gráficos de dispersão que ampliaram a inteligibilidade dos padrões de distribuição das instituições e dos seus vínculos diplomáticos. Ao transformar matrizes quantitativas em representações visuais interpretáveis, o Datawrapper contribuiu diretamente para o aprofundamento analítico da pesquisa.

Figura 29 – Mapa interativo da distribuição das escolas internacionais no Brasil (Datawrapper)



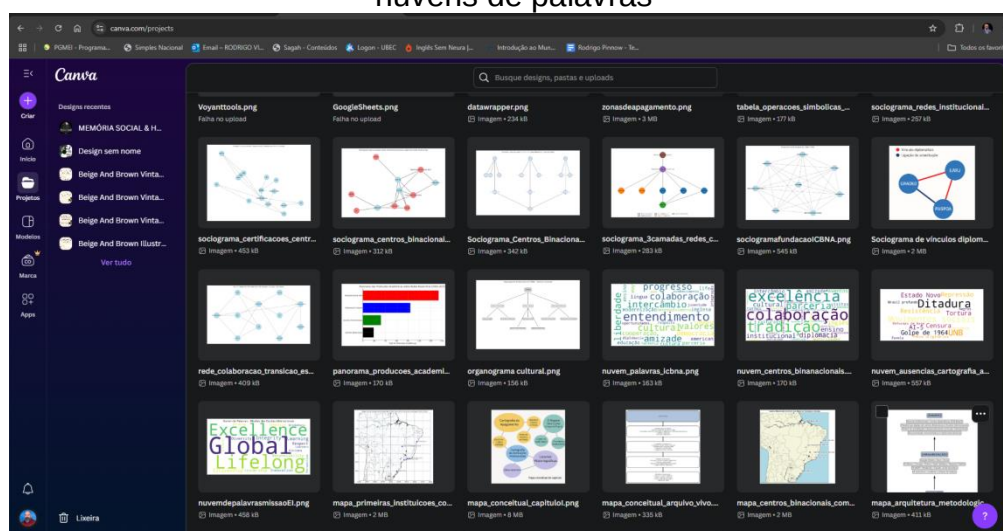
Fonte: Pinnow (2025).

⁹² Aplicação para criação de mapas, gráficos e visualizações interativas. Fonte: DATAWRAPPER. Disponível em: <https://www.datawrapper.de>. Acesso em: jul. 2025.

As visualizações geradas por meio do Datawrapper evidenciaram a concentração das instituições mapeadas em zonas geopolíticas estratégicas — notadamente nas regiões Sudeste e Sul — e, simultaneamente, revelaram lacunas estruturais no interior e no Norte do país. Essa assimetria espacial aponta para a seletividade das redes de colaboração cultural e educacional norte-americanas, cujas ações privilegiaram capitais com maior densidade diplomática, infraestrutura internacionalizada e presença de elites locais. A leitura cartográfica dessas redes reforça, assim, a hipótese de um projeto de inserção seletiva da diplomacia cultural, em que o território nacional é fragmentado conforme interesses geoestratégicos.

O Canva⁹³ e o Zotero⁹⁴ foram incorporados à etapa final da organização da pesquisa, atuando como instrumentos complementares à produção visual e à sistematização bibliográfica. O primeiro foi utilizado na diagramação de mapas conceituais, sociogramas e quadros comparativos, assegurando coesão visual e clareza expositiva nos elementos gráficos da tese. Já o Zotero foi empregado na gestão das referências utilizadas ao longo do trabalho, garantindo rigor documental, padronização conforme a ABNT e rastreabilidade das fontes primárias e secundárias.

Figura 30 – Painel do Canva com mapas conceituais, sociogramas e nuvens de palavras



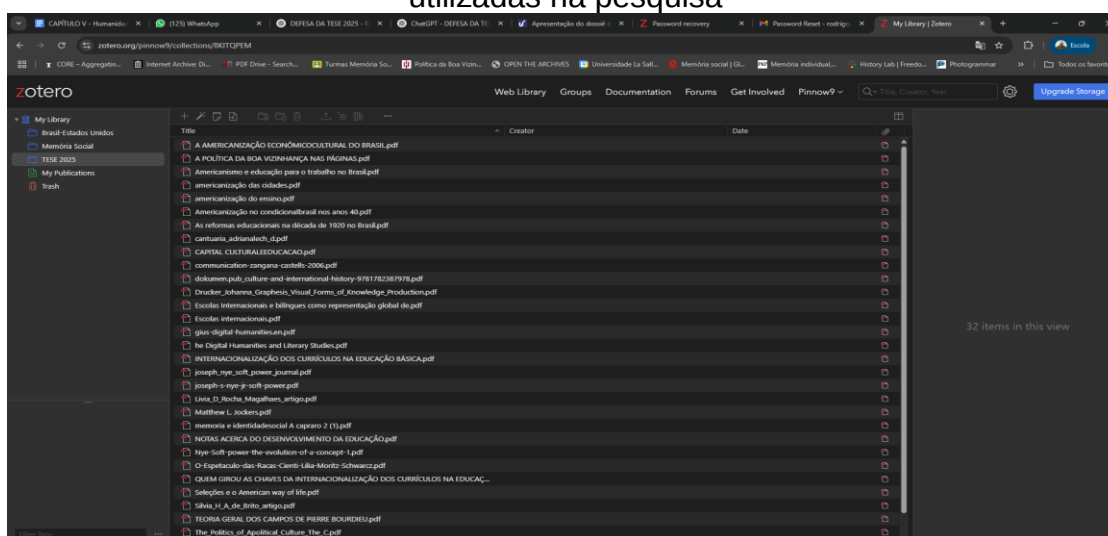
Fonte: Pinnow (2025).

⁹³ Plataforma para edição visual de gráficos, painéis e representações digitais. Fonte: CANVA. **Canva:** Design e Comunicação Visual. Disponível em: <https://www.canva.com>. Acesso em: jul. 2025.

⁹⁴ Gerenciador de referências bibliográficas. Fonte: ZOTERO. **Zotero – Your personal research assistant.** Disponível em: <https://www.zotero.org>. Acesso em: jul. 2025.

Embora não tenham operado diretamente na análise dos dados, essas plataformas desempenharam papel estratégico na consolidação da pesquisa enquanto projeto de curadoria crítica. A visualização diagramada dos resultados, viabilizada pelo Canva, possibilitou representar conexões complexas entre instituições, redes de prestígio e dispositivos simbólicos com clareza comunicativa. Simultaneamente, o uso do Zotero contribuiu para a construção de uma biblioteca digital estruturada, que assegurou integridade à memória documental da pesquisa e reforçou o compromisso ético com a rastreabilidade das fontes, o que se alinha diretamente à crítica ao apagamento e à fragmentação observadas nos arquivos oficiais das instituições investigadas.

Figura 31 – Biblioteca Zotero com organização temática das fontes utilizadas na pesquisa

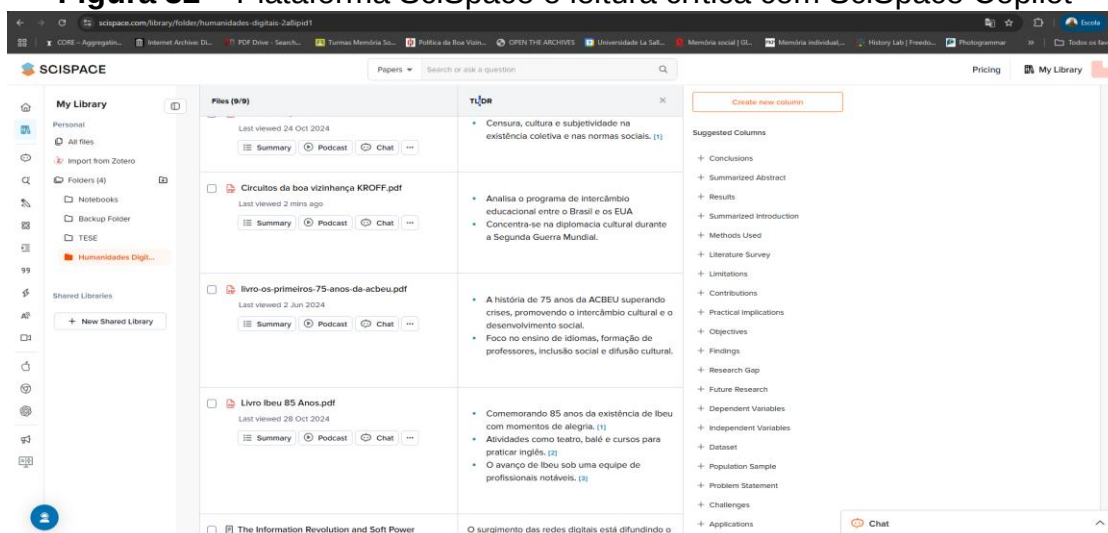


Fonte: Pinnow (2025).

Além dos recursos clássicos das Humanidades Digitais, esta pesquisa integrou um conjunto de recursos baseados em inteligência artificial com foco em mineração de texto, *distant reading* e curadoria automatizada de acervos institucionais. Essas ferramentas não substituíram a análise crítica do pesquisador, mas atuaram como extensões interpretativas no tratamento de grandes volumes de dados e na identificação de padrões discursivos dispersos. A seguir, são descritas as plataformas utilizadas nesse processo, destacando suas funcionalidades, potencialidades analíticas e limitações epistemológicas no contexto da metodologia adotada.

O SciSpace⁹⁵, especialmente em sua versão com o recurso Copilot, foi adotado como plataforma de leitura assistida e análise técnica de artigos científicos. Sua utilização viabilizou o mapeamento de conceitos-chave, a identificação de menções cruzadas e a extração de resumos estruturados a partir de textos densos e interdisciplinares, especialmente nos campos da memória social, educação internacional e diplomacia cultural.

Figura 32 – Plataforma SciSpace e leitura crítica com SciSpace Copilot



Fonte: Pinnow (2025).

Essa plataforma foi estratégica na filtragem semântica de conteúdos e na sistematização do vocabulário recorrente em grandes *corpora*. O SciSpace potencializou a compreensão de padrões discursivos, sem substituir o olhar crítico do pesquisador. Sua contribuição se insere na perspectiva defendida por Drucker (2014) sobre a materialidade interpretativa das ferramentas visuais na produção de conhecimento. As plataformas Semantic Scholar⁹⁶ e Litmaps⁹⁷ foram incorporadas ao eixo metodológico da pesquisa como recursos voltados à exploração aprofundada de redes bibliográficas, genealogias acadêmicas e intersecções temáticas no campo das Humanidades Digitais, da memória institucional e da diplomacia cultural.

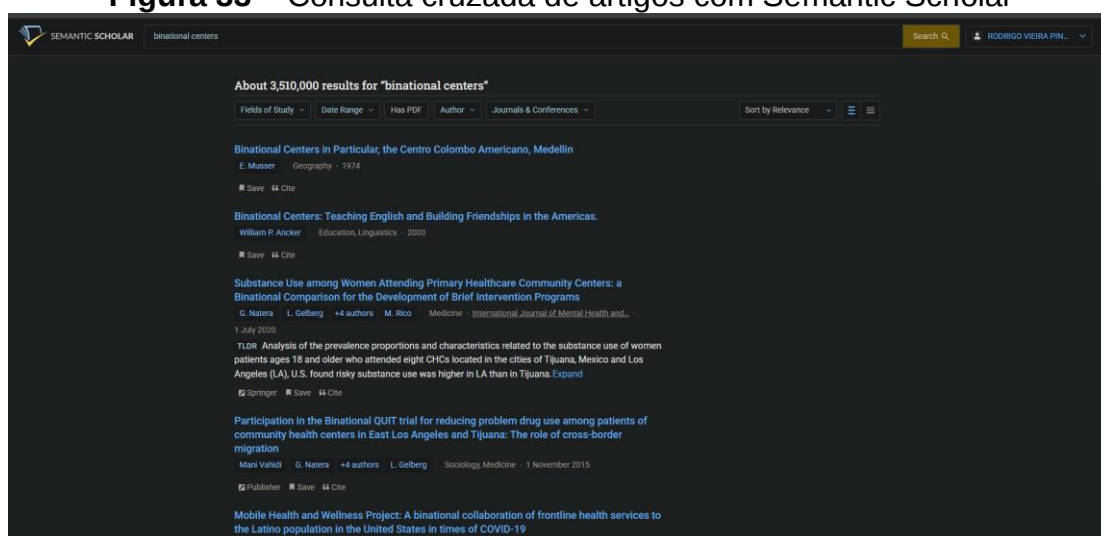
⁹⁵ Ferramenta para leitura assistida de artigos científicos com recursos de análise e síntese. Fonte: SCISPACE. **Copilot**. Disponível em: <https://typeset.io>. Acesso em: jul. 2025.

⁹⁶ Plataforma de busca e análise de artigos científicos com ênfase em relações conceituais. Fonte: SEMANTIC SCHOLAR. **AI-Powered Research Tool**. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org>. Acesso em: jul. 2025.

⁹⁷ Aplicação de visualização de redes bibliográficas e mapas de citação. Fonte: LITMAPS. **Litmaps – Literature Discovery and Mapping Tool**. Disponível em: <https://www.litmaps.com>. Acesso em: jul. 2025.

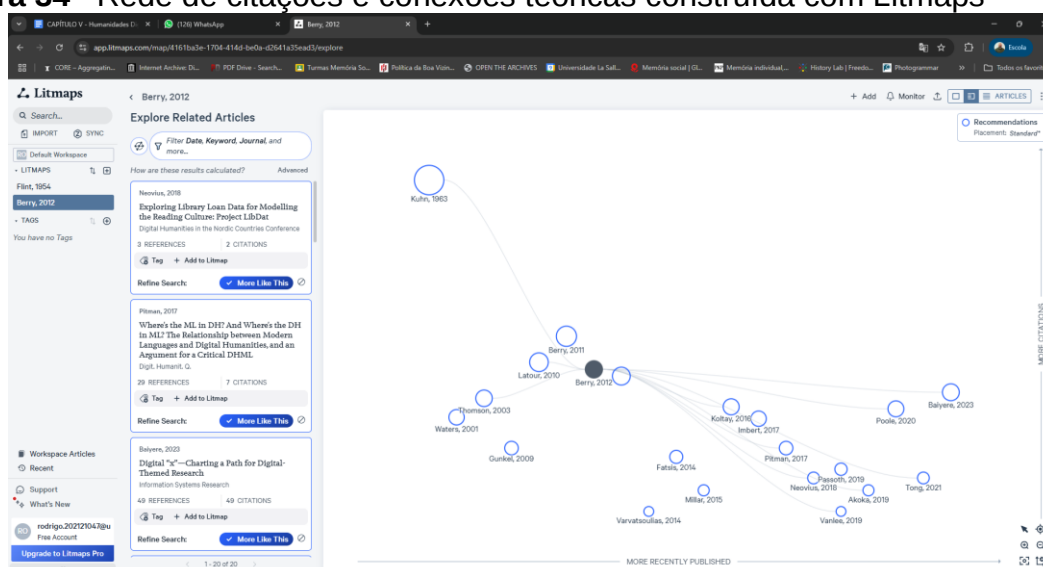
Sua aplicação não se restringiu à simples recuperação de fontes, mas operou como uma forma expandida de leitura relacional, permitindo identificar recorrências lexicais, convergências teóricas e zonas de influência entre autores, artigos e campos disciplinares. Com o auxílio desses instrumentos, foi possível estruturar mapas conceituais de alta densidade, fundados em critérios temáticos previamente definidos, como “*soft power* educacional”, “capital simbólico transnacional” e “curadoria da memória”. Essas redes ampliaram a capacidade analítica da pesquisa, revelando vínculos invisibilizados entre produções acadêmicas dispersas e contribuindo diretamente para a consolidação do referencial teórico da tese.

Figura 33 – Consulta cruzada de artigos com Semantic Scholar



Fonte: Pinnow (2025).

Figura 34– Rede de citações e conexões teóricas construída com Litmaps



Fonte: Pinnow (2025).

As visualizações geradas pelas plataformas Semantic Scholar e Litmaps permitiram transcender a lógica linear da revisão bibliográfica tradicional, viabilizando a construção de redes epistêmicas que conectam, de forma dinâmica, autores, campos disciplinares e eixos teóricos centrais à tese. A partir desses recursos, foi possível identificar núcleos conceituais recorrentes entre as produções de Halbwachs (2006) e Castells (1999), articulando a noção de memória social como matriz simbólica de pertencimento com as formas em que a cultura em rede se projeta como infraestrutura relacional das diplomacias educacionais. As conexões entre palavras-chave, coautorias e padrões de citação revelaram zonas de adensamento bibliográfico em torno de temas como “americanização educacional”, “certificações internacionais”, “capital cultural” e “*soft power*”, oferecendo subsídios empíricos para a formulação das gramáticas de consagração abordadas nos capítulos anteriores.

Litmaps e Semantic Scholar foram muito além de simples ferramentas de busca, atuando como instrumentos essenciais para uma leitura expandida, permitindo compreender como determinados conceitos — como legitimação simbólica, memória institucional crítica e curadoria do apagamento — emergem em contextos distintos e se consolidam em circuitos discursivos transnacionais.

Essa cartografia teórica não apenas fundamentou a coerência interna do projeto, mas também possibilitou a identificação de lacunas epistêmicas, ausências estratégicas e zonas de silenciamento que corroboram a hipótese da seletividade nas redes de produção e circulação do conhecimento. Ao integrar essas plataformas, a tese afirma o valor heurístico das Humanidades Digitais enquanto metodologia de amplificação crítica, revelando que as tramas da diplomacia cultural também se desenham nos regimes de citação e nas topografias da bibliografia científica.

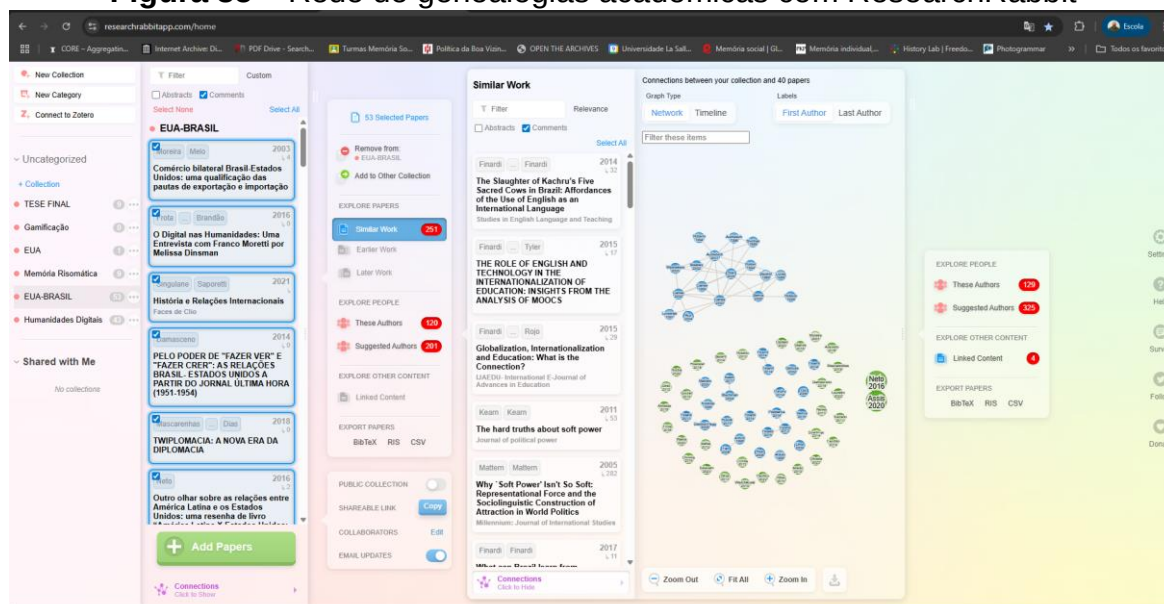
A plataforma ResearchRabbit⁹⁸ destacou-se como recurso estratégico para a construção de genealogias acadêmicas e redes de influência intelectual, permitindo a visualização relacional dos fluxos teóricos que sustentam os campos da diplomacia cultural, das elites simbólicas e das instituições transnacionais de prestígio. A possibilidade de mapear linhagens teóricas entre produções de

⁹⁸ Plataforma para traçar genealogias acadêmicas e redes de citações. Fonte: RESEARCHRABBIT. **ResearchRabbit – Explore research visually**. Disponível em: <https://www.researchrabbit.ai>. Acesso em: jul. 2025.

diferentes períodos e regiões evidenciou como certos autores, especialmente Frances Stonor Saunders (1999), ocupam posições nodais nas tramas que articulam política, cultura e educação como instrumentos de poder geoestratégico.

A plataforma viabilizou a identificação de redes de citações cruzadas entre produções sobre Guerra Fria cultural, certificações internacionais e epistemologias do arquivo, evidenciando zonas de convergência invisibilizadas nas abordagens convencionais.

Figura 35 – Rede de genealogias acadêmicas com ResearchRabbit



Fonte: Pinnow (2025).

Ao construir visualmente esses fluxos, o ResearchRabbit possibilitou observar a consolidação de certos discursos como cânones interpretativos, bem como os circuitos simbólicos de legitimação que naturalizam a hegemonia de narrativas norte-americanas sobre cooperação educacional e intercâmbio cultural.

As genealogias reveladas não apenas reforçaram a centralidade de conceitos-chave da tese, como também expuseram a recorrente exclusão de autores do Sul Global⁹⁹ nos campos investigados — o que dialoga diretamente com a crítica à colonialidade do saber e à seletividade das memórias institucionais. A inclusão desse recurso permitiu, portanto, transformar o percurso da revisão

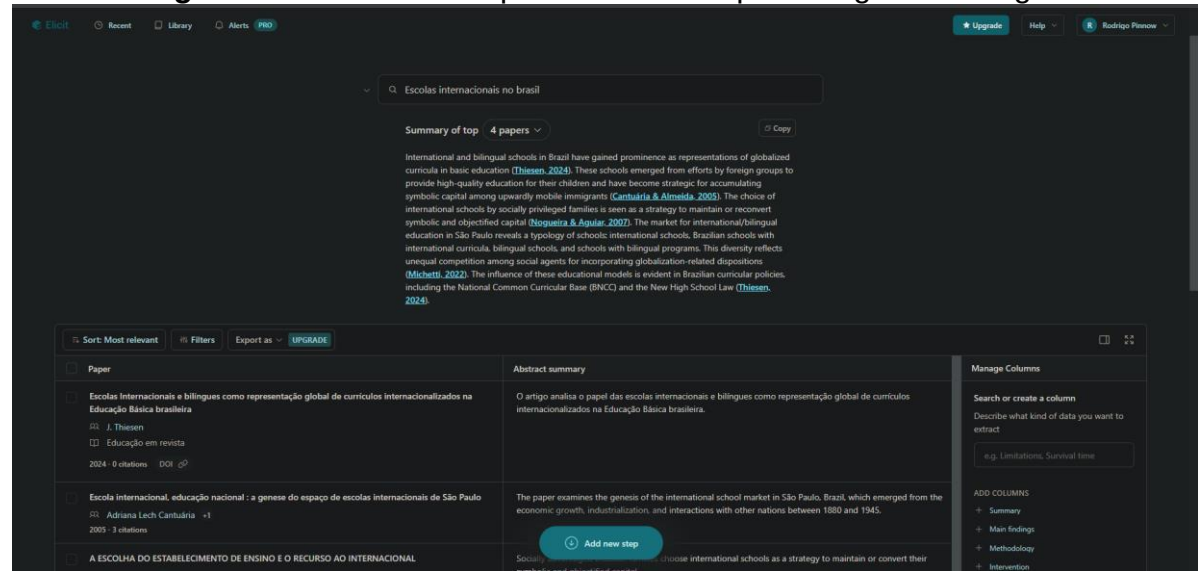
⁹⁹ Refere-se a um conjunto de países da América Latina, África, Ásia e Oceania historicamente marginalizados nas dinâmicas econômicas, políticas e epistemológicas globais. O termo ultrapassa uma divisão meramente geográfica, e está relacionado às assimetrias de poder, heranças coloniais e disputas por reconhecimento simbólico. Ver: SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

bibliográfica em uma prática crítica de cartografia teórica, na qual o mapeamento das ausências é tão relevante quanto o reconhecimento dos centros discursivos de poder.

As inteligências artificiais Elicit¹⁰⁰ e Perplexity¹⁰¹ foram incorporadas à fase exploratória da pesquisa, visando ampliar o escopo do levantamento bibliográfico e documental, sobretudo em repositórios abertos, bases descentralizadas e arquivos institucionais que não figuram nos indexadores acadêmicos tradicionais. Ambas operam com modelos de inteligência artificial generativa voltados à síntese textual, identificação de padrões temáticos e triagem de documentos.

Sua utilização viabilizou o rastreamento de fontes dispersas em bancos digitais e revistas de acesso aberto, além de permitir a rápida comparação entre abordagens conceituais distintas. Aplicadas de forma complementar às ferramentas canônicas das Humanidades Digitais, essas plataformas expandiram a capacidade de detecção de materiais marginais, contribuindo para o mapeamento de zonas de apagamento na memória institucional das escolas e centros analisados.

Figura 36 – Interface da plataforma Elicit para triagem de artigos



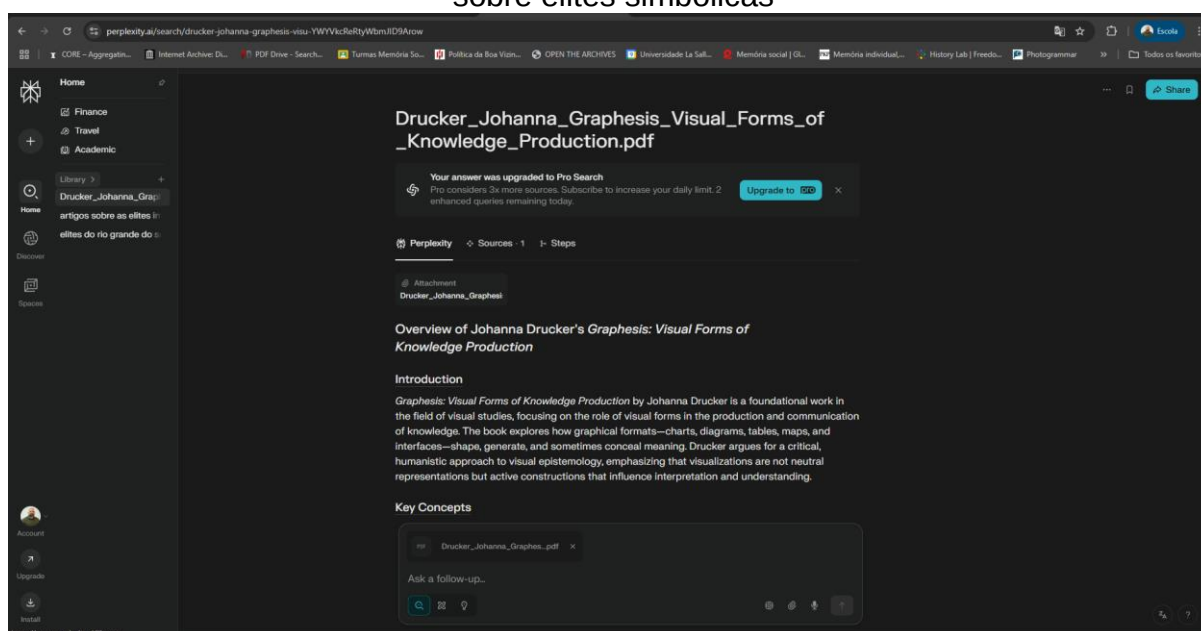
Fonte: Pinnow (2025).

¹⁰⁰ Ferramenta de IA para pesquisa acadêmica e triagem de literatura. Fonte: ELICIT. **Elicit: The AI Research Assistant**. Disponível em: <https://elicit.org>. Acesso em: jul. 2025.

¹⁰¹ Assistente de IA para busca e síntese de fontes com base em grandes modelos de linguagem. Fonte: PERPLEXITY AI. **Perplexity – Ask anything**. Disponível em: <https://www.perplexity.ai>. Acesso em: jul. 2025.

A aplicação combinada do Elicit e do Perplexity revelou sua utilidade como estratégia metodológica para localizar documentos ignorados por algoritmos convencionais de busca, facilitando o acesso a relatórios governamentais, livros comemorativos, pareceres institucionais e artigos técnico-educacionais de circulação restrita. Esses materiais auxiliaram na triangulação das fontes e na problematização da ausência de registros sobre fundadores, contextos de fundação e vínculos diplomáticos. Em vez de substituir o trabalho de curadoria, essas plataformas funcionaram como amplificadores heurísticos, permitindo identificar zonas de silêncio e selecionar conteúdos alinhados aos critérios documentais da tese. Essa prática dialoga com o compromisso epistêmico assumido pelo projeto: visibilizar o que foi sistematicamente ocultado, deslocado ou marginalizado pelas narrativas institucionais oficiais.

Figura 37 – Tela da plataforma Perplexity com síntese de artigos sobre elites simbólicas



Fonte: Pinnow (2025).

O ChatGPT¹⁰² foi adotado de maneira criteriosa e meticulosamente controlada como instrumento de apoio técnico à pesquisa, com funções específicas de mineração lexical, organização temática e tradução técnica de documentos.

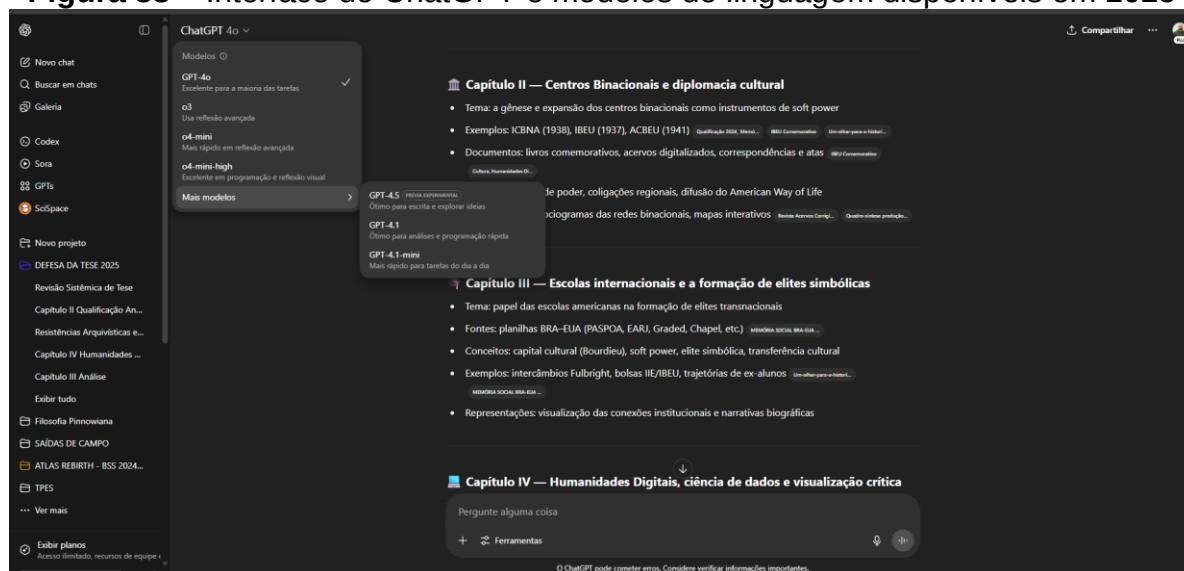
Diferentemente de outras aplicações de inteligência artificial, sua função no projeto esteve subordinada à curadoria crítica do pesquisador, sem geração de

¹⁰² Ferramenta de apoio à análise lexical, tradução técnica e síntese de temas. Fonte: OPENAI. ChatGPT. Disponível em: <https://chat.openai.com>. Acesso em: jul. 2025.

conteúdo original, inferências analíticas ou substituição da escrita autoral. Todas as intervenções foram realizadas com base em materiais documentais reais, já integrados ao projeto, e operaram sempre no interior de um protocolo metodológico transparente, registrado nos apêndices da tese. Seu uso se fundamentou na concepção de IA como ferramenta de mediação cognitiva, e não como produtora autônoma de conhecimento.

A decisão de utilizar o ChatGPT como recurso auxiliar — em detrimento de plataformas como Gemini, Claude ou Copilot da Microsoft¹⁰³ — se fundamentou em três critérios principais: 1) acessibilidade à curadoria de sessões completas, o que permitiu rastreabilidade total das interações; 2) possibilidade de personalização e integração com corpus fechado, garantindo que nenhuma informação externa ou não documentada fosse inserida nas análises; e 3) registro sequencial e verificável das interações, essencial para a transparência metodológica da pesquisa.

Figura 38 – Interface do ChatGPT e modelos de linguagem disponíveis em 2025



Fonte: Imagem capturada pelo autor (2025).

¹⁰³ Gemini (Google), Claude (Anthropic) e Copilot (Microsoft) são plataformas baseadas em modelos de linguagem de grande escala (LLMs) desenvolvidas para tarefas de redação, análise textual, programação e assistência em produtividade. Apesar de sua crescente popularidade, tais ferramentas apresentam limitações no que diz respeito à curadoria de fontes acadêmicas verificáveis, reprodutibilidade dos resultados e rastreabilidade metodológica, especialmente em projetos que demandam rigor epistemológico. Neste projeto, optou-se por utilizar exclusivamente o ChatGPT em função de sua integração direta com workflows de análise lexical, geração de esquemas comparativos e leitura de grandes corpora, sempre com validação crítica por parte do pesquisador.

Além disso, o ChatGPT demonstrou maior estabilidade no gerenciamento de referências reais previamente integradas à base da tese, o que se mostrou fundamental diante da exigência de zero invenções, plágio ou extrapolação interpretativa. O uso dessa plataforma, portanto, não se deu por preferência técnica, mas por coerência metodológica, rastreabilidade e respeito aos critérios éticos e epistêmicos do projeto.

Todas as tecnologias descritas foram integradas ao processo de *distant reading* como dispositivos técnicos de apoio à análise lexical, à interpretação temática e à identificação de padrões discursivos nos conteúdos produzidos por instituições vinculadas às redes de colaboração Brasil–Estados Unidos. Em nenhum momento sua aplicação substituiu a leitura crítica, a mediação autoral ou a interpretação teórico-metodológica do pesquisador.

Ao contrário, a atuação das inteligências artificiais foi cuidadosamente documentada e subordinada aos critérios éticos previamente definidos no projeto. A mediação algorítmica, nesse contexto, exige não apenas domínio técnico, mas sobretudo um posicionamento epistemológico crítico, atento às opacidades dos modelos, às estruturas de poder embutidas nos dados e às disputas simbólicas que atravessam os arquivos digitais (Drucker, 2014).

As visualizações inseridas neste capítulo foram concebidas não como meros recursos ilustrativos, mas como representações interpretativas que dialogam com a hipótese central da tese e com os autores que sustentam sua arquitetura conceitual. Uma das representações evidencia a diferença entre redes documentadas e redes silenciadas, apontando zonas de apagamento e camadas de ausência institucional; outra projeta um léxico institucional extraído dos sites de escolas internacionais, demonstrando a padronização vocabular em torno de expressões como “excelência”, “cidadania global” e “valores”, em detrimento de termos como “Guerra Fria” ou “diplomacia cultural”. Essas imagens articulam-se diretamente com os conceitos de memória seletiva (Pollak, 1989), apagamento simbólico (Jockers, 2013) e materialidade visual do conhecimento (Drucker, 2014), reforçando o caráter insurgente da metodologia proposta.

Todas as decisões metodológicas foram registradas em fichas de curadoria, planilhas cronológicas e logs de versão, garantindo rastreabilidade, reprodutibilidade e transparência no percurso investigativo. Essa prática consolida o compromisso ético da pesquisa com a produção de conhecimento responsável, tecnicamente

fundamentado e epistemologicamente situado. Além de organizar dados, a metodologia adotada reconfigura o olhar historiográfico sobre os arquivos e suas zonas de sombra, propondo uma leitura das redes de colaboração como artefatos simbólicos em disputa — sujeitos a estratégias de consagração, silenciamento e reinterpretção (Ricoeur, 2007; Bourdieu, 1998).

A base georreferenciada construída a partir do banco de dados MEMÓRIA SOCIAL BRA–EUA — que integram escolas internacionais, centros binacionais, programas de intercâmbio e vínculos diplomáticos — permitiu a elaboração de um panorama cartográfico preciso sobre a distribuição e a densidade institucional dessas redes ao longo do século XX e início do XXI.

Composta por informações sistematizadas entre 2012 e 2025, essa base foi organizada com critérios de curadoria histórica e categorização simbólica, integrando variáveis como ano de fundação, localização geográfica, natureza do vínculo consular, tipo de certificação e grau de exposição pública das fontes. A partir dela, foi possível evidenciar padrões estruturais e selecionar representações visuais que demonstram como a constituição dessas redes foi orientada por critérios de capilaridade simbólica, interesses diplomáticos e estratégias de consagração territorial do projeto cultural estadunidense no Brasil.

Figura 39 – Mapa dos centros binacionais no Brasil



Fonte: Autoria própria, adaptado dos dados organizados do banco de dados Memória Social BRA–EUA (2025).

Na sequência, analisam-se os resultados gerados pelas visualizações, sociogramas e mapas, destacando como esses instrumentos contribuíram para a confirmação, reinterpretação ou complexificação das hipóteses centrais da tese.

6.2 Visualizações críticas e disputas de memória

Esta seção busca expandir a análise crítica das visualizações produzidas ao longo da pesquisa, aprofundando a leitura dos dados obtidos nas plataformas institucionais, planilhas do projeto e registros documentais sistematizados. O ponto de partida metodológico está na articulação entre *distant reading* e análise visual crítica (Drucker, 2014), permitindo que os dados digitalizados não sejam apenas ilustrativos, mas produtores de sentido.

O uso dos recursos como Voyant Tools, Google Sheets, Datawrapper e Gephi¹⁰⁴ viabilizou uma série de representações que não apenas acompanham o texto, mas o problematizam e o expandem. A produção de infográficos e mapas digitais possibilitou a elaboração de quatro tipos principais de visualizações críticas:

- **Sociogramas de conexão institucional:** por meio do cruzamento entre os centros binacionais, escolas internacionais e programas de intercâmbio, foi possível construir redes de influência que evidenciam graus de centralidade institucional. A análise visual revelou a preeminência de centros como IBEU, ACBEU e ICBNA, frequentemente conectados a múltiplas redes externas, como Fulbright, EducationUSA, LASPAU e IIE.
- **Mapas de calor e densidade territorial:** utilizando dados de fundação, localidade e tipo de currículo, os mapas indicam forte concentração de instituições no eixo Rio - São Paulo - Sul. Regiões como norte e Centro-Oeste apresentam baixa densidade institucional, revelando assimetrias históricas e reforçando o conceito de “exclusão informacional” (Castells, 1999).
- **Análises lexicais dos websites e fontes institucionais:** a partir do Voyant Tools, foi possível identificar a baixa incidência de termos como “diplomacia cultural”, “*soft power*”, “Estados Unidos” ou “Guerra Fria” nos sites das

¹⁰⁴ Software de código aberto para análise e visualização de redes sociais e relações entre dados. Referência: BASTIAN, Mathieu; HEYMANN, Sebastien; JACOMY, Mathieu. Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks. In: International AAAI Conference on Weblogs and Social Media, 2009.

instituições. Em contrapartida, termos como “liderança”, “excelência”, “cidadania global” e “inovação” dominam a narrativa. Essa padronização vocabular sugere um esvaziamento político-discursivo das memórias fundacionais dessas instituições.

- **Diagramas de exclusão e lacunas documentais:** construídos a partir das ausências nos arquivos digitais, esses diagramas indicam os documentos não disponibilizados, os períodos sem registros e as memórias suprimidas. Um exemplo marcante é a lacuna dos anos 1940 e 1950 nos portais do ICBNA e do ACBEU, justamente quando esses centros estavam em plena articulação com as políticas do OCIAA.

Ao apresentar essas visualizações, propõe-se uma abordagem visual-computacional como metodologia de crítica histórica. A imagem não substitui a análise — ela a amplifica. A leitura combinada dos gráficos, mapas e diagramas revela a complexidade das disputas simbólicas em torno da memória institucional. Em vez de confirmar as narrativas oficiais, os dados revelam a arquitetura do esquecimento. Assim, a representação gráfica se converte em documento político.

O uso das Humanidades Digitais, portanto, permitiu criar um espaço de leitura intersticial, em que os dados dialogam com as ausências e os silêncios. Como argumenta Ricoeur (2007), a hermenêutica do esquecimento exige uma escuta ética das lacunas. As visualizações aqui propostas não encerram a interpretação, mas inauguram o regime de leitura histórica em rede. Para ampliar a inovação metodológica e expandir o repertório de análise visual, propõem-se ainda as seguintes representações adicionais:

- **Linha do tempo interativa das conexões institucionais:** combinando a fundação de cada centro binacional, escola internacional e agência de intercâmbio com eventos políticos e diplomáticos relevantes (como a criação do OCIAA, a promulgação de decretos educacionais, a Guerra Fria e reformas curriculares), esta linha do tempo revela os ritmos históricos e a sincronicidade entre agendas locais e globais.

- **Nuvens de coocorrência semântica:** a partir da leitura de websites, newsletters e manuais institucionais, essas visualizações mostram quais termos aparecem frequentemente associados. Por exemplo, a associação entre “liderança” e “cidadania global” ou entre “intercâmbio” e “excelência” aponta para uma reconfiguração simbólica do ideário formativo dessas instituições.
- **Mapas de influência de prestígio acadêmico:** organizados como redes de validação, esses mapas cruzam certificados IB, parcerias com universidades estrangeiras e premiações institucionais. O resultado é uma cartografia do capital simbólico institucional, permitindo identificar quais escolas e centros concentram maior prestígio educacional internacional.
- **Gráfico de dispersão histórico-discursivo:** eixos coordenados relacionam a densidade lexical crítica (com presença de termos como “hegemonia”, “*soft power*” ou “diplomacia”) com a cronologia dos documentos. O objetivo é mostrar quais períodos históricos têm maior densidade crítica e quais foram silenciados nas publicações institucionais.
- **Painel de ausências:** inspirado em trabalhos de curadoria do apagamento, esse painel sistematiza os principais documentos, nomes de agentes, marcos históricos e temas ausentes nos arquivos públicos de cada centro. Tal visualização reforça a centralidade do que é silenciado como categoria analítica.
- **Cartografia da memória institucional em camadas:** um mapa interativo que permite sobrepor camadas de dados — localização geográfica, data de fundação, vínculo institucional, currículos adotados e eventos históricos — para permitir múltiplas leituras do território simbólico das redes de colaboração.

As representações listadas acima foram incorporadas progressivamente ao longo da pesquisa, com base na análise dos bancos de dados organizados e nos recursos digitais aplicados. Todas as visualizações mencionadas correspondem a categorias metodológicas efetivamente exploradas nos capítulos anteriores, servindo como suporte à argumentação crítica sobre redes, apagamentos e disputas de memória, articulando os bancos de dados construídos com as ferramentas das Humanidades Digitais e assegurando que cada gráfico, diagrama ou mapa dialogue

diretamente com os conceitos centrais da tese: rede, apagamento, memória, disputa simbólica e curadoria crítica.

Essa constatação está em consonância com a análise de Castells (1999), que propõe a noção de rede como forma predominante de organização na sociedade contemporânea. Segundo ele, as redes são estruturas abertas, dinâmicas e adaptativas que concentram fluxos de poder, informação e prestígio.

Em vista disso, estar conectado a essas redes — ou delas ser excluído — determina o grau de relevância simbólica e funcional de uma instituição. No caso desta pesquisa, a exclusão de determinadas regiões ou instituições das visualizações, expressa não apenas uma realidade geográfica, mas um processo ativo de marginalização na construção do imaginário educacional internacionalizado.

6.3 Ferramentas digitais e leitura distante como estratégia interpretativa

Esta seção aprofunda a utilização das Humanidades Digitais como abordagem estratégica para a análise das redes de colaboração entre Brasil e Estados Unidos, com ênfase na leitura distante (*distant reading*) e no uso de recursos computacionais críticos. Inspirado em autores como Moretti (2013), Manovich (2001) e Drucker (2014), o *distant reading* se apresenta aqui não apenas como método técnico, mas como prática epistemológica voltada à desnaturalização das estruturas documentais e discursivas.

A combinação entre plataformas como Voyant Tools, SciSpace, Litmaps, Google Sheets e Gephi permitiu estruturar uma metodologia baseada em triangulação crítica de dados. Essa triangulação funciona em três eixos complementares:

- a) **Leitura lexical ampliada**, a partir de corpus textual derivado dos sites, publicações comemorativas, documentos históricos e arquivos institucionais dos centros binacionais e escolas internacionais;
- b) **Mapeamento relacional**, com construção de redes de conexão institucional, trajetórias formativas, vínculos com programas internacionais e certificações de prestígio;

c) **Representação visual crítica**, com infográficos, linhas do tempo, diagramas de exclusão e sociogramas interpretativos.

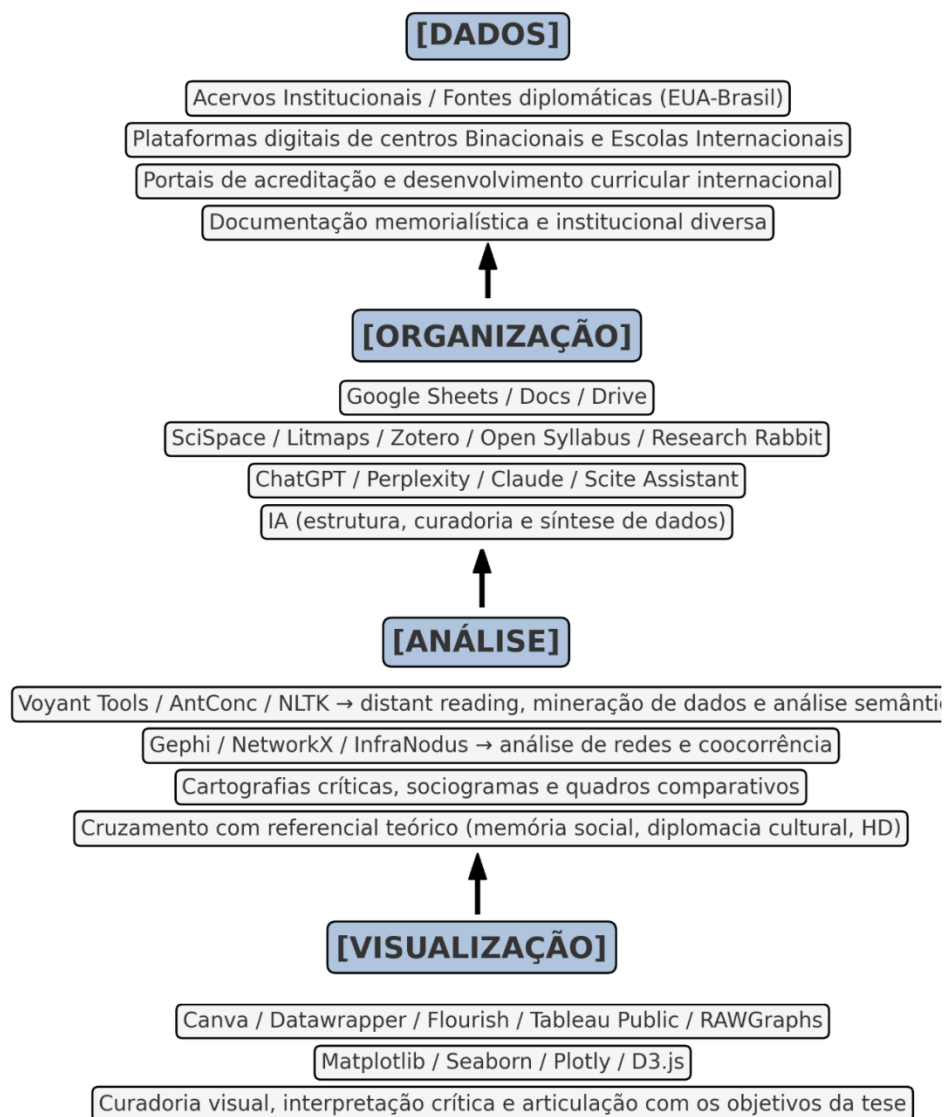
A estrutura metodológica da tese foi concebida com base em uma lógica de triangulação crítica, que permite articular fontes primárias, técnicas de leitura digital e representações visuais de modo a fortalecer a inteligibilidade das redes de colaboração estudadas.

Tal triangulação não se restringe à soma de instrumentos ou ao uso instrumental dos recursos digitais, mas opera como eixo epistemológico: confronta ausências, revela recorrências discursivas, torna visíveis silêncios e dá forma aos padrões de apagamento histórico.

Conforme aponta Drucker (2014), a visualidade, nesse contexto, deixa de ser ilustração e passa a operar como linguagem de pensamento e estratégia argumentativa. A escolha por plataformas oriundas das humanidades digitais e da ciência de dados não corresponde a um modismo técnico, mas a uma exigência metodológica diante da dispersão, fragmentação e opacidade das fontes analisadas — como argumentam Manovich (2013) e Ramsay (2011), ao defenderem o uso da visualização como forma de leitura crítica algorítmica.

Neste viés, ao optar por uma metodologia que transita entre *distant reading*, análise de redes e curadoria visual, a pesquisa insere-se na fronteira entre a crítica documental e a experimentação digital. A imagem a seguir traduz essa arquitetura em quatro níveis interdependentes — dados, organização, análise e visualização — e explicita os dispositivos teóricos e tecnológicos que sustentam cada etapa do processo investigativo.

Como propõe Moretti (2013), o *distant reading* não implica afastamento, mas transformação da escala da análise para gerar inteligibilidade estrutural. A visualidade, nesse processo, constitui-se como linguagem epistêmica que revela, tensiona e reorganiza o campo documental. Cada ferramenta utilizada atua como lente interpretativa, e cada camada reflete o compromisso da tese com rigor analítico, sofisticação metodológica e inovação crítica.

Figura 40 – Fluxograma da arquitetura metodológica e digital da pesquisa

Fonte: Autoria própria, com base em fontes institucionais e ferramentas das humanidades digitais (2025).

A imagem acima sintetiza o percurso metodológico da pesquisa, ancorado em práticas das humanidades digitais e articulado em quatro camadas complementares: dados, organização, análise e visualização. A estrutura delineia o trânsito entre acervos institucionais, plataformas digitais, arquivos memorialísticos e fontes diplomáticas, configurando uma base documental ampla e conectada. Essa matéria-prima foi organizada por meio de aplicações como Google Sheets, Zotero, SciSpace, Litmaps, Open Syllabus¹⁰⁵ e Research Rabbit, que favoreceram o rastreamento, categorização e cruzamento dos dados.

¹⁰⁵ O Open Syllabus é uma plataforma acadêmica internacional que coleta, organiza e analisa milhões de programas de disciplinas universitárias ao redor do mundo. A partir dessa base, gera rankings

O bloco analítico se constrói a partir de procedimentos de *distant reading*, mineração de dados textuais, análise de redes e construção de sociogramas, utilizando ferramentas como Voyant Tools, AntConc¹⁰⁶, Gephi, InfraNodus¹⁰⁷ e NLTK¹⁰⁸. Por fim, as representações visuais derivadas desse processo foram sistematizadas por meio de plataformas como Canva, Flourish, RAWGraphs e D3.js, revelando a dimensão crítica, curatorial e interpretativa da tese. A imagem não apenas explicita os recursos técnicos empregados, mas também reafirma o compromisso da pesquisa com uma epistemologia visual ancorada em densidade analítica, criticidade e sofisticação metodológica.

Cada eixo é articulado a categorias teóricas como capital simbólico (Bourdieu, 1998), quadros sociais da memória (Halbwachs, 2006) e a lógica da rede (Castells, 1999), consolidando uma metodologia que não se limita a extrair padrões, mas busca evidenciar os mecanismos de exclusão, ocultamento e legitimação simbólica no interior das redes de colaboração.

Nesse contexto, a leitura distante se revelou eficaz para identificar silenciamentos sistemáticos, como já discutido por autores como Nora (1993), ao destacar a seletividade da memória e a construção de lugares de memória como instrumentos de poder simbólico.

O cruzamento entre dados institucionais e vocabulário público mostrou como as instituições produzem uma narrativa homogênea — desprovida de marcas históricas, referências diplomáticas ou registros de influência externa. Tal prática está em consonância com o que Trouillot (1995) denomina de “silenciamento da produção histórica”, um processo pelo qual certos eventos e sujeitos são excluídos deliberadamente do registro institucional.

A ausência reiterada de termos como “Estados Unidos”, “Guerra Fria”, “boa vizinhança” ou “agências de fomento” nos documentos oficiais não se explica apenas por uma limitação técnica, mas por um processo ativo de curadoria do

e visualizações sobre os livros mais utilizados em diferentes áreas do conhecimento. Sua metodologia permite rastrear o impacto curricular de obras acadêmicas, funcionando como um índice de presença em disciplinas universitárias. Disponível em: <https://opensyllabus.org>. Acesso em: 13 jul. 2025.

¹⁰⁶ Software de análise textual baseado em corpus, com foco em frequências, coocorrências e concordâncias. Fonte: ANTHONY, Laurence. **AntConc (Version 4.2)**. Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc>. Acesso em: jul. 2025.

¹⁰⁷ Ferramenta de análise de discurso, redes semânticas e visualização de narrativas. Fonte: NODUS LABS. **InfraNodus**. Disponível em: <https://www.infranodus.com>. Acesso em: jul. 2025.

¹⁰⁸ Biblioteca Python voltada para processamento de linguagem natural. Fonte: BIRD, Steven; KLEIN, Ewan; LOPER, Edward. **Natural Language Processing with Python**. O'Reilly Media, 2009.

esquecimento, conforme delineado por Ricoeur (2007) e reiterado nas práticas de apagamento observadas nos acervos estudados nesta pesquisa.

Como exercício de inovação metodológica, propõe-se, além das visualizações mencionadas, a elaboração de painéis de *distant reading* comparativos já realizados com base em ferramentas como Voyant Tools, especialmente aqueles aplicados à comparação entre vocabulários de sites institucionais e documentos comemorativos, evidenciando a divergência lexical entre instituições de diferentes períodos ou alinhamentos curriculares, seguindo a proposta de leitura automatizada e crítica do discurso institucional desenvolvida por Moretti (2013) e aplicada em estudos recentes de Humanidades Digitais (Drucker, 2014; Manovich, 2001).

Esses painéis podem cruzar, por exemplo, o vocabulário de escolas que adotam currículo IB com aquelas que não adotam, ou comparar os registros textuais de instituições fundadas nos anos 1930–1950 com aquelas surgidas após 1990. A divergência lexical, quando interpretada à luz da historiografia cultural (Chartier, 1988; Certeau, 1982), revela a mutação do discurso institucional e, por consequência, a transformação de seus vínculos com o campo diplomático e educacional global.

Essas comparações também evidenciam diferentes estratégias de legitimação simbólica, apagamento de origens diplomáticas e reconfiguração do *ethos* institucional, conforme demonstrado por Trouillot (1995) ao discutir as camadas de silenciamento no processo de produção do registro histórico.

Outro exercício metodológico possível é a aplicação de análise de sentimentos sobre discursos institucionais em inglês e português, o que permite perceber variações semânticas que refletem estratégias distintas de posicionamento frente a públicos diferentes. As Humanidades Digitais, aqui, tornam-se uma gramática de leitura das tensões entre o dito e o silenciado, entre o institucionalizado e o suprimido.

Por fim, deve-se reconhecer que os recursos computacionais utilizados não substituem a crítica historiográfica, mas a expandem — sobretudo quando aliados a abordagens consolidadas na historiografia cultural e na memória social. Autores como Chartier (1988) e Certeau (1982) já apontavam a centralidade dos mecanismos de produção e circulação do discurso histórico como campo de disputa simbólica. A partir dessas contribuições, as Humanidades Digitais não operam como

substituição da crítica, mas como alargamento metodológico que amplia os modos de ler e interrogar os rastros documentais.

Elas criam camadas de visibilidade e inteligibilidade para fenômenos historicamente negligenciados, oferecendo ao pesquisador possibilidades de leitura simultaneamente ampliada e crítica. O *distant reading*, neste caso, é também uma prática política: ao sistematizar os silêncios, contribui para reescrever o campo da memória institucional de forma mais plural e rigorosa, atualizando também a noção de quadros sociais de memória conforme Halbwachs (2006) e incorporando o debate sobre lugares de memória proposto por Nora (1993), que se expande no ambiente digital para além dos monumentos físicos e arquivos tradicionais.

A leitura distante, nesse sentido, articula-se diretamente com o conceito de rede proposto por Castells (1999), pois torna visível a estrutura de conexões simbólicas que se estabelecem entre os diversos atores analisados — centros binacionais, escolas internacionais, fundações de fomento, universidades e agências governamentais. Tais conexões não são neutras, mas carregam marcas históricas, relações de poder e seleções ideológicas. O *distant reading* torna-se, assim, não apenas uma técnica, mas uma estratégia interpretativa crítica que revela como essas redes operam para legitimar certos discursos e silenciar outros.

6.4 Arquivo vivo, apagamentos e resistência documental

Esta seção sistematiza a categoria analítica de “arquivo vivo” como eixo teórico-metodológico da tese. Longe de ser mero repositório estático, o arquivo vivo é aqui entendido como espaço em disputa, tensionado por práticas de curadoria, silenciamento e resistência. Inspirado em Ricœur (2007), Nora (1993) e Derrida (1995), este conceito articula as práticas documentais aos regimes de memória institucional, nos quais o que se arquivava está indissociavelmente ligado ao que se esquece, se deforma ou se apaga.

Neste cenário, as redes de colaboração analisadas ao longo desta pesquisa — centros binacionais, escolas internacionais, programas de intercâmbio — não operam apenas como canais de difusão cultural, mas como dispositivos de memória. Seus arquivos, portais e publicações comemorativas foram produzidos não para contar a história, mas para legitimar um determinado projeto institucional e simbólico.

É nesse ponto que o conceito de arquivo vivo se torna operatório: ao tratar o arquivo como campo relacional, carregado de intencionalidades, ausências e disputas.

Não obstante, a leitura crítica dos arquivos institucionais não se limita ao que está presente, mas se orienta, sobretudo, pela investigação sistemática do que foi suprimido, reconfigurado ou silenciado ao longo do tempo. Nesse sentido, a matriz de presença e ausência construída a partir da análise documental dos centros binacionais e escolas internacionais permite evidenciar quais categorias são valorizadas e quais são invisibilizadas nas narrativas institucionais.

As lacunas não são aleatórias: constituem-se como índices de poder simbólico, estratégias de gestão da memória e dispositivos de apagamento institucional. Como propõe Ricoeur (2007), o arquivo é tanto um lugar de inscrição quanto de esquecimento e, por isso, sua análise exige que se rastreie aquilo que foi deixado de fora com igual atenção ao que foi incluído.

Quadro 18 – Painel de presença e ausência institucional nas narrativas documentais
- (✓ presença confirmada | ✗ ausência total | □ presença parcial ou lacunar)

Instituição	Fundação	Funda- dores	Apoio EUA	Guerra Fria	Fulbright / IIE	Vínculos diplomáticos	Eventos EUA- Brasil
IBEU (RJ)	✓	✓	✓	□	✓	✓	✓
ICBNA (POA)	✓	✓	✓	✗	✗	□	□
ACBEU (BA)	✓	✓	✓	✗	✓	✓	✓
CTJ (DF)	✓	✗	✓	✗	✓	✓	✓

Fonte: Autoria própria, adaptado a partir de dados institucionais e análise documental, conduzida no âmbito da pesquisa de doutorado (2025).

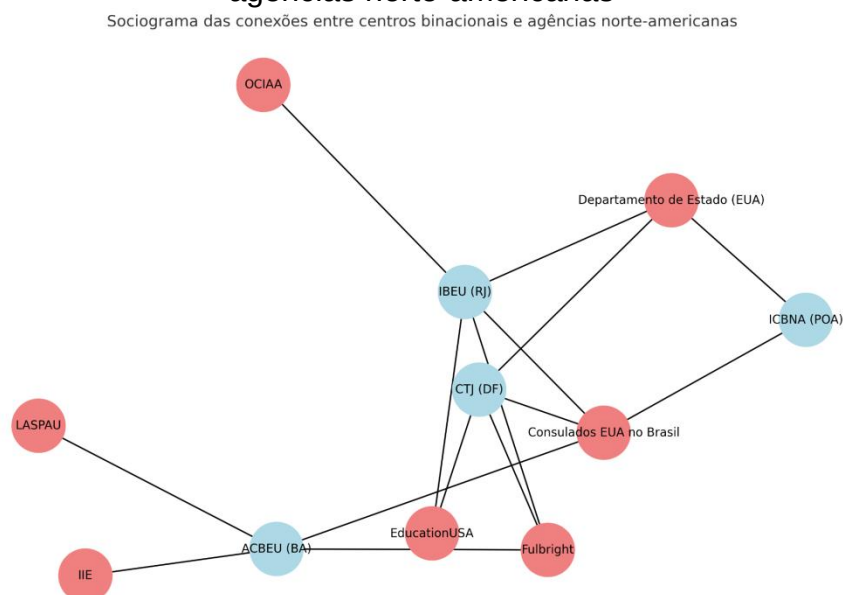
O painel acima explicita a lógica seletiva das narrativas institucionais presentes nos centros binacionais. Embora os dados mostrem que a maioria dessas instituições registra suas datas de fundação e menciona os nomes dos fundadores — como atestado nas atas e documentos memorialísticos — outras categorias fundamentais à compreensão das redes de colaboração, como a relação com a Guerra Fria e vínculos explícitos com programas como Fulbright ou IIE, continuam a aparecer de forma parcial, indireta ou silenciada.

A presença de referências diplomáticas e eventos oficiais EUA–Brasil é notável em centros como o IBEU e a ACBEU, enquanto no ICBNA, por exemplo, surgem de modo tênue ou apenas sugerido. Essa seletividade documental, como

discutem Halbwachs (2006) e Bourdieu (1989), evidencia que os arquivos operam menos como espelhos do passado e mais como arenas de disputa simbólica. O gráfico, portanto, funciona como instrumento hermenêutico, revelando que a visibilidade institucional é fruto de decisões curatoriais que moldam o que se preserva e o que se esquece.

A tessitura institucional dos centros binacionais revela-se inseparável das engrenagens diplomáticas e culturais que os conformaram ao longo do século XX. Longe de constituírem iniciativas autônomas ou desvinculadas, tais centros emergem como nodos articuladores de uma rede transnacional de influência, cuja origem remonta-se à atuação coordenada de órgãos como o OCIAA e o Departamento de Estado dos EUA.

Figura 41 – Sociograma das conexões entre centros binacionais e agências norte-americanas



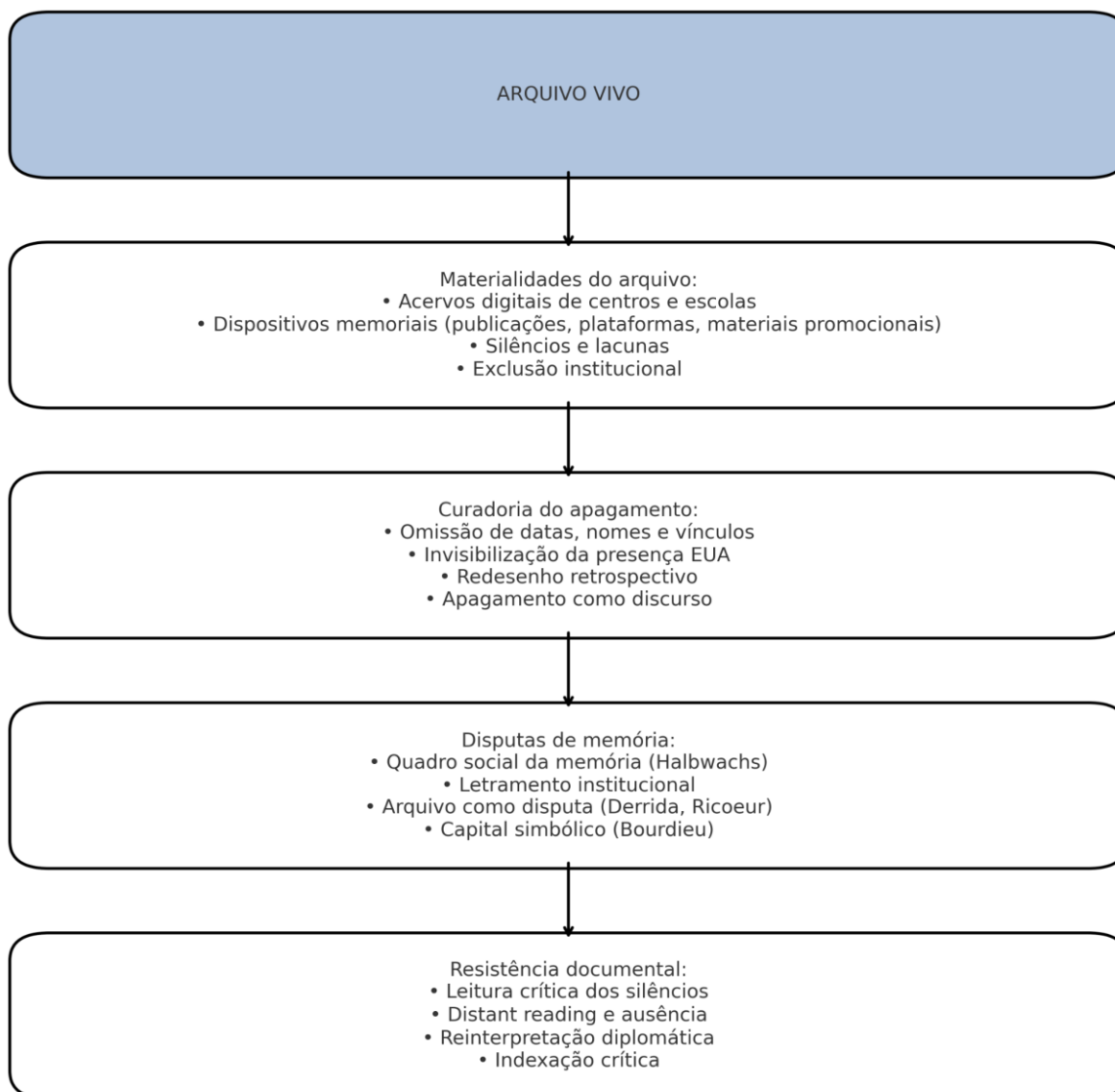
Fonte: Autoria própria, com base em documentos institucionais e históricos (2025).

A imagem evidencia que centros como o IBEU e a Casa Thomas Jefferson atuam como nós de alta conectividade, conectando-se a múltiplas agências estadunidenses como Fulbright, EducationUSA e o Departamento de Estado. Tais vínculos não apenas revelam a origem estratégica desses centros no contexto da Política de Boa Vizinhança e da Guerra Fria cultural, mas também reafirmam a hipótese central da tese: os centros binacionais são articuladores ativos da política externa norte-americana e agentes de mediação simbólica entre as duas culturas. A

rede representada graficamente é, ao mesmo tempo, uma cartografia de influência e um índice das ausências críticas da historiografia tradicional.

A noção de “arquivo vivo”, central à tessitura argumentativa deste capítulo, expressa a compreensão de que os documentos não apenas registram, mas também silenciam, omitem e performam versões autorizadas da memória institucional. Longe de serem repositórios neutros, os arquivos analisados nesta pesquisa revelam-se campos de disputa simbólica e política. Para compreender tais dinâmicas, construiu-se o seguinte mapa conceitual, que articula quatro camadas analíticas em torno do arquivo como dispositivo ativo de poder, esquecimento e representação.

Figura 42 – Mapa conceitual do Arquivo Vivo e suas camadas de análise crítica



Fonte: Autoria própria, a partir das categorias teóricas desenvolvidas na tese e referências de memória social, diplomacia cultural e humanidades digitais (2025).

A partir da imagem, observa-se que o conceito de arquivo vivo se desdobra em múltiplas camadas: das materialidades documentais às práticas de resistência interpretativa. A camada da curadoria do apagamento evidencia que a omissão de vínculos fundacionais e a invisibilização da mediação norte-americana não são casuais, mas práticas sistemáticas de reconfiguração institucional.

Já as disputas de memória, tensionadas a partir do quadro social da memória (Halbwachs, 2006), da hermenêutica da ausência e da escritura do esquecimento (Ricoeur, 2007) e da lógica do capital simbólico (Bourdieu, 1989), demonstram que o que está presente nos arquivos é tão revelador quanto aquilo apagado. Por fim, as práticas de resistência documental aqui utilizadas — como o uso do *distant reading*, a visualização de ausências e a reconstrução crítica dos vínculos diplomáticos — configuram a própria pesquisa como gesto de reinterpretação e curadoria ativa do passado.

A metodologia proposta nesta tese, ao triangular *distant reading*, leitura crítica e análise relacional, permitiu analisar os documentos disponíveis e acessar suas zonas de sombra. Como apontado em capítulos anteriores, o apagamento da presença norte-americana, a omissão de vínculos diplomáticos e a estetização da neutralidade não são lapsos: são curadorias ativas do esquecimento. O arquivo vivo, nesse sentido, é o resultado da escavação crítica dessas camadas ocultas — um movimento arqueológico sobre os silêncios institucionalizados.

A articulação do conceito de arquivo vivo com a lógica de rede proposta por Castells (1999) aprofunda a compreensão de que os documentos são produzidos, distribuídos e legitimados a partir de nós de poder simbólico. Deste modo, estar vinculado a uma rede (com certificações internacionais, apoios diplomáticos ou prêmios de excelência) não apenas amplia o capital institucional, mas define quais narrativas terão lugar no arquivo — e quais serão marginalizadas ou excluídas. A memória, nesse arranjo, é função do pertencimento à rede.

Nesse contexto, as Humanidades Digitais tornam-se operadoras de desarquivamento: ao aplicar ferramentas de *distant reading*, análise semântica, visualização de padrões e cruzamento de dados, a tese propõe um reposicionamento dos documentos — não como objetos de constatação, mas como dispositivos de interrogação. Os documentos lidos enquanto arquivos vivos revelam suas tensões internas, suas lacunas e seus excessos performativos. São memórias em disputa, não narrativas encerradas.

A resistência documental emerge, portanto, como gesto historiográfico. Trata-se de reinscrever os rastros suprimidos, destacar as ausências reiteradas, expor os silenciamentos táticos. A valer, ao acessar diretamente os portais das instituições, digitalizar documentos físicos e mapear incongruências entre versões narradas e dados reais, esta pesquisa propõe não apenas ler arquivos, mas reconfigurá-los. A curadoria do apagamento — categoria desenvolvida ao longo do trabalho — encontra, no arquivo vivo seu contraponto metodológico e político.

Propõe-se, por fim, a construção de um índice crítico de presença e ausência nos arquivos institucionais. A partir das planilhas mapeadas, é possível atribuir pesos de memória institucional por categoria (por exemplo: fundação, apoio internacional, perfil do corpo docente, vínculos diplomáticos, menções à política externa, entre outros). Esse índice pode ser visualizado por meio de infográficos radiais ou camadas cromáticas sobre mapas interativos, revelando assim os centros com maior densidade simbólica e os que operam na penumbra historiográfica.

Conclui-se que o arquivo vivo é simultaneamente objeto e campo de pesquisa. Ele não apenas orienta a investigação, mas é constituído ao longo dela — em movimento contínuo de leitura, crítica, visualização e reinscrição. Esta tese, ao construir essa proposta metodológica, contribui para reposicionar o papel dos acervos institucionais na historiografia da diplomacia cultural e na disputa por sentidos na memória social do Brasil contemporâneo.

O conceito de rede, conforme formulado por Castells (1999), reforça a compreensão de que os centros binacionais, as escolas internacionais e os programas de intercâmbio operam como nós de uma malha simbólica, interdependente e hierarquizada, que molda o campo educacional e cultural entre Brasil e Estados Unidos. Essas instituições não surgem isoladamente: sua existência só faz sentido numa lógica de rede — articulada por vínculos diplomáticos, financiamentos, certificações e legitimações cruzadas. A estrutura em rede confere estabilidade e prestígio, ao mesmo tempo em que delimita o que pode ser lembrado e o que será esquecido.

A articulação desse campo com a memória social, segundo Halbwachs (2006), implica reconhecer que as instituições não apenas guardam registros, mas produzem quadros sociais de memória que estruturam o modo como o passado é interpretado. Quando esses quadros são confrontados pelas Humanidades Digitais, revelam-se operações discursivas de ocultamento, silenciamento e apagamento que

precisam ser desnaturalizadas. Trata-se, portanto, de compreender como a rede atua como gramática simbólica de validação do passado — e de interrogar os critérios que definem o pertencimento a essa rede.

A tese, ao construir representações visuais (como mapas de instituições, sociogramas de conexões e análises lexicais de documentos), propõe uma metodologia crítica para desestabilizar os consensos produzidos por essas redes. Propõe-se, assim, o uso de infográficos que combinem o ano de fundação das instituições com a intensidade de suas conexões internacionais; mapas de calor com as regiões onde há maior concentração de escolas internacionais; e diagramas de exclusão, que mostrem quais instituições ou regiões ficaram fora do circuito de colaboração. Essas visualizações, mais do que ilustrativas, são instrumentos de crítica histórica.

Essa abordagem culmina na noção de arquivo vivo como prática metodológica que não apenas reconhece os silêncios, mas os transforma em objeto de análise. O que não foi dito, o que foi apagado e o que permanece ausente torna-se tão relevante quanto os documentos preservados. A leitura crítica, triangulada com os dados digitais e os marcos teóricos da memória social, permite ressignificar os arquivos como campos de disputa, em que se joga a batalha pelo reconhecimento e pela legitimidade histórica.

Dessa forma, as Humanidades Digitais operam como catalisadoras de um novo olhar historiográfico: ao revelar padrões, omissões e conexões ocultas, permitem construir uma narrativa mais complexa, politizada e crítica sobre as redes de colaboração norte-americanas no Brasil. Esse movimento não apenas responde às lacunas da historiografia tradicional, mas propõe um paradigma interpretativo em que dados, imagens e visualizações se articulam a conceitos, autores e disputas de memória em torno do passado recente do país.

6.5 Arquivos ativados, narrativas em disputa: epistemologias digitais e curadoria crítica da memória

O tratamento dado aos arquivos institucionais ao longo desta pesquisa extrapola os limites da análise documental tradicional. A curadoria proposta – sustentada por uma metodologia híbrida, crítica e digital – consiste na ativação de rastros documentais silenciados, reorganizados ou apagados nos circuitos

institucionais da memória. Assim, a leitura dos arquivos não foi orientada apenas pelo que neles se encontrava, mas sobretudo por suas lacunas: silêncios lexicalizados, omissões cronológicas, ausências de vínculos fundacionais e apagamentos intencionais de conexões diplomáticas.

Conforme aponta Ricœur (2007), o arquivo é sempre marcado pela tensão entre a lembrança e o esquecimento, entre a rememoração seletiva e o apagamento operado pelas forças sociais e políticas que determinam o que será ou não preservado.

A partir dessa tensão fundante, adotou-se nesta tese uma perspectiva em que o pesquisador atua não como mero leitor, mas como curador crítico. Essa figura curatorial se diferencia do arquivista técnico ao propor uma intervenção interpretativa, epistemologicamente orientada, que recoloca documentos, fragmentos e dados em novas gramáticas de sentido. Harris (2007, p. 16) sustenta que “o arquivo não é uma evidência neutra do passado, mas uma construção ativa de poder, marcada pela sua ausência e pela sua performatividade”. É nesse campo de disputas simbólicas e de reorganizações de autoridade que se insere a presente proposta metodológica.

As humanidades digitais, nesse contexto, não foram empregadas como recurso meramente instrumental, mas como dispositivo epistemológico de leitura crítica. As ferramentas utilizadas ao longo da pesquisa – Voyant Tools, Gephi, SciSpace, Canva, entre outras – foram acionadas não apenas por sua capacidade de processar dados, mas por sua potência em tornar visíveis relações encobertas e padrões discursivos invisibilizados.

A produção de sociogramas, nuvens de palavras, linhas do tempo e quadros analíticos configurou-se como um gesto de visualização crítica. Como argumenta Drucker (2014), toda visualização de dados é uma produção cultural situada, carregada de escolhas estéticas e ideológicas.

Esse conjunto de decisões formais e metodológicas constitui o que se poderia denominar curadoria crítica da memória institucional. O termo não é empregado aqui como sinônimo de seleção expositiva, mas como reorganização ativa de narrativas, com base em um duplo gesto: evidenciar as ausências estruturais e propor novos modos de inteligibilidade dos arquivos. Tal curadoria permitiu mapear o que Halbwachs (2006) chamou de quadros sociais da memória, ou seja, os marcos

coletivos e institucionais que moldam o que é lembrado, como é lembrado e quem tem autoridade para lembrar.

Para além da reconstrução de vínculos diplomáticos e da análise das redes de colaboração, esta tese produziu aquilo que Derrida (2001) denominaria um contra-arquivo: uma leitura crítica que problematiza os pressupostos de neutralidade institucional, denunciando o caráter performativo e seletivo das narrativas de memória produzidas pelos centros binacionais e escolas internacionais. O arquivo vivo, aqui conceituado, não é a simples reunião de documentos digitalizados, mas o campo em que se travam disputas entre presença e esquecimento, legitimidade e silenciamento.

Do ponto de vista visual, o processo de curadoria assumiu uma linguagem própria. A escolha por determinadas representações – como sociogramas, quadros comparativos e fluxogramas conceituais – expressa uma tentativa de intervir na opacidade dos arquivos, oferecendo caminhos de leitura que rompem com a linearidade cronológica e com a hierarquia de documentos. Os recursos digitais selecionados foram assim incorporados à tessitura metodológica da tese como operadores epistemológicos: cada imagem gerada constitui uma proposição interpretativa, um dispositivo que condensa análises e ativa novas camadas de sentido.

Essa proposição dialoga diretamente com a ideia de visualidade como construção simbólica, defendida por autores como Manovich (2013) e Moretti (2017). A *distant reading*, por exemplo, foi aplicada nesta pesquisa não apenas para acessar grandes volumes de dados textuais, mas como forma de examinar padrões lexicais ocultos, recorrências semânticas e configurações discursivas dissonantes.

A mineração de dados associada à leitura distante permitiu flagrar tanto os apagamentos recorrentes (como a omissão da Guerra Fria em documentos institucionais) quanto os dispositivos de legitimação (como as recorrentes menções a programas como o Fulbright e o EducationUSA).

Nesse cenário, o pesquisador emerge como ativador de arquivos. Suas escolhas, suas perguntas, suas visualizações e seus cortes analíticos não apenas interpretam o passado, mas reconfiguram seus contornos, lançando novas luzes sobre aquilo que foi sistematicamente ocultado. A curadoria crítica praticada ao longo desta tese não pretende substituir os arquivos existentes, mas trabalha como uma forma de disputa simbólica: um gesto de resistência intelectual frente ao

esquecimento programado. A representação visual abaixo – um quadro-síntese das epistemologias motivadas e das ferramentas associadas a cada dimensão metodológica – busca condensar essa trajetória.

Quadro 19 – Síntese das ferramentas e epistemologias aplicadas à tese

Plataforma	Função	Objetivo	Produto
Voyant Tools	Leitura distante / Text mining	Identificar padrões lexicais, recorrências e silêncios documentais	Nuvens de palavras, gráficos de frequência, curvas de dispersão
Gephi	Análise de redes	Tornar visíveis relações institucionais invisibilizadas	Sociogramas, grafos direcionados, redes temáticas
SciSpace	Curadoria bibliográfica / AI Assistants	Sistematizar referências e reorganizar campos teóricos	Diagramas conceituais, síntese teórica assistida, árvore de temas
Canva / Datawrapper	Visualização crítica / Design informacional	Traduzir dados em dispositivos interpretativos	Linhas do tempo, infográficos, mapas conceituais
Google Sheets / Docs	Organização de dados / Matriz analítica	Sustentar decisões analíticas e fluxos de interpretação	Quadros comparativos, painéis de presença/ausência
Zotero / Research Rabbit	Mapeamento conceitual / bibliográfico	Conectar autores, conceitos e redes de influência intelectual	Mapas mentais, constelações de temas e campos discursivos
InfraNodus / AntConc	Análise semântica e coocorrência textual	Explorar cadeias semânticas e padrões ocultos nos textos	Diagramas semânticos, grafos de recorrência

Fonte: Autoria própria, com base nos procedimentos metodológicos da pesquisa. (2025).

A sistematização desses instrumentos, conceitos e representações acima expressa a centralidade metodológica proposta ao longo do trabalho. Mais do que uma exposição de técnicas, esta seção ofereceu uma proposta de leitura crítica, ética e epistemologicamente orientada dos arquivos digitais, físicos e memoriais. Ao tornar visível o silenciado, ao reorganizar o que foi apagado e ao ativar novas gramáticas para documentos esquecidos, esta tese estabelece não apenas uma nova forma de estudar as redes de colaboração norte-americanas no Brasil, mas um novo modo de curar o passado.

6.6 Humanidades digitais e brasilidade crítica: um manifesto por arquivos vivos

Esta tese nasceu do desejo visceral de olhar os arquivos, não como depósitos do passado, mas como trincheiras de disputa pelo direito à memória. Ao longo do percurso investigativo, fez-se corpo uma certeza: as humanidades digitais não são apenas tecnologias de acesso, mas instrumentos de reexistência. Em um país marcado por apagamentos estruturais, desigualdades simbólicas e narrativas institucionais cuidadosamente editadas, a curadoria crítica emerge como práxis emancipadora, e as ferramentas digitais tornam-se gestos insurgentes de reconstrução da brasilidade.

Segundo o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2025), o Brasil já conta com mais de 300 trabalhos acadêmicos explicitamente vinculados ao campo das humanidades digitais — entre eles, 114 dissertações e 86 teses defendidas entre 2018 e 2024, abrangendo temas como memória social, educação, patrimônio, linguística e história pública. Esses números podem variar conforme os filtros aplicados nas buscas (por título, assunto, palavras-chave ou instituição), e seu levantamento é impactado pela terminologia em constante renovação do próprio campo. Ainda assim, evidenciam uma tendência consistente de crescimento. Esse movimento não se dá de forma homogênea ou institucionalmente consolidada, mas reflete uma pulsação descentralizada: são laboratórios universitários, coletivos periféricos, bibliotecas populares e iniciativas autônomas que vêm tensionando os modos de produção e circulação do conhecimento.

Quadro 20 – Cronologia das Humanidades Digitais no Brasil (2005–2025) (continua)

Ano	Marco	Fonte confirmada
2005	Primeiras publicações sobre HD na Ibero-América e circulação inicial do Manifesto das Humanidades Digitais	SANTOS, C. M. dos. Humanidades Digitais: uma introdução. Lisboa: Húmus, 2011.
2011	Criação do LETHD/USP – Laboratório de Estudos de Teoria e História das Humanidades Digitais	LETHD. Laboratório de Estudos de Teoria e História das Humanidades Digitais. https://lethd.fflch.usp.br
2013	Fundação do LAB-HD na UFRJ – grupo estruturado para pesquisa e práticas em HD	LAB-HD/UFRJ. https://www.labhd.ufrj.br
2014	1ª Conferência Brasileira de Humanidades Digitais – evento nacional sediado na UFRJ	CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE HD. Anais do evento. UFRJ, 2014.

Quadro 20 – Cronologia das Humanidades Digitais no Brasil (2005–2025) (continua)

Ano	Marco	Fonte confirmada
2015	Tradução e circulação comentada do Manifesto das Humanidades Digitais na plataforma HD-BR	HD-BR. Tradução do Manifesto das Humanidades Digitais. https://hdb.hypotheses.org
2018	Criação do LabHDUFBA e oficialização do GT de Humanidades Digitais na ANPUH	GT de HD – ANPUH. https://anpuh.org.br/gt/humanidades-digitais
2019	Expansão dos núcleos de HD em universidades públicas federais e oferta regular em programas de pós	SANTOS, Simone et al. Panorama dos laboratórios de HD nas universidades públicas. IBICT, 2020.
2022	Mais de 300 trabalhos acadêmicos com foco em HD registrados no Catálogo de Teses da CAPES	CAPES. Catálogo de Teses e Dissertações. https://catalogodeteses.capes.gov.br

Fonte: Autoria própria, com base em publicações acadêmicas, eventos institucionais e documentos oficiais (2005–2025) (2025).

O desenvolvimento das Humanidades Digitais no Brasil inscreve-se em um processo de consolidação progressiva que se intensificou a partir da segunda década do século XXI. Embora os primeiros ecos do campo remontem à circulação ibero-americana do Manifesto das Humanidades Digitais em meados dos anos 2000 (Santos, 2011), é com a criação do LETHD na USP, em 2011, que se estrutura uma base institucional sólida para o debate teórico e metodológico sobre o entrelaçamento entre humanidades e tecnologias digitais. O marco fundacional do LAB-HD na UFRJ, em 2013, e a realização da 1ª Conferência Brasileira de HD no ano seguinte reafirmam esse movimento como parte de uma agenda intelectual voltada à crítica da colonialidade dos métodos, à reconfiguração das formas de leitura e ao redimensionamento do conceito de arquivo.

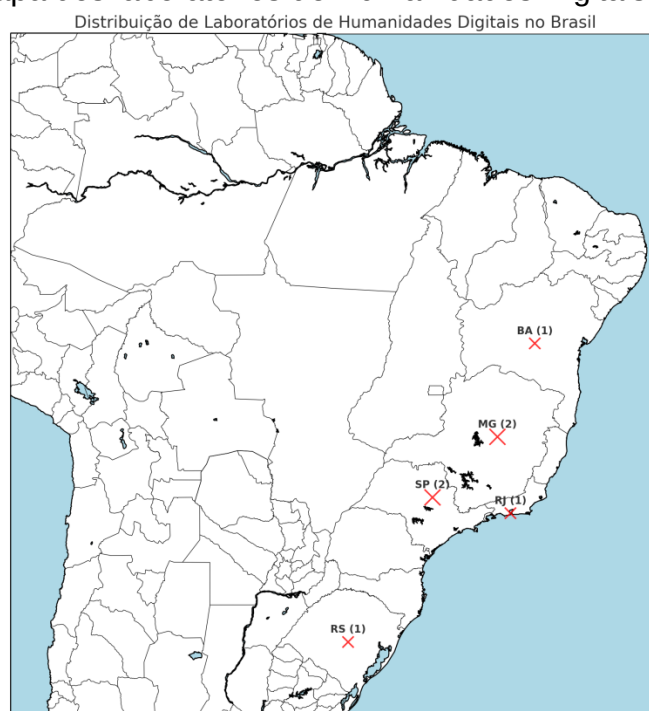
O quinquênio seguinte consolidou o campo por meio de ações organizativas e reconhecimento institucional. A tradução comentada do Manifesto das Humanidades Digitais na plataforma HD-BR, em 2015, e a criação do LabHDUFBA — juntamente com a formalização do GT de HD na ANPUH em 2018 — são indicativos da inserção do campo nos circuitos acadêmicos tradicionais, ao mesmo tempo, em que reforçam sua vocação insurgente e transversal. A expansão dos núcleos em universidades federais, documentada em levantamento do IBICT (2020), permitiu a interiorização e diversificação temática dos projetos, articulando práticas de curadoria digital, mineração de texto e construção de bases documentais em áreas como História, Letras, Filosofia, Antropologia e Ciência da Informação.

Em 2022, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES registrava mais de 300 trabalhos com abordagens relacionadas às Humanidades Digitais, revelando

não apenas a vitalidade do campo, mas sua inserção transversal nas agendas de pesquisa da pós-graduação. A presente tese, datada de 2025, inscreve-se nesse percurso como contribuição singular ao mapear as redes de colaboração Brasil–Estados Unidos a partir de metodologias computacionais e curadoria crítica de arquivos institucionais. Ao historicizar a emergência das HD no país com base em fontes verificáveis e ao articular *distant reading*, análise de redes e visualizações críticas, o trabalho reafirma o potencial das Humanidades Digitais não como tendência técnica, mas como campo epistemológico voltado à reinvenção ética, política e simbólica da produção de conhecimento.

Dentre os principais grupos e iniciativas mapeadas no Brasil, destaca-se o Núcleo de Humanidades Digitais da UNICAMP, o LARHUD (Laboratório de Humanidades Digitais da UFRJ), o LabHDUFBA, o LETHD/USP e o Laboratório de Humanidades Digitais da UFMG. Esses espaços produzem não apenas tecnologia e visualizações, mas epistemologias críticas conectadas à história pública, ao acesso à informação, à memória coletiva e à justiça social. Seus projetos dialogam com acervos comunitários, redes de preservação de culturas afro-indígenas e lutas por direitos arquivísticos, como discutido por Lemos (2013), Aragão (2018) e Primo (2011).

Figura 43 – Mapa dos laboratórios de Humanidades Digitais no Brasil (2024)



Fonte: Autoria própria, com base no mapeamento de iniciativas disponíveis em plataformas institucionais e fontes abertas (2025).

Ainda assim, o mapa dos laboratórios de Humanidades Digitais revela desigualdades regionais importantes: a maioria das iniciativas está concentrada na região Sudeste, especialmente em universidades públicas de grande porte. A ausência de núcleos no Norte e em diversas capitais nordestinas evidencia a necessidade urgente de políticas públicas de fomento, editais específicos e redes de cooperação interinstitucionais para garantir a expansão do campo e sua pluralidade epistemológica. Democratizar o acesso às tecnologias de arquivo, curadoria e análise crítica da informação é condição fundamental para que as Humanidades Digitais cumpram sua função de reencantamento da memória nacional.

É nesse horizonte que esta tese se inscreve. Não como resultado de um laboratório de humanidades digitais institucionalizado, mas como experiência de laboratório precário, artesanal, movido pela urgência da crítica e pelo compromisso ético com a memória nacional.

O Manifesto das Humanidades Digitais (2011), publicado originalmente no contexto ibero-americano e posteriormente adaptado e discutido por pesquisadores brasileiros, documento coletivo que inspira parte desta formulação, afirma que “as HDs são campos de experimentação e desconstrução de práticas e estruturas hegemônicas de produção de saber”. Essa tese responde a esse chamado: ela desmonta estruturas silenciosas, cartografa apagamentos, reinventa os modos de ver, ler e lembrar.

Curar arquivos é também curar feridas. A brasilidade aqui reivindicada não é folclórica nem identitária: é crítica. Está nos rastros diplomáticos esquecidos, nos acervos não catalogados, nas entrelinhas dos relatórios institucionais e nos expedientes diplomáticos que atuam ativamente nos processos de apagamento simbólico.

Está na ausência sistemática de menções a episódios de interferência política norte-americana nos memoriais dos centros binacionais; na omissão deliberada de programas de doutrinação cultural nos currículos das escolas internacionais; na adesão acrítica a selos de acreditação e certificações internacionais que padronizam práticas pedagógicas e silenciam epistemologias locais.

A segregação epistemológica se dá também pela repetição de um vocabulário institucional que glorifica o prestígio internacional e apaga o enraizamento nacional. Essa reverência acrítica a modelos externos, muitas vezes travestida de modernização, traduz um tipo de “viralatismo” intelectual que molda os parâmetros

de excelência por meio da exclusão do repertório cultural brasileiro. As elites intelectuais e educacionais, ao adotarem com entusiasmo as marcas simbólicas do reconhecimento externo, reforçam circuitos de poder que mantêm a memória nacional como apêndice de agendas estrangeiras.

Está nos sujeitos que foram silenciados, nas conexões que foram apagadas, nos vínculos que foram desfeitos por conveniência política ou por desinteresse historiográfico. Esta tese, com suas páginas de insurgência metodológica, não entrega apenas um produto acadêmico. Ela oferece uma proposta ética: enfrentar o esquecimento como projeto, e propor o arquivo como contranarrativa.

Autores como Ricoeur (2007), Derrida (2001), Harris (2007), Bourdieu (1989), Halbwachs (2006) e Drucker (2014) embasaram criticamente esta proposta. A memória foi aqui entendida como construção social e política; o arquivo, como campo de disputa; a visualização, como linguagem ideológica.

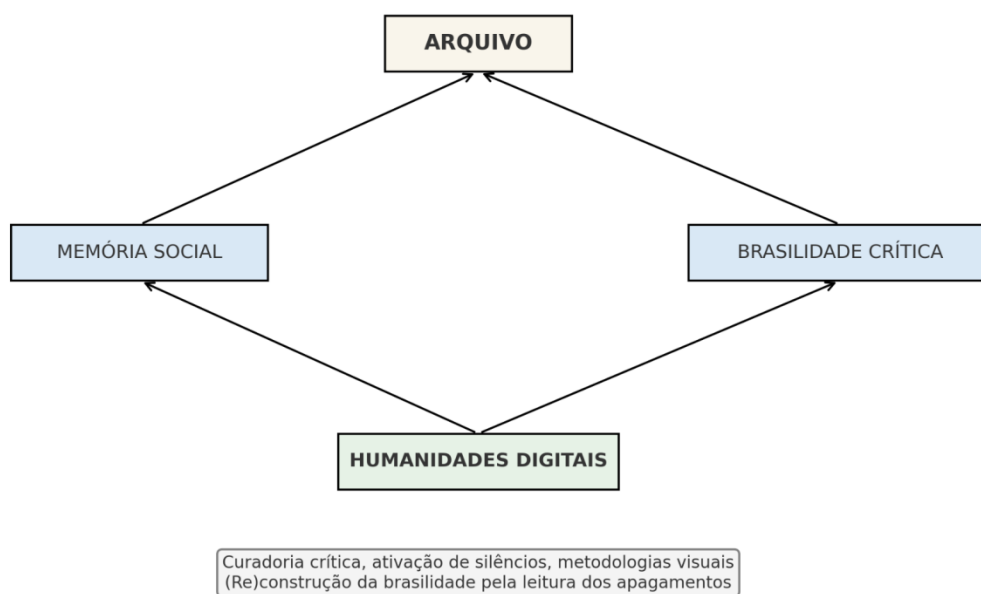
Ao lado dessas abordagens, obras como a de Frances Stonor Saunders (1999), sobre Guerra Fria Cultural, e de pesquisadores brasileiros como André Lemos (2013), cuja obra pioneira sobre cibercultura e redes tecnológicas lançou bases para pensar as mediações digitais no Brasil; Recuero (2014), referência nos estudos sobre redes sociais e circulação de sentidos na internet; Martins (2020), pesquisador que atua na articulação entre comunicação, arquivo e processos de datificação; e Escosteguy (2010), cuja produção problematiza as interfaces entre memória, identidade e midiatização na cultura brasileira, permitiram tensionar o papel da tecnologia na mediação simbólica da brasilidade.

Neste momento da pesquisa, em que se conclui o capítulo mais técnico da tese, é preciso afirmar com contundência: as humanidades digitais são hoje, no Brasil, o solo fértil para o nascimento de novas epistemologias públicas. Elas não substituem o ofício do historiador, mas o ampliam; não dissolvem o rigor, mas o pluralizam; não neutralizam o método, mas o reencantam com a potência das linguagens visuais, das redes, das curadorias e das escavações intertextuais.

De fato, o que aqui se apresentou como análise de dados, construção de visualizações e triangulação metodológica, é, em sua essência, um gesto político. Por isso, a defesa da brasilidade atravessa esta tese como convicção crítica: é preciso que as redes de colaboração, os arquivos invisíveis, as memórias periféricas e os acervos empoeirados sejam recolocados no centro da produção do conhecimento. Que a universidade abrace a potência das humanidades digitais não

como modismo, mas como projeto de refundação epistemológica — um chamado para curar, com arquivos vivos, as cicatrizes abertas de nossa história.

Figura 44 – Diagrama manifesto: articulação entre arquivo, memória e brasilidade crítica



Fonte: Autoria própria, com base nas categorias analíticas da tese (2025).

É neste gesto que se encerra o capítulo V: não como fim, mas como manifesto. O próximo passo, inevitável e necessário, será dizer o que fica e o que se projeta — o que esta tese legou e o que ainda será preciso investigar. Mas antes, é preciso deixar marcado, com a força dos dados e a visceralidade da memória: as humanidades digitais, quando articuladas à crítica social e à curadoria ética dos documentos, não apenas recuperam o que foi silenciado — elas reencantam o Brasil por vir.

6.7 Arquivar para não esquecer: insurgência metodológica, memória disputada e encerramento de um percurso

O Capítulo V consolidou o eixo mais técnico e, ao mesmo tempo, mais conceitualmente insurgente desta tese, ao afirmar as Humanidades Digitais (HD) não como um conjunto de ferramentas técnicas, mas como um horizonte epistemológico orientado pela crítica, pela memória e pela curadoria ativa das ausências. Longe de representar uma adaptação às novas tecnologias, as HD foram aqui compreendidas como operadores metodológicos para desestabilizar as

narrativas consolidadas, tensionar a opacidade dos arquivos institucionais e ampliar os regimes de visibilidade das redes de colaboração entre Brasil e Estados Unidos.

A estrutura do capítulo foi organizada em seções interligadas, que partiram da descrição detalhada dos procedimentos metodológicos adotados — incluindo a organização do banco de dados Memória Social BRA–EUA, os critérios de codificação e a categorização simbólica das instituições mapeadas — até a formulação de uma proposta autoral: o conceito de arquivo vivo. Ao longo do percurso, diferentes camadas de leitura foram ativadas por meio da triangulação entre *distant reading*, análise de redes e visualização crítica, compondo um sistema interpretativo que se apoia em ferramentas computacionais como Voyant Tools, Gephi, SciSpace, Google Sheets, Canva, Zotero, Semantic Scholar, Litmaps, ResearchRabbit, Perplexity, Elicit e ChatGPT. Cada uma dessas plataformas foi integrada a um campo de análise específico, de modo transparente e rastreável, com rigor ético e delimitação funcional.

As primeiras seções ofereceram as bases empíricas da metodologia, descrevendo a construção do banco de dados e sua conversão em visualizações críticas. A organização das variáveis permitiu interpretar os padrões institucionais como expressão de vínculos simbólicos e diplomáticos seletivos. A análise lexical, por sua vez, revelou a padronização vocabular que esvazia os marcos históricos e neutraliza a memória fundacional dos centros e escolas estudados. Essa leitura ampliada foi articulada às gramáticas de *distant reading*, tomando como referência autores como Moretti (2013), Drucker (2014) e Jockers (2013) para defender que a leitura distante, longe de ser superficial, constitui uma forma de escavação estrutural das ausências.

Ao longo do capítulo, apresentou-se o conceito de arquivo vivo como chave metodológica. Essa noção, sustentada por autores como Paul Ricœur (2007), Verne Harris (2007), Pierre Nora (1993) e Jacques Derrida (1995), desloca o arquivo da condição de repositório passivo para a de campo de disputa ativa. A curadoria do apagamento, categoria forjada ao longo do trabalho, demonstrou-se operante nas omissões sistemáticas de vínculos fundacionais, agentes diplomáticos e períodos históricos críticos — notadamente os anos de maior articulação com a Política de Boa Vizinhança e a Guerra Fria Cultural. Representações como o painel de presença e ausência, o sociograma das agências e os mapas conceituais do apagamento revelaram a seletividade institucional como gramática da legitimação.

Na seção intitulada Arquivos ativados, narrativas em disputa, a proposta foi avançar na ideia de curadoria crítica da memória como uma prática metodológica que reorganiza os documentos segundo novas inteligibilidades. Nesse contexto, visualizações não foram tratadas como ilustrações, mas como dispositivos argumentativos: expressam decisões interpretativas, tensionam silêncios e constroem contranarrativas. As plataformas foram empregadas para compor um arcabouço metodológico que alia densidade técnica, sofisticação epistemológica e responsabilidade crítica, permitindo transformar o processo de revisão bibliográfica em cartografia de exclusões e indexação das vozes silenciadas.

Por fim, o encerramento do capítulo funcionou como manifesto. Intitulado Humanidades Digitais e brasilidade crítica: um manifesto por arquivos vivos, ela propôs a revalorização das HD como forma de reencantamento da memória nacional. A historicização do campo no Brasil foi fundamentada em fontes verificáveis, como os registros da CAPES, os anais das conferências nacionais, os sites dos laboratórios institucionais e publicações referenciais como Santos (2011), Lemos (2013) e Aragão (2018).

A tese posiciona-se como experiência de laboratório precário e insurgente, com base em plataformas gratuitas, acesso aberto e rastreamento ético dos dados. Ao propor o arquivo vivo como ferramenta e como campo de disputa, o capítulo sustenta que não há técnica neutra, nem dado desprovido de intencionalidade: todo silenciamento é curadoria. Articulando os conceitos de rede (Castells, 1999), capital simbólico (Bourdieu, 1998), quadros sociais da memória (Halbwachs, 2006) e hermenêutica do esquecimento (Ricoeur, 2007), a metodologia proposta não se limita a registrar o que está presente — ela transforma o ausente em objeto de análise.

O capítulo V, assim, não apenas sistematiza os procedimentos utilizados na tese: ele afirma uma política da memória, uma ética do dado e uma estética do arquivo. É, ao mesmo tempo, uma síntese técnica e uma convocação crítica. A partir dele, projeta-se um caminho para que os arquivos do Brasil deixem de ser monumentos de esquecimento e se tornem espaços vivos de disputa, visibilidade e reparação simbólica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS — RESISTÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E O LEGADO DAS REDES DE COLABORAÇÃO

As redes de colaboração entre Brasil e Estados Unidos, analisadas nesta tese, revelaram-se como dispositivos de longa duração, estruturados pela intersecção entre diplomacia cultural, memória social e formação de elites simbólicas. Ao retornar ao ponto de partida desta investigação, é necessário reforçar a espessura conceitual e a densidade crítica com que o percurso foi construído. A tese nasce de um incômodo intelectual forjado no cruzamento entre experiência situada, pesquisa institucional e produção teórica acumulada ao longo de uma década de atuação docente e curatorial. O campo de disputa das memórias institucionais é estruturado por lógicas seletivas que produzem apagamentos, hierarquizações e gestos de legitimação simbólica.

Neste cenário, a presente investigação se inscreve, propondo uma arquitetura metodológica ancorada na noção de arquivo vivo e na chave crítica da curadoria do apagamento. O levantamento empírico abrangeu documentos de 33 centros binacionais, 10 escolas internacionais e programas de cooperação como Fulbright, LASPAU e EducationUSA. Esse volume documental reforça a densidade da pesquisa e sustenta as análises desenvolvidas.

A tese parte da hipótese de que os centros binacionais, escolas internacionais e programas de intercâmbio atuaram não apenas como mediadores culturais, mas como dispositivos diplomáticos de produção identitária e reconfiguração simbólica da memória nacional. Essa hipótese é sustentada por uma abordagem crítica, conforme delineada no Capítulo I, que articula os aportes de Halbwachs (2006) — memória como construção coletiva ancorada em quadros sociais — e de Ricoeur (2007), cuja noção de “esquecimento comandado” permite pensar o silenciamento como gesto ativo, estruturante das instituições.

Nesse sentido, a memória das redes de colaboração Brasil–EUA não pode ser compreendida como mera reconstituição factual, mas como campo de disputa entre narrativas, temporalidades e seleções. A pesquisa adota o conceito de arquivo vivo não como metáfora descritiva, mas como ferramenta teórico-metodológica que ilumina a instabilidade, a performatividade e o caráter político dos acervos. A memória institucional, portanto, é uma gramática seletiva orientada por regimes de visibilidade e apagamento. O que aparece nos livros comemorativos, nos relatórios

de diretoria e nas práticas de memória oficial está intrinsecamente vinculado à lógica de poder simbólico, conforme discutido por Bourdieu (1989).

O Capítulo I também introduziu um conjunto de autores e matrizes teóricas que precisam ser retomadas nesta etapa para consolidar o percurso analítico. A partir de Pollak (1989), compreende-se o silêncio como marca constitutiva da memória coletiva, sendo revelador dos limites impostos pelas instituições ao que pode ser narrado. Já Assmann (2010), ao diferenciar cânone e arquivo, possibilita compreender como determinados registros são promovidos à categoria de memória oficial, enquanto outros permanecem relegados às margens do reconhecimento institucional.

As práticas discursivas observadas nos acervos das instituições analisadas evidenciam, por sua vez, a força dos lugares de memória (Nora, 2008) como dispositivos simbólicos de consagração, funcionando não apenas como âncoras do passado, mas como ferramentas de gestão do presente institucional. A seleção de marcos comemorativos, personalidades exaltadas e eventos celebrativos compõe uma narrativa que esvazia os conflitos e naturaliza o alinhamento com a diplomacia cultural norte-americana.

É nesse terreno que a tese propõe a noção de curadoria do apagamento: uma operação crítica que explicita os dispositivos institucionais de ocultamento e celebração seletiva, reconhecendo que o que se silencia é tão significativo quanto aquilo que se repete. Todavia, essa curadoria não opera de forma arbitrária, mas responde a estratégias narrativas de pertencimento e prestígio, como evidenciado nas análises das representações visuais e lexicais produzidas ao longo do corpus documental.

Neste íterim, a entrada pelas Humanidades Digitais permitiu tensionar ainda mais essas estruturas, pois — conforme argumenta Drucker (2014) — toda visualização é uma interpretação, e não uma neutralidade. Ao construir sociogramas, mapas de vínculo e fluxogramas, a pesquisa não buscou ilustrar dados, mas expor padrões de apagamento e reiteração. Essa postura epistêmica, inspirada também por Jelin (2002) e Assmann (2010), permite situar a tese no campo das epistemologias críticas da memória, e não apenas da descrição arquivística.

Note-se que, ao reafirmar os fundamentos teóricos lançados no Capítulo I, reconhece-se que a tese não é apenas uma análise de documentos, mas uma crítica

das condições de possibilidade de sua existência, circulação e naturalização. O que está em jogo é o modo como a memória institucional das redes de colaboração foi moldada, disputada, tensionada — e como o pesquisador, enquanto agente situado, pôde construir um contra-arquivo que articula escuta crítica, curadoria e visualidade.

A tessitura teórica desta pesquisa exigiu a articulação entre autores clássicos e contemporâneos da memória social, da história cultural e das Humanidades Digitais. Inspirado em Halbwachs (2006), compreende-se que os quadros sociais que sustentam a memória coletiva são seletivos e hierarquizantes. Ricoeur (2007) complexifica essa leitura ao propor que o esquecimento possa ser estratégico, operando sob a lógica do que ele denomina “esquecimento comandado”. A essa base se soma o pensamento de Derrida (1996), para quem o arquivo é, sempre, produto de poder e violência simbólica, produzindo suas próprias normas de acesso e silenciamento.

Já Harris (2007) propõe refletir sobre o arquivista como agente de curadoria, e não como mediador neutro. O mapa conceitual a seguir organiza graficamente esses eixos interligados. O diagrama a seguir apresenta os autores, conceitos e articulações teóricas que orientaram a investigação.

Figura 45 – Mapa Conceitual Expandido: Arquivo Vivo, Identidade e Poder



Fonte: Autoria própria (2025).

O mapa conceitual revela a constelação epistêmica que sustenta a análise das redes de colaboração. Ele mostra como os conceitos operam de modo

relacional, e não isolado: memória e identidade estão sempre mediadas por processos de visibilidade seletiva; curadoria e arquivo articulam disputas simbólicas; rede e poder estruturam formas de circulação e exclusão. Essa disposição reafirma o entendimento de que não há neutralidade nos modos de produção e gestão da memória institucional — e que toda arquitetura arquivística é, em si, um campo de conflito (Bourdieu, 1989; Assmann, 2010). A disposição das categorias revela a interdependência entre curadoria institucional, regimes de memória e disputas identitárias.

A visualização cronológica que se segue materializa um dos achados mais relevantes da pesquisa: os apagamentos são historicamente localizados e institucionalmente reiterados. Como argumenta Aleida Assmann (2010), o cânone atua por exclusão, promovendo certos eventos à categoria de memória oficial, enquanto outros são relegados à margem da visibilidade. A ausência de referências aos anos 1930 e 1940 nos memoriais analisados, por exemplo, não é acidental — trata-se de um silenciamento estruturado, que impede a associação direta entre a gênese dos centros binacionais e a política de Boa Vizinhança (Stonor Saunders, 1999). Esta linha do tempo é tanto um instrumento de síntese quanto uma denúncia gráfica da curadoria seletiva das instituições.

Quadro 21 – Linha do Tempo Crítica: Apagamentos e Consagrações (1933–2022)

Ano	Evento	Tipo
1933	Início da Política de Boa Vizinhança (Roosevelt)	Apagamento
1937	Fundação do IBEU no Rio de Janeiro	Consagração
1938	Fundação do ICBNA em Porto Alegre	Consagração
1941	Fundação da ACBEU em Salvador	Consagração
1941	Silêncio sobre a Segunda Guerra Mundial e a OCIAA nos memoriais institucionais	Apagamento
1947	Início da atuação da USIS/USIA e consolidação da rede EducationUSA	Apagamento
1954	Primeiros registros editoriais dos centros binacionais (IBEU e ACBEU)	Consagração
1970	Silenciamento das ditaduras militares nos memoriais dos centros	Apagamento
1985	Ausência de referência ao cinquentenário da Boa Vizinhança	Apagamento
2004	Publicação do livro comemorativo da ACBEU	Consagração
2022	Digitalização e relançamento do livro do IBEU	Consagração
2008	Livro comemorativo de 70 anos do ICBNA	Consagração

Fonte: Autoria própria, com base em documentos institucionais e fontes primárias da pesquisa (2023–2025) (2025).

Essa imagem reforça a tese de que os apagamentos documentais não são falhas de registro, mas estratégias de representação que moldam os contornos da identidade institucional e legitimam alianças geopolíticas duradouras. A lacuna documental dos anos 1930 e 1940, por exemplo, é eloquente quando confrontada com a ênfase comemorativa em décadas posteriores.

A matriz analítica a seguir sintetiza os principais conceitos desenvolvidos ao longo da tese, revelando seus desdobramentos empíricos, suas articulações metodológicas e suas implicações interpretativas. A proposta de Johanna Drucker (2014), ao tratar a visualização como forma de leitura crítica, orientou a construção deste quadro como ferramenta epistêmica. Ele permite observar como os conceitos foram operacionalizados não apenas em termos descritivos, mas como operadores hermenêuticos que reconfiguram os próprios objetos analisados. O quadro permite observar como cada conceito foi operacionalizado ao longo dos capítulos.

Quadro 22 – Analítico Comparativo — Arquivo, Curadoria, Rede, Memória, Identidade

Categoria Analítica	Conceito Central	Autor(es) Referenciado(s)
Arquivo	Disputa simbólica em torno do que pode ser registrado, acessado e legitimado. Não é neutro, mas performativo.	Derrida (1996), Harris (2007), Ricoeur (2007)
Curadoria	Seleção ativa do que merece ser lembrado e do que será apagado; estrutura narrativa institucional.	Bourdieu (1989), Assmann (2010), Jelin (2002)
Rede	Conjunto de relações socioculturais e diplomáticas que moldam sentidos de pertencimento e prestígio.	Castells (2005), Recuero (2014), Bourdieu (1989)
Memória	Processo coletivo e situado de construção do passado, orientado por quadros sociais de referência.	Halbwachs (2006), Nora (2008), Pollak (1989)
Identidade	Representação narrativa de si construída institucionalmente por meio do arquivo e da memória curada.	Ricoeur (2007), Hall (1997), Bourdieu (1989)

Fonte: Autoria própria, com base nos referenciais teóricos mobilizados na pesquisa (2023–2025) (2025).

Essa representação permite visualizar como a tese desloca a centralidade da fonte para o gesto de leitura. O quadro sistematiza as cinco categorias analíticas mobilizadas ao longo da tese, explicitando seus conceitos centrais e os autores que fundamentaram seu uso crítico. O conceito de arquivo, por exemplo, ganha

densidade ao ser lido por Derrida (1996), Harris (2007) e Ricoeur (2007), articulando poder, performatividade e ética do registro.

A curadoria, como operação seletiva da memória institucional, se apoia em Bourdieu (1989), Assmann (2010) e Jelin (2002), apontando para as estruturas narrativas e de prestígio que determinam o que será lembrado ou esquecido. Já a ideia de rede incorpora dimensões simbólicas e relacionais, como proposto por Castells (2005), Recuero (2014) e Bourdieu (1989), deslocando a noção de conexão técnica para uma dinâmica de poder e circulação. A memória, pensada a partir de Halbwachs (2006), Nora (2008) e Pollak (1989), é compreendida como construção situada, coletiva e socialmente tensionada. Por fim, a identidade é aprofundada com base em Ricoeur (2007), Hall (1997) e Bourdieu (1989), como efeito simbólico das práticas institucionais de arquivo e curadoria.

Essa leitura cruzada revela que a tese trabalha com um léxico crítico que vai além da descrição, estruturando uma gramática de análise que permite tensionar arquivos, narrativas e visualidades. Ao incorporar esses referenciais em diálogo com as Humanidades Digitais, o projeto afirma sua vocação crítica e latino-americana, posicionando-se como uma resposta teórica e metodológica aos apagamentos estruturais ainda presentes nas redes de colaboração entre Brasil e Estados Unidos.

Mais do que um exercício de síntese, essa matriz reforça o projeto político da tese: desconstruir a neutralidade supostamente técnica dos arquivos institucionais e propor a leitura crítica como gesto autoral e ético. Desta maneira, a pesquisa torna visível a operação seletiva dos acervos, denuncia os apagamentos que moldam narrativas consensuais e propõe, como alternativa, uma metodologia de leitura intersticial que articula teoria, dados e visualidades.

Com isso, reposiciona o pesquisador como sujeito ativo da produção de memória, capaz de construir contra-arquivos e cartografias críticas que ampliam os horizontes interpretativos da história cultural latino-americana. Na próxima seção, será desenvolvida uma leitura crítica das contribuições da tese, articulando as entregas teórico-metodológicas e os tensionamentos interpretativos com os achados centrais dos capítulos empíricos.

Com efeito, a análise crítica dos centros binacionais, desenvolvida no Capítulo II, evidenciou o quanto os acervos dessas instituições operam não como espelhos de suas trajetórias históricas, mas como dispositivos de curadoria seletiva. A ausência de documentos referentes às fases fundacionais, às conexões

diplomáticas com a política de Boa Vizinhança e à presença dos Estados Unidos nos projetos educacionais brasileiros reflete uma política institucionalizada de apagamento. Conforme discutido por Assmann (2010) e Jelin (2002), o silêncio documental é parte constitutiva da produção de memória — e não seu oposto. A lógica arquivística que estrutura os livros comemorativos do IBEU, ACBEU e ICBNA organiza-se por repetições de temas celebrativos e por lacunas que deslocam ou neutralizam os vínculos fundacionais com a diplomacia cultural norte-americana.

Ademais, as narrativas institucionais encontradas nesses acervos reforçam a tese de que os centros binacionais selecionam e reiteram determinadas imagens de si com base em critérios de prestígio e neutralidade política. Como apontado por Bourdieu (1989), essa seletividade não é aleatória: ela responde a estratégias de manutenção de capital simbólico. Ao ocultar o papel da USIA, da Fulbright Commission e do EducationUSA nas fases mais estruturantes das instituições, os arquivos projetam uma imagem de autonomia institucional que colide com os registros diplomáticos e com a história das relações culturais Brasil–EUA.

Tabela 4 – Comparativo das Lacunas Documentais entre IBEU, ACBEU e ICBNA

Instituição	Período	Ausência de Documentos	Documentação nos Portais
IBEU	1930–1945	1	0
IBEU	1964–1985	1	0
IBEU	1990–2000	0	1
ACBEU	1930–1945	1	0
ACBEU	1964–1985	1	0
ACBEU	1990–2000	1	1
ICBNA	1930–1945	1	0
ICBNA	1964–1985	1	0
ICBNA	1990–2000	0	1

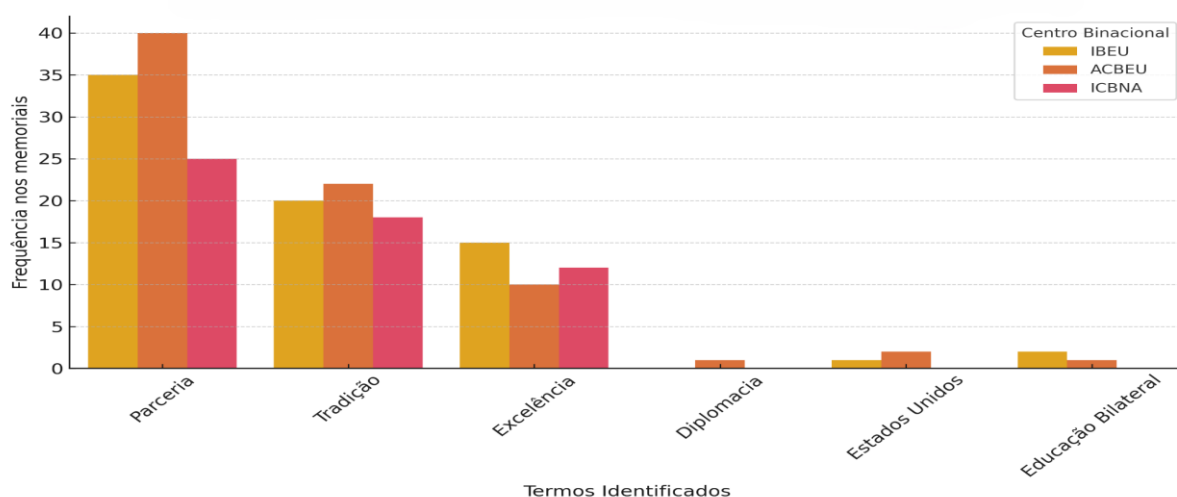
Fonte: Autoria própria, com base nos livros comemorativos e acervos institucionais (2023–2025) (2025).

A comparação sistemática dos centros binacionais evidencia que os apagamentos não são uniformes, mas seguem padrões recorrentes. A ausência de menções à OCIAA nos acervos do IBEU contrasta com a omissão das relações consulares no livro do ACBEU e com o silêncio quase total sobre o contexto da Segunda Guerra Mundial no caso do ICBNA. Conforme propõe Trouillot (1995), o silêncio não é ausência de narrativa, mas uma construção ativa que define o que será autorizado como memória histórica. Essa lacuna comum às três instituições

reforça o entendimento de que as ausências documentais são estruturadas por uma política institucional de curadoria, voltada à produção de legitimidade e prestígio.

A visualização a seguir apresenta a frequência dos principais termos identificados nos livros comemorativos dos centros binacionais IBEU, ACBEU e ICBNA. O gráfico de barras revela padrões lexicais recorrentes, centrados em expressões como “parceria”, “tradição” e “excelência”, que estruturam o vocabulário institucional desses centros. Ao quantificar os léxicos identificados nos discursos celebratórios, a figura permite observar tanto os eixos simbólicos valorizados nas narrativas de memória, quanto as ausências temáticas, como “diplomacia”, “Estados Unidos” e “educação bilateral”, termos praticamente suprimidos. A análise desse conjunto evidencia a construção de um *ethos* institucional que busca legitimar os centros por meio de valores universais e neutros, em detrimento de suas conexões políticas e históricas com o projeto diplomático-cultural dos EUA.

Figura 46 – Recorrência de Temas Comemorativos por centro binacional (IBEU, ACBEU e ICBNA)

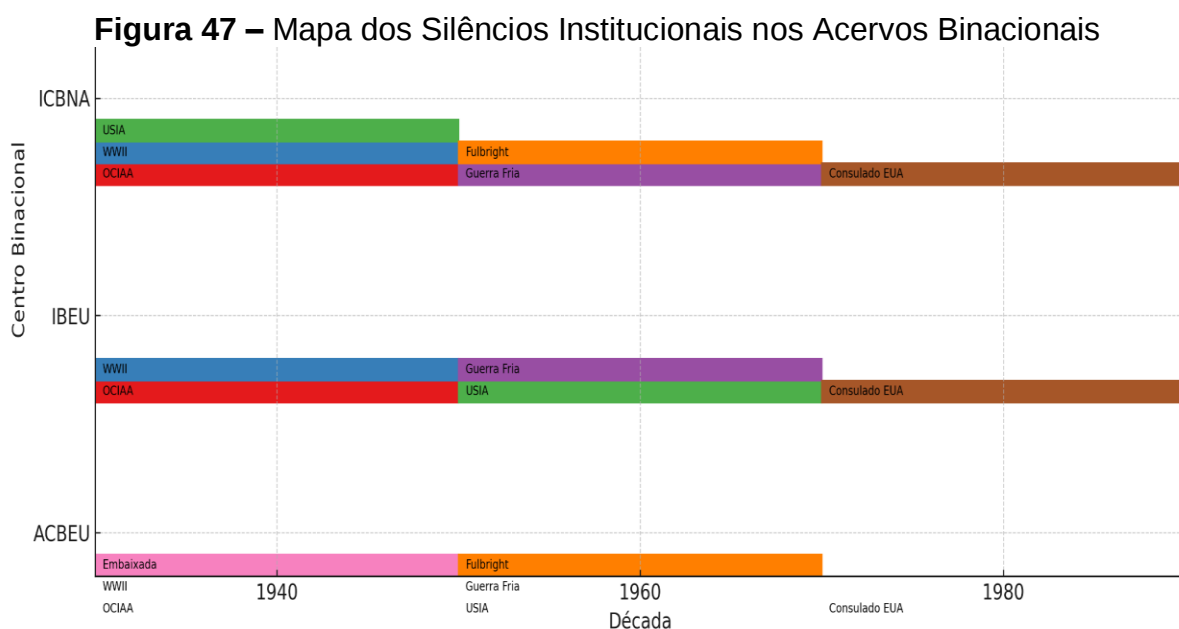


Fonte: Autoria própria, com base em análise lexical dos memoriais (2012–2025) (2025).

Essa distribuição lexical evidencia uma gramática comemorativa orientada por estratégias de consagração institucional. Ao privilegiar vocábulos como “excelência”, “tradição” e “parceria”, os centros binacionais constroem uma narrativa de permanência e legitimidade simbólica, desvinculada das tensões geopolíticas que marcaram sua origem. A escassa ou inexistente menção a termos como “Estados Unidos”, “diplomacia” ou “educação bilateral” reforça a presença de zonas de silêncio e filtros seletivos no processo memorial.

Trata-se de uma política discursiva que atua na esfera do simbólico, apagando rastros de subordinação ou ingerência diplomática e consolidando uma memória de aparência neutra. Tal mecanismo revela um trabalho de silenciamento ativo que se articula com a noção de memória moldada pelo esquecimento, conforme as reflexões de Pollak (1989) e Assmann (2010), sinalizando que o poder de lembrar está profundamente imbricado no poder de escolher o que omitir.

O mapa a seguir representa visualmente os temas silenciados por cada instituição, cruzando as principais ausências por décadas. O resultado evidencia que os silenciamentos são seletivos e estratégicos. A omissão da atuação das agências de propaganda cultural norte-americanas nos anos 1940 e 1950, a exclusão das tensões da Guerra Fria nas décadas de 1960 e 1970 e o apagamento do papel dos consulados e embaixadas após 1985 mostram que o arquivo institucional não é apenas incompleto — ele é estruturado a partir de decisões conscientes de esquecimento. Como destaca Jelin (2002), a memória institucional é produzida em disputas, e a omissão também é uma forma de narração do passado.



Fonte: Autoria própria, com base na análise cruzada dos documentos oficiais e memoriais (2012–2025) (2025).

Essas representações visuais, articuladas entre si, permitem reconhecer a curadoria dos acervos como uma tecnologia de apagamento institucionalizada. A ausência de certos documentos e temáticas fundamentais nos arquivos das redes

de colaboração Brasil–EUA revela um esforço sistemático de construir uma memória celebrativa e apolítica.

A visualização, portanto, não atua como complemento gráfico, mas como dispositivo crítico que torna visível o ocultado pelas práticas discursivas e arquivísticas dessas instituições. Ao iluminar os silêncios estruturais dos arquivos analisados, a pesquisa reafirma seu gesto metodológico: ler o que não está dito, visualizar o que não foi arquivado, tensionar o que foi reiteradamente esquecido.

Trata-se, portanto, de uma arqueologia crítica da memória institucional, em que o apagamento funciona não apenas como ausência, mas como interpretação discursiva orientada por racionalidades institucionais. A densidade desse silêncio revela o quanto os arquivos, mesmo quando ostensivamente públicos, são editados por interesses geopolíticos, estratégias de prestígio e dispositivos de neutralização ideológica (Assmann, 2010; Pollak, 1989; Trouillot, 1995).

O Capítulo II demonstrou que a curadoria do apagamento não se limita à omissão de documentos, mas envolve uma engenharia narrativa que redefine a própria função do acervo. Ao privilegiar vocabulários celebrativos e ocultar articulações diplomáticas, os centros binacionais performam uma memória institucional despolitizada. Essa operação não é meramente editorial: ela constitui o modo como essas instituições desejam ser lembradas, e por quem. Como propõe Jelin (2002), é nesse entrelaçamento entre esquecimento e representação que se disputam os sentidos do passado — e, por consequência, os projetos de futuro.

Nesse sentido, a análise comparativa dos acervos do IBEU, ACBEU e ICBNA, associada às ferramentas das Humanidades Digitais, permitiu construir uma leitura que rompe com as narrativas institucionais lineares. A pesquisa transforma os arquivos em campo de embate simbólico, propondo uma leitura estratificada e crítica. As representações visuais não apenas ilustram essas tensões, mas tornam visíveis os padrões de apagamento que estruturam o *ethos* institucional das redes de colaboração.

Ao fazê-lo, a tese reivindica a visualização como prática interpretativa e a curadoria como intervenção ética na política da memória. A originalidade desta tese reside na formulação do conceito de arquivo vivo, na categoria analítica curadoria do apagamento e na utilização das humanidades digitais como instrumentos interpretativos — sociogramas, fluxogramas, linhas do tempo e mapas — que ampliam o horizonte de leitura crítica.

A análise desenvolvida no Capítulo III evidencia que os centros binacionais não devem ser compreendidos apenas como estruturas educacionais ou culturais, mas como dispositivos de articulação simbólica entre elites locais e agendas diplomáticas norte-americanas. A fundação do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA) em 1938 — em sintonia com o fortalecimento da Política de Boa Vizinhança — revelou uma rede hemisférica de poder cultural ancorada na presença consular, na mediação de intelectuais e na legitimação de formas específicas de brasilidade. O cruzamento entre fontes documentais (atas, relatórios, registros iconográficos), bancos de dados e recursos de *distant reading* evidenciou camadas profundas de intencionalidade institucional, articulando distinção simbólica e reprodução elitista sob uma estética diplomática do consentimento.

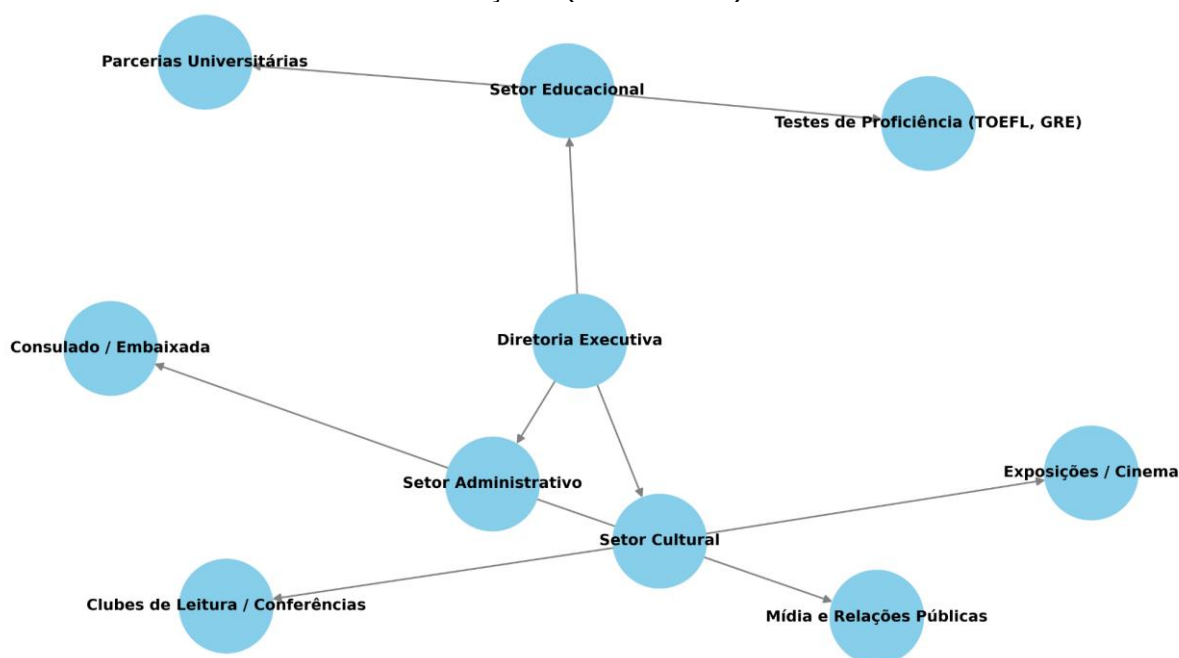
A tessitura entre memória institucional e redes de consagração torna-se mais clara quando se revisita o ICBNA como modelo privilegiado de legitimação simbólica. O capítulo analisado evidenciou como esse centro binacional transcende sua funcionalidade educacional para desempenhar um papel decisivo na mediação entre interesses diplomáticos estadunidenses e elites regionais brasileiras. A abordagem crítica sustentada nesta pesquisa buscou desconstruir a neutralidade atribuída a essas instituições, revelando um projeto discursivo que articula arquivos, apagamentos e representações autorizadas de brasilidade.

A atuação do ICBNA foi guiada por um projeto simbólico mais profundo: a legitimação de uma elite urbana que incorporava modelos de conduta, linguagem e comportamento afinados com os interesses da diplomacia cultural norte-americana. A noção de “brasilidade consentida”, proposta na tese, articula-se com as formulações de Paul Ricoeur (2007) sobre os vínculos entre identidade narrativa e reconhecimento institucional. Os sujeitos consagrados — professores, intelectuais, diplomatas — foram selecionados não apenas por sua competência técnica, mas por sua capacidade de representar uma imagem desejada de nação. Essa imagem era construída e reiterada nos acervos, nos discursos oficiais e nas práticas cotidianas da instituição.

Essa lógica simbólica também se refletia na própria arquitetura funcional do ICBNA, cujo organograma revela uma estrutura integrada e orientada por vínculos diplomáticos, culturais e educacionais. A Diretoria Executiva concentrava a articulação entre os setores-chave — educacional, cultural e administrativo —, promovendo a conexão entre os dispositivos de formação (como os testes de

proficiência TOEFL e GRE), os programas culturais e os canais de legitimação internacional. O diagrama a seguir explicita essas interações e evidencia como o consulado norte-americano e os espaços de circulação simbólica (exposições, clubes de leitura e relações-públicas) estavam interligados, operando como engrenagens de um sistema discursivo maior: a consolidação de uma elite afinada com os padrões valorativos estadunidenses.

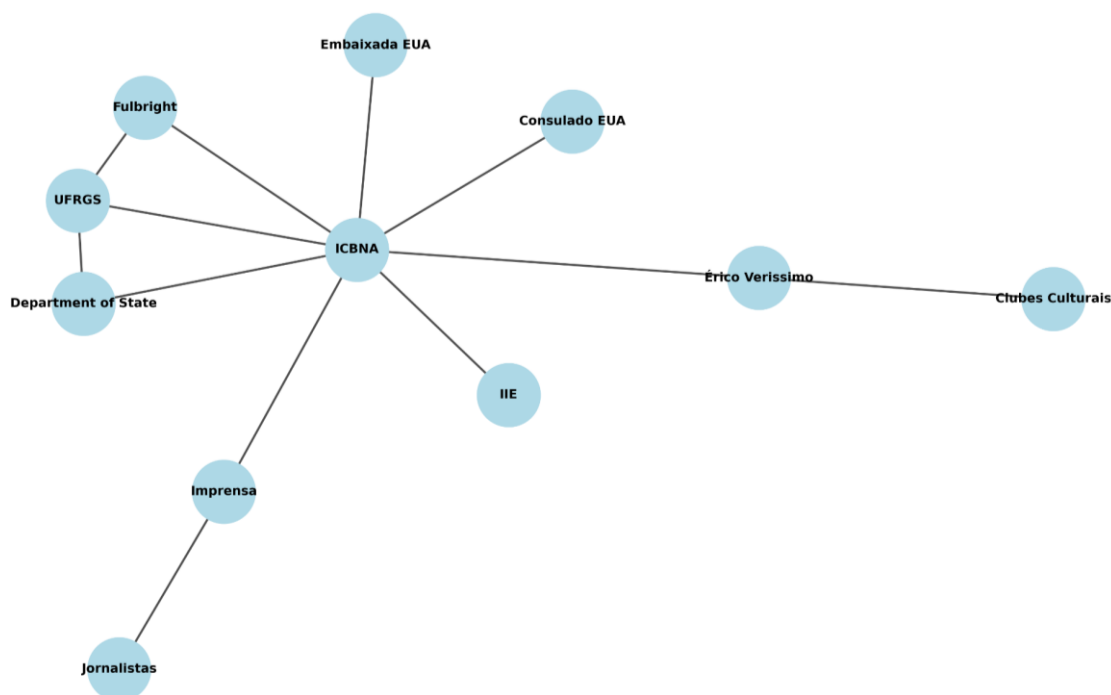
Figura 48 – Organograma institucional do ICBNA: setores, vínculos e funções (1938–1970)



Fonte: Autoria própria, com base nos acervos do ICBNA e banco BRA–EUA (2012–2025) (2025).

A estrutura funcional do ICBNA não revela apenas departamentos, mas um arranjo simbólico que associava as práticas educacionais à diplomacia de prestígio. O setor cultural, por exemplo, projetava uma memória curada — nos termos de Harris (2007) — a partir da seleção de eventos, artistas e publicações que reforçavam uma narrativa específica de modernização e afinidade hemisférica. O setor educacional, responsável por testes como TOEFL e GRE, não apenas preparava estudantes para universidades no exterior, mas configurava-se como um filtro de distinção simbólica. O setor administrativo atuava como interface com o corpo diplomático, funcionando como uma instância de legitimação institucional diante do campo político e educacional brasileiro. A inserção do ICBNA em redes amplas de reconhecimento cultural é visualizada a seguir:

Figura 49 – Sociograma institucional do ICBNA e conexões simbólicas (1938–1975)



Fonte: Autoria própria, com base nos documentos institucionais, banco de dados BRA–EUA e atas de fundação (2012–2025) (2025).

O sociograma revela uma malha simbólica de consagração: o ICBNA manteve vínculos formais e informais com instituições como UFRGS, Fulbright Commission, Embaixada dos EUA e o próprio Departamento de Estado. Ao destacar essas conexões, a pesquisa retoma Johanna Drucker (2014), ao demonstrar que as visualizações não são neutras, mas produzem leitura interpretativa e crítica. A figura evidencia como a cultura letrada (representada por escritores, jornalistas, gestores culturais) e a diplomacia oficial se entrecruzaram no processo de definição de uma elite simbólica apta a representar o Brasil em intercâmbios internacionais.

Nesse ponto, é preciso reconhecer que o ICBNA funcionou como um laboratório simbólico: um lugar de experimentação e institucionalização de formas específicas de visibilidade. A ausência sistemática de sujeitos racializados, culturas populares e discursos dissidentes nos acervos comemorativos confirma o que Saunders (1999) denunciou sobre as estratégias de apagamento na Guerra Fria cultural: o que não é lembrado também é uma escolha política. Como explicita Escosteguy (2010), o espaço institucional é também uma superfície de projeção de identidade — e sua curadoria define o que será autorizado como pertencente, legítimo e representável.

A triangulação metodológica entre fontes primárias (relatórios diplomáticos, atas fundacionais, memoriais comemorativos), visualizações analíticas (sociogramas, redes georreferenciadas, organogramas históricos) e fundamentações teóricas — como os conceitos de campo e capital simbólico (Bourdieu, 1989), identidade narrativa e esquecimento (Ricoeur, 2007), memória social e quadros de referência (Halbwachs, 2006), curadoria do apagamento (Harris, 2007; Escosteguy, 2010), e epistemologias da visualização (Drucker, 2014) — consolidou a abordagem da tese como uma proposta inovadora para leitura institucional e reconstrução de redes de prestígio cultural.

Ao explicitar essas dinâmicas, a pesquisa não apenas revela os mecanismos institucionais de reprodução simbólica, mas também propõe caminhos críticos de reinterpretação do legado dos centros binacionais no Brasil. Trata-se de reconhecer que tais instituições, longe de serem espaços neutros ou exclusivamente pedagógicos, atuaram como instâncias de legitimação de projetos de nação alinhados a interesses externos, ainda que mediados por elites locais.

Sobretudo, esse reconhecimento permite ainda lançar novas hipóteses para investigações futuras: até que ponto outras instituições similares (inclusive fora do eixo Rio - São Paulo - Porto Alegre) reproduziram os mesmos padrões de seleção simbólica? Em que medida essas redes impactaram políticas linguísticas, acesso a bolsas internacionais e construção de carreiras diplomáticas e acadêmicas ao longo do século XX? Tais questões permanecem em aberto e indicam que a cartografia crítica iniciada nesta tese pode ser ampliada regionalmente e aprofundada historicamente.

Dando sequência às reflexões finais, ampliam-se as discussões sobre escolas internacionais e programas de intercâmbio, problematizando seu papel na construção de trajetórias de prestígio, na formação de elites transnacionais e na reprodução de uma diplomacia educacional seletiva.

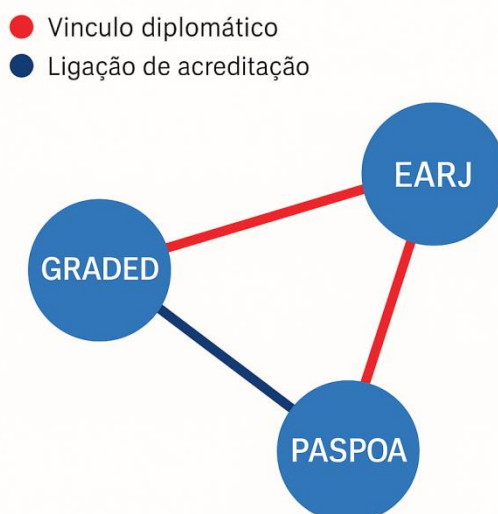
A análise desenvolvida no Capítulo IV permitiu evidenciar como a consolidação das escolas internacionais no Brasil representou um movimento de acoplamento entre diplomacia cultural e políticas privadas de consagração. Tais instituições, como Graded, EARJ e PASPOA, articulam redes de pertencimento global que se legitimam por certificações internacionais (IB, Cognia) e vínculos consulares, mas que silenciam ativamente epistemologias locais e memórias sociais dissidentes. Essas escolas operam como zonas de passagem entre o prestígio

internacional e a formação de elites simbólicas nacionais, estruturando desigualdades por meio da seleção de repertórios curriculares e da ocultação de narrativas periféricas.

Em verdade, a abordagem metodológica adotada na tese permitiu problematizar esses processos a partir da triangulação entre fontes primárias (memoriais institucionais, documentos de acreditação, relatórios internos), dados sistematizados no banco BRA–EUA e ferramentas digitais como Voyant Tools, SciSpace, Gephi e Datawrapper. A leitura distante dos textos escolares e institucionais revelou padrões recorrentes de exclusão do conhecimento afro-brasileiro, indígena e popular — além de evidenciar a centralidade da língua inglesa como marcador simbólico de prestígio e pertencimento. Os fluxos de legitimação cultural analisados são ilustrados por visualizações críticas que organizam essas relações em redes de prestígio e esvaziamento de memória.

A visualização a seguir demonstra como o prestígio simbólico não é apenas local, mas coordenado por redes transnacionais que atuam como vetores de homogeneização curricular. Como destacou Aragão (2018), o capital simbólico global é reproduzido pela midiaticização do prestígio e por estratégias de inserção internacional que ocultam as tensões sociais. As escolas, portanto, não operam apenas como espaços educativos, mas como agentes diplomáticos no campo simbólico. A ideia de neutralidade institucional serve à manutenção de um *ethos* liberal meritocrático, que desconsidera a historicidade dos apagamentos produzidos.

Figura 50 – Sociograma de vínculos diplomáticos e de certificação internacional das escolas mapeadas

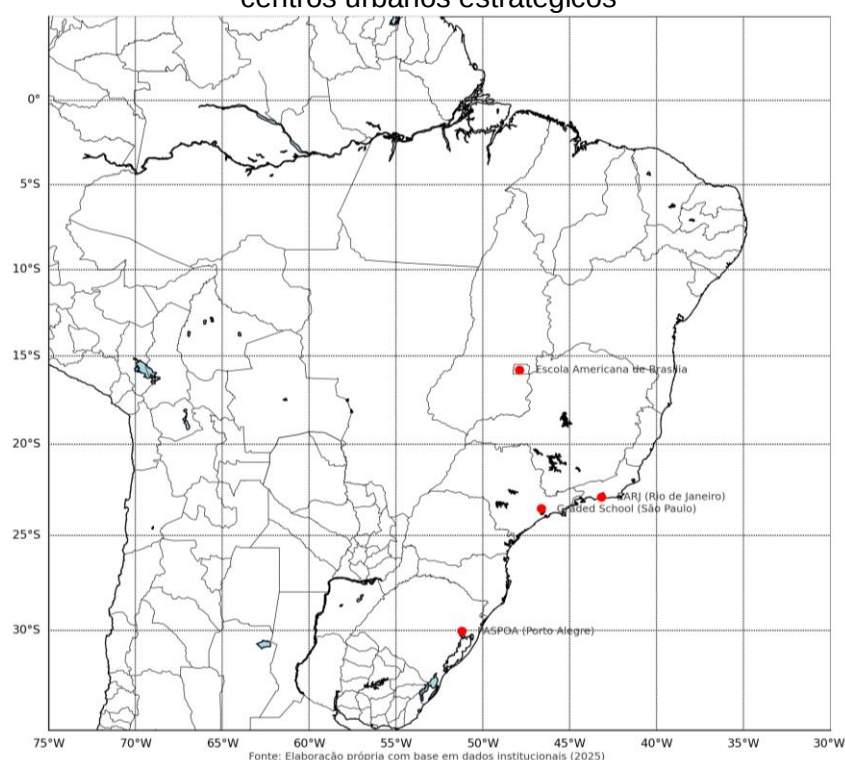


Fonte: Autoria própria, a partir do Banco de Dados BRA–EUA (2023–2025) (2025).

A visualização acima demonstra como o prestígio simbólico não é apenas local, mas coordenado por redes transnacionais que atuam como vetores de homogeneização curricular. Como destacou Aragão (2018), o capital simbólico global é reproduzido pela mediação do prestígio e por estratégias de inserção internacional que ocultam as tensões sociais. As escolas, portanto, não operam apenas como espaços educativos, mas como agentes diplomáticos no campo simbólico. A ideia de neutralidade institucional serve à manutenção de um *ethos* liberal meritocrático, que desconsidera a historicidade dos apagamentos produzidos.

A concentração espacial dessas instituições em regiões de maior desenvolvimento urbano evidencia também um padrão de acessibilidade seletiva, que reforça a exclusividade de acesso e o distanciamento em relação às políticas públicas de educação. O caráter excludente é reafirmado pela ausência de ações afirmativas e pela lógica de financiamento privado em moeda estrangeira, o que restringe radicalmente sua apropriação por setores subalternizados. Como argumenta Primo (2011), essas instituições constroem ecossistemas informacionais fechados, reproduzindo filtros socioculturais e linguísticos em suas práticas de comunicação e gestão.

Figura 51 – Mapa das escolas internacionais e sua distribuição geográfica em capitais e centros urbanos estratégicos



Fonte: Autoria própria, a partir do Banco de Dados BRA–EUA (2012–2025) (2025).

Esta visualização apresenta a distribuição espacial das principais escolas internacionais analisadas no Capítulo IV, localizadas em centros urbanos estratégicos do Brasil: Graded (São Paulo), EARJ (Rio de Janeiro), PASPOA (Porto Alegre) e a Escola Americana de Brasília. A concentração em cidades com forte presença diplomática e infraestrutura internacional demonstra um padrão de seletividade geográfica e prestígio institucional vinculado a interesses geopolíticos e à reprodução de elites simbólicas.

A tese incorporou esse debate ao investigar como os sites oficiais, materiais publicitários e discursos institucionais constroem imagens de excelência descontextualizada, apagando narrativas locais. Essa estratégia midiática reforça o que Recuero (2014) chama de “circuitos fechados de prestígio”, nos quais a autoridade simbólica é construída por um pequeno número de instituições que se citam, se certificam e se consagram mutuamente.

Quadro 23 – Comparativo entre escolas internacionais e dimensões simbólicas

Escola Internacional	Agência de Acreditação	Ligação com Embaixada/ Consulado	Presença de Currículo Afro/Indígena	Referência à Memória Local
Graded	Cognia/IB	Sim	Não	Ausente
EARJ	IB/	Sim	Não	Ausente
PASPOA	Cognia/NEASC	Sim	Parcial	Reduzida

Fonte: Autoria própria, com base em documentos institucionais (Graded, EARJ, PASPOA) e bancos de dados BRA–EUA (2023–2025) (2025).

A curadoria institucional do esquecimento, conforme discutida por Harris (2007), está profundamente presente nessas configurações, revelando uma política ativa de apagamento de memórias e saberes locais em nome da excelência internacional. O discurso de pluralismo é frequentemente descolado de ações concretas de inclusão epistêmica. Como sintetiza Escosteguy (2010), a mediação da memória pelas instituições educacionais é seletiva, hierárquica e marcada pela legitimação das hegemonias narrativas do presente.

Ao final, esta seção reafirma que a formação de elites simbólicas no Brasil contemporâneo é inseparável da política de internacionalização escolar e de seus dispositivos de consagração global. A tessitura dessas redes revela um padrão de exclusão cumulativa, em que o prestígio educacional é construído por meio do silêncio sobre desigualdades, do apagamento das memórias locais e da promoção

de um universalismo seletivo. A pesquisa contribui, portanto, com uma cartografia crítica das conexões entre currículo, diplomacia cultural e reprodução de elites — não apenas no Brasil, mas também como base comparativa para futuras investigações voltadas a outros países da América do Sul. A proposta de ampliação do escopo geográfico da análise permite explorar o papel das escolas internacionais e centros binacionais como vetores de uma política regional de cooperação assimétrica, atravessada por interesses geopolíticos, agendas educacionais transnacionais e formas sutis de colonialidade pedagógica.

O Capítulo V explicitou o compromisso desta tese com uma epistemologia situada e crítica, que articula a potência das humanidades digitais com a urgência de revisitar a memória institucional das redes de colaboração Brasil–EUA. Ao longo da investigação, tornou-se evidente que as ferramentas computacionais não podem ser compreendidas como soluções neutras ou técnicas, mas como recursos inseridos em disputas simbólicas, interpretativas e políticas. Nesse sentido, as humanidades digitais foram acionadas não como mero aparato instrumental, mas como forma de insurgência metodológica, voltada à revelação de ausências, padrões de silenciamento e regimes de visibilidade institucional.

Esse eixo analítico permitiu resgatar documentos ocultos, cruzar padrões discursivos e cartografar relações institucionais historicamente negligenciadas. A pesquisa reafirma que a mediação digital da memória não é apenas um processo de tratamento de dados, mas uma prática política de leitura, organização e contestação de narrativas hegemônicas. Como argumenta Drucker (2014), os dados são sempre capta, ou seja, construções intencionais, moldadas por escolhas teóricas, pressupostos técnicos e visões de mundo. O uso crítico de ferramentas como Voyant Tools, SciSpace, Gephi, Google Sheets e Datawrapper permitiu transformar arquivos brutos em visualizações interpretativas, abrindo espaço para uma nova arqueologia dos documentos, das redes e dos silêncios arquivísticos.

A leitura distante (*distant reading*) foi empregada como contraponto à hermenêutica clássica, mas sem abdicar da análise qualitativa. Ao identificar padrões de ausência, recorrências discursivas e apagamentos sistemáticos, o projeto propôs uma metodologia que combina análise textual automatizada com leituras ancoradas em teorias da memória, curadoria institucional e epistemologias críticas da visualidade. Conforme Harris (2007), arquivar é sempre decidir o que merece permanecer. E na era digital, decidir arquivar é também projetar o que deve

ser esquecido — ou o que jamais será visualizado. Por isso, a tese reivindica uma prática arquivística insurgente, capaz de reposicionar o pesquisador como curador ativo da memória pública e não apenas como analista de dados.

Quadro 24 – Metodologias críticas aplicadas às humanidades digitais na tese

Nível 1 — Dimensões Metodológicas	Nível 2 — Ferramentas Utilizadas	Nível 3 — Resultados Produzidos
Análise Linguística	Voyant Tools, SciSpace, Mineração de texto	Sociogramas
Análise Relacional	Gephi, Planilhas BRA–EUA	Quadros comparativos
Cartografia Digital	Google Earth, KMZ, Datawrapper	Linhas do tempo críticas
Visualização Analítica	Google Sheets, Dashboards, Quadros comparativos	Mapas de silêncios
Curadoria Interativa	Canvas AI, SciSpace Interativo	Fluxogramas, Dashboards

Fonte: Autoria própria, com base nos bancos de dados BRA–EUA (2012–2025) (2025).

Essa sistematização evidencia a complexidade metodológica adotada, e a impossibilidade de compreender as humanidades digitais como um “campo técnico” apartado das lutas epistêmicas. Como argumenta Escosteguy (2010), toda mediação é uma forma de poder — e, nesse caso, os sistemas de visualização e organização de dados também são mediações que precisam ser analisadas criticamente. A pesquisa demonstrou como a suposta neutralidade de *dashboards*, planilhas e interfaces interativas pode ocultar disputas simbólicas e reforçar hegemonias. A curadoria dos apagamentos, nesse contexto, não é apenas crítica, mas também estética e ética, pois propõe novas formas de tornar visível o que foi institucionalmente silenciado.

Recuero (2014) e Aragão (2018) contribuíram com a compreensão de como as plataformas digitais produzem circuitos de prestígio simbólico baseados em lógicas de endogeneização da visibilidade, em que determinadas instituições, discursos e agentes reforçam sua própria autoridade por meio da repetição algorítmica. A interseção entre poder institucional, lógica de rede e gestão de reputação digital exige que se compreenda o papel das humanidades digitais também como campo de disputa por legitimidade epistêmica.

As contribuições do Capítulo V revelam que as ausências documentais não são apenas lacunas passivas, mas evidências ativas de estruturas de poder que organizam o que é passível de ser lembrado, visualizado ou consultado. Os mecanismos de silenciamento não operam isoladamente, mas se interconectam em

camadas sucessivas, desde a produção institucional dos arquivos até as formas de organização das bases digitais e de seus sistemas de busca. A sistematização dessas camadas revela que o apagamento não é um evento pontual, mas uma gramática de invisibilização que se desdobra em múltiplas esferas e temporalidades. Retomando Harris (2007), arquivar é um ato político: toda ausência é um rastro do que foi negado como legível. Nesse sentido, as visualizações críticas geradas ao longo da tese — incluindo fluxogramas, mapas e linhas do tempo — foram construídas como formas de insurgência arquivística, desafiando os regimes de curadoria invisível que moldam a memória institucional.

A seguir, apresenta-se um quadro analítico que organiza as cinco camadas de silenciamento identificadas na análise dos documentos, bancos de dados e catálogos digitais consultados. Essas camadas não constituem uma classificação rígida, mas um instrumento interpretativo para evidenciar os modos como o silêncio é produzido, reproduzido e legitimado pelas práticas arquivísticas e pelas plataformas digitais. O quadro explicita desde os apagamentos físicos (como extravios documentais) até as formas mais sofisticadas de invisibilização, como a ausência de determinados temas nos metadados, a deslegitimação curricular de saberes afro-brasileiros e a neutralidade simbólica dos memoriais institucionais. Cada uma dessas camadas será brevemente discutida como parte do compromisso ético-político desta pesquisa com uma memória pública plural, crítica e em constante disputa.

Quadro 25 – Camadas de silenciamento identificadas nos documentos digitais analisados

Camada	Conceito Central	Exemplos e Descrição
1	Supressão Documental	Perda de documentos, extravios, lacunas cronológicas.
2	Silenciamento Institucional	Omissão de atas, ausência de relatórios, decisões de não registro deliberado.
3	Curadoria Seletiva	Produção de memoriais que exaltam feitos sem problematizar vínculos históricos ou práticas de poder.
4	Deslegitimação Curricular	Ausência de epistemologias afro-brasileiras, indígenas e latino-americanas nas práticas escolares e programas institucionais.
5	Visualidade Arquivística	Invisibilidade de determinados temas nos catálogos digitais, falhas na indexação temática e na recuperação documental em portais e repositórios públicos.

Fonte: Autoria própria, com base nos relatórios do Banco BRA-EUA (2024–2025) (2025).

Ao incorporar também os aportes de Primo (2011), Lemos (2013) e Martins (2020), a tese articula uma compreensão sofisticada das humanidades digitais como prática crítica de leitura de redes, análise de estruturas informacionais e denúncia das ausências estruturais. O cruzamento entre ecossistemas de dados, infraestruturas sociotécnicas e epistemologias insurgentes permite visualizar a atuação das plataformas como aparatos de exclusão simbólica, mas também como espaços possíveis de intervenção, resistência e reconfiguração da memória coletiva. Essa ambivalência exige do pesquisador o constante deslocamento entre a técnica e a crítica, entre o código e o contexto, entre o algoritmo e o arquivo.

A tese também propôs que a atuação do pesquisador diante dos silêncios documentais não seja meramente descritiva, mas propositiva. Nesse contexto, a ideia de “arquivo vivo” torna-se essencial. O arquivo não é um depósito morto de informações passadas, mas um espaço de disputa por narrativas, por reconhecimento e por justiça epistêmica. O banco de dados BRA–EUA, construído ao longo da pesquisa, é apresentado como um exemplo de intervenção arquivística, que propõe a reordenação dos vínculos entre memória, espaço e poder, convertendo visualizações e planilhas em formas de insubmissão intelectual.

Por fim, a articulação entre memória social e humanidades digitais revela-se não apenas como caminho metodológico fértil, mas como gesto político de contestação das epistemologias dominantes. A ampliação da pesquisa para o contexto latino-americano, por meio de redes de arquivos vivos e plataformas colaborativas, aponta para uma nova agenda de investigações interinstitucionais, interdisciplinares e interculturais. Como destaca o Manifesto das Humanidades Digitais (2011), “as HDs não são apenas ferramentas, são uma forma de fazer, pensar e transformar o mundo”. Como reforça Ricœur (2007), lembrar de outro modo é também habitar o mundo de outra forma. As humanidades digitais, nesse sentido, não são apenas dispositivos metodológicos: são caminhos possíveis para reescrever a memória coletiva com mais justiça, pluralidade e imaginação crítica.

A tessitura final desta tese reivindica a memória como campo de disputa inacabada, um território instável entre aquilo que se registra e o que se esquece, entre o que se arquiva e o que se apaga. Ao longo de todos os capítulos, ficou evidente que as redes de colaboração entre Brasil e Estados Unidos não se constituem apenas por meio de protocolos diplomáticos ou trocas institucionais, mas

são forjadas nos entrelugares das narrativas, nos vazios documentais, nas cartografias invisibilizadas.

Essa constatação — sustentada pela análise de centros binacionais, escolas internacionais, programas de intercâmbio e práticas curriculares — revela o quanto as ausências nos arquivos não são meramente fortuitas, mas estruturas de poder enraizadas nas instituições. Retomar essa crítica a partir de uma agenda de investigações futuras implica ampliar o escopo geográfico e epistemológico, situando a América do Sul como horizonte analítico e propondo os arquivos vivos como plataformas coletivas de resistência historiográfica.

Inspirada pela tradição crítica da memória social, pela filosofia hermenêutica de Ricœur (2007) e pelas epistemologias do arquivo defendidas por Derrida (1996) e Harris (2007), esta proposta parte do reconhecimento de que os arquivos não são depósitos neutros de informação, mas dispositivos narrativos que moldam, filtram e controlam os sentidos possíveis do passado.

O banco BRA–EUA, construído durante a tese, constitui um primeiro gesto metodológico em direção a esse horizonte: ao cruzar dados de escolas, centros binacionais, documentos institucionais e sociogramas diplomáticos, o banco performa a curadoria de ausências como forma de denúncia, mas também como convite à reconstrução coletiva da memória pública.

A ampliação desse banco para um escopo continental latino-americano exige o mapeamento sistemático de centros binacionais espalhados pela Argentina, Colômbia, Chile, Peru e Uruguai. Muitos deles compartilham os mesmos protocolos de acreditação e vinculação consular identificados no Brasil.

Trata-se de investigar não apenas o número de centros, mas suas redes, fluxos, trocas, formas de consagração e apagamento, reconstruindo com rigor e sofisticação as formas de diplomacia cultural estabelecidas em nome da cooperação. Como já sugerido por Bourdieu (1989), os campos simbólicos são estruturados por lógicas de consagração seletiva. Aplicado aos arquivos, esse princípio permite questionar quais documentos foram considerados “dignos” de preservação e quais saberes foram sistematicamente desautorizados.

Ressalte-se que a análise das práticas arquivísticas em centros binacionais sul-americanos poderá revelar padrões semelhantes aos identificados no Brasil: institucionalização da memória por meio de memoriais laudatórios, omissão de

vínculos com regimes autoritários locais, exclusão de epistemologias locais dos programas culturais e curriculares.

Ao mesmo tempo, essa ampliação territorial permite incorporar novas possibilidades analíticas, como a comparação entre formas de recepção do discurso estadunidense e suas mediações nacionais, a atuação das agências norte-americanas de educação em diferentes contextos e as estratégias de legitimação cultural por meio de políticas de *soft power*. Tais comparações não são apenas de ordem empírica, mas tensionam a própria noção de identidade latino-americana como campo epistemológico em disputa.

Ainda neste viés, ao se retomar o Manifesto das Humanidades Digitais (2011), é possível vislumbrar uma agenda de pesquisa baseada na criação de plataformas arquivísticas insurgentes, colaborativas, interinstitucionais e abertas. Tais plataformas devem permitir a visualização das ausências, a construção de linhas do tempo críticas, o cruzamento de dados institucionais e o versionamento de narrativas arquivísticas. Esse projeto interdisciplinar articula as contribuições de Recuero (2014), Aragão (2018) e Primo (2011) no campo das redes digitais e da comunicação crítica com os aportes de Escosteguy (2010) e Drucker (2014) sobre os regimes de visibilidade e as dimensões estéticas da representação. O uso de ferramentas como Gephi, Voyant Tools, Google Earth e Datawrapper pode ser expandido para incluir *dashboards* interativos, camadas geográficas comparativas e fluxogramas colaborativos, ativando os arquivos como espaços vivos e plurais de memória.

Quadro 26 – Propostas de expansão arquivística na América do Sul: eixos, ferramentas e finalidades

Eixo	Proposta	Ferramentas	Finalidade
Mapeamento Geográfico	Levantamento de centros binacionais ativos	KMZ, Google Earth, Datawrapper	Georreferenciar redes de colaboração
Curadoria Crítica	Revisão dos memoriais e acervos digitais das instituições	SciSpace, Canvas AI	Análise dos silêncios e curadorias seletivas
Interoperabilidade Arquivística	Plataforma regional colaborativa	Banco BRA–EUA (versão ampliada)	Acesso público e comparativo aos documentos
Epistemologias Locais	Inserção de saberes indígenas e afrodescendentes	Dicionários temáticos, narrativas orais indexadas	Reconfigurar o cânone da memória oficial

Fonte: Autoria própria, com base nos parâmetros da pesquisa (2023–2025) (2025).

Diante deste cenário, retomar a crítica ao arquivo como forma de insubmissão implica construir espaços de escuta, em que vozes silenciadas possam ser incorporadas à narrativa institucional. Como reforça Ricoeur (2007), a memória é sempre uma reconstrução mediada por linguagem, desejo e conflito.

Esse gesto de reconfiguração da memória não é apenas reparatório, mas também prefigurativo: projeta futuros possíveis de justiça epistêmica e de democratização do acesso à história. A expansão das redes de colaboração norte-americanas não pode mais ser compreendida apenas como projeto de influência externa, mas como artefato de disputa interna pelas formas de pertencimento, reconhecimento e organização da cultura.

Por isso, as próximas pesquisas devem abraçar a complexidade dos arquivos vivos como formas de resistência e insurgência digital. Arquivos que não apenas preservam, mas questionam. Que não apenas informam, mas incomodam. Que não apenas registram, mas reinventam a própria lógica da historiografia.

Em tempos de algoritmização da memória, como já alertava Escosteguy (2010), a luta por visibilidade é também uma luta pela legibilidade histórica. Os usos das humanidades digitais não são soluções, mas provocações. E, como tal, exigem do pesquisador não o conforto da resposta, mas o compromisso com a pergunta. Essa é a ética final da tese: transformar cada lacuna em possibilidade, cada silêncio em escuta, cada ausência em reescrita. Eis o legado possível de uma arqueologia crítica das redes de colaboração.

Em síntese, a presente tese partiu de uma hipótese central: as redes de colaboração cultural entre Brasil e Estados Unidos, especialmente por meio dos centros binacionais, escolas internacionais e programas de intercâmbio, constituem não apenas estruturas educacionais, mas também dispositivos simbólicos de diplomacia cultural e apagamento institucional. Com base nessa premissa, o problema de pesquisa foi delineado em torno da seguinte questão: como os arquivos institucionais dessas redes constroem, silenciam ou reconfiguram a memória das relações Brasil-EUA no século XX? Em verdade, a tese atingiu seus objetivos ao propor uma metodologia inovadora, combinando leitura crítica, ferramentas das Humanidades Digitais e análise documental rigorosa para evidenciar os silêncios estruturais que moldam as práticas comemorativas, narrativas institucionais e formas de consagração simbólica. A curadoria do apagamento mostrou-se, nesse percurso,

um conceito decisivo, permitindo não apenas identificar lacunas, mas compreender suas causas, implicações e permanências.

Com efeito, a contribuição original desta investigação reside na formulação e aplicação do conceito de arquivo vivo como categoria crítica e política, articulado à noção de uma brasilidade consentida projetada pelas instituições analisadas. Ao deslocar o foco da descrição documental para uma crítica epistêmica dos regimes de visibilidade e dos dispositivos arquivísticos, a tese propõe um modelo metodológico replicável para pesquisas sobre memória institucional, diplomacia cultural e circulação simbólica no Sul Global. O banco de dados BRA–EUA, as visualizações interpretativas e a triangulação entre fontes primárias e leitura distante constituem entregas teórico-metodológicas consistentes, que consolidam a tese como referência no campo da memória social e das humanidades digitais. Ao final, reafirma-se o compromisso com uma historiografia crítica, situada e atenta às disputas de legitimidade, identidade e poder inscritas nos arquivos.

Este trabalho, contudo, não se fecha em si. Abre possibilidades de continuidade: (1) comparações com experiências latino-americanas em países como Argentina, Chile e Uruguai; (2) aprofundamento do conceito de arquivos vivos diante das insurgências digitais; (3) desenvolvimento de bancos de dados colaborativos que fortaleçam a crítica às narrativas institucionais e ampliem o acesso público à memória. Por fim, ao projetar esses caminhos, a tese se afirma como gesto autoral e aberto, inscrito no horizonte das epistemologias críticas da memória.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A invenção do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

AGUIAR, Márcia. **Formação de professores e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2001.

ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

AMERICAN SCHOOL OF BELO HORIZONTE (EABH). **Site institucional**. Belo Horizonte: EABH. Disponível em: <https://www.eabh.com.br/>. Acesso em: 1 out. 2025.

AMERICAN SCHOOL OF BRASÍLIA (EAB). **Site institucional**. Brasília: EAB. Disponível em: <https://www.eabdf.br/>. Acesso em: 1 out. 2025.

AMERICAN SCHOOL OF CAMPINAS (EAC). **Site institucional**. Campinas: EAC. Disponível em: <https://www.eac.com.br/>. Acesso em: 1 out. 2025.

AMERICAN SCHOOL OF CURITIBA (AISC). **Site institucional**. Curitiba: AISC. Disponível em: <https://www.aisc.br/>. Acesso em: 1 out. 2025.

AMERICAN SCHOOL OF RECIFE (EAR). **Site institucional**. Recife: EAR. Disponível em: <https://www.earecife.com.br/>. Acesso em: 1 out. 2025.

AMERICAN SPACES. **Gerenciando Espaços Americanos**. Disponível em: <https://americanspaces.state.gov/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ARAGÃO, Anderson David Gomes de. Humanidades digitais e epistemologias críticas. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 41, p. 12–29, 2018.

ARTIÈRES, Philippe. **História das práticas de escrita**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ASSMANN, Jan. **A mente cultural**: escrita, memória e política. Petrópolis: Vozes, 2010.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL BRASIL–ESTADOS UNIDOS (ACBEU). **ACBEU 70 anos: 1941–2011**. Salvador: ACBEU, 2011. Disponível em: <https://acbeu.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Livros-ACBEU-75-anos.pdf>. Acesso em: 1 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL BRASIL–ESTADOS UNIDOS (ACBEU). **Site institucional**. Salvador: ACBEU. Disponível em: <https://acbeu.com.br/>. Acesso em: 1 out. 2025.

BACZKO, Bronislaw. **Les imaginaires sociaux**: mémoires et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1984.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: Dois Séculos de História. Rio de Janeiro: Ed. da Civilização Brasileira, 1973.

BERND, Zilá. **Por uma estética dos vestígios memoriais**: releitura das literaturas contemporâneas das Américas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. Disponível em: <https://www.zilabernd.com/livros/por-uma-estetica-dos-vestigios-memoriais-releitura-das-literaturas-contemporaneas-das-americas>. Acesso em: 7 mai. 2025.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BAHIA. Governo do Estado. **Decreto de utilidade pública estadual para a ACBEU**. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 1942.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, 9 ago. 1943.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Dispõe sobre a organização e funcionamento do ensino superior. Diário Oficial da União, Brasília, 29 nov. 1968.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documentos oficiais sobre a regulamentação das escolas internacionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Bilíngue**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal do Ministério da Educação**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatórios Ministeriais: Relações Exteriores (1938–1950)**. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. Ministério Federal. **Relatórios Ministeriais: Relações Exteriores de 1938 a 1950**. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

CANTUÁRIA, Máira Gomes. Práticas de gestão e silenciamento institucional em escolas internacionais brasileiras. **Revista Educação & Fronteiras**, v. 11, n. 31, p. 114–133, 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, Lígia. E.; SALES, Odete. M. M.; GUERRA, Maria. A. M. A. Interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento. **Em Questão**, v. 30, p. e137828, 2024.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. **Brazil Foreign Ministry Reports (1930–1950)**. Disponível em: <https://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CHAPEL SCHOOL. **Site institucional**. São Paulo: Chapel School. Disponível em: <https://www.chapelschool.com.br/>. Acesso em: 1 out. 2025.

COITINHO, Denis.; ARAUJO, Marcelo. de. Apresentação do dossiê ética da inteligência artificial. **Filosofia Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, n. 1, p. 1–3, 2024. DOI: 10.4013/fsu.2024.251.ia. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/27354>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CULL, Nicholas J. **The Cold War and the United States Information Agency: American Propaganda and Public Diplomacy, 1945–1989**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CUNHA, Adriana Mendonça. Relações EUA e América Latina nas décadas de 1930 e 1940. **Crítica Historiográfica**, Natal, v. 3, n. 9, jan./fev., 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/8autnvms>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DEPARTMENT OF STATE (EUA). **Assistant Secretaries of State for Educational and Cultural Affairs**. Disponível em: <https://history.state.gov/departmenthistory/people/principalofficers/assistant-secretaries-educational-cultural-affairs>. Acesso em: 10 mai. 2025.

DEPARTMENT OF STATE (EUA). **History of the Bureau of Educational and Cultural Affairs**. Disponível em: <https://exchanges.state.gov/about/history>. Acesso em: 10 mai. 2025.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DRUCKER, Johanna. **Graphesis**: visual forms of knowledge production. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

ERLL, Astrid. **Cultural Memory Studies**: An International and Interdisciplinary Handbook. Berlin: De Gruyter, 2008.

ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO (EARJ). **Site institucional**. Rio de Janeiro: EARJ. Disponível em: <https://www.earj.com.br/>. Acesso em: 1 out. 2025.

ESCOLA GRADUADA DE SÃO PAULO (Graded). **Site institucional**. São Paulo: Graded. Disponível em: <https://www.graded.br/>. Acesso em: 1 out. 2025.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Mídia e memória cultural: reflexões sobre os processos de mediação da cultura. **Revista Famecos**, v. 17, n. 3, p. 19–27, 2010.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUNAG. **Biblioteca Digital do Itamaraty**. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca>. Acesso em: 10 mai. 2025.

GEphi. **An open graph visualization platform**. Disponível em: <https://gephi.org>. Acesso em: 15 mai. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

INSTITUTO BRASIL–ESTADOS UNIDOS (IBEU). **Instituto Brasil–Estados Unidos**: 85 anos (1937–2022). Rio de Janeiro: IBEU, 2022. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/880733446/Livro-Ibeu-85-Ano>. Acesso em: 1 out. 2025.

INSTITUTO BRASIL–ESTADOS UNIDOS (IBEU). **Portal institucional**. Rio de Janeiro: IBEU. Disponível em: <https://portal.ibeu.org.br/>. Acesso em: 1 out. 2025.

INSTITUTO CULTURAL BRASILEIRO NORTE-AMERICANO (ICBNA). **Livro digital comemorativo aos setenta anos da instituição (1938–2008)**. Porto Alegre: ICBNA, 2008. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/3793/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Carlos%20Fabi%C3%A3o%20Souza.pdf>. Acesso em: 1 out. 2025.

INSTITUTO CULTURAL BRASILEIRO NORTE-AMERICANO (ICBNA). **Site institucional**. Porto Alegre: ICBNA. Disponível em: <https://cultural.org.br/>. Acesso em: 1 out. 2025.

JELIN, Elizabeth. **Os trabalhos da memória**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEASK, Betty. **Internationalizing the Curriculum**. Abingdon: Routledge, 2015.

LE MOS, André. **Cibercultura**. São Paulo: Editora Sulina, 2013.

LITMAPS. **Discovery and citation mapping tool**. Disponível em: <https://www.litmaps.com>. Acesso em: 20 mai. 2025.

MANOVICH, Lev. **The Language of New Media**. Cambridge: MIT Press, 2001.

MORENO, Jacob Levy. **Who Shall Survive? Foundations of Sociometry, Group Psychotherapy and Sociodrama**. New York: Beacon House, 1951.

MORETTI, Franco. **Distant Reading**. London: Verso, 2013.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NINKOVICH, Frank. **U.S. Information Policy and Cultural Diplomacy**. New York: Foreign Policy Association, 1996.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: o problema dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.

NYE, Joseph. **Soft Power: the means to success in world politics**. New York: PublicAffairs, 2004.

OCR (Optical Character Recognition). **Software used for digital processing of scanned archives**, 2023–2025.

OPENAI. **ChatGPT platform used with ethical data handling guidelines**. Disponível em: <https://chat.openai.com>. Acesso em: 10 mai. 2025.

PAN AMERICAN SCHOOL OF BAHIA (PASB). **Site institucional**. Salvador: PASB. Disponível em: <https://www.pasb.com.br/>. Acesso em: 1 out. 2025.

PAN AMERICAN SCHOOL OF PORTO ALEGRE (PAS POA). **Site institucional**. Porto Alegre: PAS POA. Disponível em: <https://www.panamerican.com.br/>. Acesso em: 1 out. 2025.

PEREIRA, Sueli Menezes. As reformas educacionais na década de 1920 no Brasil e as políticas de formação de professores primários. **Revista Educação & Formação**, Fortaleza, v. 7, n. 2, 2022.

PINNOW, Rodrigo Vieira. Cultura, Humanidades Digitais e a ciência de dados: mapeando a memória social das redes de colaboração norte-americanas no século XX. In: **Anais do ENECULT 2024**. Salvador: UFBA, 2024.

PINNOW, Rodrigo Vieira. Espectros da difusão cultural norte-americana no Brasil: os acervos dos centros binacionais como espaços da memória social das relações entre Brasil e Estados Unidos. **Revista Acervo**, v. 36, n. 3, p. 1–26, 2023.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Decreto de utilidade pública municipal para o ICBNA**. Diário Oficial do Município, Porto Alegre, 1941.

PORTO ALEGRE. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. **Correspondências recebidas dos centros binacionais**. Arquivo histórico estadual, Porto Alegre, 1940–1955.

PRIMO, Alex. **Interações em rede**: comunicação mediada por computador e identidade. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história III. Brasília: Editora da UNB, 2009.

SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem pagou a conta?** A CIA na guerra fria da cultura. São Paulo: Record, 2009.

SCHMIDTKE, Ricardo; FONSECA, Rejane. Curadoria crítica, memória institucional e os arquivos binacionais. **Revista Brasileira de História da Educação**, 2025 (no prelo).

SCISPACE. **Scientific writing and research platform**. Disponível em: <https://typeset.io>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SETTON, Maria da Graça. Globalização e currículo internacional: desafios para a educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021.

SMITH, Richard Cândida. **Cultural diplomacy and the Cold War: The case of Brazil**. In: MELAMED, Miriam (org.). História das Relações Internacionais. São Paulo: Hucitec, 2001.

TAYLOR, Charles. **Modern social imaginaries**. Durham: Duke University Press, 2004.

THIESEN, J. S. Escolas Internacionais e bilíngues como representação global de currículos internacionalizados na Educação Básica brasileira. **Educar em Revista**, v. 40, e94402, 2024.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.

U.S. EMBASSY & CONSULATES IN BRAZIL. **American Spaces** – Centros Binacionais no Brasil. Washington: Department of State. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/education-pt/american-spaces-pt/>. Acesso em: 1 out. 2025.

VERHINE, M. Amélia. **Um olhar para a história do Setor de Consultas Educacionais da ACBEU (1985–2004)**. Salvador: ACBEU, [2021?]. Disponível em: <https://acbeu.org.br/>. Acesso em: 1 out. 2025.

VOYANT TOOLS. **Web-based reading and analysis environment for digital texts**. Disponível em: <https://voyant-tools.org>. Acesso em: 20 mai. 2025.

ZOTERO. **Reference management software**. Disponível em: <https://www.zotero.org>. Acesso em: 20 mai. 2025.

ANEXO I – Proposta para sócio de Erico Verissimo em 1938

N.º de Matrícula 7

 **Instituto Cultural Brasileiro-Norte-Americano**

PROPOSTA PARA SOCIO **CATEGORIA**

Nome por extenso Erico Verissimo
(BEM LEGIVEL)

Residência Livraria do Globo Telefone 4069

Profissão escritor Onde exerce. Liv. do Globo

Nacionalidade Brasileiro Naturalidade Our. Alta

Estado civil Casado

Onde pagará as contribuições? Liv. do Globo

Proponho para socio ativo do INSTITUTO CULTURAL
BRASILEIRO-NORTE-AMERICANO

O. Smr. _____

Porto Alegre, 8 de Outubro de 1938

SOCIO PROPONENTE

DE ACORDO. Erico Verissimo
PROPOSTO.

Aceito em _____ de _____ de 193_____

PRESIDENTE SECRETARIO

ANEXO II – Ata de fundação do ICBNA 1938

1

Ata da fundação do Instituto Cultural Brasileiro Norteamericano.

Às 20^{1/2} horas do dia 14 de Julho de 1938, reuniram-se na residência do Sr. G. W. Ray Consul do E. E. U. V. de America do Norte varias pessoas interessadas em concretizar a ideia da creação de um Instituto Cultural, surgida numa palestra entre o Sr. G. W. Ray e os Bacharelados João Kenler Coelho de Souza, Dante Spaggiari e Paulo Augusto Simões Pires.

Após uma rapida dissertação sobre a utilidade e alta significação dum Instituto dessa natureza, no sentido de promover um intercâmbio Cultural entre as duas nações amigas, o Sr. Renato Barbosa propoz que deveria ser eleita a primeira Diretoria do Instituto, a qual resolver-se dar o nome de I. C. B. N. A. iniciais que significam Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano.

A 1^{ra} Diretoria do I. C. B. N. A. ficou assim constituída:
 Presidente: Sr. Renato Barbosa.
 Vice-Presidente: Escriitor Erico Verissimo.
 1.º Secretario: " Limeira Tejo
 2.º " : Bacharelado Paulo Augusto Simões Pires

ANEXO III – Telegrama enviado pelo embaixador Jefferson Caffery para o primeiro presidente do ICBNA, Renato Barboza

1927) **THE WESTERN TELEGRAPH COMPANY, LIMITED.** 1917
 (PIONEER & CABLE AND WIRELESS LIMITED).
 (CABO SUBMARINO)



CABOS SUBMARINOS

CARIMBO
 PORTO ALEGRE
 1917

CUITO:	EMPREGADO: R. ABREU	HORA REC.: 15H50
--------	-------------------------------	----------------------------

— As empresas telegraphicas não aceitam responsabilidade alguma por motivo do serviço da telegraphia (Art. 3.º da Convenção Internacional):

primeira Hora deste
 grama contem as
 mações seguintes
 idem indicadas:

do telegrama.
 de procedencia.
 de palavras. Data
 Hora de apresentação.

ÇÕES ABREVIADAS

- Amstêrdam
- Antofagasta
- Antuerpia
- Alexandria
- Bradford
- Birmingham
- Buenos Aires
- Bruxellas
- Glasgow
- Hamburgo
- Iquique
- Johannesburg
- Lisboa
- Londres
- Liverpool
- Cotton Exchange
- Liverpool
- Manchester
- Montevideo
- Nova York
- Pernambuco
- Paris
- Rio de Janeiro
- Santiago do Chile
- Sierra Leone
- Valparaiso

XNT59 GOVT RIODEJANEIRO 37 11 1537

RENATO BARBOZA PORTOALEGRE

ENVIOLHE TODOS MÉUS VOTOS PARA O EXITO COMPLETO

DA NOVA SOCIEDADE DE APPROXIMACAO CULTURAL BRASILEIRA

NORTE AMERICANA TIVE MAXIMO PRAZER EM NOMEAR CONSUL

AMERICANO RAY COMO MEU REPRESENTANTE SESSAO INAUGURAL

JEFFERSON CAFFERY EMBAIXADOR AMERICANO

SEDE DA COMPANHIA "ELECTRA HOUSE", VICTORIA EMBANKMENT, LONDRES, W. C. 2

ANEXO IV – Paixão Cortes no ICBNA - década de 1940

**ANEXO V – Ata de lançamento da pedra fundamental do edifício sede do
Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano**



Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano

Declarado de utilidade pública estadual e municipal
ED. UNIÃO — AVENIDA BORGES DE MEDEIROS, 261 — 12.º ANDAR
PÔRTO ALEGRE — RIO GRANDE DO SUL — BRASIL

**ATA DA SOLENIDADE DE LANÇAMENTO
DA PEDRA FUNDAMENTAL DO EDIFÍCIO
SEDE DO INSTITUTO CULTURAL BRASI
LEIRO NORTEAMERICANO.-**

O Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano, En tidade declarada de utilidade pública Estadual e Municipal, fundado em 1938, aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Pôrto Ale - gre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Riachuelo nº 12 57, 2o na Centro, procedeu ao Lançamento da Pedra Fundamental de seu Edifício Sede. A Diretoria do Instituto, composta pelos Srs Cyro Guimarães Fernandes - Presidente; João Carlos Krahe - 1º Vice - Presidente; Ivo Wolff - 2º Vice-Presidente; Philix Aragon - Se - cretário; Almiro Eugênio Barichello - 1º Tesoureiro; Leopoldo Boek - 2º Tesoureiro; José Truda Palazzo - Diretor Cultural; Ci ro Ney Whited - Diretor Social; Ivo Sefton de Azevedo - Diretor de Biblioteca e o Sr Presidente do Conselho Deliberativo - José Truda Palazzo, fizeram convite para a cerimônia ao Exmo Sr. Go - vernador do Estado do Rio Grande do Sul - Coronel Walter Perachi Barcellos, Exmo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa - Depu - tado Octávio Germano, Exmo Comandante do 3º Exército - General E mílio Garrastazu Médici, Exmo Sr. Prefeito Municipal - Engenhei - ro Telmo Thompson Flôres, Exmo Sr. Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte - Sr Ashley Hewitt, Jr, Exmo. Sr. Adi do Cultu - ral junto ao Consulado Americano - Sr Ci ro Ney Whited, Exmo Sr. Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte - Sr Robert Lane, às autoridades Eclesiásticas, Cíveis e Militares. Foram tam - bém convidados os membros do Conselho Deliberativo e os Sócios do Instituto, além de convidados especiais que igualmente assi - nam a presente ata, sendo desenvolvido o programa, elaborado e constante do seguinte. - Discurso do Sr Presidente do Institu - to - Dr Cyro Guimarães Fernandes. II. - Discurso do Adido Cultu - ral junto ao Consulado Americano - Sr Ci ro Ney Whited, que falou em nome do Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte. III. - Discurso do Sr Professor Say Marques, representando o Sr Presi - dente do Conselho Deliberativo e na qualidade de ex-presidente do Instituto. A solenidade foi encerrada aproximadamente às on - ze horas, de tudo se lavrando a presente ata.-

ANEXO VI – Decreto de Utilidade Pública Estadual, 1951**DECRETO N.º 1.807 DE 20 DE ABRIL DE 1951**

Declara de utilidade pública o Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, tendo em vista o que consta do processo n.º 2912-1951, da Secretaria do Interior e Justiça, e em conformidade com o disposto no artigo 87, inciso II, da Constituição do Estado.

D E C R E T A :

Art. único — E' declarado de utilidade pública, nos termos do Decreto-lei n.º 1.130, de 24 de julho de 1946, o Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano, com sede nesta Capital.

Palácio do Govêrno, em Pôrto Alegre, 20 de abril de 1951.

ERNESTO DORNELLES
Governador do Estado

Annibal di Primio Beck
Secretário do Interior e Justiça, substituto

ANEXO VII – Visita dos Astronautas Americanos em Porto Alegre em 1972

Visita dos Astronautas Americanos- James Lovell e Donald Slayton

Data: 20 de outubro de 1972

Local: Sede do Centro



ANEXO VIII – Primeiras publicações do IBEU - RJ

ANEXO IX – Memória da ACBEU da Bahia - 1991

